

Valéria Cristina de Oliveira

**SOBRE DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E VITIMIZAÇÃO NO
BRASIL: INVESTIGANDO EFICÁCIA COLETIVA COM USO DA
PRIMEIRA PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociologia do crime, do desvio e do conflito.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Corinne Davis Rodrigues

Coorientador: Prof. Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva

Belo Horizonte
2016

301 Oliveira, Valéria Cristina de
O48s Sobre desorganização social e vitimização no Brasil
2016 [manuscrito] : Investigando eficácia coletiva com o uso da
primeira Pesquisa Nacional de Vitimização / Valéria Cristina
de Oliveira. - 2016.
181 f. : il.
Orientador: Corinne Davis Rodrigues.
Coorientador: Bráulio Figueiredo Alves da Silva.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1.Sociologia – Teses. 2. Vitimas – Teses. 3.Controle sócial
- Teses. I .Rodrigues, Corinne Davis. II. Silva, Bráulio
Figueiredo Alves da. III. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV.
Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE TESE

VALÉRIA CRISTINA DE OLIVEIRA

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março 2016 (dois mil e dezesseis), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado, intitulada: **“SOBRE DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E VITIMIZAÇÃO NO BRASIL: Investigando Eficácia Coletiva com uso da Primeira Pesquisa Nacional de Vitimização”**. A banca foi composta pelos professores doutores **Corinne Davis Rodrigues** (Orientadora - DSO/UFMG), **Bráulio Figueiredo Alves da Silva** (Coorientador - DSO/UFMG), **Cláudio Chaves Beato Filho** (DSO/UFMG), **Jerônimo Oliveira Muniz** (DSO/UFMG), **José Luiz Ratton** (UFPE) e **Doriam Borges** (UERJ).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação
Reprovação da Tese ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 29 de março de 2016.


Prof. Dr. **Corinne Davis Rodrigues** (Orientadora - DSO/UFMG)


Prof. Dr. **Bráulio Figueiredo Alves da Silva** (Coorientador - DSO/UFMG)


Prof. Dr. **Cláudio Chaves Beato Filho** (DSO/UFMG)


Prof. Dr. **Jerônimo Oliveira Muniz** (DSO/UFMG)


Prof. Dr. **José Luiz Ratton** (UFPE)


Prof. Dr. **Doriam Borges** (UERJ)

Às minhas mães, Dita e Tia Odete

AGRADECIMENTOS

Viver fica mais leve quando se é grato pelas coisas que a vida nos traz. O caminho até a conclusão desta tese foi cheio de desafios, mas, hoje quando olho para cada um deles, penso que fui privilegiada e, por isso, sou muito grata.

Grata à Universidade Federal de Minas Gerais e, especialmente, ao Departamento de Sociologia, que são minha segunda casa desde 2002.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento ao longo de todo o Doutorado, incluindo o período de estágio com Bolsa Sanduíche na Universidade do Estado da Flórida (FSU).

Na FSU, agradeço ao Prof. Eric Baumer pela acolhida e escuta sempre tão generosa e interessada.

Agradeço à Prof.^a Corinne, minha orientadora, por acreditar que a tese poderia ficar pronta mesmo quando eu tive sérias dúvidas a respeito disso. Ao Prof. Bráulio pelas dicas sempre certeiras a respeito de como tratar (bem) os dados.

Aos Professores Cláudio Beato e Ludmila Ribeiro por terem me recebido no CRISP e confiado no meu trabalho.

Agradeço aos amigos do CRISP, especialmente ao César, Dani, Luana, Lulu, Rocha, Victor e Vini, que tornaram até meus dias mais tensos uma grande diversão. Obrigada por formarem comigo essa família insana!

Obrigada a todos os demais colegas e professores do CRISP e da Pós-Graduação em Sociologia por compartilharem tantos bons momentos. Em especial, à coorte de Mestrado/Doutorado 2012, por movimentarem minha vida social no primeiro ano de Doutorado.

Serei sempre muito grata à Flávia Xavier por me trazer de volta à Academia e por ser uma das melhores companheiras de viagem para Congresso. Prometo não estragar novamente o último dia da sua próxima SBS. Obrigada às minhas amigas de vida: Florence, Juliana, Laura e Luciana. A vida seria mais difícil sem vocês e, mesmo se tudo tivesse dado errado, apenas por esse presente, o curso de Ciências Sociais já teria valido a pena.

Sou sempre grata aos amigos de infância, da rua, da igreja – com destaque para as “doninhas” da catequese por serem presença tão leve na minha vida desde que voltei à Belo Horizonte.

Aos meus irmãos, Antônio e Soraia, por terem estado por perto quando eu não pude estar. Mas, o meu muito obrigada mesmo é por terem me dado “Amor” e “Amora”, coisas lindas da tia Valéria!

À minha mãe e à tia Odete por serem mães, do jeito que toda mãe é: raramente entendendo bem dos assuntos da tese, às vezes reclamando da minha falta de tempo para as coisas de casa, mas, sempre me amando muito.

Ao meu pai, que sempre me amou, me apoiou e se orgulhou de mim, mesmo quando eu não merecia tanto (ou nada)! Queria que ele estivesse aqui para ver isso...

E, finalmente, sou grata a Deus que me acolhe do jeito que eu sou e me dá todos os dias sinais do seu cuidado e delicadeza!

RESUMO

Esta tese investiga a aplicação do conceito de Eficácia Coletiva, cunhado por Robert Sampson, por meio da análise quantitativa de dados da Primeira Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV). A proposta é discutir e avaliar os fundamentos da hipótese do “Paradoxo latinoamericano dos efeitos de vizinhança”, o qual sugere que nos países da região a densidade dos laços sociais não se converte em menores índices de criminalidade, principalmente em áreas com grande privação econômica e grande criminalidade violenta. A análise empírica foi construída por meio do ajuste de modelos estatísticos regressão binária de efeitos fixos e mistos para estimar as chances de vitimização por crimes contra o patrimônio (furtos ou roubos) e contra a pessoa (agressões simples ou graves), tendo as medidas de Coesão Social Percebida e Expectativa de Controle Social Informal como variáveis de interesse. Os resultados confirmam parcialmente a hipótese do paradoxo latino-americano dos efeitos de vizinhança, sugerindo a importância da dimensão institucional como moderadora dos efeitos da percepção sobre os laços sociais para a vitimização. Por outro lado, levantam a hipótese de que o exercício de Controle Social Informal de maneira direta seja uma fragilidade do conceito que é pouco adaptado às condições de socioeconômicas e de mobilização comunitária presentes em comunidades brasileiras.

Palavras-Chave: vitimização, eficácia coletiva, coesão social, controle social informal

ABSTRACT

This dissertation investigates the Robert Sampson's concept of collective efficacy through quantitative analysis of data from the First National Victimization Survey (PNV). The proposal is to discuss and evaluate the foundations of the "Latin American Paradox of Neighborhood Effects" hypothesis, which suggests that in countries of that region the social ties density, does not turn into lower crime rates, especially in areas with high economic deprivation and high violent crime. The empirical analysis was built by adjusting statistical binary regression models with fixed and mixed effects to estimate the chances of victimization for crimes against property (theft or robbery) and against person (simple or aggravated assaults) and measures perceived Social Cohesion and Expectancy of Informal Social Control as variables of interest. The results partially confirm the hypothesis of the Latin American paradox of neighborhood effects, suggesting the importance of the institutional dimension as a moderator of the effects of the perception of social ties on victimization. On the other hand, they raised the possibility that exercise of Informal Social Control in a direct way is a concept weakness that seems poorly adapted to conditions of socioeconomic and community mobilization present in Brazilian communities.

Key Words: victimization, collective efficacy, social cohesion, informal social control

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Efeitos da memória nos <i>surveys</i> de vitimização	23
Tabela 2 – Período de realização do trabalho de campo e composição das amostras da PNV	86
Tabela 3 – Ilustração das mudanças de área e código de setor censitário entre os anos de 2000, 2007 e 2010	88
Tabela 4 – Cargas Fatoriais resultantes de Análise Fatorial das variáveis de Eficácia Coletiva.....	91
Tabela 5 – Recodificação das variáveis de Eficácia Coletiva	91
Tabela 6 – Descrição das variáveis de coesão social percebida e expectativa de Controle Social Informal.....	93
Tabela 7 – Cargas Fatoriais resultantes de Análise Fatorial das variáveis de Eficácia Coletiva.....	94
Tabela 8 – Descrição das variáveis explicativas nos modelos ajustados nas etapas 1, 2 e 3 para as vítimas de crimes contra o patrimônio	100
Tabela 9 – Descrição das variáveis explicativas nos modelos ajustados nas etapas 1, 2 e 3 para as vítimas de crimes contra a pessoa	101
Tabela 10 – Regiões de Vitimização – Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), 2010.....	103
Tabela 11 – Variação da vitimização entre Regiões de Vitimização ($\sigma_{u_{0j}}$).....	107
Tabela 12 – Coeficiente de Partição da Variância – Modelos Nulos x Modelos Completos	108
Tabela 13 — Chance de Vitimização segundo as variáveis de interesse e possíveis moderadoras (Incremento Percentual).....	111
Tabela 14 – Perfis de Vitimização construídos a partir de valores fixos das variáveis de interesse e potenciais moderadoras	113
Tabela 15 – Variáveis de expectativa Controle Social Informal.....	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Histograma do indicador da Expectativa de Controle Social Informal	93
Gráfico 2 – Histograma do indicador da Coesão Social Percebida	93
Gráfico 3 – Distribuição das variáveis de Vitimização	96
Gráfico 4 - Resíduos Estimados (\hat{u}_{0j}) para os estratos das Regiões de Vitimização no Modelo Nulo Regressão binária multinível da vitimização por crimes contra a pessoa	106
Gráfico 5 - Resíduos Estimados (\hat{u}_{0j}) para as Regiões de Vitimização no Modelo Nulo Regressão binária multinível da vitimização por crimes contra o patrimônio	106
Gráfico 6 - Resíduos Estimados (\hat{u}_{0j}) para as Regiões de Vitimização no Modelo Nulo Regressão binária multinível da vitimização por crimes contra o patrimônio	109
Gráfico 7 - Resíduos Estimados (\hat{u}_{0j}) para as Regiões de Vitimização no Modelo Nulo Regressão binária multinível da vitimização por crimes contra a pessoa	109
Gráfico 8 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados	112
Gráfico 9 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados	112
Gráfico 10 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 1	114
Gráfico 11 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 1	114
Gráfico 12 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 2	116
Gráfico 13 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 2	116
Gráfico 14 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 3	116
Gráfico 15 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 3	116
Gráfico 16 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 4	118

Gráfico 17 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 4	118
Gráfico 18 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 5.....	118
Gráfico 19 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 5	118
Gráfico 20 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 6.....	118
Gráfico 21 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 6	118
Gráfico 22 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores aos vizinhos	119
Gráfico 23 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de realização de favores aos vizinhos	120
Gráfico 24 - Probabilidade predita de vitimização por crime contra a pessoa, segundo a avaliação negativa da Polícia Militar e o nível de percepção da coesão social	124
Gráfico 25 - Probabilidade predita de vitimização por crime contra a pessoa, segundo a avaliação negativa da Polícia Militar e o nível da realização de favores para vizinhos	125
Gráfico 26 - Probabilidade predita de vitimização por crime contra a pessoa, segundo a avaliação negativa da Polícia Militar e o nível de percepção da coesão social	126
Gráfico 27 – Incremento Percentual da chance de resposta positiva às dimensões de controle social informal.....	130
Gráfico 28 – Incremento Percentual da chance de respostas imprecisas às questões sobre a expectativa de controle social informal.....	134
Gráfico 29 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 1.....	172
Gráfico 30 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 1	172
Gráfico 31 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 2.....	172

Gráfico 32 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 2	172
Gráfico 33 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 3.....	173
Gráfico 34 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 3	173
Gráfico 35 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 4.....	173
Gráfico 36 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 4	173
Gráfico 37 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 5.....	174
Gráfico 38 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 5	174
Gráfico 39 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 6.....	174
Gráfico 40 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 6	174

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCS - British Crime Survey

CATI – Computer Assisted Telephone Interviewing

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

CSEW - Crime Survey for England and Wales

ENSI – Encuesta Nacional sobre Inseguridad

ENVIPE - Encuesta Nacional de Victimización y Percepción sobre Seguridad Pública

GIS – Geographic Information System

HLM – Hierarchical Linear Model

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICVS – International Crime Victims Survey

ILANUD – Instituto Latinoamericano de las Naciones Unidas para la prevención del delito e el tratamiento del delincuente

INE – Instituto Nacional de Estadísticas

INEGI - Instituto Nacional de Estadística y Geografía

MJ – Ministério da Justiça

NCS – National Crime Survey

NCVS – National Crime Victimization Survey

ONU – Organização das Nações Unidas

PHDCN – Project on Human Development in Chicago Neighborhoods

PM – Polícia Militar

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNV – Pesquisa Nacional de Vitimização

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RM – Região Metropolitana

SAD – South American Datum

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SGB - Sistema Geodésico Brasileiro

SGN - Sistema Cartográfico Nacional

SIRGAS - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

UF – Unidade da Federação

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNAM- Universidad Nacional Autónoma de México

UN-CTS - United Nations Survey of Crime Trends

UNICRI – United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime, United Nations Economic Commission for Europe

Sumário

1. Introdução.....	15
2. Para começar, algumas palavras sobre pesquisas de vitimização.....	17
2.1. 'Surveys' de Vitimização: Origens, Ganhos e Desafios.....	17
2.2. Pesquisas de Vitimização no Brasil e no Mundo.....	25
2.3. Os usos do dado de vitimização	28
3. O lugar do lugar nos estudos de crime: Vizinhanças e Comunidades.....	32
3.1. Crime e espaço: Teoria da Desorganização Social e efeitos de vizinhança..	33
3.1.1. Espaço Defensivo e Janelas Quebradas	40
3.1.2. Abordagem Sistêmica: Controle Social em três níveis.....	44
3.1.3. Vizinhanças no Brasil: a vez das comunidades urbanas.....	47
4. A abordagem da Eficácia Coletiva e o papel da Vizinhança.....	52
4.1. O Paradoxo da Eficácia Coletiva	58
4.1.1. Consolidação democrática e os Moderadores: Vulnerabilidade, Medo de Crime e Avaliação da Polícia	72
5. Estratégia de Análise	78
5.1. Etapa 1: Efeitos do lugar sobre a vitimização	79
5.2. Etapa 2: Vitimização e Eficácia Coletiva	80
5.3. Etapa 3: O que é como varia a expectativa de Controle Social Informal no Brasil?	82
5.4. Hipóteses de Pesquisa	83
6. Dados e Metodologia.....	85
6.1. A I Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV): Muitas possibilidades, algumas limitações	85
6.1.1. A Amostra Complementar.....	86
6.1.2. A Questão dos setores censitários	87
6.2. Mensuração das Variáveis.....	89
6.2.1. Variável de Interesse: Eficácia Coletiva	89
6.2.3. Variáveis resposta: Vitimização	95

6.2.4.	Potenciais Moderadoras – Percepção de Risco, Avaliação Negativa da Polícia Militar e Vulnerabilidade Social	96
7.	Resultados.....	100
7.1.	Estatística Descritiva	100
7.2.	Etapa 1 - Os Efeitos do Local: Estimando a vitimização segundo as Regiões Brasileiras de Vitimização	102
7.2.1.	Modelos de Regressão Hierárquica Logística Binária: Identificando Efeitos de Região de Vitimização	102
7.2.1.1.	Modelos Nulos.....	105
7.2.1.2.	Modelos Completos de Vitimização	107
7.3.	Etapa 2: Efeitos de Coesão e Controle Social Informal.....	111
7.3.1	Modelos de Regressão Logística Binária.....	111
7.3.2	Interações com as variáveis de Eficácia Coletiva: Avaliando os efeitos moderadores	122
7.4.	Etapa 3: Investigando os Condicionantes do Controle Social Informal.....	128
8.	Discussão e Considerações Finais	137
9.	Referências Bibliográficas	152
	Apêndice A - Variáveis incluídas nos modelos das Etapas 1, 2 e 3	159
	Apêndice B – Processo de Construção das Variáveis de Coesão Social e Controle Social Informal.....	164
	Apêndice C – Efeitos Aleatórios: Modelos de Regressão Hierárquica Binária– Vitimização por crimes contra a pessoa e contra o Patrimônio	166
	Apêndice D – Efeitos Fixos: Modelos de Regressão Logística Binária.....	167
	Apêndice E – Gráficos de Probabilidade predita de vitimização segundo o indicador de realização de favores.....	172
	Apêndice F – Modelos de Regressão Logística Binária com Termos Interativos – Vitimização por crimes contra a pessoa.....	175
	Apêndice G – Modelos de Regressão Logística Binária das Variáveis de Percepção de controle social informal	176
	Apêndice H – Modelos de Regressão Logística Binária das Variáveis de Percepção de controle social informal (Respostas Imprecisas)	177
	Anexo A – Pesquisas de Vitimização Realizadas no Brasil.....	178
	Anexo B – Pesquisas Nacionais de Vitimização na América Latina	180

1. INTRODUÇÃO

A relação entre crime e comunidade mobiliza esforços e recursos na pesquisa social desde o século XIX e, hoje, constitui o objeto deste trabalho que é resultado de uma pesquisa essencialmente sociológica. A sociologia é a ciência do indivíduo em interação com outros seres humanos, com lugares e com as coisas e, também por isso, é vasta em objetos de pesquisa. Ao discutir o crime, essa ciência coloca-se em muitas frentes de atuação, partindo desde estudos sobre os padrões individuais de comportamento violento ou criminoso, até a distribuição espacial dos delitos. Criminosos, vítimas, instituições de segurança e lugares são as principais unidades de análise desse ramo de nossa ciência e são constantemente postos em interação de maneira a esclarecer fenômenos complexos como a vitimização criminal.

Neste exercício, a articulação entre crime e espaço é a grande fonte de inquietação e, portanto, constitui assunto que será discutido direta ou indiretamente ao longo das páginas que se seguem. Da perspectiva teórica, o ponto de partida são os conceitos de Desorganização Social e, principalmente, Eficácia Coletiva, abordagens que se popularizaram nos Estados Unidos da América no do século XX, identificando o papel das características sociais e estruturais locais sobre o crime, o medo e a vitimização naquela área. Como o próprio nome sugere, a Eficácia Coletiva é um atributo comunitário que na visão de seu principal formulador, Robert Sampson, possibilita que os grupos demonstrem atuação eficaz na resolução de problemas coletivos. O modelo é um dos principais desdobramentos teóricos da Teoria da Desorganização Social, construído da Escola de Chicago que entre períodos de ascensão, queda e retomada, tem se mantido vivo no campo da sociologia do crime e da criminologia.

Composta, essencialmente, por duas grandes dimensões, a Coesão Social (que termina por incluir a confiança interpessoal) e o Controle Social Informal, a Eficácia Coletiva ganha força na medida em que valoriza a capacidade de intervenção coletiva sobre questões que afetam a qualidade de vida da população local, mesmo na ausência de densos laços sociais. Isso implica que a expectativa de Controle Social Informal ganhe, nesse contexto, papel central e seja considerada um ativo de grande valor para atuar, entre outras coisas, no contato da população com setores públicos.

A motivação para este exercício partiu da observação do fato de que as pesquisas que buscaram associar Eficácia Coletiva à criminalidade, ou a algum dos fenômenos ligados ao crime, não chegaram a resultados muito consistentes, principalmente, quando os testes foram realizados com dados provenientes de outros

contextos, distintos daquele em que foi concebida. Não parece clara a relação entre a densidade da rede social local e sua capacidade de intervenção, havendo evidências de que são fenômenos que respondem a dinâmicas distintas.

A publicação, no ano de 2012, dos resultados da Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), representou a oportunidade para discutir o alcance do conceito de Eficácia Coletiva e sua estratégia de mensuração, com base em dados nacionais. Primeiro *survey* brasileiro com representatividade nacional e dedicado exclusivamente à vitimização, a PNV contém perguntas sobre os eventos criminais dos quais foram vítimas os entrevistados, porém, também há questões sobre a percepção das relações sociais nas vizinhanças, avaliação das instituições policiais e variáveis de natureza sociodemográficas.

É a primeira vez que informações sobre vitimização e indicadores de coesão social, confiança e controle social mensurados no sentido clássico da proposta de Eficácia Coletiva estão disponíveis para tantas regiões do país em um mesmo levantamento. Por essa razão, a PNV é mais que instrumento de análise, é também um dos elementos centrais para a viabilização deste trabalho, nos moldes em que foi desenvolvido.

Diante disso, neste exercício, os dados da PNV, agregados a informações estruturais provenientes do Censo Demográfico IBGE 2010, foram analisados por meio de modelos estatísticos com vistas responder as seguintes questões: A eficácia coletiva, mensurada por meio da percepção individual de coesão social, confiança interpessoal e controle social informal, mantém relação com menores chances de vitimização em vizinhanças brasileiras? Em caso afirmativo, o caráter preventivo das percepções de coesão social e controle social informal é reduzido em condições que sugerem desvantagem socioeconômica, medo de crime e descontentamento em relação ao trabalho da polícia? E, finalmente, a disposição para intervir diante de problemas locais coletivos está correlacionada a aspectos socioeconômicos, sendo mais frequente entre moradores expostos a menor privação econômica?

Para responder a essas perguntas, o estudo foi organizado em duas etapas: a primeira analisou os efeitos de diferentes indicadores de Eficácia Coletiva sobre as chances de vitimização na vizinhança por crimes contra o patrimônio (furtos ou roubos) e contra a pessoa (agressões simples ou graves). A segunda parte teve como objetivo esclarecer os condicionantes as dimensões da Coesão Social e do Controle Social Informal, investigando até que ponto estão relacionadas, principalmente, a características estruturais específicas.

Este documento está organizado em torno de um capítulo que apresenta as linhas gerais da discussão sobre efeitos de vizinhança na sociologia do crime e na criminologia internacional. Para tal, além do percurso de desenvolvimento daquele campo no exterior, ainda se propôs um paralelo entre ele e a composição dos estudos sobre periferias no Brasil (Capítulo 3).

No Capítulo 4, a proposta é apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos da teoria da Eficácia Coletiva, contrastando o modelo original desenhado por Sampson e colegas (SAMPSON *et al*, 19997) aos principais resultados que, na América Latina, fundamentam a hipótese de que existe um “Paradoxo Latino” quando o assunto é o efeito de Eficácia Coletiva e demais indicadores de Coesão Social e Controle Social Informal sobre o crime.

Em seguida, a estratégia de análise, hipóteses, dados e metodologia de pesquisa compõem os capítulos 5 e 6, que precedem os principais resultados descritivos e a apresentação dos resultados das Etapas 1, 2 e 3 de pesquisa (Capítulo 7). A discussão e as considerações finais são objeto do capítulo 9, que encerra este trabalho.

Reconhecendo a importância das pesquisas de vitimização no desenvolvimento de abordagens teóricas e desenvolvimento metodológico da área de pesquisas em crime, desvio e violência, a seguir encontra-se o Capítulo 2. O qual foi dedicado a apresentar breve histórico desse tipo de pesquisa, seus desafios e as possibilidades que oferecem para o desenvolvimento do campo da sociologia do crime e da criminologia no Brasil e no mundo.

2. PARA COMEÇAR, ALGUMAS PALAVRAS SOBRE PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO

2.1. ‘Surveys’ de Vitimização: Origens, Ganhos e Desafios

A informação poderia ser facilmente descrita como um dos mais importantes incentivos para o desenvolvimento da pesquisa científica. Seja por meio da coleta de dados primários ou da análise de informações secundárias, o desenvolvimento de uma área de pesquisa está condicionado à disponibilidade de bons dados a respeito do objeto de estudo. No caso do crime e fatores associados, isso não é diferente. Muito do que a comunidade científica conhece a respeito do tema foi trazido à tona graças ao desenvolvimento de pesquisas que basearam suas conclusões na informação.

Porém, falando especificamente sobre pesquisas quantitativas, sabe-se que a tradução de conceitos em um grupo de questões fechadas é um dos grandes desafios a ser enfrentado tanto por quem define o desenho, quanto por quem analisa uma

pesquisa. Caso a operacionalização não seja alvo de atenta observação, a informação produzida, ainda que alegadamente orientada para mensurar um fenômeno, pode não alcançar seu objetivo, induzindo ao erro.

O desafio se torna ainda mais instigante quando esse conceito ganha popularidade e torna-se objeto de estratégias de mensuração, em vários contextos e localidades ao redor do mundo. A noção de Eficácia Coletiva é um desses construtos que ganhou as mentes de pesquisadores, cientistas e gestores, a partir dos últimos anos do século XX, ganhando espaço, principalmente, por ter se desenvolvido de maneira paralela às propostas de estratégias para sua operacionalização. O conceito surge em meio ao movimento de resgate das abordagens ecológicas sobre o crime e não seria exagero supor que as pesquisas de vitimização deram novo impulso a esse tema de investigação.

O avanço dessas pesquisas representa maior disponibilidade de informações detalhadas sobre eventos e vítimas, ampliando o escopo de investigação e, assim, o alcance das propostas relacionando ao crime, às características do lugar (Ex.: Eficácia Coletiva) e das potenciais vítimas. Um bom exemplo é o fato de que a existência de dados nacionais sobre vitimização no Brasil e, com eles, de todas as questões sobre vizinhanças disponíveis em uma pesquisa amostral dessa natureza, foi o que viabilizou a realização deste trabalho, tal como foi construído.

Impulsionado pelos *surveys* e desenvolvido por pesquisadores com grandes habilidades metodológicas, o conceito de Eficácia Coletiva, como outros da área, possui indicadores clássicos que oferecem um ponto de partida para a análise do fenômeno. Porém, o ponto central de investigação do problema desta pesquisa é investigar, em que medida, a operacionalização de um conceito, por meio de indicadores, com métricas e padrões específicos, pode ser reproduzida em diferentes contextos culturais, sociais, econômicos, etc. com resultados semelhantes. Em síntese, é uma discussão sobre como a interação entre realidade e método exige cautela e rigor na pesquisa quantitativa.

Por essa razão, para enfatizar o papel da informação para a pesquisa sobre crime e suas possibilidades e limitações em um desenho amostral, justifica-se a construção desta seção, dedicada a discutir, brevemente, o histórico, o status atual e os desafios das pesquisas quantitativas amostrais sobre vítimas no país e no cenário internacional.

Para começo de conversa, cabe mencionar que, até o final dos anos 50, pouco se falou sobre vítimas de crime, afinal, quando o assunto era informação, todas as

atenções estavam voltadas para os registros oficiais. A disponibilidade, a qualidade, a fidedignidade desses dados constitui-se um dos temas de maior destaque no desenvolvimento da sociologia do crime e da criminologia. Internacionalmente, foi a partir da publicação de “Patterns in Criminal Homicide”, sobre o perfil das vítimas de homicídio, que teve início, nos Estados Unidos, um movimento que dedicou mais atenção a essa outra parte envolvida o ato criminoso (WOLFGANG, 1958).

A partir daí, outras iniciativas foram tomadas para que se tornasse viável o aprimoramento das informações utilizadas para elaboração de estudos sobre o crime e seus correlatos. Nos anos 60, a organização de comissões para o estudo do desenho e conteúdo de uma pesquisa sobre vítimas nos Estados Unidos foi o pontapé inicial para o *survey*¹ nacional de vitimização naquele país. O *National Crime Survey* (NCS), hoje conhecido como NCVS ou *National Crime Victimization Survey*, é uma das mais tradicionais e regulares coletas de informação sobre vítimas em todo o mundo, tendo sido sua primeira versão realizada no ano de 1972². Ainda na década de 70, outros países, como o Reino Unido (1972) e a Finlândia (1970), também realizaram levantamentos de abrangência nacional incluindo questões sobre vitimização (UNODC-UNECE, 2010), demonstrando que aqueles anos foram o nascedouro da aplicação da pesquisa amostral para investigar as vítimas.

Os ganhos das informações de vitimização são muitos e Cantor & Lynch (2000) sintetizam essas contribuições destacando vantagens em relação aos registros policiais e novas possibilidades de investigação empírica. Em comparação aos dados oficiais, os *surveys* representam um avanço, principalmente, i) por captarem crimes não notificados ou não registrados pelas instituições de segurança pública e ii) por oferecerem mais detalhes em relação aos eventos com informações desagregadas até o nível do respondente.

A propósito, o acesso aos dados é outra vantagem das pesquisas, a julgar pelo fato de que não estão necessariamente sob responsabilidade dos órgãos de segurança pública, há muito menos desconfiança em relação ao processo de

¹ A grosso modo, a metodologia de *survey* consiste em uma estratégia de coleta de dados quantitativos, por meio de um instrumento (ou questionário), definido e testado anteriormente. Trata-se de uma pesquisa amostral, portanto, nem toda a população será entrevistada. Porém, o grupo de casos selecionado (amostra) deverá ser representativo da população, em uma série de características definidas no desenho amostral. O rigor na aplicação da teoria da probabilidade para definição dos grupos ou estratos e a aleatoriedade da seleção dos entrevistados tornarão os resultados amostrais mais próximos dos resultados populacionais, reduzindo o chamado erro amostral, ou a diferença entre os resultados amostrais e populacionais (LAVRASKAS, 2008).

² O NCVS é uma pesquisa com desenho longitudinal de painel, ou seja, o mesmo grupo de domicílios da amostra é acompanhado por um determinado intervalo de tempo e com ele são realizadas entrevistas periódicas a respeito das experiências de vitimização.

construção e consolidação das informações pelas polícias (CANTOR & LYNCH, 2000). Sob essa perspectiva, os *surveys* representam uma fonte complementar de informação que, junto aos registros oficiais, pode contribuir muito para o planejamento de políticas públicas. Seja por chamar atenção para crimes com pouca reportagem, ou por mapearem as características individuais e contextuais que ampliam as chances de vitimização, os *surveys*, quando bem analisados, podem otimizar a aplicação de recursos financeiros e humanos na execução das ações de segurança pública, tanto no âmbito preventivo, quanto repressivo.

Além das contribuições à gestão, muito do desenvolvimento da pesquisa científica sobre crime se deve à consolidação das pesquisas de vitimização. Somente por meio da realização desses *surveys*, com a coleta de informações mais detalhadas sobre os eventos criminais, foi possível avançar em direção a abordagens teóricas relacionadas ao crime e sua associação com as características das vítimas e dos lugares.

Na esteira dos estudos ambientais – aqueles que se ocupam de investigar a associação entre o contexto (social, físico, natural, etc.) e os fenômenos sociais, como o crime – a abordagem das atividades rotineiras é uma dessas que se consolidou pelo uso de pesquisas de vitimização. Em seu trabalho seminal, Cohen & Felson (1980) descrevem o chamado triângulo das oportunidades (ofensor-alvo-guardião), e afirmam que o crime só ocorre quando alvo potencial, ofensor e ausência de vigilância são condições disponíveis em um mesmo lugar. Sem informações mais precisas sobre as vítimas, seu estilo de vida e o local do fato, entre outros, muito provavelmente faltariam evidências para a construção e consolidação de um modelo de análise que, de tão popular, tem sido cada vez mais frequentemente absorvido pelas próprias instituições policiais, figurando até mesmo nos manuais de treinamento das forças de segurança pública em países como o próprio Brasil (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

Ainda contabilizando as contribuições ao desenvolvimento do campo de estudos sobre o crime, cabe mencionar a retomada do interesse pelo tema da desorganização social a partir de meados dos anos 80. A abordagem será revisitada em detalhes nas próximas seções, mas, de antemão, o que cabe é mencionar que, inicialmente, ela se baseou na análise de série temporal de informações oficiais sobre delitos cometidos por jovens (SHAW & MCKAY, 1942). Mas, após um longo período de desconfiança e críticas, ganhou novo fôlego pela chegada das pesquisas de vitimização como poderosas aliadas dos registros oficiais na análise dos efeitos do lugar sobre o crime (SAMPSON & GROVES, 1989). Assim, a discussão sobre o efeito do capital social no desenvolvimento do controle social informal e, assim, no controle do crime nas

vizinhanças, pôde se desenvolver, porque os *surveys* contemplam informações sobre os eventos criminais, mas também, sobre a percepção do indivíduo acerca de sua comunidade. Abordagens como o enfoque sistêmico de Bursik e Grasmick (1993) e da Eficácia Coletiva de Robert Sampson (2012) dificilmente teriam se desenvolvido, do ponto de vista técnico e metodológico, sem o auxílio dos dados amostrais.

A realização de levantamentos quantitativos de informações dessa natureza expõe aos pesquisadores uma série de desafios. Cantor & Lynch (2000) destacam a questão da localização dos registros para a comparação com os dados oficiais. Sendo o *survey* uma pesquisa amostral e as vitimizações contadas por unidade domiciliar, e não por unidades de área, a construção das taxas comparáveis às dos registros oficiais não é uma tarefa simples. A vitimização é um evento raro e, dependendo do tamanho da amostra, as chances de que hajam entrevistados vítimas dos eventos listados cai bastante. Por essa razão, as pesquisas de abrangência nacional, como o NCVS e a PNV, tendem a oferecer melhores padrões de comparação com os registros oficiais de criminalidade ao nível nacional e não ao nível local, em áreas como blocos e setores censitários. Pelo mesmo motivo, a raridade da vitimização, há crimes que não são bem trabalhados por meio de pesquisas de vitimização. Aqueles muito pouco frequentes na população em geral, por exemplo, dificilmente serão relatados de forma adequada em desenhos amostrais (UNODC-UNECE, 2010).

Além das mudanças, outro ponto de discussão é a existência dos delitos com mais de uma vítima, registrados pelas polícias como uma única ocorrência. Tais crimes merecem atenção especial nas pesquisas de vitimização dado que a amostra precisa contemplar as chances de que outro morador não sorteado também pudesse compor a amostra e informar ter sido vítima daquele evento.

As organizações e outras instituições públicas ou privadas também não são contempladas diretamente nas pesquisas domiciliares de vitimização, portanto, crimes contra o patrimônio, por exemplo, frequentes em estabelecimentos comerciais não serão reportados, a menos que haja sobreposição entre os proprietários de ambos os imóveis. Isso pode prejudicar a comparação entre os eventos, considerando que nem sempre os registros policiais são feitos de maneira separada para os dois tipos de delito. A maior disposição para mentir a respeito do evento nas pesquisas de vitimização também representa um desafio a mais para as tentativas de comparação dos registros policiais com os dados de vitimização. (CANTOR & LYNCH, 2000).

O Manual sobre Pesquisas de Vitimização, do Escritório sobre Drogas e Crime da Organização das Nações Unidas (UNODC), complementa essa lista de desafios

das pesquisas de vitimização, destacando particularidades desse tipo de coleta que exigem cuidados por parte dos pesquisadores, gestores e demais profissionais envolvidos com desenho, elaboração e análise. O primeiro aspecto é o fato de que naturalmente as pesquisas de vitimização se restringem a investigar crimes com vítimas, deixando de captar eventos em que a “vítima” é, por exemplo, uma instituição ou do patrimônio público (UNODC-UNECE, 2010).

A mentira e os problemas de memória também podem atrapalhar a captação de informações precisas sobre vitimização em questionários fechados. Ao ser perguntado sobre eventos que possam gerar desconforto ou embaraço, o entrevistado pode simplesmente ocultar a vitimização. Além de mentir, ele pode não identificar certas condutas como sendo criminosas, criando outra fonte de subnotificação, que evidentemente, não é exclusividade dos registros oficiais (UNODC-UNECE, 2010).

Ainda sobre as questões de memória, uma das suas implicações é a necessidade de discutir o melhor período de referência para a pergunta de vitimização. Usualmente, os questionários desse tipo de pesquisa organizam-se da mesma forma, ou seja, inicialmente, o entrevistado é chamado a responder as perguntas de triagem (*screening questions*), sobre ter ou não sido vítima de diferentes tipos de crime. Em seguida, para cada vitimização informada, são realizadas perguntas específicas como o local, a presença de outras pessoas, o uso de arma de fogo e a reportagem do evento à polícia.

Variações no período de referência selecionado para a triagem implicam em mudanças no total de eventos reportados, principalmente em função das questões de memória. A tendência é que em função da relevância ou gravidade do fato as pessoas cometam equívocos no momento de localizar aquela experiência no tempo. Esse é o chamado efeito telescópio (*Telescoping*) que pode prejudicar a validade de dados individuais quando eles fazem referência a eventos ou situações ocorridas no passado. É possível que esse processo se dê tanto no sentido de adiantar os fatos – aproximá-los do momento da entrevista, quanto de considera-los mais antigos que realmente são (LAVRASKAS, 2008). Em ambos os casos o resultado é uma resposta ao *survey* que não condiz com a realidade, seja porque não houve vitimização no período e o entrevistado afirma ter havido, ou porque ele foi vítima e não se recorda (Tabela 1).

Tabela 1 - Efeitos da memória nos *surveys* de vitimização

		Situação Real	
		Vítima no período de referência	Não foi vítima no período de referência
Resposta ao Survey de vitimização	Vítima no período de referência	Recorda-se corretamente	Efeito telescópio de aproximação (<i>Forward Telescoping</i>) Exagera ou Mente
	Não foi vítima no período de referência	Não se recorda, mente ou subestima a situação Efeito telescópio de distanciamento (<i>Backward Telescoping</i>)	Recorda-se corretamente

Fonte: Adaptado de UNODC-UNECE, 2010 - Manual de *Surveys* de Vitimização

As razões para esse truque da memória não são bem conhecidas, mas ele pode, por exemplo, fazer com que crimes mais graves sejam reportados com mais frequência, afinal, a vítima tende a aproximar essa experiência dos dias atuais, incluindo-o mais facilmente no período de referência (UNODC-UNECE, 2010). Por essa razão, é tão importante tentar delimitar um período de referência que não seja demasiadamente curto ou extenso. No NCVS esse período é de 06 meses, tendo a entrevista prévia como ponto de referência (*landmark event*). Naquele *survey*, portanto, as perguntas de triagem são iniciadas por um texto parecido com “Desde a última entrevista...”³ e, com isso, descartando a primeira entrevista. Nos *surveys* transversais, ou seja, realizados em um dado momento no tempo, tais períodos costumam ser demarcados em 5 anos ou 12 meses. Na PNV os entrevistados foram perguntados na pergunta de triagem a respeito dos eventos ocorridos durante toda a vida ou no último ano, porém, as questões sobre os eventos só se referiram à última vitimização.

Difícilmente os efeitos desses truques de memória são eliminados da pesquisa, fazendo parte do erro presente em qualquer estimativa populacional. Contudo, é importante que o desenho da pesquisa atente para as artimanhas da relação entre mentira e memória, buscando antecipar e reduzir seus efeitos negativos, aproximando a situação real de vitimização da situação informada pelo entrevistado (Tabela 1).

Outro problema de amostra são as áreas de difícil acesso nas cidades. Na América Latina e demais países em desenvolvimento, as pesquisas tendem a ser

³ A utilização da entrevista anterior como data limite para o período de referência implica que a primeira entrevista da série não seja utilizada para estimar vitimização, considerando a ausência de uma referência clara a não ser a menção aos últimos 6 meses.

domiciliares com interação face-a-face entre entrevistadores e entrevistado. Isso encarece a pesquisa e torna complexa a representatividade de áreas brasileiras como as favelas, áreas alagadas – comuns na região norte do país - e outras, onde a presença do entrevistador exige maior dispêndio de recursos. No caso das pesquisas não presenciais esse efeito é minimizado, mas nos países em desenvolvimento ainda são raras outras formas de coleta. Por outro lado, o NCVS, inicialmente realizado por telefone, após uma grande revisão de metodologia na década de 90, passou a ser realizado com o auxílio do método CATI ou *Computer Assisted Telephone Interviewing* (CANTOR & LYNCH, 2000). O CATI é um método de coleta que em sua versão mais simples baseia-se na realização das perguntas pelo telefone e no uso de um computador para o lançamento das respostas, substituindo o questionário em papel. Nas versões mais sofisticadas do CATI também são incluídas estratégias em que o entrevistado ouve as perguntas e registra as respostas por meio das teclas do telefone, enquanto um computador registra todas as informações (LAVRASKAS, 2008).

Outra importante decisão, a qual envolve o custo da pesquisa e a qualidade dos resultados, é a respeito de quem é o entrevistado no domicílio, todos os moradores ou apenas um entrevistado escolhido aleatoriamente entre os residentes. Trabalhos comparando os efeitos do uso de um entrevistado *proxy* ou da abordagem de todos os moradores indicam uma sensível redução da reportagem no primeiro caso (CANTOR & LYNCH, 2000). Aparentemente, é mais difícil para apenas um membro da família conhecer todas as experiências de vitimização dos moradores. Por outro lado, corre-se o risco de que algumas experiências que tenham vitimado um ou mais moradores simultaneamente sejam reportadas mais de uma vez, causando o erro oposto, o de sobrenotificação. Conhecendo as vantagens e desvantagens de uma e outra técnica, a decisão por qual modelo de seleção de entrevistados adotar será boa o suficiente para não exceder os custos disponíveis ou perder casos.

Ainda sobre o tema das características (potencialidades e limitações) das pesquisas de vitimização, Carneiro (2007) destaca que a recuperação das informações de vitimização pelo entrevistado está condicionada a uma série de fatores, como o contexto que originou a vitimização e a entrevista, deixando o mais à vontade para responder às questões. A insegurança e o medo de retaliações também interferem na confiança em reportar um evento à polícia e, em alguns casos, da mesma forma, informar sobre a vitimização em uma entrevista. As situações em que o ofensor é uma pessoa conhecida são bom exemplo de como as características de vitimização podem afetar os resultados alcançados (CARNEIRO, 2007).

Os equívocos em relação às categorias de delitos também são frequentes em algumas pesquisas e atentam contra o alcance dos resultados em termos de comparações com dados oficiais. O desenho da pesquisa e a estratégia de abordagem do tema no momento da conversa precisam se esforçar para minimizar esses efeitos. Quanto mais específicas e claras as questões, maiores as chances de que as respostas se aproximem das experiências reais. Como as iniciativas de construir pesquisas de vitimização se tornavam cada vez mais frequentes, já no ano de 2007, Carneiro destacava que alguns problemas comuns identificados em questionários de pesquisas de vitimização poderiam ser contornados com ações como a especificação de crimes contra estabelecimentos comerciais, a inclusão de questões para captar a vitimização em série ou ainda o desenho de subamostras para identificar crimes raros ou que possam criar embaraço no entrevistado por serem pouco frequentes nas pesquisas de representatividade mais ampla, como uma pesquisa nacional (CARNEIRO, 2007).

2.2. Pesquisas de Vitimização no Brasil e no Mundo

Apesar de todas essas considerações, as pesquisas de vitimização ganham cada vez mais espaço entre os levantamentos nacionais realizados a partir de meados do século XX. No Brasil, as primeiras experiências datam da virada da década de 80/90, com um certo atraso em relação à América do Norte e Europa. A primeira pesquisa de vitimização foi realizada pelo próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de um módulo específico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Contudo, como um levantamento exclusivo sobre vitimização, a primeira experiência foi a dos municípios de Rio de Janeiro e São Paulo que participaram de pesquisa do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquente (ILANUD) no ano de 1992, como indica o Anexo A.

Com exceção das PNAD, entre as pesquisas de vitimização realizadas no Brasil, apenas a PNV possui abrangência nacional. Em função disso, pode-se afirmar que em relação a outros países na América Latina a organização de levantamentos nacionais sobre vitimização está alguns passos atrás. A PNV ainda não tem frequência definida, sendo essa apenas a sua primeira versão. Nela existe a figura do entrevistado *proxy* que responde por todo o domicílio às questões sobre vitimização. E, finalmente, não existem planos para a realização de outras rodadas desse levantamento, prejudicando a construção de uma possível análise longitudinal nos moldes do NCVS.

Em uma perspectiva internacional comparada, o primeiro esforço para a constituição de um levantamento sobre vitimização se deu nos anos 70, com a criação de uma pesquisa de tendências criminais, a chamada *United Nations Survey of Crime Trends* (UN-CTS). Essa pesquisa é baseada no preenchimento de um formulário por representantes das forças de segurança pública de todos os países signatários do acordo que envolve a coleta dessas informações. Não se trata de uma pesquisa domiciliar e, sim, de uma coleta de dados agregados relativos a informações de maior relevância, como as taxas de homicídio, roubos e furtos, além de questões sobre o funcionamento da justiça e do sistema prisional (UNODC-UNECE, 2010).

Além do UN-CTS, uma experiência que visa a comparação internacional de vitimização é a do *International Crime Victimization Survey* (ICVS)⁴. O primeiro deles foi realizado em 1989, sendo outras versões nacionais da pesquisa levadas a campo em 1992, 1996, 2000 e 2004/2005 em mais de 80 países. Em alguns casos, apenas algumas grandes cidades participaram do levantamento, como aconteceu com o Rio de Janeiro, nos anos de 1992 e 1996/1997. O Brasil participou pela primeira vez com uma amostra de representatividade nacional do ICVS no ano de 2010, quando o questionário específico desse *survey* foi levado a campo com o questionário da PNV (mais detalhes a respeito do desenho da PNV e a metodologia para seleção dos questionários dos ICVS na seção de Dados e Metodologia).

Outros países, além de Estados Unidos, já possuem tradição no desenvolvimento de pesquisas de vitimização, entre eles o Reino Unido, como já foi mencionado acima. Inglaterra e Gales realizam anualmente, desde o ano de 2001 o *British Crime Survey* (BCS), atualmente chamado *Crime Survey for England and Wales* (CSEW)⁵, levantamento que já se consolidou como uma importante fonte de informações sobre as vítimas de crime na Europa (UNODC-UNECE, 2010).

Na América Latina e Caribe, foi no Panamá que ocorreu em 1973 a primeira pesquisa de vitimização, porém, a partir dos anos 80 tais iniciativas se tornaram mais consistentes, contando com o apoio das universidades e seus pesquisadores ávidos por coletar informações criminais que não fossem apenas aquelas de natureza oficial.

Destacam-se países como o Chile que no ano de 2003 realizou seu primeiro *survey* nacional de vitimização com entrevistas face-a-face e, a partir de 2006, realiza anualmente a *Encuesta Nacional Urbana de Seguridad Ciudadana*. A pesquisa é uma parceria entre o Ministério do Interior e Segurança Pública e o *Instituto Nacional de*

⁴ Ver <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/Crime-Victims-Survey.html>

⁵ Ver <http://www.crimesurvey.co.uk/>

Estadísticas (INE) que teve no ano de 2014 a sua última versão com resultados divulgados.⁶

No México, as discussões para a realização da pesquisa nacional de vitimização começaram ainda na década de 90, por meio da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), porém, somente no ano de 2000 aconteceu a primeira versão de uma pesquisa de abrangência nacional naquele país. Outras pesquisas nacionais e locais foram desenvolvidas, sendo o *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* (INEGI) um dos grandes atores na construção da metodologia e na gestão dessas pesquisas (INEGI, 2011). Assim, a partir de 2011, com a revisão do conteúdo da *Encuesta Nacional sobre Inseguridad* (ENSI) para torná-la mais próxima dos padrões internacionais de pesquisas de vitimização, o INEGI toma para si a incumbência de realizar anualmente a *Encuesta Nacional de Victimización y Percepción sobre Seguridad Pública* (ENVIPE) que já se encontra em sua 5ª Edição⁷.

Outros países da América Latina, como Argentina e Paraguai, ainda não estabeleceram uma rotina para a realização frequente de pesquisas nacionais de vitimização, porém, utilizaram documentos internacionais, como o questionário do ICVS, como referência para a realização das pesquisas construídas até então. Os argentinos dispõem de informações nacionais sobre vitimização criminal até o ano de 2010, enquanto para os paraguaios os dados mais recentes de abrangência nacional datam do ano de 2009, conforme a *home page* do *Observatorio Hemisférico de Seguridad* da Organização dos Estados Americanos⁸.

Em levantamento cujos resultados foram divulgados no ano de 2013, o *Centro de Excelencia para Información Estadística de Gobierno, Seguridad Pública, Victimización Y Justicia* (CdE) apresenta um inventário das pesquisas de vitimização atualmente realizadas na América Latina. A coleta foi realizada por meio de questionário específico, enviado aos órgãos de segurança pública de 23 países, dos quais 17 participaram do levantamento. Foram identificadas um total de 37 pesquisas, das quais 19 são realizadas atualmente. Dentre essas, 09 são pesquisas nacionais, enquanto as outras 10 são pesquisas regionais, de caráter local (CdE, 2013).

Entre os 37 levantamentos, apenas 10 pesquisas são periódicas, ou seja, são realizadas com regularidade e seguindo metodologia padrão, sendo a maior parte

⁶ Ver <http://www.seguridadpublica.gov.cl/encuestas/encuesta-nacional-urbana-de-seguridad-ciudadana-2014/>

⁷ Ver <http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/encuestas/hogares/regulares/envipe/>

⁸ Ver http://www.oas.org/dsp/espanol/cpo_observatorio_enlaces_victimizacion.asp#fuentes_interamericanas

delas (37% para ambos os casos) realizadas pelos órgãos oficiais de estatística ou por um outro órgão público ligado à Segurança Pública ou à Justiça (Anexo B).

Em comum, todas as pesquisas de vitimização, locais ou nacionais, compartilham das dificuldades relacionadas aos custos de se realizar levantamentos dessa grandeza. Pesquisas como o NCVS beneficiam-se da realização de entrevistas por telefone, mas *surveys* como CSEW são realizados por meio de entrevistas face-a-face, eventualmente com mais de uma visita domiciliar realizada. As despesas são muito elevadas para que os resultados não sejam utilizados de maneira sólida pelas agências de planejamento estratégico e avaliação/monitoramento de políticas públicas, instituições de segurança e comunidade científica.

2.3. Os usos do dado de vitimização

No Brasil, as últimas décadas do século XX foram um tempo de grandes transformações em relação à produção e ao uso da informação de segurança pública. Do ponto de vista da reflexão acadêmica, a respeito dos dados e estatísticas oficiais, Antônio Luiz Paixão, um dos primeiros pesquisadores a tratar o controle e prevenção do crime como alvo de política social no Brasil, apresenta em artigo de 1986 uma interessante digressão a respeito do papel da informação no processo de redução de atividades delituosas (PAIXÃO, 1986). Naquele trabalho, Paixão chama a atenção para a importância de um sistema nacional confiável de estatísticas criminais. Tal sistema seria um instrumento para o diagnóstico da criminalidade no País, com identificação do perfil de vítimas e autores, locais de maior concentração e naturezas de maior incidência através dos registros policiais e dados do judiciário. A pesquisa de vitimização não se colocaria aí como superior a nenhuma outra fonte de informação criminal, mas, como uma ferramenta para a produção de um dado que se aproxima um pouco mais, mesmo com todas as limitações já apontadas, da “dimensão do acontecimento” a que se referem Lima & Borges (2014) em referência ao trabalho de Dirk (DIRK, 2007 *apud* LIMA & BORGES, 2014). As outras dimensões, a do acionamento das instituições (notificação) e do fluxo dos registros de ocorrência (registro), faria com que esse sistema de produção de informações funcionasse de maneira articulada, alcançando e, assim, monitorando os crimes que não chegam ao conhecimento das instituições, os que chegam e não são registrados e os eventos registrados, objeto das chamadas estatísticas criminais de polícia.

Paixão destacava, naquele momento, as dificuldades na execução deste objetivo, pontuando problemas como a “cifra negra”, ou a diferença entre o total de crimes e aqueles reportados às polícias, mas além dela, a chamada “cifra cinzenta”,

onde a real descrição dos fatos é alterada pelo agente que decodifica a mensagem trazida pela testemunha, pela vítima ou pelas evidências deixadas no local do fato (PAIXÃO, 1986).

Sua maior contribuição foi expor a noção de que os números oficiais relacionados aos crimes exprimem mais que um retrato da criminalidade no tempo, mas caracterizam a organização que os produziu. Dada a constatação de que o crime, o verdadeiro, jamais será mensurado, o produto dos registros oficiais é, segundo Paixão (1986), resultado de um processo de filtragem feito por organizações e cidadãos a fim de definir o que vira e o que não vira estatística. Fatores como o contexto social da vítima, a falta de clareza na definição legal do fato (ex.: roubo ou furto?) ou a deficiência de procedimentos padronizados são alguns dos elementos que afetam a coleta, análise e divulgação da informação (PAIXÃO, 1986).

Essa crítica, também apresentada por Edmundo Campos Coelho na mesma década de 80 (COELHO, 1980), movimentou por anos o campo das pesquisas sobre crime no país e parece ter impulsionado, direta e indiretamente, um movimento de maior valorização da coleta, consolidação e análise das informações criminais pelas próprias agências públicas de segurança. Contudo, apesar do volume crescente de dados registrados e armazenados, os usos dessa informação são muito restritos a análises descritivas e pouco preditivas do crime e seus correlatos.

Renato Sérgio de Lima, em tese que discute o tema da produção de dados de Segurança Pública no Estado de São Paulo, fala das dificuldades na produção de conhecimento e planejamento eficiente a partir das informações na gestão de Segurança Pública. A principal crítica do autor é ao fato de que muito se tem investido em divulgação de dados, sob o amparo do discurso da transparência, tão conhecido nos atuais modelos de Gestão Pública, sem que o ciclo de transformação do dado em conhecimento transforme os registros em suporte real à ação (LIMA, 2005).

Segundo o autor, a democratização apresentou uma tendência crescente de inclusão de novos atores nos projetos de produção de dados de segurança pública. Assim, universidades, fundações e sociedade passaram a contribuir para o deslocamento em direção a uma visão da 'estatística peça chave' para a interpretação de fenômenos mais complexos, como a violência e o medo. O foco saiu do Estado e vai para a sociedade. Porém, apesar desse grande movimento de valorização dos dados e das estatísticas, sua utilização ainda é muito restrita, havendo pouca reflexão sobre sua utilidade. O organizado sistema que inclui, *softwares* avançados e profissionais capacitados ainda padecia em 2005 de unidades administrativas específicas para a

significação dessa massa de dados produzida a um ritmo que não é acompanhado pela compreensão do fenômeno evidenciado pelo sobe-e-desce dos números e gráficos (LIMA, 2005).

Ora, se as estatísticas criminais recebem pouca atenção, em termos de análise, das unidades de gestão da política de segurança pública, o que dizer das pesquisas de vitimização? Não há razões para se surpreender com o fato de que somente em 2010 tenha sido levada a campo a primeira pesquisa nacional dedicada a investigar o crime, segundo a perspectiva das vítimas. Catão (2008) destacava os desafios ligados à construção e formulação das pesquisas de vitimização no Brasil. O primeiro deles guarda relação com essa dificuldade em torná-las instrumento de tomada de decisão. São poucos os esforços de comparação das taxas de vitimização às taxas de criminalidade e menos frequente ainda a preocupação com que o desenho amostral seja adequado a essa comparação. Com isso, os resultados limitam-se à produção de relatórios gerenciais – meramente descritivos – e ao uso no meio acadêmico, ambiente que não favorece a circulação dos resultados para a comunidade externa, principalmente quando os trabalhos possuem propostas inferenciais e não descritivos (CATÃO, 2008).

O cenário contemporâneo ainda guarda outro desafio à produção de conhecimento com o uso de dados de pesquisas de vitimização no Brasil: superar as diferenças metodológicas entre as pesquisas já realizadas por universidades, institutos de pesquisa e poder público. A própria Catão apresenta uma simples comparação entre os resultados de duas pesquisas realizadas, tendo como universo de análise a população do Rio de Janeiro e Região Metropolitana. A primeira, promovida pelo Núcleo de Pesquisa da Violência (NUPEVI), foi realizada entre os anos de 2005/2006, com amostra de 4.000 entrevistados representando a população com idade superior a 15 anos. As perguntas sobre vitimização tinham como referência toda a vida e o último ano. Para ilustração do argumento, a autora destaca que entre outros a pesquisa captou 0,7% de vitimização por furto de carro, e 2,0% por agressão física.

O segundo levantamento foi realizado no ano seguinte (2007), dessa vez sob a coordenação do Instituto de Segurança Pública (ISP), da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG-RJ). A principal diferença é que esta pesquisa foi representativa de toda a Região Metropolitana, mas a faixa etária da população amostrada não é tão distante (população com idade superior a 16 anos) e o período de referência também inclui o último ano, apesar de o período extenso fazer referência apenas aos últimos 05 (cinco) anos e não à vida inteira – como na pesquisa do NUPEVI. Assim, considerando essas particularidades, os mesmos crimes

mencionados acima, o furto de carro e a agressão foram experimentados respectivamente por 10,0% e 12,6% dos entrevistados. Os intervalos da diferença entre os dois percentuais são muito altos e parecem estar relacionados a outros fatores ligados à metodologia da pesquisa, tipo de pergunta, amostragem, substituição de entrevistados e outras variações (CATÃO, 2008). Importante destacar que se as variações prejudicam a comparabilidade, elas informam sobre a diversidade de conhecimento disponível no país a respeito do tema. A construção de estratégias coletivas para a construção de pesquisas de abrangência nacional carece, portanto, do compartilhamento e da discussão a respeito dessas experiências em todos os níveis, desde a elaboração dos questionários, até a disponibilização detalhada do plano amostral e todos os outros elementos que possibilitem a construção de estimativas fidedignas e comparáveis (pesos individuais, pesos domiciliares, erro padrão, etc.).

A PNV representou esse primeiro esforço, mas ainda existem lacunas como aquela deixada pela ausência do órgão responsável pelas estatísticas nacionais, o IBGE. A participação de uma grande instituição nacional, com experiência na coleta de informações para grandes pesquisas, aliada à contribuição da comunidade científica e das instituições de segurança pública, poderia direcionar a padronização da metodologia e a construção de um modelo único de investigação para constituir, no futuro, uma investigação periódica.

Ao descrever o cenário do uso de informações na gestão da segurança pública no Brasil, Carneiro (2007) destaca que as pesquisas de vitimização são relevantes para a constituição de um Sistema de Informações Criminais, o qual contaria com dados oficiais e de pesquisas, como as de vitimização, com vistas a apoiar o diagnóstico espacial e temporal dos crimes, bem como avaliar os esforços das instituições de segurança. Nesse sentido, quanto mais sistemáticos os processos de recuperação da informação de vitimização, maiores as chances de que os resultados possam de fato complementar os dados oficiais, quando o objetivo é discutir e estimar fatores como a própria criminalidade e a reportagem dos eventos às polícias (CARNEIRO, 2007). A manutenção de pesquisas regulares e com a mesma metodologia de coleta das informações sobre os eventos é outra recomendação feita pelo autor, a qual é de fácil apropriação por qualquer interessado na produção de conhecimento sobre crime e vitimização.

Expostas as linhas gerais da discussão sobre pesquisas de vitimização, o Capítulo 3 apresenta a teoria da Eficácia Coletiva e discute pesquisas que na América

Latina se ocuparam de analisar dados de crime e vitimização segundo a perspectiva dessa abordagem teórica.

3. O LUGAR DO LUGAR NOS ESTUDOS DE CRIME: VIZINHANÇAS E COMUNIDADES

“A região de moradia ou percepção acerca dela é um fator importante para explicar as chances de vitimização em áreas urbanas no Brasil?”, essa é a questão subjacente a todo o percurso analítico desta tese, ainda que as limitações metodológicas impossibilitem uma investigação empírica mais profunda do tema. Contudo, a noção de que o espaço e as percepções daqueles que o utilizam estão relacionadas ao crime e à vitimização compõem o pano de fundo desta proposta.

Na criminologia, bem como na sociologia do crime, esse campo ganhou destaque como o estudo dos efeitos de vizinhança. As definições para vizinhança se adequam ao desenho de pesquisa e à metodologia de coleta dos dados, mas guardam como pontos de consenso, seguindo a proposta de Bursik e Grasmick (1993), o fato de serem: i) pequenas áreas inseridas em regiões geográficas e sociais, como municípios; ii) compostas por moradores e atores institucionais que possuem determinado grupo de valores e preocupações comuns em relação ao lugar; iii) e, finalmente, possuem identidade de grupo e tradição reconhecidas e com duração no tempo (BRUSIK & GRASMICK, 1993; p. 6).

Observa-se que essa definição de vizinhança nem sempre corresponde às classificações administrativas, sendo essa uma das principais dificuldades para a construção de análises empíricas baseadas em dados quantitativos amostrais. A garantia de construir amostras de vizinhanças condizentes com os limites naturais percebidos por moradores e atores institucionais do e no lugar não é simples e, em função disso, é grande a variedade de abordagens para contornar essas dificuldades, as quais já foram mencionadas com mais detalhes na seção relacionada às pesquisas de vitimização.

Por ora, o fundamental, é assumir vizinhanças como esse lugar reconhecido pela presença de conjunto de características geográficas, sociais e culturais comuns. Tais unidades são palco de importantes fenômenos sociais que se entrecruzam continuamente com as histórias de vida e características de seus moradores e suas famílias. Assumir que o lugar, entendido aqui como vizinhança, ajuda a compreender os condicionantes da vitimização criminal implica assumir que o crime é um desses fenômenos.

Problematizar em que medida e sob que circunstâncias o lugar interfere sobre a dinâmica criminal é fator essencial aos chamados estudos de efeitos de vizinhança e contribuem para que o campo tenha se fortalecido e hoje seja razoável assumir que conhecer o perfil de vítimas e autores de crimes não é suficiente para a construção de explicações convincentes a respeito de crimes.

A criminalidade violenta, tipicamente urbana, por exemplo, pode ser facilmente inscrita no grupo daquela cuja associação com o espaço é mais intensa. Crimes como os de estelionato, outros de natureza financeira, por sua vez, parecem ter uma vinculação espacial menos evidente. Portanto, fatores como o tipo de crime, a sazonalidade e a atuação das instituições de segurança pública na prevenção e enfrentamento à criminalidade interferem na identificação dos efeitos do lugar sobre a vitimização e outros correlatos do crime.

Esta seção discute a estrutura sobre a qual se consolidou o campo de estudos sobre os efeitos de vizinhança, perpassando as origens do debate pela criminologia norte americana, em especial por meio dos trabalhos da Escola de Chicago que culminaram na proposta da teoria da Desorganização Social. Na sequência, serão apresentados os principais pontos que relacionam a discussão sobre vizinhanças no Brasil, encerrando-se a seção com o tema nas novas perspectivas para a área na sociologia do crime.

3.1. Crime e espaço: Teoria da Desorganização Social e efeitos de vizinhança

Muitas são as abordagens voltadas para a construção de explicações para o comportamento criminoso e sua distribuição no espaço. Algumas se aplicam melhor a determinados tipos de desvios, outras são mais abrangentes. Porém, a verdade é que até aqui o campo de estudos da criminalidade e do desvio se desenvolve, entre outras coisas, pela constante necessidade de respostas às lacunas deixadas por outras abordagens.

Nesse sentido, de assumir o constante movimento que em um momento populariza e no seguinte relega modelos teóricos ao esquecimento, não seria exagero tomar a dicotomia 'indivíduo/estrutura' como o ponto inicial de clivagem de tantas propostas orientadas para esclarecer o fenômeno do comportamento desviante. Denunciando a filiação da sociologia clássica, onde a dupla homem/sociedade sempre suscitou importantes debates, a área de estudos criminais também se distingue, inicialmente, entre abordagens orientadas para a investigação do comportamento individual e para a distribuição desses eventos no espaço ou entre grupos. Assim, desde os chamados estudos clássicos, quando autores como Beccaria discutiam as

causas do comportamento criminal, houve momentos em que explicações focadas em causas coletivas foram mais ou menos bem-sucedidas nesse campo de pesquisa (CULLEN & AGNEW, 2006).

Como um trabalho de sociologia, este exercício não se furta a considerar o estudo da criminalidade urbana em suas diferentes manifestações como a investigação de processos que são essencialmente sociais. E, por essa razão, resultantes da interação entre fenômenos de natureza individual, comunitários e até pertencentes a esferas mais amplas, como a estrutura socioeconômica nacional e internacional. Assim, fazemos coro com Robert Sampson, no momento em que esse faz um balanço da área e das contribuições da criminologia e da sociologia (SAMPSON, 2000): a criminologia, por se concentrar na busca de causas e correlatos do comportamento criminal pode se ver mais preocupada com as regularidades. A sociologia, por sua vez, dedicada a sempre investigar as interações e mudanças, está mais aberta à investigação de fenômenos que articulem esferas distintas e como todas essas esferas da vida se articulam e influenciam a distribuição dos crimes no espaço e a disposição individual para o desrespeito à norma ou a delinquência (SAMPSON, 2000).

Ao longo desse processo de constituição e consolidação da pesquisa sobre crime, desde o século XIX, é possível identificar contribuições de estudos orientados para discutir a abordagem ecológica e os efeitos da vizinhança. Tendo a pesquisa europeia como protagonista, os primeiros esforços para a construção de estudos sobre crime e lugar estiveram focados na análise de indicadores sociais e suas relações com aspectos como a distribuição de diferentes tipos de crime em diferentes regiões, caracterizando-as em função dessas dimensões e destacando que o crime não se dá apenas em função de características individuais. Pioneiros nos chamados estudos ecológicos, trabalhos como os de Guerry (França), Rawson (Inglaterra e País de Gales), Quetelet (França, Bélgica e Holanda), Mayhew (Inglaterra e Londres) e Booth (Inglaterra e Londres) foram elaborados por meio da análise de dados empíricos, de maneira a verificar o efeito do contexto sobre a incidência e, em alguns casos, manutenção de elevados índices de delinquência e crime (SAMPSON, 2012; SHAW & MCKAY, 1942; SNELL, 2001)

No século XX, na esteira do sucesso da produção de pesquisas pela Universidade de Chicago nos Estados Unidos surgiu, com a publicação do trabalho de Clifford Shaw e Henry McKay no ano de 1942, um dos principais expoentes das abordagens coletivas de explicação para o crime: a Teoria da Desorganização Social. “*Juvenile Delinquency and Urban Areas*” que apresenta os resultados da análise de

uma série de informações sobre jovens conduzidos à Justiça Juvenil na cidade de Chicago, em três períodos distintos (1900-06, 1917-23 e 1927-33). Em síntese, observando esses registros oficiais em busca de informações sobre o perfil daqueles que cometiam atos infracionais, os pesquisadores se deram conta de um padrão quanto ao local de moradia dos jovens. Apesar de considerarem informações de 03 (três) períodos distintos, entre 1900 e 1933, verificou-se que em cada período a maior parte dos casos era proveniente de regiões próximas ao centro da cidade, em áreas marcadas pela degradação física e social (SHAW & MCKAY, 1942).

A influência da Escola de Chicago e, de maneira mais direta, de Robert Park e Ernest Burgess, fez com que essas áreas fossem identificadas por Shaw e McKay como a chamada Zona II, uma área de transição descrita por aqueles autores ao analisar o processo de urbanização e industrialização da cidade de Chicago (PARK, BURGESS & MACKENZIE, 1984). Segundo Park e Burgess o desenvolvimento das áreas urbanas responde a uma lógica de competição por espaços para moradia e produção. As regiões próximas ao centro tendem a concentrar as atividades produtivas e, de maneira mais específica, a produção industrial. A degradação física e a baixa qualidade de vida impactam o preço da moradia nessas regiões, tornando-as atrativas para a classe trabalhadora. Porém, devido às mesmas condições, a disposição dos moradores para permanecer nessas áreas é pequena, fazendo com que se caracterizem como regiões de transição entre outras preferencialmente escolhidas para a residência (PARK, BURGESS & MACKENZIE, 1984).

O esquema de zonas concêntricas é retomado em "*Juvenile Delinquency and Urban Areas*" para demonstrar as razões pelas quais as áreas de maior concentração de delinquência juvenil coincidiam com a chamada Zona de Transição descrita por aqueles autores. A hipótese de Shaw e McKay se sustenta na afirmação de que a diversidade da área em relação ao perfil dos moradores dificultaria a formação de uma rede sólida de valores que orientam o comportamento dos indivíduos. Essa diversidade seria responsável por uma menor capacidade de supervisão das atividades das crianças e jovens pela comunidade, criando as condições adequadas para o envolvimento com atos delinquentes (SHAW & MCKAY, 1942).

Essa abordagem sugere um efeito diferenciado do desenvolvimento sobre as formas de ocupação da cidade, dado que a Zona de Transição concentra mais crime e delinquência porque em comparação a outras regiões apresenta: 1) baixo nível socioeconômico; 2) mais heterogeneidade étnica, sendo composta por grupos com origens em diversas raças e étnicas e; 3) maior instabilidade residencial, dado que a

moradia nessa área é temporária e perdura o tempo necessário para que a mobilidade econômica possibilite a mudança para regiões mais distantes do centro.

A ocupação diferencial do espaço responde, sobretudo, a um pano de fundo econômico, onde áreas socialmente vulneráveis ou com baixo nível socioeconômico também padecem com a dificuldade de fomentar um sistema de valores comuns e, por consequência, fracassam na consolidação de grupos ou instituições responsáveis pela proteção desses valores na comunidade. Segundo os autores, as famílias, as escolas, as igrejas e tantas outras instituições em áreas organizadas (ricas, homogêneas e estáveis) trabalham para a formação de uma matriz comum de normas e valores, fazendo com que haja menor incidência de desvios em relação ao comportamento de conformidade.

Nas regiões socialmente desorganizadas, também há esforços para a socialização das crianças e jovens segundo premissas de respeito à lei e à ordem, contudo, está à disposição dos indivíduos uma série de valores concorrentes que também podem ser acessados por meio do contato com grupos e pessoas habituados à prática do crime e outros tipos de desvio. A diversidade de sistemas de valores torna as áreas mais socialmente desorganizadas bem mais expostas ao risco de que valores convencionais sejam suprimidos pelos valores desviantes em determinados contextos.

O modelo é bastante objetivo ao associar de maneira direta estrutura social e crime, o que torna a abordagem popular, mas também a confronto com uma série de críticas relacionadas a uma série de aspectos teóricos e metodológicos da proposta original da desorganização social (SHAW & MCKAY, 1942). Bursik (1988) sintetiza essas críticas em cinco principais eixos de argumentação. O primeiro diz respeito à ênfase em explicações individuais, motivadas, principalmente, pela crítica ao uso de informações individuais agregadas para sustentar abordagens macroestruturais. O risco da falácia ecológica, ou seja, assumir para o todo características das partes, ou vice-versa, assombrou os pesquisadores em momento posterior à expansão de abordagens como a teoria da desorganização social, criando um campo favorável a explicações de caráter individual, como a teoria das oportunidades (COHEN & FELSON, 1980).

A segunda crítica menciona a dificuldades quanto ao acesso a dados provenientes de estudos longitudinais. Ao contrário das informações disponíveis para o trabalho de Shaw & McKay (1942), a maior parte das pesquisas orientadas para o estudo de crime eram – ou ainda são – transversais. Isso provoca uma distorção do

modelo original, uma vez que a análise e a construção de afirmações a partir de dados de apenas um ano, supõem, portanto, a estabilidade das características de desorganização na vizinhança, o que pode não ocorrer (BURSIK, 1988).

Um outro ponto de questionamento, que aproxima as duas críticas apontadas por bursik e descritas a seguir, têm relação com o conteúdo das informações utilizadas para a investigação da desorganização social, mesmo por Shaw & McKay (1942). A primeira diz respeito a como mensurar a desorganização social. O modelo tradicional o fez com base em dados demográficos e socioeconômicos, porém, em alguns momentos sugere um argumento tautológico em que a própria delinquência é considerada sinal de desorganização e não sua consequência (BURSIK, 1988). Por outro lado, os mesmos dados, estruturais e de delinquência, são apontados como enviesados, principalmente as estatísticas criminais, e insuficientes, no caso das informações estruturais, as quais não representam informações completas sobre as interações sociais – coesão, integração e controle, por exemplo, nas comunidades estudadas.

E, finalmente, talvez uma das mais duras críticas à teoria, a qual, talvez, as novas abordagens inspiradas na teoria da desorganização social tenham tido mais dificuldade em superar, é o seu caráter normativo. Existe uma suposição implícita de que o controle social gera consenso em torno de valores comuns de conformidade à norma local – cujo descumprimento resulta nos desvios usualmente utilizados como variáveis resposta nas pesquisas sobre desorganização (BURSIK, 1988).

De maneira mais ou menos implícita, a teoria da desorganização social assume a existência de um modelo de ordem social padrão, o qual pressupõe o desejo de uma comunidade razoavelmente livre de crimes. Contudo, outros trabalhos foram bem-sucedidos em destacar a existência de estruturas bem definidas em organismos sociais desorganizados segundo as normas padrão. Em “Sociedade de Esquina”, por exemplo, Foote Whyte descreve a comunidade de Cornerville como um ambiente de profícua organização social, onde as pessoas se dedicavam, ainda anos 40, a manifestações religiosas e outras de natureza tradicional que envolviam a população. Existe organização e existe uma preocupação dos moradores com a manutenção dessas práticas, seja para manter viva a fé, como argumentam, seja para a manutenção dos laços sociais, como interpretaria um pesquisador social. Porém, o fundamental no argumento do autor é que longe de ser uma região marcada pela desorganização social aquelas vizinhanças eram reconhecidas por uma desconexão entre os valores e práticas da sociedade “abrangente”, ou seja, externa à Cornerville. A conquista do sucesso material e o reconhecimento social eram alcançados pelos

jovens envolvidos com a criminalidade por meio de outros meios daqueles considerados legítimos pela média da sociedade americana. Assumir uma ou outra postura expunha os moradores daquela região a se colocarem em diferentes modelos de ordem social, distintos, mas, ambos bem organizados em relação ao sistema de normas, valores e punições vigentes (WHITE, 2005).

Contudo, no campo dos comentadores da teoria da desorganização social, poucos tiveram a relevância de Kornhauser (1978). Em sentido mais amplo, seu trabalho propôs sistematizou as abordagens sobre crime em desenvolvimento nos anos 70 a partir de uma tipologia construída segundo em função de seus pressupostos relacionados ao peso da ordem social e da cultura para a explicação da atividade criminosa. Assim, contribuiu para a consolidação dos nomes atribuídos a abordagens como a do controle e da desorganização social até os dias de hoje. Em relação a essa última, a publicação do seu principal texto em 1978 representou o pontapé inicial para a retomada do interesse pela proposta original de Shaw & McKay. Isso se deu pelo fato de que sua leitura de *Juvenile Delinquency and Urban Areas* presume uma lógica contraditória ao assumir o papel dos mecanismos de controle social, autorregulando as comunidades, e, simultaneamente, a existência de mecanismos de transmissão cultural. Esse último, apesar de pouco explorado acima, seria o responsável pela manutenção de áreas com elevados índices de delinquência e criminalidade ao longo do tempo. Apesar das mudanças de indivíduos, os grupos criminosos seriam mantidos, bem como suas as práticas que os distinguem e as rivalidades.

Kornhauser, em suas duras críticas aos modelos baseados nos argumentos sobre cultura e subcultura como condicionantes da delinquência, principalmente, contra a teoria da associação diferencial de Sutherland, argumenta que um dos problemas da abordagem da desorganização social é justamente a inserção de argumentos relacionados à transmissão cultural. A inclusão desse aspecto seria, na visão de Kornhauser, oposta ao modelo que centrava esforços na questão da solidariedade em torno de valores de conformidade e não violência na comunidade (KORNHAUSER, 1978). Por essa razão, ela apreende do argumento de Shaw & McKay apenas o aspecto ligado à desorganização social, desmerecendo com isso a existência de valores delinquentes em conflito com os demais valores na comunidade. Estaria sobrando cultura no ambiente acadêmico naquela ocasião, mas, segundo uma perspectiva estanque do papel da cultura sobre o crime, a qual se distinguia pouco a estrutura social que formava simultaneamente as definições culturais e os valores (MATSUEDA, 2015). Como consequência, as abordagens de natureza estrutural como a do controle e da desorganização são sobrevalorizadas.

A proposta de Shaw & McKay é considerada inconclusiva pela autora na medida em que não elucida as formas pelas quais estrutura se transforma em menores índices de delinquência. A saída encontrada por Kornhauser para desfazer as dúvidas quanto a esse ponto foi chamar atenção para a capacidade de regulação da comunidade. É por meio do exercício de controle social, ou pela disposição para exercê-lo, que um coletivo se autorregula tornando mais custosas as condutas desviantes praticadas na região, tanto por moradores quanto por pessoas externas. O controle social, pouco explorado pelos autores na publicação original, tornou-se a chave para a retomada da teoria da desorganização social. E, assim, *Social sources of delinquency: An appraisal of analytic models* trouxe novo vigor ao trabalho da Escola de Chicago e, especialmente, de Shaw & McKay no princípio dos anos 80 (KORNHAUSER, 1978; MATSUEDA, 2015)

A retomada da teoria da desorganização social nos anos 80 se deu, portanto, por meio de uma série de trabalhos dedicados a apreender sua principal questão, a saber, o papel do espaço urbano e das relações estabelecidas nele como alternativas aos pontos mais críticos da abordagem da Desorganização Social. Autores como Robert Bursik (1988), Harold Grasmick (BURSÍK & GRASMICK, 1993) e Robert Sampson (1986) dedicaram-se àquela empreitada.

Esses trabalhos, de uma maneira geral, buscavam trazer à tona respostas a algumas das principais limitações do modelo original, sendo importante destacar alguns fatores como componentes favoráveis a essa retomada. O primeiro deles é a popularização do conceito de capital social e sua grande contribuição para compreender o papel dos laços, redes sociais e normas sobre diferentes esferas da vida pessoal e comunitária (COLEMAN, 1988; GRANOVETTER, 1973; PUTNAM, 2000).

Outro aspecto decisivo foi o renovado interesse nas discussões da Ecologia do Crime, com uma preocupação cada vez mais intensa em compreender os fenômenos por meio da abordagem das características do lugar, da importância dos efeitos de vizinhança sobre os fenômenos sociais e sua relação com a desigualdade e a segregação (BLAU & BLAU, 1982; WILSON, 1987). A década de 80 foi muito fértil na produção de pesquisas voltadas para a análise empírica de dados secundários e o levantamento de informações sobre a coincidência entre a concentração de pobreza e desigualdade social em áreas de maior criminalidade.

Ao confirmar a existência de um padrão para a distribuição de fenômenos sociais distintos, autores como Blau & Blau (1982) e Wilson (1987) fortaleceram a noção de

que existem efeitos de vizinhança e, portanto, a lógica comunitarista da desorganização social não estava perdida e tem capacidade de se expandir. Nesse momento houve espaço para a discussão sobre o papel da comunidade e das suas características de estrutura e organização social sobre muitos outros fenômenos além do crime, como as questões de trânsito, saúde pública, vulnerabilidade socioeconômica e degradação ambiental (SAMPSON, 2012).

Estava formado o terreno fértil para a construção de abordagens que sistematizassem essas críticas e novas frentes de atuação dos estudos de vizinhança em torno de rótulos conceituais e metodológicos que se propusessem ser mais consistentes. Nesse cenário, apontaria três grandes grupos de trabalhos que, inspirados na lógica comunitária tornaram-se populares entre pesquisadores e, em alguma medida, inspirando até mesmo as políticas públicas de segurança pública em cidades em todo o mundo, inclusive no Brasil (SILVEIRA, 2007). A chamada teoria das janelas quebradas ou espaço defensivo, a abordagem sistêmica do controle social em comunidades e a eficácia coletiva são as principais inovações teóricas que se apropriaram da herança de Shaw e McKay com o objetivo de modernizar a sua proposta. As duas primeiras serão apresentadas a seguir, enquanto a teoria da eficácia coletiva, por orientar de maneira mais direta este trabalho, ganhará uma seção específica.

3.1.1. ESPAÇO DEFENSIVO E JANELAS QUEBRADAS

Quando na década de 60 Jane Jacobs descreveu o processo de ocupação das calçadas como um dos resultados de aspectos sociais e culturais e como fator relevante para o exercício de certa vigilância das ruas por parte dos próprios indivíduos, ela não poderia antecipar o alcance que abordagens ecológicas ganhariam nas próximas décadas em termos de políticas públicas.

Seguido por Newman (1972), o trabalho de Jacobs (1960) é referência ao discutir o papel da diversidade de usos dos espaços públicos para a prevenção ao crime. A autora sugere que a ocupação das ruas e a valorização de habitações voltadas para os espaços comuns são elementos que contribuem para o exercício de controle sobre o que acontece no espaço e, assim, contribuam para a redução dos crimes. Ações mais intensas de proteção do espaço e das pessoas que compartilham dele umas pelas outras é o fator interveniente (TAYLOR et al, 1984) que associa o desenho urbano e a criminalidade. Por parte dos moradores e usuários sem motivação criminosa, quanto maior o uso e o acesso às ruas, maior o pertencimento a elas e, assim, maior a disposição para a regulação desse espaço. Pelo viés do potencial

ofensor, a diversidade de usos do espaço confere uma imagem de maiores chances de controle, menor oportunidade, o que reduziria as chances de sucesso na ação.

A prevenção criminal por meio de design ambiental, ou *Crime Prevention Through Environmental Design*, se consolidou como subárea de estudos pelas mãos de Oscar Newman (1972), a partir do qual abordagens como a de Jacobs foram incluídas na categoria das teorias do espaço defensivo. Analisando os níveis de criminalidade em conjuntos habitacionais nova iorquinos direcionados para a população de baixo a médio nível socioeconômico, Newman (1972) destacou que modelo das construções está associado a níveis mais elevados de criminalidade no prédio e no seu entorno. Em especial, um dos seus achados indica que a altura das construções é condicionante de destaque para a criminalidade no conjunto e no seu entorno. Prédios mais altos são ocupados por mais famílias, o que dificulta a vigilância e o reconhecimento de estranhos e possíveis ofensores. O mecanismo pelo qual infraestrutura se transformaria em crime seria a percepção a respeito da área como mais ou menos vigiada e, portanto, com maior ou menor risco de sucesso em um ato criminoso cometido em via pública.

O que Newman sugeriu em 72 foi, em linhas gerais, que barreiras invisíveis são constituem boas estratégias para informar a todos dos diferentes níveis de comunicação entre rua e espaço privado. Tais barreiras indicariam por exemplo sobre a existência de regras para o uso de espaços a céu aberto, mesmo que o acesso a eles não seja privado. Ou, ainda, informaria sobre áreas de circulação restrita para não-moradores, tornando simples a identificação de pessoas estranhas. Todo esse modelo se desenvolveria pela construção de signos transformando a percepção dos indivíduos e assim, sua disposição para o desvio ou para o exercício de controle (NEWMAN, 1972).

Argumento semelhante foi usado em 1982 quando Wilson e Kelling publicaram um texto que se tornou referência para muitos dos atores sociais e institucionais que atuam na área de segurança ao redor do mundo. Tudo porque discutiam o que se convencionou chamar de teoria da das Janelas Quebradas (ou “Broken Windows”). Nesse caso, ao contrário do modelo de construção, o foco recai sobre os sinais de degradação física e condutas públicas comuns em locais que tendem a concentrar mais crimes e contravenções (WILSON & KELLING, 1982).

Mas, por meio de que mecanismo se daria essa relação? Por meio da percepção de baixo controle social (formal ou informal, público ou privado) construída a partir dos sinais de ‘abandono’. Prédios abandonados, ruas sujas, lotes vagos, o

comércio de itens ilegais, paredes cobertas por pichações, música alta e outras contravenções ou sinais de desordem seriam apenas alguns dos sinais físicos de desordem associados a menos controle e, por consequência, a mais crimes. O agressor, racionalmente orientado (TAYLOR & HARRELL, 1996), avalia as chances de que haja intervenção com vistas a conter a ação desviante naquele território e executa o delito onde esse risco parece ser menor. Ora, se poder público e comunidades não se ocupam do cuidado com o espaço, dificilmente se ocupariam de maneira rigorosa dos crimes cometidos ali.

A abordagem das janelas quebradas tornou-se tão popular por embasar a estratégia de 'tolerância zero' adotada em Nova York nos anos 90. O Controle excessivo passava não apenas pelas condutas, mas pela conservação dos espaços públicos. A manutenção dos prédios e monumentos intactos, limpos e livres de pichações era fundamental para que a mensagem de presença atuante do poder público no local fosse mantida, dissuadindo os atos de vandalismo e a criminalidade em geral.

O modelo do espaço defensivo, tal como o das janelas quebradas possuem como o mecanismo causal da relação entre espaço e crime o sentido atribuído pela população ao espaço, interferindo no seu uso e, assim, atuando sobre o crime. As condições necessárias para a prática do delito são postas pelo uso objetivo dos corredores, *playgrounds* e outras áreas comuns nesses condomínios, de maneira específica, e nas cidades de uma forma geral. Porém, as formas de apropriação do espaço são desenhadas a partir do sentido atribuído por seus potenciais usuários a seu respeito, classificando-a como passível de controle e apropriação, insegura ou como um espaço que por ser público, não pertence a ninguém.

Tais abordagens se comunicam diretamente com os estudos sobre oportunidades, os quais, apesar de fazer uma discussão sobre o papel do controle social ao nível individual ou micro. Porém, eles se aplicam à discussão sobre os mecanismos de controle social que modelo de Cohen e Felson (1980) seriam alguns daqueles apontados como fontes de vigilância. O guardião, do popular triângulo das oportunidades se equipara ao mecanismo de controle social que faz dos agentes de segurança pública e da população local possíveis guardiões do espaço e dos demais usuários do espaço.

Em ambas as propostas, o primordial é o estabelecimento do nexos causal entre a percepção individual e o uso das calçadas, nos termos postos por Jacobs. A respeito dela, a que me referi nas primeiras linhas desta seção, o que questiona é, em que

medida, a diversidade de usos do espaço e os aspectos culturais ligados a esse processo são considerados nos estudos e nas políticas geradas a partir de modelos que considerem apenas as características físicas dos locais? A autora afirmava que o formato das construções e o modelo de organização das cidades e suas ruas poderiam favorecer a vigilância natural, reduzir o medo e, por consequência, dificultar a ação criminosa. Janelas voltadas para as ruas, praças bem iluminadas ou equipamentos urbanos situados em locais estratégicos são todas formas de se construir de maneira estratégica, com vistas a promover a prevenção de crimes (TAYLOR & HARRELL, 1996)

Porém, a principal crítica a essas abordagens é o fato de que do ponto de vista teórico o investimento em discutir o processo de apropriação do espaço como fenômeno causado por fenômenos mais profundos que as características do espaço físico. A questão dos laços sociais, por exemplo, não é plenamente desenvolvida pela teoria das janelas quebradas e, tampouco, por essa que Taylor et al chamam de primeira geração do espaço defensivo, formada por Newman e os desdobramentos de seu estudo na década de 70 (TAYLOR & HARRELL, 1996). O investimento posterior na análise das comunidades e suas características físicas imbricadas com o modelo de organização social aproximam o que se convencionou chamar de uma segunda geração do espaço defensivo das propostas inspiradas pela ideia da desorganização social. À medida em que o peso explicativo antes dado às características físicas se desloca em direção a fatores intervenientes como os laços sociais e à composição racial, pareceu ser mais adequado o investimento em explicações de natureza mais social e menos física.

Porém, se na academia as críticas a essas abordagens indicaram seus limites, o argumento que sustenta os estudos de espaço defensivo e janelas quebradas são imensamente populares no campo das políticas públicas na Europa, nos Estados Unidos e, mais recentemente, no Brasil e em outros países da América Latina. O vínculo causal é simples, a 'receita' é fácil de ser replicada e com resultados de curto prazo bastantes expressivos. Conforme o mencionado acima, o "Tolerância Zero" em Nova York e tantas outras propostas de melhoramento urbano dedicadas à revitalização de espaços, principalmente em áreas centrais de grandes cidades ao redor do mundo e, no Brasil, em diferentes momentos da história recente, em capitais como o Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belo Horizonte. Todas possuem espaços cuja intervenção se deu como resposta à elevação dos índices de criminalidade ou mendicância em áreas centrais, cuja opção da gestão pública foi a transformação do

território em espaço mais convidativo para pessoas e negócios com vistas a promover maior controle social.

Porém, também são evidentes os desafios para que os resultados dessas intervenções sejam permanentes. De início, falta de uma investigação mais profundada a respeito do modo como os aspectos físicos se relacionam à cultura e à vida social no lugar. Mais uma vez, o que faz sentido para a população local nem sempre o faz para os olhos externos que vêm desordem no modelo local de organização e tentam enquadrar as comunidades, seus espaços comuns e suas habitações, quando construídas pelas agências públicas, nos padrões pré-estabelecidos pela política.

No campo das condutas sociais postas em andamento em áreas estruturalmente degradadas, o que se verifica é o desenvolvimento de cada vez mais estratégias de restrição da circulação a pessoas diferentes e estranhas aos lugares. Ou seja, o controle social exercido por comunidade e poder público tem sido construído mais no sentido de excluir o diferente, para proporcionar segurança por meio da homogeneidade, do que promover a diversidade e, portanto, a vigilância natural (CALDEIRA, 2000; BECKET & HERBERT, 2008). A apropriação dos modelos teóricos construídos a partir de evidências empíricas nas políticas públicas de controle social parece ter se voltado para a constituição de um modelo de cidade punitiva que, ao contrário de promover integração, reforça a lógica de segregação baseada nas diferenças entre nós e eles (BECKET & HERBERT, 2008).

3.1.2. ABORDAGEM SISTÊMICA: CONTROLE SOCIAL EM TRÊS NÍVEIS

Quando a ênfase nas características físicas e incividades em espaços urbanos dava sinais de enfraquecimento, ao menos no campo da pesquisa, criaram-se as condições para a retomada dos modelos baseados em explicações que aliem o espaço a aspectos sociais e culturais mais específicos que a definição do desenho arquitetônico.

Entre esses, destacam-se os trabalhos de Bursik (1988) e Bursik e Grasmick (1993) que foram extremamente bem-sucedidos em discutir as falhas da teoria da desorganização social e fazer uma leitura cuidadosa dos novos trabalhos que discutiam o tema à época para propor o que é conhecido hoje como uma abordagem sistêmica do controle social. A visão sistêmica da vida em comunidade ou vizinhanças agrega por tentar identificar experiências sociais que em todos os níveis possam fazer

com que a prática de crimes seja desinteressante tanto para seus moradores e usuários quanto para potenciais ofensores externos.

Em linhas gerais, baseados no que sugere Hunter (1985), Bursik e Grasmick (1993) afirmam que a articulação entre os níveis privado, comunitário (ou paroquial) e público de controle social é o que possibilita a criação de vizinhanças com níveis de medo, crime e vitimização em patamares aceitáveis.

O nível privado é aquele das relações íntimas e próprias do ambiente privado. Familiares e amigos íntimos seriam os primeiros filtros externos para a definição da conduta individual tornando mais custosa a opção pelo crime e a delinquência. Quanto mais intensos esses laços, menores as chances de que os moradores, jovens, principalmente, cometam crimes em sua vizinhança. A supervisão de pais e responsáveis, bem como a construção de valores de conformidade à regra seriam os mecanismos pelos quais o controle se transformaria em comportamento pacífico.

Na comunidade, ou o controle de nível paroquial, os que contam são a coesão, a integração e o associativismo presentes em uma vizinhança. O engajamento em instituições de mobilização política e social, a participação em grupos locais como igrejas e escolas e a proximidade com moradores e usuários da mesma área por meio de relações marcadas por cordialidade, confiança e amizade são alguns dos fatores a proporcionar o controle social comunitário. Nessa perspectiva, o controle se torna efetivo na redução ou manutenção de baixos níveis de medo, criminalidade e vitimização por meio do reforço dos valores de conformidade e autorregulação local e da vigilância das áreas e espaços comuns, afinal, condutas vistas como inadequadas por moradores e usuários podem ser melhor identificadas e solucionadas, quando este for o caso, quando os membros da comunidade se conhecem e interagem em sua vida pública.

O nível público de controle informa sobre a presença e atuação dos principais atores e equipamentos públicos como os de segurança, educação e infraestrutura na vizinhança. Um contato pleno com essas instituições e sua presença nas comunidades é apontada pelos autores como o terceiro vértice do triângulo do controle social comunitário, sem o qual crime, medo e violência tornam-se problemas comuns nas comunidades. Os autores enfatizam, principalmente, as polícias e outras forças de segurança pública, que podem atuar de maneira direta sobre condutas de desrespeito à norma na comunidade e variáveis socioeconômicas e os serviços públicos básicos (BURSIK & GRASMICK, 1993).

O modelo sistêmico assume que não basta que haja confiança e relações de amizade na população. É fundamental a existência de redes que articulem todos os atores que compõem o organismo social: moradores, comerciantes, gestores, policiais, etc. Só a partir da composição desse sistema comunitário é possível pensar um cenário de controle do crime, medo e desordem que não se baseie exclusivamente ora na ênfase exclusiva na força do tecido social, ora na repressão e presença maciça da polícia (BURSIK E GRASMICK, 1993).

O desenvolvimento desses três níveis de interação é progressivo e depende de tempo e da dedicação de todos os atores envolvidos, o que novamente atrela a abordagem a premissas próprias de desorganização social como a estabilidade residencial. Regiões com elevados níveis de rotatividade, tendem a desenvolver baixo controle social, principalmente, aquele de natureza paroquial e pública. Evidentemente, a essa abordagem também se aplicam críticas a uma perspectiva normativa da qual dificilmente qualquer modelo inspirado pela tradicional teoria da desorganização social poderia se desvencilhar. Porém, a saída encontrada pelos autores para a articulação de diferentes esferas de controle parece ser, ainda hoje, uma interessante proposta para a aplicação do modelo de Shaw & McKay em comunidades urbanas.

Se o trabalho de Bursik e Grasmick consistiu em fazer uma rica revisão da literatura sobre vizinhanças na criminologia e identificar o papel da lógica sistêmica em torno de seus resultados, no caso de Sampson, sua proposta foi construir estratégias metodológicas para replicar o modelo proposto inicialmente por Shaw e McKay (SAMPSON, 1986; SAMPSON & GROVES, 1989) e, posteriormente, avançar em direção à sua própria abordagem para a explicação do crime em áreas urbanas, a teoria da Eficácia Coletiva, que será apresentada com mais detalhes em seção específica.

Por ora, antes de partir para a apresentação do conteúdo do modelo analítico proposto por Sampson, acredito ser importante apresentar as principais correntes que se desenvolveram no Brasil no trato da interação entre vizinhanças urbanas e crime no país. Esse exercício pode auxiliar a compreender os motivos pelos quais os modelos ecológicos para a explicação do crime não ganharam espaço na pesquisa sobre crime e derivados desenvolvida no país e, tampouco, aquelas experiências orientadas para esse fim esbarram em questões caras às teorias e que não encontram lastro na realidade exposta pelos resultados dos modelos empíricos.

3.1.3. VIZINHANÇAS NO BRASIL: A VEZ DAS COMUNIDADES URBANAS

A trajetória da pesquisa sobre vizinhanças na Europa e nos Estados Unidos foi marcada por uma grande proximidade com a utilização e o desenvolvimento de métodos, principalmente quantitativos, para o levantamento e análise de dados sociais e criminais. No Brasil, a discussão sobre os números e o papel dos dados para a investigação do crime e da criminalidade no Brasil não apenas inauguram o campo de discussão sobre comunidades, e sua relação com o crime, como também contribui para a formação da primeira agenda de pesquisa da sociologia do crime no país (FREITAS & RIBEIRO, 2014).

Por meio do trabalho de Edmundo Campos Coelho (1978a; 1978b) e Antônio Luiz Paixão (1983) são postos em evidência os primeiros resultados de análise quantitativa de registros oficiais de criminalidade para cidades brasileiras, no caso, Rio de Janeiro (COELHO, 1978a; 1978b) e Belo Horizonte (PAIXÃO, 1983). Os artigos correspondem a análises exploratórias de dados de ocorrências registradas na região, segundo os bairros de localização dos eventos e as características sociodemográficas dos envolvidos. Para além dos resultados, para o tema do crime e das vizinhanças, inova ao apontar que a) os dados oficiais de criminalidade são produto da prática institucional dos órgãos de segurança pública e, portanto, refletem os vieses que fazem com que a mesma prática seja criminalizada para uns grupos e não para outros; b) apontam a dificuldade de sociólogos na virada da década de 80 se ocuparem da criminalidade como objeto de estudo e não apenas da marginalidade, ou dos aspectos sociais e econômicos que favorecem o crime (PAIXÃO, 1995; COELHO, 1983).

Esses dois fenômenos estariam relacionados por meio da associação entre pobreza/marginalidade e a prática de crimes, a qual seria considerada, de diferentes maneiras, tanto pelas instituições quanto pelos pesquisadores, como aspectos diretamente correlacionados. No campo institucional, o autor foi o primeiro a denunciar que o sistema de justiça criminal atuava – ou atua – no país de maneira a criminalizar condutas próprias das classes sociais e de regiões da cidade marcadas pela pobreza e exclusão social (COELHO, 1978a).

Na academia, a grande influência da abordagem marxista na sociologia brasileira nas décadas de 70 e 80 seria uma das causas para que ao contrário de se ocupar do crime e da criminalidade, os cientistas sociais discutissem com tanta dedicação o papel dos fatores estruturais sobre as práticas criminais. A recomendação do autor foi a abertura da sociologia do crime no Brasil aos estudos próprios da criminologia, a qual, naquele momento, no cenário internacional, já experimentava o

ressurgimento das abordagens baseadas em explicações ecológicas para o crime (COELHO, 1978b; FREITAS & RIBEIRO, 2014).

A investigação das estatísticas criminais pode ser considerada o estopim para uma reflexão densa a respeito do campo, suas limitações e possibilidades. E o que esses dados indicaram foi a existência de certo padrão específico de distribuição espacial dos crimes e das prisões em áreas urbanas. Essa constatação levou a duas principais hipóteses levantadas por Coelho (1978b), mas que parecem ter se tornado relevantes hipóteses de pesquisa para a área. A primeira diz respeito à atuação das instituições de segurança pública e justiça criminal, principalmente as polícias, como resposta a um modelo de interação social que exclui e criminaliza determinados grupos. A segunda é a de que há processos sociais e culturais em desenvolvimento em áreas específicas das cidades, principalmente naquelas com menor acesso a serviços públicos e composta por moradores com baixo nível socioeconômico. Tais regiões seriam marcadas por fenômenos sociais de grande complexidade, a qual excede as explicações baseadas exclusivamente na lucratividade do envolvimento com crime. Assim, o crime não seria resultado apenas da falta de oportunidades para a conquista dos fins, geralmente econômicos e sim promovido pela interação entre elementos individuais (sexo, idade, cor/raça, por exemplo) e contextuais, próprios do lugar (COELHO, 1980).

O movimento que se seguiu foi a de avanço das pesquisas sobre crime e justiça no Brasil em direção, principalmente, aos estudos orientados para a investigação das instituições e da sua atuação como fonte de reforço à marginalização e à exclusão social. No caso dos primeiros, os estudos institucionais, tornaram-se a principal subárea de estudos no país, movimentando grande parte da produção acadêmica a partir dos anos 80 (ZALUAR, 1999; FREITAS & RIBEIRO, 2014).

O segundo caminho, mais próximo da discussão sobre vizinhanças, sugeriu a investigação dos processos de criminalização da pobreza indo ao encontro do objeto de pesquisa, ou seja, as comunidades. A partir de meados dos anos 80 e 90 surgiram algumas das mais expressivas pesquisas de campo orientadas direta ou indiretamente para a compreensão dos processos sociais que associam crime, pobreza, marginalidade ou malandragem no Brasil (MISSE, 1999; ZALUAR, 1994a; 1994b). A força do trabalho de campo em comunidades, principalmente do Rio de Janeiro pode ser tranquilamente apontada como a grande fonte de desenvolvimento dos saberes sobre as vizinhanças urbanas brasileiras.

Ora, o campo da sociologia do crime no país se origina do debate em torno dos dados estatísticos, os quais sistematizados e analisados pela primeira vez nos anos 70 indicaram a existência de padrões espaciais – em termos de resultados diretos, e a produção social do registro. Porém, é meio da observação das relações sociais *in loco* que se desenvolvem os principais avanços em termos do conhecimento das dinâmicas sociais presentes nas comunidades, favelas e periferias brasileiras.

A identificação de um *ethos* guerreiro que reforça entre os jovens a noção de que a arma de fogo e o crime fazem parte da identidade daquele que alcança reconhecimento por meio das práticas criminais (ZALUAR, 1994). Ou a análise dos processos que conduz à associação imediata de características pessoais a elementos criminais, de maneira automática, sem o devido conhecimento do crime (MISSE, 1999), são alguns dos conceitos que revelam a profundidade do trabalho de campo e das análises que originaram, as quais contribuíram para exorcizar, nos termos de Misse, os fantasmas que assombravam a produção acadêmica e o senso comum com afirmações como a de que o crime é resultado da privação econômica. O estudo das rotinas sociais e da atuação das organizações de instituições de segurança pública contribuiu para que o lugar ganhasse destaque na produção da sociologia nacional, sendo essa importante etapa na trajetória de consolidação das abordagens de base coletiva para investigação do crime no país.

O Rio de Janeiro, apontado por Misse (1999) como “caixa de ressonância” do Brasil em termos de problemas sociais e políticos foi, portanto o cenário para o desenvolvimento de grandes incursões de pesquisadores em favelas e periferias da cidade em busca do conhecimento dos mecanismos de produção da marginalidade e do crime. Porém, outras nuances desse mesmo processo de ida da sociologia a campo podem ser identificados na produção que se desenvolve em outras regiões do país, também de maneira a identificar fatores importantíssimos sobre as relações entre crime e comunidade. Com foco sobre os processos de mobilização política de base comunitária, Feltran (2010) discute a trajetória de investigação das periferias em São Paulo, destacando o quão propício se tornou o momento político da redemocratização para a organização de grupos sociais comunitários em torno das demandas estruturais muito comuns às periferias não apenas daquela cidade, mas de todas as grandes áreas urbanas no país. A partir daí o autor chama a atenção para a existência de alguns momentos de transição do tipo de produção acadêmica sobre periferias no Brasil. O primeiro marcou a mudança de um cenário de eminente abertura política, anos 70, marcado pela investigação do que chama de contra esfera pública, composta pelos movimentos nascidos nas periferias e que tinha por objetivo representar a

população marginalizada e suas necessidades na esfera política para os chamados “novos movimentos sociais”. Esse último, buscou reunir nos anos 80 a análise de outros grupos que além dos marginalizados por aspectos estruturais apresentavam demandas identitárias como a as mulheres e os homossexuais. Finalmente, ainda na esfera a mobilização a tese mapeia o princípio dos anos 90 como o marco para a entrada de um tema que ainda hoje marca as análises sobre mobilização social em comunidades, a saber, as esferas compartilhadas de decisão. Conselhos, Orçamentos Participativos e outros mecanismos de articulação entre estado e população para a execução de políticas públicas tornaram-se objeto de análise da sociologia e, eventualmente, fortaleceram o tema das vizinhanças no país (AVRITZER & PEREIRA, 2010).

Entre muitos outros méritos, a força dessas pesquisas esteve sempre no trabalho de campo, na análise de documentos e em outras estratégias metodológicas qualitativas para o levantamento de dados. Ou seja, se o movimento inicial de investigação das comunidades e das periferias em busca de problematizar as falas que criminalizaram a pobreza partiram do levantamento de dados estatísticos, o fortalecimento do campo se deu a partir da investigação qualitativa. A apropriação deficiente da criminologia e do seu apreço pelos testes empíricos, apontada por Coelho (1983), permaneceu sendo uma limitação da investigação sobre crimes e comunidades no país, restringindo as chances de generalização dos resultados. É evidente que o estudo e a crítica da produção de dados quantitativos tornaram a sociologia uma ciência mais aplicada, porém, não desenvolvida o suficiente para a construção de estratégias consistentes para validar no Brasil as abordagens que no cenário internacional são frequentemente testadas por meio de métodos de estatística inferencial.

Assumir as dificuldades da produção de dados quantitativos baseados em comunidades não implica assumir a inexistência de experiências orientadas para este fim no país. Nesse sentido, a escola inaugurada, principalmente, por Antônio Luiz Paixão (1983) fez da produção acadêmica de Minas Gerais aquela que mais se aproxima de um debate mais diversificado em termos de abordagens teóricas e metodológicas no Brasil. O propósito da aproximação entre universidade e polícias, bem como o investimento em produção e análise de dados quantitativos no país levou a sociologia do crime produzida na Universidade Federal de Minas Gerais a se apropriar das demandas apresentadas pelos trabalhos que desde a década de 70 assumiam a necessidade de se problematizar as estatísticas e as imagens urbanas ligadas à marginalidade, criminalidade e pobres. Assim, os estudos sobre vitimização,

a análise espacial de dados criminais e o apoio na formação dos profissionais de segurança pública tornaram a cidade e, por consequência, as comunidades e vizinhanças o centro do trabalho de autores como o próprio Paixão (PAIXÃO & BEATO, 1997), Beato (2008; 2012; BEATO & ZILLI, 2012) e outros que se dedicaram ao tema, principalmente a partir da virada dos anos 2000 (VILLARREAL & SILVA, 2006; RODRIGUES, 2006; OLIVEIRA & RODRIGUES, 2013). Naquele cenário, além da ampliação das possibilidades metodológicas, agregando aos já conhecidos estudos qualitativos – etnográficos ou não, a investigação quantitativa, os trabalhos possuem o mérito da apropriação da literatura proveniente da criminologia como um interessante arcabouço teórico para a compreensão do fenômeno da criminalidade em si, bem como o papel das instituições de controle e da comunidade. A preocupação com o crime, apontada por Coelho (1983) como uma necessidade da academia brasileira nos anos 80, faz desses estudos urbanos inspirados pelas teorias e pressupostos da criminologia um canal para oferecer à sociologia do crime no país um caráter mais aplicado, o que é positivo em um campo cujo caráter prescritivo pode ser eventualmente negado, mas, poucas vezes completamente evitado.

Diante da trajetória do tema das vizinhanças e sua relação com o crime na sociologia no Brasil é fundamental compreender a diversidade de abordagens pelas quais o tema é trazido à luz por meio da produção científica. Seja na investigação *in loco* ou por meio da aplicação de métodos quantitativos sofisticados, ou ainda com inspiração nas macroteorias de natureza estrutural ou nas abordagens de médio alcance produzidas, por exemplo, pela Escola de Chicago, a comunidade é elemento central para a construção de conhecimento sobre as causas, as consequências e os processos sociais envolvidos na atuação desviante ou criminosa individual. Porém, as comunidades mudam. Aparentemente, as vizinhanças ganham nuances bem particulares em cenários de avançada industrialização, desenvolvimento econômico e, com frequência, esgarçamento do tecido social. Hoje não parece ser difícil admitir que o lugar importa para a definição da criminalidade ou da vitimização, nosso tema de pesquisa, mas é fundamental problematizar essa afirmação. “Como o lugar importa?” parece ser a pergunta de pesquisa a orientar o campo de estudos sobre efeitos de vizinhança nos próximos anos. Nesse sentido, alguns itens podem ser colocados como essenciais para o desenvolvimento de pesquisas na área. O primeiro deles é o investimento em discussão sobre as definições de vizinhança, fazendo com que sejam mais flexíveis e abertas às fronteiras naturais, reconhecidas pelos atores sociais em interação no espaço. Isso cabe principalmente para os trabalhos quantitativos, os quais, como este, ainda se deparam com as grandes limitações do uso de áreas

definidas pelas agências de estatísticas nacionais para a produção de amostras e análises agregadas.

A tarefa é ampla, bem sabemos disso. Porém, o caminho está posto para o desenvolvimento disso que o futuro pode conhecer como um modelo de estudos sobre comunidades que se aproprie da inquestionável relevância do lugar (seus aspectos físicos, sociais, culturais e políticos) sem pintar de cinza a riqueza da diversidade cultural presente nas vizinhanças de todo o mundo. A pergunta que se faz é quais os limites de um modelo analítico a partir de quando se presta à replicação? Ou sob outra perspectiva, como evitar a construção de argumentos bem aplicáveis a uma região ou a uma comunidade. Este trabalho se posiciona de maneira a considerar relevante a reflexão teórica e o desenvolvimento de argumentos embasados em resultados de análise empírica. Porém, que tais estudos se tornem cada vez mais complexos em termos de categorias explicativas a fim de fazer com que seja possível, reconhecendo particularidade, encontrar traços comuns em diferentes localidades e, assim, extrair daí o fundamento teórico que melhor se comunica com o real em mais lugares do mundo.

O exercício a que se convidam os pesquisadores da sociologia do crime no Brasil é o de reduzir as barreiras entre as áreas do conhecimento, escolas de pensamento e metodologias para que os estudos sobre comunidades e vizinhanças se tornem mais orgânicos na definição de objetos, construção de hipóteses e na análise dos resultados. Os temas próprios aos estudos de criminalidade, segurança pública e justiça criminal se ligam de maneira natural, pois se conectam no real, a outros como a discussão sobre pobreza, desigualdade, educação, urbanização e muitos outros. Um programa de pesquisa bem-sucedido sobre os vizinhanças e comunidades parece se basear na articulação dessas áreas, seus modelos teóricos e técnicas de análise, na formação de modelos que se apropriem do sistema social nessas unidades que se situam entre os níveis micro e macro da organização societária. A partir daí, será possível continuar avançando em direção a oferecer respostas a perguntas sobre como o lugar é importante para a qualidade de vida das pessoas e não apenas para o crime no Brasil e, em qualquer lugar do mundo.

4. A ABORDAGEM DA EFICÁCIA COLETIVA E O PAPEL DA VIZINHANÇA

A Eficácia Coletiva é um construto analítico concebido para representar um tipo de ativo comunitário resultante da articulação de fatores estruturais (incluindo a diversidade econômica, étnica e cultural) com o produto das relações sociais entre os moradores e desses com atores extracomunitários, como o Estado. Tal abordagem

resgata as contribuições da Teoria da Desorganização Social (SHAW & McKay, 1942), se propondo a esclarecer os mecanismos pelos quais se dá a relação entre espaço urbano e crime, a qual seria mediada pela qualidade do tecido social na vizinhança, essa esfera intermediária entre o espaço privado e o macroestrutural. Para avançar nesta direção, a literatura que discute eficácia coletiva (SAMPSON, & GROOVES, 1989; SAMPSON, RAUDENBUSH & EARLS, 1997) e, mais tarde analisa os chamados efeitos de vizinhança ou *neighborhood effects* (SAMPSON, 2012), baseia-se na inovação metodológica trazida pelo emprego de novas técnicas de coleta de dados, como as pesquisas amostrais, as quais viabilizaram a inserção de outras dimensões explicativas importantes para descrever esse atributo comunitário, como a caracterização da percepção dos moradores sobre os laços sociais estabelecidos com vizinhos (SAMPSON, RAUDENBUSH & EARLS, 1997).

Uma comunidade com elevado grau de Eficácia Coletiva é aquela que demonstra grande capacidade de se organizar em momentos específicos para solucionar problemas comuns. É possível que esse problema esteja ligado ao crime nas ruas da vizinhança, mas ele também pode sinalizar uma demanda por melhores condições de infraestrutura, qualidade dos serviços urbanos, mobilidade e tantas outras questões que interferem na qualidade de vida da população. O fundamental mesmo é que haja na comunidade uma expectativa de que, quando necessário, haverá adesão do grupo a iniciativas de intervenção, mesmo na ausência de laços sociais fortes.

Um dos importantes pilares do modelo da Desorganização Social é a existência de uma densa rede de relações sociais comunitárias. De acordo com essa proposta, a partir da formação desses laços sociais a comunidade é capaz de reproduzir valores de conformidade à norma e, assim, exercer controle social. Ainda que essa não seja uma medida avaliada diretamente pela proposta empírica, devido à limitação dos dados disponíveis, a noção de que comunidades desorganizadas possuem um tecido social mais esgarçado é o que sustentava os argumentos de Shaw e McKay, já em 1942 (SHAW & MCKAY, 1942).

Para Sampson essa pode ser uma das principais dificuldades em replicar o modelo da Desorganização Social, afinal, supõe uma grande homogeneidade de valores na área e, além disso, admite que a existência de coesão é condição indispensável à disposição para intervir (SAMPSON, 2012). Há comunidades muito densas, com fortes laços sociais entre os indivíduos que lançam mão dessa solidariedade para proteger a própria atividade criminosa local. A proposta de Sampson apoia-se na premissa de que mais importante que fortes laços sociais é a

expectativa de que aquele grupo possa ser acionado nos momentos de necessidade. Dessa forma, por meio da expectativa, além da coesão, o autor valoriza a confiança como elemento a condicionar a disposição para exercer controle social.

Assim, mesmo em um bairro onde não há forte interação entre vizinhos, a eficácia pode ser demonstrada a partir da disposição para responder às necessidades coletivas. A eficácia não é permanente, posto que as iniciativas de ação comum independem dos laços sociais. Tais iniciativas podem se constituir de maneira mais instrumental, desfazendo-se a partir do alcance dos objetivos pretendidos. Por meio desse mecanismo, coesão social, confiança interpessoal e capacidade de exercer controle social se articulam oferecendo pistas a respeito de porquê algumas regiões de uma mesma cidade apresentam mais problemas urbanos que outras, mesmo quando são controladas as características estruturais.

Evidentemente, o viés socioeconômico que permeou a discussão de Shaw & McKay (1942) ainda está presente no argumento da eficácia, posto que apontam certa sobreposição entre os indicadores de desvantagem econômica, composição racial e crime (SAMPSON & WILSON, 1995). Em países em desenvolvimento, como o Brasil, é também sabido que áreas onde a população está mais exposta à privação econômica, a condições inadequadas de infraestrutura urbana, situações recorrentes de violação de direitos de crianças e adolescentes e/ou à baixa escolarização, citando apenas alguns aspectos usualmente incluídos na discussão sobre vulnerabilidade social (BRONZO, 2005), também tendem a apresentar elevados índices de criminalidade violenta e uma rede de laços sociais mais densa e local (CERDÁ, MORENOFF et al (2008), VILLARREAL & SILVA, 2006).

Contudo, quando comparada à desorganização social, a abordagem da eficácia coletiva abre alguma brecha para a mudança. Isso ocorre na medida em que ela reconhece a possibilidade de que intervenções que afetem espaços públicos sejam alcançadas mediante o engajamento, mesmo em situações de vulnerabilidade social. O investimento na formação de vínculos que relacionem não apenas os moradores, mas que ofereçam possibilidades de comunicação com o poder público e outras instituições capazes de auxiliar no exercício do controle social seriam elementos de destaque para que comunidades com baixo nível socioeconômico alcançassem mais qualidade de vida para seus moradores por meio do envolvimento em ações de natureza coletiva.

Apesar de coesão social e controle social informal serem dimensões do mesmo ativo (eficácia coletiva), a abordagem atribui maior influência da expectativa de

intervenção do grupo sobre o bem-estar da comunidade em detrimento dos laços sociais (SAMPSON et al, 1999; SAMPSON, 2012). A coesão social parece oferecer uma base para o desenvolvimento de articulação e engajamento, mas não é condição sem a qual não ocorrem a mobilização ou a intervenção. Os laços sociais são apresentados na abordagem da eficácia coletiva como inseridos em uma espécie de sistema de compensação em que a alegada dificuldade das sociedades urbanas contemporâneas em se manter relações sociais intensas e territorialmente localizadas pudesse ser superada pela construção de ligações com atores-chave (locais ou não) para a mobilização.

Observando esse tipo de construção fica clara a influência do trabalho de Mark Granovetter (1973), o qual afirmou a relevância dos chamados laços fracos para a captação de informações novas e relevantes para uma rede de atores sociais. Analisando a circulação de informações no mercado de trabalho, o autor verificou que em uma densa rede de relações íntimas os laços fortes são predominantes e, portanto, como consequência, todos dispõem de informações semelhantes. Quando alguns dos elementos dessa rede mantêm contatos externos, ainda que esses sejam de baixa intensidade (laços fracos), é aberto um canal de circulação de informações novas para a rede, ampliando as chances de inserção no mercado de trabalho. Mais informação implica mais oportunidades: de ampliar a empregabilidade, de atrair para a comunidade projetos sociais ou de conseguir a instalação de um posto policial naquela área e não em outra com menos conexões externas (GRANOVETTER, 1973).

Sampson se apropria desse modelo analítico que fundamenta as técnicas de análise de redes sociais e afirma que a eficácia coletiva pode florescer na ausência de laços sociais intensos, quando a comunidade demonstra habilidade para capitalizar os recursos advindos dos laços sociais ‘fracos’ estabelecidos por seus moradores. Assim, o contato com agentes e instituições do poder público, o investimento em grupos e associações com forte apelo midiático e outras estratégias podem favorecer muito a capacidade de a própria comunidade participar mais ativamente de processos de autorregulação ou controle social informal, no sentido dado pelos estudos sobre crime e vizinhança (Bursik & Grasmick, 1993).

A discussão sobre “buracos estruturais” representa na literatura sobre capital social outro interessante contraponto à proposta maximalista de autores como Coleman (1988) e Putnan (2000) e que, portanto, pode ser relacionada ao pano de fundo da abordagem da eficácia coletiva (BURT, 2001). Mais uma vez, a redundância de informação é o ponto chave para compreender o argumento, que no modelo proposto por Burt, ainda possui a figura do *broker*, o elemento chave que negocia

oportunidades. O intermediador (*broker*) participa de uma ou mais redes sociais que se comunicam por meio dele, fazendo com que seja dotado de poder e autonomia que o diferencia dos demais. Quando disposto a disseminar e compartilhar, o *broker* completa o circuito entre as redes e amplia as possibilidades de intervenção para os grupos, caso seja esse o ativo em questão.

Como em Granovetter, Burt enfatiza a importância das relações sociais menos intensas e mais abertas que os laços familiares e de amizade. Mas em compensação, afirma que a decisão sobre como e quando disseminar a informação não se dá ao acaso e responde a interesses diversos. A existência dos buracos estruturais e da presença do *broker* não é capaz de garantir resultados coletivos provenientes da informação a que este tem acesso. Portanto, a rede que forma confiança e articulação no modelo tradicional do capital social, também pode ser enfraquecida do ponto de vista de sua capacidade de organização, mobilização ou desenvolvimento em função de interesses particulares (BURT, 2001). Esses modelos teóricos baseados em visões individualistas do capital social suportam relativamente bem o argumento da eficácia coletiva, ao menos enquanto essas vizinhanças são observadas com uma lente mais geral.

A noção de eficácia coletiva compartilha com os conceitos de laços fracos e intermediário (*Broker*) a hipótese de que a capacidade e a disposição para se ocupar dos problemas comuns não dependem tanto da coesão social. Saber mobilizar contatos externos e conhecer os canais de comunicação que ligam o bairro ao poder público parecem ser fatores mais importantes para que a comunidade seja eficaz na promoção de autorregulação (SAMPSON, 2012). Mas, a questão que se coloca é, se o próprio modelo assume a possibilidade de que coesão social e controle social informal não se desenvolvam sempre da mesma forma em comunidades, é possível atribuir aos mesmos a participação em um único construto teórico ou metodológico? O pressuposto do progressivo enfraquecimento dos laços sociais por meio da redução das interações face-a-face pode representar a ausência de capacidade explicativa da coesão social sobre fatores como a criminalidade e outros fenômenos que afetam a qualidade de vida da população? Esse parece ser um dos grandes desafios ao potencial explicativo da abordagem da eficácia coletiva: comprovar que apesar de ser o resultado da articulação de fenômenos distintos, a construção de uma densa rede de relações sociais por um lado e, por outro, a manutenção de um senso de pertença a um coletivo capaz de se mobilizar em direção a objetivos comuns.

A fim de mensurar a eficácia coletiva, Sampson et. al, contaram com dados de uma pesquisa na comunidade de 8.782 moradores de Chicago, em 1995, incluída no

Projeto de Desenvolvimento Humano das Vizinhanças de Chicago (*Project on Human Development in Chicago Neighborhoods* - PHDCN). Guiados pela justificativa teórica, eles criaram na pesquisa um grupo de perguntas específicas para ambas as dimensões (SAMPSON, RAUDENBUSH & EARLS, 1997).

A Coesão Social e a Confiança foram medidas pelas seguintes questões: "As pessoas deste bairro são confiáveis", "As pessoas neste bairro são unidas", "As pessoas neste bairro geralmente se dão bem umas com as outras", "Pessoas neste bairro possuem os mesmos interesses e valores" e "as pessoas por aqui são dispostas a ajudar os seus vizinhos". Essas proposições indicam quão fortes são os laços sociais em um bairro.

Para medir o Controle Social Informal o grupo de pesquisadores de Chicago criou um conjunto de situações hipotéticas em que uma comunidade poderia exercer controle social, demonstrando seu engajamento com questões coletivas. Os entrevistados da mesma pesquisa foram convidados a responder se seria possível contar com os vizinhos para tomar uma atitude caso presenciassem "jovens faltando à escola e conversando na rua", "Jovens pichando construções locais", "Jovens mostrando desrespeito a um adulto", "Uma briga em frente de sua casa" ou "A unidade do Corpo de Bombeiros mais próxima de casa fosse ameaçada por cortes no orçamento".

Elevada correlação estatística e proximidade teórica foram usadas para justificar a construção de Eficácia Coletiva como uma única medida, colocando juntos Coesão Social/Confiança e Controle Social Informal como um indicador de vizinhança, aplicando-se a nova variável como preditor de regressões sobre indicadores de criminalidade.

Os testes empíricos realizados a partir daí por Sampson e colegas tenderam a indicar associação favorável entre esse indicador de Eficácia Coletiva e as medidas de crime. Em outras palavras, os bairros com alta eficácia coletiva tendem a ter menor vitimização (SAMPSON, 2012). Isso acontece mesmo quando esse efeito é controlado pela desvantagem concentrada e pela estabilidade residencial. Eles não puderam observar elevados níveis de Eficácia Coletiva em áreas com altos índices de homicídios registrados no passado, sugerindo que o medo do crime pode lutar contra o controle social. No entanto, mesmo que essa Eficácia Coletiva seja limitada em bairros com notáveis índices de criminalidade anteriores, os resultados são conclusivos ao confirmar que a eficácia desempenha um papel importante na redução da vitimização em comunidades de Chicago.

Bem aplicável ao contexto norte-americano, o conceito não tem mostrado resultados consistentes em testes propostos na América Latina. Nesses países, pesquisas têm indicado alguma especificidade quando se trata de vontade de intervir em uma situação ou problema de segurança. Em geral, as comunidades com mais crimes e medo do crime tendem a ser aquelas com maior coesão social, o que não é necessariamente acompanhado por mais intervenção comunitária (CERDA & MORENOFF, 2007; NÚÑEZ et al, 2012; SILVA, 2012;). A seguir, alguns exemplos de trabalhos abordando a temática dos efeitos de vizinhança e, mais precisamente, da Eficácia Coletiva em países da América Latina.

4.1. O Paradoxo da Eficácia Coletiva

O ano era 2006 e partindo da análise de dados de um survey de vitimização realizado em Belo Horizonte no ano de 2002, Villarreal & Silva foram capazes de apresentar por meio de testes estatísticos o que a sociologia brasileira já discutia nos trabalhos que estudaram comunidades, crime e marginalidade desde a década de 70: as favelas e outras regiões com baixo nível socioeconômico médio no país são extremamente coesas e não padecem da falta de integração social que supõe a teoria da desorganização. Essa coesão, por sua vez, não apresenta associação estatisticamente significativa com os níveis de criminalidade na capital de Minas Gerais, se acordo com os dados utilizados na análise e, isso sim, é novo (VILLARREAL & SILVA, 2006). Independentemente do conceito, se vulneráveis, com grande concentração de desvantagens ou baixo nível socioeconômico, como outros trabalhos, o texto de Villarreal & Silva (2006) indicam a associação entre a concentração de crimes, ou da percepção acerca deles, e indicadores como o padrão de acabamento dos domicílios, renda domiciliar e escolaridade dos moradores (BEATO, 2012; p172). Mais uma vez, a novidade se deu da descoberta de que, ainda assim, mesmo reunindo características que atentariam contra o desenvolvimento de laços sociais comunitários, de uma maneira geral, as periferias urbanas mantêm elevados níveis de coesão social.

Na esteira daquela publicação, outras vieram com o objetivo de investigar do mesmo tema ganharam espaço na produção internacional. Destaca-se "*Limits of Collective Efficacy*", trabalho de Cerdá, Morenoff et al (2008), que estabelece comparação de dados de sociais e de vitimização de Chicago (EUA) e Medellín (Colômbia) entre o alcance da Eficácia Coletiva como um mediador dos efeitos negativos da Desorganização Social – ou estrutural – sobre os sinais de crime e violência. Naquele trabalho, os autores utilizaram dados de pesquisas amostrais de

vitimização e qualidade de vida realizadas entre os anos de 2002 e 2003 nas duas cidades. Tendo a vizinhança como referência para a análise, o objetivo do artigo foi identificar sob que circunstâncias sociais e econômicas a Eficácia Coletiva contribui para menores números de homicídios e percepção de violência (CERDÁ, MORENOFF et al, 2008).

O trabalho foi estruturado em duas etapas, a primeira orientada para a tentativa de identificar a associação entre Eficácia Coletiva e características estruturais e a segunda para verificar a participação dos indicadores de Eficácia Coletiva sobre as medidas de criminalidade e percepção de violência. Os primeiros resultados indicam que a distribuição de pobreza e de Eficácia Coletiva nas duas cidades se dá de maneiras opostas. Ou seja, em Chicago a Eficácia Coletiva tende a ser mais elevada em áreas com menos concentração de pobreza, enquanto em Medellín são as áreas com maior desvantagem econômica aquelas que apresentam mais coesão e disposição para exercer controle social informal.

Indicando mais um ponto contraditório em relação aos resultados esperados no modelo tradicional de efeitos de vizinhança, representado pela abordagem da Eficácia Coletiva, o efeito do número de homicídios sobre a região foi positivo na cidade de Medellín. A cidade que possui uma taxa de homicídios superior à de Chicago experimenta uma associação positiva entre a grande incidência de mortes violentas e grande Eficácia Coletiva. Em Chicago, por sua vez, os maiores índices de homicídio estão associados a menos Eficácia Coletiva, mais concentração de pobreza e mais estabilidade residencial.

A análise da percepção da violência pelos moradores exibiu a principal divergência entre os efeitos desse fenômeno social sobre a criminalidade. Em Chicago, as áreas com maiores níveis de eficácia são aquelas com menor percepção de violência, enquanto em Medellín ocorre exatamente o oposto, as áreas com mais eficácia, apresentam mais pobreza e mais percepção de violência. Em resposta a essa divergência entre as características de coesão e controle social na comunidade e os indicadores de crime, foi proposta uma estratégia alternativa. Uma das hipóteses que permeia o trabalho daqueles autores e, de certa forma também é contemplada por esta proposta, sugere que a participação da Eficácia Coletiva como um fator a reduzir a criminalidade é condicionada pelo nível socioeconômico médio das vizinhanças. Dessa forma, as comunidades analisadas nas duas cidades foram classificadas em 04 (quatro) categorias de vizinhanças com: a) eficácia e pobreza média-baixa; b) eficácia alta e pobreza média-baixa; c) eficácia média baixa e pobreza alta; d) eficácia e pobreza alta (CERDÁ, MORENOFF et al, 2008).

Para a cidade de Chicago, a Eficácia Coletiva somente representa um moderador efetivo da relação entre elementos estruturais e a menor percepção de violência nas comunidades com média-baixa concentração de pobreza. Nas comunidades com elevada pobreza, a violência é intensa, independentemente da Eficácia Coletiva. Em Medellín, por sua vez, a Eficácia Coletiva também é mais importante nas comunidades de classe média, contudo, na direção oposta, ou seja, essas áreas (média pobreza e alta eficácia) são aquelas com a maior percepção de violência.

Os resultados de Villarreal & Silva (2006) e Cerdá, Morenoff et al (2008) destacam pelo menos três importantes características que poderiam ser atribuídas a outros países latino-americanos em relação à aplicação da abordagem da Desorganização Social ou da Eficácia Coletiva. A primeira é a particularidade quanto à distribuição espacial desse atributo, ou seja, a densidade dos laços sociais e a associação à capacidade de exercer controle social nas áreas urbanas. Ao passo que nos Estados Unidos a Eficácia e o controle tendem a ser atributos de comunidades com maior nível de organização e menor concentração de desvantagens, na América Latina, são as áreas marcadas pela pobreza e carência de infraestrutura aquelas que concentram maiores níveis de coesão social.

O segundo ponto de dissenso na comparação com a proposta de Sampson e seus percussores da Teoria da Desorganização Social é o fato de que na América Latina não é possível identificar associação conclusiva entre o indicador de Eficácia Coletiva ou o de Coesão Social e os indicadores de crime: para alguns indicadores a associação não pode ser confirmada estatisticamente e em outros ela é positiva, demonstrando que apesar da maior eficácia as comunidades ainda apresentam maiores indicadores de violência.

Finalmente, fazendo coro com trabalhos como o de Villarreal & Silva (2006) e Escobar (2012) que em momentos distintos apontaram direções semelhantes, Cerdá, Morenoff et al (2008) são felizes em afirmar que esse efeito da Eficácia Coletiva sobre o crime varia em função do nível socioeconômico das vizinhanças. Porém, o paradoxo permanece também nos resultados de análises estratificadas, indicando que nos Estados Unidos a eficácia funciona melhor (reduzindo o crime) em comunidades com alto nível socioeconômico e na América Latina (representada por Medellín) as comunidades com mais baixo nível socioeconômico são aquelas com maior efeito da Eficácia Coletiva, indicando, contudo, uma associação positiva: é justamente entre os mais pobres com mais eficácia que acontecem a maior parte dos crimes.

A associação entre pobreza e coesão, a relação inversa entre eficácia e crime e, finalmente, a interação entre elementos socioeconômicos e eficácia são fatores chave para esclarecer em que circunstâncias a Eficácia Coletiva pode ser vista como um atributo comunitário que implica redução do crime, do medo e da violência em vizinhanças latino-americanas. Essa é a questão que motiva esta proposta de tese, mas certamente, também tem sido apontada de maneira central ou como pano de fundo de outros trabalhos publicados recentemente na região.

Como bem mencionam Cerdá et al (2008) e o próprio Sampson (2012), já em 2006 Villarreal e Silva (2006) apontavam a associação positiva entre coesão social e indicadores de criminalidade em Belo Horizonte. Os autores destacam aquela que pode ser apontada como uma das principais particularidades em relação à cultura norte-americana, a saber, o processo de rápida urbanização e a criação de áreas com grande concentração de carências econômicas, de infraestrutura e de serviços públicos. A resposta à privação comum aos moradores dessas áreas foi a proximidade e a organização em torno do alcance de suas necessidades básicas. Naquele estudo, tais regiões são coincidentes com aquelas onde os moradores reportam mais insegurança e conhecimento sobre crimes de homicídio na região (VILLARREAL & SILVA, 2006).

Porém, outros trabalhos elaborados em nossa região são enfáticos em apontar novos desafios à pertinência da abordagem da Eficácia Coletiva às nossas comunidades. Em 2008, pesquisadores da Universidade do Chile publicaram um ensaio apresentando as linhas gerais da pesquisa com que se envolviam naquela ocasião, a saber, a associação entre fatores ambientais e as políticas públicas de prevenção ao crime (OLAVARRÍA et al, 2008). Os autores revisam a literatura sobre o tema e afirmam que a discussão sobre Eficácia Coletiva proposta por Robert Sampson é deficiente por não discutir o papel da presença ou da demanda por políticas públicas nas comunidades, impactando o efeito do Controle Social Informal e da Coesão Social sobre a criminalidade.

Em síntese, apesar de assumirem que o Chile é, dentre os países latinos, um daqueles com menores índices de criminalidade, destacam que há características específicas de algumas comunidades que explicam porque as políticas públicas de prevenção e repressão ao crime mostravam-se ineficientes. A principal hipótese é a de que as políticas públicas implantadas no país pecam por considerar o ator criminoso sob uma perspectiva individual, o que deixa de contemplar a multidimensionalidade das causas do crime. Entre os elementos que compõem essas tantas dimensões, estaria o tráfico de drogas que tem se inserido com cada vez mais intensidade nas

mesmas vizinhanças socialmente desorganizadas e vulneráveis, tornando muito complexa a atuação comunitária, no exercício do controle social (OLAVARRÍA et al, 2008).

Este cenário marcado pelo tráfico de drogas, vulnerabilidade social e carência de serviços e infraestrutura pública é demasiadamente complexo para a aplicação, sem ajustes, da abordagem da Eficácia Coletiva. Segundo os autores, essa limitação ocorre porque Sampson desconsidera o acesso diferenciado aos serviços públicos como fator que dificulta o desenvolvimento da Eficácia e não contribui para que, uma vez desenvolvida, ela atue controlando a criminalidade na região. Olavarría e seus colegas (2008) destacam, dessa maneira que, ao considerar vizinhanças semelhantes, com padrões parecidos de Eficácia Coletiva e privação econômica, a presença do Estado pode ser o elemento que realmente define os padrões de criminalidade na região.

Evidentemente, a questão institucional e o acesso a direitos e serviços públicos são prementes na América Latina, dado seu histórico de ditaduras entre as décadas de 60 e 80. Os países da região ainda buscam as melhores estratégias para garantir desenvolvimento econômico, com redução de desigualdades e fortalecimento das instituições e dos serviços públicos, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos e em outras democracias consolidadas. Logo, o papel do Estado como um fator de definição da criminalidade sempre é uma questão para os países da América Latina, máxima que não se reproduz no país onde se desenvolveram os primeiros estudos de efeitos de vizinhança (PARK, BURGESS & MACKENZIE, 1984) e, particularmente, sobre Eficácia Coletiva (SAMPSON, RAUDENBUSH & EARLS, 1997).

Trazer luz à discussão sobre a presença do Estado e os efeitos da sua atuação sobre o desenvolvimento das vizinhanças é a principal contribuição de Olavarría et al (2008), ao passo que outros trabalhos oferecem contribuições mais metodológicas que teóricas. Discutindo o medo de crime na cidade de Bogotá/Colômbia, Ruiz Pérez (2010) lança mão da abordagem da Eficácia Coletiva como um elemento a contribuir para esclarecer de que maneira a sensação de insegurança e a percepção de risco se distribuem nas vizinhanças daquela cidade. Apesar de trabalhar apenas com correlações que demonstram que a Eficácia Coletiva na vizinhança mantém uma associação negativa com o medo de crime, o pesquisador identifica um importante aspecto metodológico.

Para compreender essa contribuição é fundamental retomar os fundamentos do que seriam os indicadores de Eficácia Coletiva. Desde seus primeiros trabalhos

buscando esclarecer os contornos dessa proposta, Sampson et al (1997) assumem que a eficácia é composta por dimensões relacionadas à densidade dos laços sociais (coesão e confiança interpessoal) e à disposição coletiva de intervir para a solução de problemas comuns (controle social). Trabalhando com informações específicas sobre o município de Chicago/EUA os autores identificam forte correlação entre as duas dimensões e constroem indicador único reunindo coesão, confiança e controle social. O trabalho de Ruiz Pérez, provavelmente de maneira pouco planejada, também identificou que na América Latina a coesão e a confiança interpessoal não necessariamente estão ligadas à capacidade de exercer controle social informal. Cerdá et al (2008) chegam a resultados semelhantes ao do nível individual, porém, ao tratar do nível de vizinhança trabalham com um indicador único de Eficácia Coletiva.

A dificuldade de intervir sobre problemas de segurança também é apontada por Aguilera (2012) quando o mesmo utiliza a abordagem da Eficácia Coletiva para analisar o controle social na cidade mexicana de Cuernavaca (AGUILERA, 2012). Utilizando dados de pesquisa de segurança cidadã realizada em 2010, o autor compara a distribuição de três indicadores específicos - Eficácia Coletiva, Controle Informal e Sensação de Insegurança - em determinadas áreas da cidade. Há no estudo problemas metodológicos que comprometem bastante os resultados, principalmente, quando sugere a diferenciação entre Eficácia Coletiva e controle social. Ora, não é adequado utilizar em um mesmo modelo indicadores distintos, um de Eficácia e outro de Controle Social, quando ambos mensuram o mesmo fenômeno, ou seja, a disposição para intervir sobre questões comunitárias.

Todavia, a principal contribuição de Aguilera (2012) é a afirmação de que em comunidades com elevada eficácia e controle social informal, mesmo diante de elevadas taxas de criminalidade, a sensação de insegurança tende a ser reduzida. Isso seria consequência do pertencimento dos moradores à comunidade onde os delitos tendem a ser cometidos por pessoas conhecidas que inspiram confiança de que os demais moradores não serão vítimas de ações criminosas. Em síntese, a proximidade e a confiança entre as pessoas podem alterar a percepção do espaço, mas não necessariamente alterar os indicadores objetivos de criminalidade; se essa coesão não vier acompanhada de apoio institucional, principalmente, daqueles responsáveis pelos serviços e equipamentos públicos e, claro, das forças de segurança pública (AGUILERA, 2012).

Também analisando o medo de crime em vizinhanças urbanas, mas adotando uma estratégia de investigação bem mais sofisticada, Nuñez et al (2012) buscam identificar entre os condicionantes sociodemográficos, características de integração

comunitária, presença do estado, desordem física e crime/violência/incivilidades aqueles que condicionam a percepção de segurança dos moradores de bairros da região metropolitana de Santiago/Chile. De maneira geral, a questão de pano de fundo é avaliar em que medida, mesmo diante de um cenário de privação econômica e desordem física, os elementos de organização comunitária podem contribuir para maior sensação de segurança (NUÑEZ et al, 2012).

Mais uma vez, nos resultados dos modelos de estatística inferencial o que fica evidente é que medidas de integração social nas vizinhanças, como Confiança, Coesão, Tempo de Moradia e Frequência de Contato demonstram associação estatística com maiores níveis de segurança. Porém, as medidas que compõem os tradicionais indicadores de Eficácia Coletiva, a saber, o controle social e a disposição para intervir na comunidade, estão associadas a menores níveis de segurança comunitária (NUÑEZ et al, 2012). Os autores atribuem dois possíveis problemas que poderiam explicar essa associação imprevista: o primeiro de ordem metodológica indicaria a ausência de relação de dependência entre eficácia em relação à insegurança. Ou seja, é possível que a própria percepção do controle social informal e a demonstração de interesse por atuar sobre questões comunitárias sejam afetadas pela insegurança, o que compromete um dos pressupostos da análise de regressão linear multivariada⁹. A segunda hipótese é de que os maiores níveis de controle social seriam uma resposta a crimes de muita gravidade, os quais simultaneamente estimulam a mobilização social e a sensação de insegurança.

No Brasil, trabalhando com informações sobre a capital mineira, Belo Horizonte, Silva (2012) alcança resultados semelhantes aos de Ruiz Pérez (2010) e mantém, ao longo de toda a análise, uma comparação entre as dimensões de coesão social e de controle informal que juntas são reconhecidas como Eficácia Coletiva, mas, que naquela região, não poderiam ser reduzidas e tratadas como um único fator (SILVA, 2012). Essa particularidade pode auxiliar na compreensão de resultados como os de Cerdá et al (2008). Naquele trabalho, pobreza e Eficácia Coletiva foram identificadas em regiões coincidentes, contrariando a literatura norte americana. Em grande medida, acredita-se que esse resultado seja consequência da sobreposição dessas dimensões, afinal, já é sabido que regiões pobres na América Latina são fortemente coesas (VILLARREAL & SILVA, 2006), porém, sua capacidade de intervenção comunitária tem diminuído cada vez mais, face à violência dos grupos que tendem a ocupar essas mesmas regiões (ZALUAR & RIBEIRO, 2009; SILVEIRA, 2007).

⁹ A análise de regressão linear multivariada baseia-se na estimação de valores preditos para uma dita variável resposta em função da variação de uma ou mais variáveis explicativas. A técnica não assume efeitos recursivos entre as variáveis resposta e independentes (HAIR, 2005).

Nesse sentido, Cruz (2010) debate nos termos da Eficácia Coletiva, ou seja, seu a partir do pressuposto de articulação entre coesão social e controle Social criando as condições para comunidades mais pacíficas, se, de fato, os moradores de um aglomerado em Belo Horizonte desejam intervir sobre os problemas trazidos pela atuação de grupos de jovens envolvidos com o tráfico de drogas nos arredores de suas casas. Por meio de entrevistas e um survey local, o autor identifica que as redes de relacionamentos aproximam os moradores de 'bem' aos jovens do 'movimento' fazendo com que o medo e até mesmo o embaraço – afinal, eventualmente, os jovens e suas famílias são conhecidos dos demais moradores, os impeçam de tomar qualquer providência em relação aos crimes cometidos na região. Um dos pontos mais interessantes em destaque pelo autor é o fato de que apesar da ausência de disposição para intervir, no sentido do controle social informal proposto por Sampson e colegas, o conjunto de vilas em questão é uma das comunidades com maior capacidade associativa da capital, tendo extenso histórico de melhorias urbanas resultantes da atuação de suas lideranças locais e movimentos específicos, como aqueles ligados à moradia, ao transporte e à cultura (CRUZ, 2010).

Ainda que de maneira indireta, ao tratar da estruturação de grupos criminosos, Beato e Zilli (2012), tangenciam a mesma questão da interação entre crime e comunidades no Brasil. Investigando o processo de organização das práticas criminais em uma comunidade em Belo Horizonte e outra no Rio de Janeiro os autores se depararam com questões semelhantes àquelas apresentadas por Cruz (2010), dentre outros (ARIAS, 2008; LEEDS, 1998). Isto é, por meio de que mecanismos o crime perpassa o associativismo e a existência de grupos que promovem atividades culturais, produtivas e orientadas para a mobilização e prevenção social em comunidades urbanas? Segundo os autores, apesar da presença de tantos atores e lideranças presentes em algumas vilas, comunidades e favelas do país, principalmente naquelas com maior tradição de mobilização, falta uma atuação articulada, para que os interesses específicos de cada grupo não se sobreponham aos interesses coletivos. Assim, certos vínculos clientelistas entre lideranças e poder público sucumbem a capacidade de a coesão social e o associativismo contribuam para o desenvolvimento ou apoio de mecanismos efetivos de enfrentamento aos atores da criminalidade nas regiões (BEATO & ZILLI, 2012).

Mais uma vez, as necessidades estruturais e outras ligadas a insuficiência do acesso a serviços públicos de qualidade, bem como o medo de crime parecem enfraquecer as chances de desenvolvimento da chamada eficácia coletiva. Arias (2008) identificou as mesmas dificuldades em relação aos movimentos associativos

em comunidades do Rio de Janeiro, mas apontou como porta de saída, para o caráter destrutivo da atividade criminosa para o alcance dos movimentos sociais a manutenção e a complexificação das redes interinstitucionais, as quais podem vincular poder público e opinião pública ao que acontece no interior das comunidades, contribuindo, assim, para a ampliação do controle social (ARIAS, 2008).

O achado coincide com a estratégia de Sampson ao conferir maior peso à capacidade de exercer controle social, ainda que por meio do acionamento de recursos externos, no conceito de Eficácia Coletiva. E, isso, a relevância dos atores externos na orientação de políticas públicas baseadas em instituições intermediárias, nos termos usados pela pesquisadora, foi também apontado por Silveira (2007) como um dos fatores de relevância para o sucesso do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! na capital mineira. Naquele trabalho, fica evidente que houve redução dos números de mortes violentas intencionais na região no período avaliado na primeira área a receber o programa. Porém, o desenvolvimento do controle social informal, apesar do ânimo oferecido pela chegada do programa ao território não representou incentivo suficiente para a apropriação por parte dos moradores de ferramentas para a intervenção sobre o crime. Assim, as iniciativas de sucesso estiveram basicamente associadas ao incentivo das instituições públicas (SILVEIRA, 2007).

O que há de conclusivo nas publicações revisadas acima é o fato de que o perfil socioeconômico, a dinâmica criminal e o padrão de urbanização, mais ou menos comum aos países da América Latina, representam um desafio à aplicação da abordagem da Eficácia Coletiva nessa região. Evidentemente, isso não invalida as tentativas de se apropriar das contribuições do programa de pesquisa dos efeitos de vizinhança sobre o bem-estar da população. Nesse interim, para melhor caracterização da Eficácia Coletiva e análise do seu alcance em vizinhanças de países latinos, os últimos anos têm sido férteis em estratégias de pesquisa orientadas para a elaboração de alternativas à tradicional proposta teórica e metodológica de Sampson.

Sugerindo a ineficiência dos canais de comunicação com os setores públicos como fonte de desalento com a participação local em ações orientadas para o enfrentamento de problemas comuns, Silva (2012) destaca o papel da confiança institucional como um bom catalisador da participação social. Segundo ele, a desconfiança nas instituições públicas, principalmente nas polícias, pode dificultar o estabelecimento de estratégias comunitárias de controle social que dependam do contato com órgãos públicos. Quando a comunidade não é capaz ou não se dispõe a estabelecer comunicação com o poder público, as possibilidades de parcerias ficam

limitadas e os resultados das ações de caráter exclusivamente local tornam-se muito reduzidos. Isso ajudaria a lançar luz sobre as razões pelas quais nos trabalhos latino-americanos os indicadores tradicionais de Eficácia Coletiva tendem a manter efeitos nulos ou contraditórios em relação à literatura internacional (AGUILERA, 2012; OLIVEIRA & RODRIGUES, 2013; NUÑEZ et al, 2012; ZALUAR & RIBEIRO, 2009).

Outra inovação que tenta contornar as limitações apresentadas à teoria da Eficácia Coletiva é a abordagem do papel das lideranças comunitárias. Em "*Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect*", publicado em 2012 por Robert Sampson, o próprio criador do conceito lança mão da metodologia de coleta e análise de dados sociométricos para comparar a eficácia de comunidades com diferentes perfis de redes de lideranças comunitárias. Os resultados indicaram que as conexões entre as lideranças estão concentradas em um grupo mais ou menos restrito de organizações, com destaque para as instituições políticas, de apoio comunitário e grupos religiosos. Além disso, observou uma tendência à grande estabilidade temporal nos padrões de vínculos estabelecidos pelas lideranças, mesmo quando os indivíduos são substituídos. Mas, permanecia a pergunta: afinal, como a caracterização das redes de lideranças é afetada pela Eficácia Coletiva? Os resultados demonstraram que comunidades que compartilham maiores expectativas de intervenção sobre problemas comuns (Eficácia Coletiva) apresentaram também maior densidade da rede de relações sociais entre as figuras estratégicas da região. Mesmo comparando a medida de Eficácia Coletiva entre as comunidades com mais conexões externas, internas ou de intermediação, é possível afirmar que as regiões com maior disposição para exercer controle social informal são aquelas em que há maior correspondência entre os líderes mencionados (SAMPSON, 2012).

No mesmo sentido, propondo a integração de metodologia quali-quantitativa, Prates (2009) aplicou um *survey* e realizou estudos de caso com moradores de três vilas de Belo Horizonte entre os anos de 2007 e 2008. As comunidades foram selecionadas em função da similitude em relação ao grau de organização interna, observada pelos técnicos da administração municipal. As três vizinhanças foram observadas pelos pesquisadores em função da densidade dos laços sociais comunitários (capital social), intensidade de conexões positivas externas à comunidade (laços fracos), Eficácia Coletiva e nível de desorganização social. Todas as áreas foram caracterizadas como regiões com elevado grau de vulnerabilidade social, mas intensa coesão social, dada a estabilidade dos moradores nas áreas que tiveram sua ocupação iniciada ainda na década de 60.

A análise dos resultados dos estudos de caso na região indicou que entre as três vizinhanças, aquelas cujas lideranças apresentavam mais conexões com instituições externas à comunidade também exibiram maior a Eficácia Coletiva (PRATES, 2009). Diferentemente do que propõe Sampson, o papel dos líderes comunitários é reforçado nesse experimento, ampliando por meio das conexões extra comunidade o alcance da promoção de Eficácia Coletiva em vizinhanças urbanas.

É importante mencionar que o próprio Robert Sampson se ocupou de algumas dessas particularidades, as quais não são exclusivas das comunidades latinas. Quando ele discute os resultados do trabalho de Wilson (1996) está ciente do fato de que os laços sociais não são convertidos automaticamente em regulação social da comunidade. Na mesma direção, o autor afirma que Patillo-McCoy tem razão quando consideram que a coesão social pode ser conectada ao crime e ao desvio tanto como ao controle social, ou seja, os laços sociais não são naturalmente pró-controle social (SAMPSON, 2012). No entanto, esses elementos não foram razoavelmente abordados na sua concepção metodológica, pois a construção de uma medida única de Eficácia Coletiva lida com duas dimensões que aparentam ser distintas em algumas situações (a Coesão social/Confiança e o Controle Social) como se estivessem sempre altamente correlacionadas.

Talvez, a maior prevalência de problemas como crimes contra a pessoa, o medo do crime, a desvantagem concentrada e a falta de confiança institucional nas democracias recentes e nas sociedades em desenvolvimento, representam um desafio para o conceito e, portanto, para políticas públicas baseadas no incentivo ao desenvolvimento e exercício de controle social nas comunidades, o que tem ganhado espaço na América Latina nos últimos anos.

Estes resultados controversos têm incitado a pesquisa na América Latina a responder se Eficácia Coletiva não se aplica como ferramenta de controle da criminalidade e da delinquência em vizinhanças latinas. Ou, se ao contrário, há elementos de sociedades em desenvolvimento, como o Brasil, o que podem minimizar seu efeito sobre a vitimização.

Aparentemente, com base em pesquisa empírica local, a distinção clara entre a densidade dos laços sociais e a disposição para exercer controle social parece ser a chave para a identificação de resultados conflitantes sobre a proposta do Sampson. Parece que o conceito reúne dimensões que, especialmente, mas não exclusivamente, em países da América Latina, são desenvolvidos por diferentes vias. Segundo essa hipótese, o Controle Social é mais dependente da disposição e a

confiança necessárias para acessar as instituições públicas, como a polícia, por exemplo.

Na verdade, uma das premissas do modelo de Sampson é a associação entre coesão social e controle social. Essa é a razão pela qual ambas as dimensões estão juntas em uma medida única de eficácia coletiva. A questão central desta dissertação é que talvez essa associação não é tão forte no Brasil como nos Estados Unidos da América. O que pode justificar a concentração de coesão social em áreas com maior desvantagem concentrada e torna maior o desafio de identificar forte efeito de controle social informal sobre criminalidade e vitimização.

Três elementos parecem representar a fonte dessa confusão entre a coesão social, controle social e vitimização no Brasil. Eles são alguns sinais importantes de uma desigualdade social histórica que persiste nas cidades brasileiras. O primeiro deles é Vulnerabilidade Social, o que representa um resultado importante da segregação social nas áreas metropolitanas. O baixo nível socioeconômico, a baixa média de anos na escola, alto percentual de famílias chefiadas por mulheres e alta porcentagem de crianças que abandonam a escola são alguns dos indicadores que moldam comunidades carentes no Brasil.

As favelas são um exemplo razoável dele; no entanto, existem outros bairros, com diferente desenho urbano, mas com características sociais e econômicas semelhantes. Possivelmente, a população que vive em áreas desfavorecidas do Brasil é maior do que nos Estados Unidos e há razões para pensar que nessas regiões há alguns processos culturais e sociais que fazem o desenvolvimento do Controle Social não ser tão fácil, como o aumento dos níveis de Coesão Social/Confiança. Isso torna essencial analisar o fenômeno da vulnerabilidade como um dos elementos que podem moderar o efeito dos indicadores de Eficácia Coletiva sobre vitimização.

O medo do crime é o segundo possível moderador que pode nos ajudar a entender as especificidades do desenvolvimento de coesão, controle social e Eficácia Coletiva no Brasil. Altas taxas de criminalidade e a presença expressiva do tráfico de drogas em comunidades urbanas pode aumentar a percepção de risco entre os vizinhos. Pessoas com medo podem se sentir menos capazes de intervir diretamente para resolver os problemas das comunidades quando eles estão conectados à criminalidade juvenil ou ao comportamento desviante.

Finalmente, em uma relação estreita com a vulnerabilidade e o medo do crime, figura a falta de legitimidade das polícias frente à comunidade. Falando sobre a confiança institucional em sentido amplo, as sociedades latino-americanas tendem a

apresentar alguns dos mais altos níveis de desconfiança nas instituições públicas, como o Congresso e a polícia. Em geral, os policiais são os mais próximos agentes públicos nos bairros. Eles podem criar uma sensação de proximidade entre os moradores ou podem expor os moradores a outras violências, como o uso excessivo da força, relações abusivas baseadas na posição institucional ou práticas de corrupção. Como pensar em comunidades capazes de exercer controle social informal, em áreas onde as pessoas não estão confortáveis para chamar a polícia para ajudá-las (PAIXÃO & BEATO, 1997)? Por outro lado, mesmo em áreas que são mais ricas onde há outras formas de controle social, incluindo as de natureza privada, a desconfiança sobre as polícias ainda pode afetar a percepção local de disposição para agir? Parece que a falta de legitimidade da polícia afeta o desenvolvimento do controle social informal, tanto em áreas com mais vulnerabilidade quanto em outras mais abastadas, o que representa um importante desafio à aplicação da eficácia coletiva (SELIGSON, 2003; SILVA & BEATO, 2013).

Todavia, assumir as particularidades do desenvolvimento democrático na América Latina e seu efeito na relação com as instituições de segurança pública não exclui o reconhecimento de que as democracias ditas consolidadas também enfrentam questões semelhantes. Em trabalho de 1998, Sampson e Bartusch (1998) colocam em xeque a existência de uma subcultura violenta entre negros por meio da investigação de um outro fenômeno que, segundo eles, seria mais próximo do que ocorre nas vizinhanças segregadas norte-americanas, o chamado ceticismo ou descrença legal (*legal cynicism*). Os pesquisadores utilizam dados do PHDCN para discutir em que medida a descrença em relação a valores de conformidade às normas, a tolerância ao desvio e a satisfação com a polícia estariam relacionadas a aspectos individuais como raça e outros de natureza contextual como a desvantagem socioeconômica, criminalidade, instabilidade residencial e heterogeneidade étnica.

Os resultados indicaram que a população negra se mostrou menos tolerante aos desvios que os entrevistados brancos, o que contradiz a hipótese de subcultura. Porém, esse mesmo grupo se mostra mais descrente em relação às normas e menos satisfeito com as instituições policiais. Em relação às comunidades, aquelas com maior concentração de desvantagens tendem a ser as mesmas onde os entrevistados se mostraram mais tolerantes ao desvio, descrentes e desconfiados de normas e instituições de controle social. Os resultados parecem indicar um efeito de composição nessa concentração de padrões mais elevados de tolerância à violência e distanciamento em relação ao cumprimento de normas, porém, a aposta de Sampson e Bartusch é a de que isso se deve muito mais às experiências vividas pelos

moradores dessas áreas do que pelo fato de serem compostas em sua maioria por população negra (SAMPSON & BARTUCSH, 1998).

A interação polícia-comunidade nos guetos norte-americanos tende a ser mais violenta e menos garantidora de direitos do que nas demais áreas das cidades. Um exemplo disso é o fato de que não são raros nos últimos anos eventos decorrentes dos excessos no uso da força contra a população negra em bairros com mais baixo nível socioeconômico naquele país. Sampson e Bartusch (1998) reconhecem isso e destacam o efeito dessa abordagem diferencial em áreas específicas das cidades sobre a percepção individual acerca das normas padrão e das instituições de segurança pública.

Eric Baumer, analisando a reportagem de crimes violentos à polícia também destacou os condicionantes estruturais do contato com as instituições de controle social formal nos Estados Unidos por meio da análise de dados do NCVS. Os resultados indicaram que, para os crimes de roubo e agressão grave não houve efeito de concentração de desvantagem em vizinhanças sobre a chance de notificação, sendo essas características contextuais significativas somente para os crimes de agressão simples. Todavia, ao contrário do esperado, esse efeito não foi linear.

A probabilidade de recorrer à instituição de segurança pública cresce na medida em que diminui o nível socioeconômico médio (aumenta a desvantagem socioeconômica). Porém, para vizinhanças extremamente pobres (níveis muito elevados de desvantagem socioeconômica) a chance média de notificação diminui consideravelmente (BAUMER, 2002). Ou seja, os menos dispostos a recorrer à polícia em casos de agressão são os moradores de vizinhanças em posições extremas em relação ao indicador de desvantagem socioeconômica. As muito bem estabelecidas do ponto de vista socioeconômico acionam pouco a polícia, provavelmente, pela dificuldade em expor publicamente conflitos de natureza interpessoal, que geralmente envolvem agressores do convívio íntimo. Do outro lado do contínuo da desvantagem, os muito pobres seriam, por sua vez, alvo da descrença legal a que se referiram Sampson e Bartusch (1998), se sentindo menos dispostos e confiantes no trabalho da polícia a ponto de recorrer a ela em situações de vitimização (OLIVEIRA, BAUMER, RODRIGUES, 2015).

A questão, portanto, não é simplesmente destacar, de maneira acrítica, o Brasil e a América Latina como casos especiais para a aplicação de abordagens contextuais, baseadas no Controle Social Informal e na Coesão Social. Afinal de contas, os Estados Unidos, berço da maior parte dessas abordagens, também experimentam

algumas das características que dificultam a intervenção comunitária diante de problemas de crime, como indicam os trabalhos acima. O ponto de discussão é, em que medida, a concentração desses elementos em níveis mais elevados nas sociedades latino-americanas pode levar a resultados concorrentes com aqueles propostos pelos modelos tradicionais ou seriam somente indícios de uma crítica mais ampla à própria operacionalização de conceitos como o da Eficácia Coletiva em pesquisas quantitativas amostrais.

Assumindo que essa questão perpassa a perspectiva institucional e a necessidade de discutir o perfil das democracias latino-americanas, a próxima seção apresentará alguns elementos que iluminam a discussão sobre as ligações entre a consolidação do processo democrático na região e a vulnerabilidade, o medo de crime e a confiança nas instituições de segurança pública.

4.1.1. CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA E OS MODERADORES: VULNERABILIDADE, MEDO DE CRIME E AVALIAÇÃO DA POLÍCIA

O tema da democracia em países latino-americanos poderia ser classificado, sem grande embaraço, como um dos mais desafiadores para os campos da Sociologia e da Ciência Política, no século XXI. Isso se deve em grande parte ao fato de que os países dessa região compartilham de um processo tardio de democratização que os tornam peculiares em comparação às tradicionais democracias ocidentais. Apesar de cumprirem os requisitos políticos para serem considerados democráticos, a maior parte dos Estados latino-americanos ainda sofre com problemas relacionados ao limitado acesso da população às suas instituições públicas e, por conseguinte, a um elevado grau de desconfiança em relação ao seu funcionamento justo e equânime.

A suposição mais aceita é a de que está em andamento na região um processo de consolidação democrática, o qual sugere que nesses países alguns pressupostos básicos do Estado de Direito (*rule of law*) ainda não estão plenamente desenvolvidos (O'DONNELL, 1998; SCHNEIDER, 1993). Por essa razão, indicadores de performance institucional, bem como aqueles relacionados à avaliação dessas instituições pela população, são apontados como boas medidas do quão sólida é a democracia em um país (SCHNEIDER, 1993).

Fato é que os países da América Latina são apontados pelos *surveys* internacionais da área como aqueles com mais elevados níveis de desconfiança institucional. Esse seria um sinal de que a legitimidade das instituições, principalmente as de controle social, incluindo as polícias, nos países latinos, é diariamente posta em xeque pela população, quando esta não reconhece seu trabalho como eficaz e,

portanto, confiável (SELIGSON, 2002). Como pensar ser sólida e duradoura uma democracia em que a própria sociedade não espera obter das suas instituições os resultados esperados de acordo com sua função legal?

Aspectos como a desconfiança institucional e a percepção elevada de corrupção praticada por atores públicos pode chamar atenção para o fato de que a não consolidação da experiência democrática impacta desde os níveis mais elevados de organização política até a prestação mais descentralizada dos serviços. As polícias, por exemplo, estão incluídas nesse grupo, o qual é reconhecido por manter com a população uma das relações mais próximas e constantes, quando comparado a outros prestadores de serviços públicos. Não é preciso acionar a polícia para observar sua performance e, necessariamente, quando há demanda, a sua atuação carece ser imediata, o que certamente impacta a sua avaliação pela sociedade, em seu nível mais local, a comunidade.

A propósito, é por meio da percepção comunitária das instituições públicas que esta seção conecta os estudos sobre o papel da confiança institucional para a democracia na América Latina e a discussão sobre Eficácia Coletiva. A qualidade da atuação da polícia e de outros atores públicos de base local é frequentemente acionada como um dos fatores que pode explicar o sucesso de determinadas iniciativas de mobilização comunitária. Principalmente, em regiões com grande privação econômica, densos laços sociais e, por vezes, intensa atuação do tráfico de drogas, a intervenção comunitária, sem o respaldo do poder público, pode se tornar pouco eficiente. A presença ética e eficiente do poder público auxilia muito na disposição para exercer controle social, tanto como resposta ao medo de represálias, quanto pela impossibilidade de que a participação popular seja capaz de se opor aos efeitos perversos da atuação de grupos criminosos organizados. (SILVA, 2012; BORGES, 2014; CRUZ, 2010).

Mas, por que na América Latina o aspecto institucional surge como um ponto chave para compreender o alcance da mobilização comunitária na redução do crime? Por quais razões isso ocorre mesmo que esse não tenha sido um tema de destaque nas formulações teóricas da Eficácia Coletiva e outras derivadas da Teoria da Desorganização Social? Esta tese sugere que as respostas a essas perguntas podem ser encontradas nas especificidades locais em relação ao desenvolvimento democrático e, por conseguinte, ao perfil da mobilização social local.

A história recente da maioria dos países da América Latina é marcada pelas dificuldades da consolidação de participação popular em função de conflitos violentos

em território nacional ou pela manutenção de longos períodos de ditadura militar em meados do século XX. O cenário pós Segunda Guerra Mundial mostrou-se extremamente propício para o avanço de regimes antidemocráticos, baseados no autoritarismo e na deficiência no exercício independente dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. As instituições de controle social, principalmente, as polícias e as Forças Armadas foram reestruturadas, nesse momento histórico, em função de um paradigma de Segurança Nacional, focado na defesa do Estado e não necessariamente na proteção do indivíduo, de sua vida e de sua propriedade (FREIRE, 2009).

A redemocratização, alcançada nos últimos anos do século XX, na maioria dos países latinos, representou uma ruptura normativa em relação ao modelo anterior, fazendo com que um deslocamento legal e discursivo marcasse o processo de transição, sem a adequada adaptação das práticas institucionais. De tal maneira, uma cultura de enfrentamento a um inimigo público, típica do militarismo, ainda pode ser apontada como uma das marcas das instituições de controle social nessas democracias recentes (BRICEÑO-LEÓN 2005).

Por essa e outras razões, a consolidação da democracia é vista como um processo em andamento nos países latino-americanos. Mensurar o nível de desenvolvimento desse processo, em cada um dos países talvez seja um dos principais desafios daqueles que se ocupam da análise da América Latina, de seus fenômenos e, ainda mais, da comparação entre suas características e aquelas presentes nas chamadas democracias consolidadas.

Uma definição mais restritiva de democracia, baseada exclusivamente em elementos formais e institucionais poderia desqualificar, de antemão, o debate sobre a existência de especificidades dos Estados democráticos latino-americanos. Afinal, a democracia política seria caracterizada pela manutenção de eleições regulares, com liberdade de expressão, de associação e de imprensa garantida a todos os cidadãos.

Entretanto, a cidadania e, portanto, o estado democrático, pressupõe autonomia e responsabilidade, as quais nem sempre se distribuem de maneira equânime na sociedade. A capacidade de debater, bem como o acesso e a habilidade de interpretação de informações e notícias, interfere na qualidade da decisão que se expressa, entre outras coisas, no voto. Tal afirmação desmonta a suposição de que o sufrágio universal é condição única para classificar um regime como democrático.

A apropriação de uma visão mais sistêmica da democracia pode sugerir que haja outras características que interferem nos recursos disponíveis para a experiência do

voto, para a vinculação a grupos e partidos e para a consulta aos meios de informação não sejam distribuídos de maneira universal e equitativa. Nesse caso, países com elevados níveis de desigualdade de acesso a direitos e deveres e, portanto, com uma cidadania “incompleta”, estariam classificados como estados de processo de Consolidação da Democracia (CoD) (SCHNEIDER, 2003), experimentando uma democracia exclusivamente política (O’DONNELL, 1998) ou disjuntiva (CALDEIRA & HOLSTON, 1999).

Tal processo avança à medida em que se amplia o estado de direito (*rule of law*), o qual assume uma posição intermediária entre duas visões de democracia: uma visão extremamente formal (baseada na participação em eleições e nas garantias individuais ou civis), e outra que assume a igualdade social e de oportunidades como condições indispensáveis à existência de um estado democrático. Quanto mais instituições e população aderem ao *rule of law*, mais qualidade terá a democracia e, por conseguinte, mais avançado seu processo de consolidação.

O Estado democrático de direito na visão de O’Donnell (1998) consiste na aplicação justa das leis, ou seja, que a aplicação das leis, em todas as esferas da vida não, seja definida por critérios externos à própria lei, ou seja, por características sociais, econômicas, raciais, etc. Em regiões em que a aplicação da lei se dá de maneira pouco transparente e sob a influência de vieses dados pelas desigualdades socioeconômicas, não se fala em Estado democrático de direito, tampouco em cidadania, mas sim de uma democracia política (O’DONNELL, 1998).

Carsten Schneider (2003) se apropria do conceito de estado de direito para construir um teste empírico do papel da confiança institucional e da percepção de corrupção sobre a consolidação democrática. Inspirado em autores como Merkel e Stepan, Schneider descreve o processo de consolidação da democracia como sendo composto por três diferentes dimensões: 1) a dimensão institucional é representada pela adequação das normas aos princípios democráticos; 2) a dimensão comportamental implica que os agentes das instituições públicas realizem suas funções aplicando a lei de maneira justa e igualitária; 3) e, finalmente, a dimensão atitudinal sugere o reconhecimento por parte da população de que as instituições públicas agem em concordância com o Estado democrático de direito.

Esse desmembramento do processo de consolidação da democracia reforça a ideia posta anteriormente por O’Donnell de que a construção de normas adequadas ao desenho democrático não é suficiente para o fortalecimento do *rule of law*. Torna-se fundamental que o desenho normativo também se reproduza nas práticas

institucionais e na percepção da sociedade acerca dessas ações. Dito isso, o tema da confiança nas instituições de controle social surge, nesse cenário, como parte da dimensão atitudinal do processo de consolidação democrática, na medida em que é contado entre os aspectos que podem garantir maior legitimidade ao Estado, na figura de suas instituições.

O descolamento entre os critérios jurídicos e políticos – no sentido das regras e instituições – para a definição de uma democracia e sua experiência pelos cidadãos cria as bases para um modelo democrático disjuntivo no Brasil (HOLSTON & CALDEIRA, 1999). Apesar da democratização, aos brasileiros continuam sendo negados o acesso à justiça e à liberdade por meio de precariedade dos serviços públicos, da violência física ou verbal aplicada cotidianamente por agentes de segurança pública e na desconfiança em relação às chances de que o estado possa promover a solução para seus conflitos (RODRIGUES, 2006).

Toda essa discussão a respeito da democracia latino-americana, reconhecida pelos autores apresentados até aqui por seus adjetivos, foi bem sintetizada no conceito de “pluralismo violento” cunhado por Arias & Goldstein (2010). Segundo esses autores, a observação dos modelos latinos de democracia por meio do contraste com a democracia das instituições sólidas, abertas à participação e marcadas pelo sufrágio universal (poliárquica), restringe as possibilidades de análise dos fenômenos sociais como a violência urbana, característica marcante da região (ARIAS & GOLDSTEIN, 2010).

Haveria maior ganho analítico em deixar de tomar a violência como consequência da precariedade do nosso desenvolvimento democrático em uma lógica evolutiva (afinal, estamos em níveis menos desenvolvidos do processo de consolidação democrática), dado que essa é elemento constitutivo da configuração das instituições nesses países (ARIAS & GOLDSTEIN, 2010). A violência plural a que se refere o conceito não indica somente a diversidade de práticas ou de perfil de perpetradores. Ela é múltipla pois se desenvolve no interior das instituições, de maneira intrínseca ao desenvolvimento das normas e valores que as orientam. Por isso, mesmo nas práticas legais de administração de conflitos, independentemente da atuação de instituições caras às democracias como as polícias e a justiça, podem estar guardados traços violentos.

A proposta dos autores, da qual se apropriou este trabalho, sugere um movimento em que, seja deslocado o foco do aspecto institucional para um cenário em que a particularidade dessas democracias se encontre justamente nas múltiplas interações

que seus atores legais estabelecem com grupos e práticas violentas dentro e fora do estado. Em muitas situações, em diferentes países, o estado não está contra grupos armados, violentos e envolvidos com práticas ilegais, ele opera em conivência com os mesmos (ARIAS & GOLDSTEIN, 2010).

A origem desse pluralismo violento, remontaria às origens dos estados latino-americanos, principalmente pelo desenvolvimento de grupos orientados por argumentos progressistas da ampliação de direitos sociais e políticos por meio de iniciativas violentas. Desigualdade, contestação e violência fizeram parte da história de países como Colômbia, Venezuela, em maior grau. Mas em outros, como o Brasil, tais expressões também se manifestam nas práticas clientelistas desenvolvidas por atores públicos (ARIAS & DAVIS RODRIGUES, 2006) na corrupção policial que se apropria dos lucros do tráfico de drogas (BEATO & ZILLI, 2012), ou na crescente formação de grupos armados compostos e liderados por atores públicos que controlam atividades econômicas lícitas e ilícitas em periferias no país (CANO, 2012; COUTO & BEATO, 2012)

O ponto chave para a discussão sobre democracia na América Latina não seria, portanto, se o regime é ou não mais próximo daquele dito autoritário, exposto aos desejos de um soberano único (autoritarismo), e sim em que medida é possível superar a violência interna, intrínseca ao estado. Em muitas dessas democracias, o estado de direito coexiste e não se mostra completamente em oposição a várias outras formas de atuação violenta de atores não estatais.

Por ser legítimo, um Estado tem mais chances de perdurar e manter seu caráter democrático, mesmo diante das instabilidades e crises inerentes a qualquer sistema político. Essa literatura parte da suposição de que elevados níveis de desconfiança e descrença acerca das instituições públicas indicam fragilidade do estado. Como pensar a mobilização social tão cara ao conceito de Robert Sampson em um cenário em que a desconfiança institucional alcança grande parte dos países? O pressuposto teórico da Eficácia Coletiva e, por consequência, as estratégias de operacionalização do conceito em pesquisas empíricas, atribuem grande ênfase às estratégias de intervenção comunitária que não se liguem essencialmente à densidade dos laços sociais.

A formulação de tantas questões visa à identificação do modelo teórico e metodológico que melhor se encaixe às sociedades latino-americanas, sem que com isso se percam as vantagens da análise do crime baseada em características locais. Neste cenário se desenvolve a formulação do problema de pesquisa enfrentado por

esta tese. A proposta é discutir as possibilidades do conceito de eficácia coletiva como preditor da vitimização criminal, avaliando em que medida e sob que circunstâncias as percepções individuais de coesão social e controle social informal se ligam a maiores chances de vitimização. E, a partir da hipótese de que o exercício do controle social é o elemento chave para o que a eficácia coletiva atue sobre a qualidade de vida e a prevenção de crimes em vizinhanças, é uma proposta uma análise preliminar dos condicionantes das expectativas individuais de exercício de controle social informal, segundo os dados da PNV 2010-2012.

O pano de fundo da opção por este desenho metodológico é a crença de que as divergências entre os resultados alcançados, dentro e fora dos Estados Unidos, em relação ao conceito de Eficácia Coletiva, precisam ser analisadas com mais fôlego. A proposta é que a própria especificidade adquira o status de problema de pesquisa e, seja possível, a partir de então, consolidar um grupo de propostas de discussão conceitual e metodológica que venha a repercutir na alteração das metodologias de coleta de dados. A expectativa é que, reunindo esforços dessa natureza, seja possível a contribuição para sedimentar um programa de pesquisa latino americano dos efeitos de vizinhança e dos laços sociais como possíveis mecanismos de controle do medo, o crime e a desordem.

São muitas as limitações impostas pelo desenho amostral do primeiro *survey* nacional de vitimização no país e, sem dúvidas, a principal delas é a impossibilidade da agregação das medidas coletadas individualmente ao nível de vizinhança ou setor censitário. Tais questões serão discutidas com mais detalhes na seção metodológica, mas, a julgar pelo efeito desse aspecto na definição do problema de pesquisa, é relevante o destaque anterior desse aspecto. Os efeitos de vizinhança e o grau de eficácia coletiva não serão estimados como atributo comunitário, tal como sugere a teoria, porém, as variáveis ligadas à percepção individual do espaço podem informar sobre o modo como a avaliação contextual do entrevistado se articula a elementos objetivos do espaço, dados estruturais proveniente do Censo IBGE 2010, criando condições mais ou menos favoráveis à chances, também individual de vitimização, como bem descreve a estratégia de pesquisa apresentada em detalhes na próxima seção.

5. ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

Para responder às perguntas de pesquisa, optou-se pela construção de uma estratégia de análise organizada em duas etapas que auxiliarão na avaliação da pertinência das hipóteses de pesquisas apresentadas mais à frente. A primeira delas,

mais geral em suas possibilidades de análise, está baseada nos estudos dos efeitos de vizinhança. A segunda etapa, é dedicada a responder às questões que buscam identificar os efeitos moderadores que associam Eficácia Coletiva a menores chances de vitimização e, finalmente, uma última fase orientada para investigar os condicionantes do controle social informal no país.

5.1. Etapa 1: Efeitos do lugar sobre a vitimização

Sabe-se que o fenômeno da vitimização é resultado da interação de muitos elementos, os quais envolvem desde a rotina e o estilo de vida pessoal até a forma como está organizado o espaço físico por onde circulam potenciais vítimas e agressores. Principalmente, em termos de violência urbana, a construção de argumentos que busquem esclarecer o papel de uma variável ou um conjunto delas sobre qualquer aspecto relacionado ao crime torna-se mais completa na medida em que é possível mensurar e controlar a participação desses dois grupos de fatores explicativos, os individuais e os locais.

Como primeiro passo para a estimativa da probabilidade de vitimização, e simultaneamente, para avaliar em que medida, no Brasil, a chance de se tornar vítima de crime contra a pessoa (Agressão simples ou grave) e contra o patrimônio (furto ou roubo de objeto em geral) em casa ou nos arredores varia em função do local de moradia, a Etapa 1 baseia-se na construção de modelos hierárquicos logísticos. Essa ferramenta estatística é uma poderosa aliada para a análise de efeitos contextuais, uma vez que permitem particionar a variação do fenômeno entre diferentes níveis analíticos, neste trabalho, entre o domicílio (indivíduo) e do grupo, a região de vitimização (BRYK & RAUDENBUSH, 1992).

Infelizmente, o desenho amostral não permite a avaliação do efeito de vizinhança para pequenas unidades territoriais – como os setores censitários - a partir da agregação das informações levantadas na PNV. Porém, como exercício analítico que procura se aproximar a pesquisa, ainda que de maneira limitada, do pressuposto teórico da abordagem dos efeitos de vizinhança propomos aqui a identificação do efeito do local sobre as chances de vitimização tendo as Regiões de Vitimização, menor nível geográfico com representatividade estatística no *survey*, como unidades de análise de segundo nível.

As variáveis de Coesão Social e Controle Social Informal ¹⁰ serão agregadas como atributos das regiões de vitimização e incluídas como covariáveis em modelos

¹⁰ Segundo a proposta da abordagem da Eficácia Coletiva, o conceito estrutura-se em torno de dois grandes eixos, a Coesão Social e a expectativa de Controle Social Informal (SAMPSON, 2012. p. 152) . A

que terão como principal objetivo comparar a variação das chances de vitimização entre pessoas (nível 1) e entre regiões de vitimização (nível 2). Nela as variáveis que na perspectiva teórica assumem feição contextual, como o Controle Social Informal e a Coesão Social, serão reunidas a outras de natureza estrutural, provenientes das características socioeconômicas identificadas pelo Censo IBGE 2010.

5.2. Etapa 2: Vitimização e Eficácia Coletiva

A investigação dos efeitos do lugar sobre a vitimização auxilia muito em identificar quanto da probabilidade de ser vítima de um crime está condicionada por fatores individuais e por outros que se distribuem de maneira concentrada no espaço. Todavia, com base no uso das informações da PNV, a unidade espacial com informações representativas amostradas no *survey* é muito ampla: o total de 78.008 entrevistas foi distribuído em apenas 112 regiões de vitimização, as quais reúnem em uma mesma área municípios e até regiões metropolitanas inteiras. A análise dos efeitos da Eficácia Coletiva sobre a vitimização por meio de dados agregados segundo unidades tão heterogêneas pode prejudicar a avaliação dos efeitos desse atributo. Basta mencionar como ilustração que um município do porte de Belo Horizonte é classificado com uma única Região de Vitimização.

A informação de *surveys* domiciliares a respeito de vizinhanças é construída a partir de uma percepção individual acerca dos arredores do domicílio. Portanto, se essas opiniões individuais a respeito de vizinhanças muito distintas são agregadas e tratadas como um indicador que reflita as características de toda a região, é grande o risco de que os resultados não informem de maneira clara sequer sobre as vizinhanças (que inspiraram a percepção individual) ou sobre o nível o nível hierárquico seguinte (no caso da PNV, a região de vitimização).

Como resultado dessa limitação, as Etapas 2 e 3, dedicadas a investigar a associação entre Coesão Social/Controle Social Informal e vitimização no Brasil serão baseadas em medidas individuais, não agregadas como informações das Região de Vitimização. Como resultado disso, as variáveis estruturais, ainda que naturalmente agregadas ao nível de setor censitário serão incluídas como informações contextuais em modelos estatísticos de regressão logística binária. Sabe-se que essa não é a alternativa ideal para analisar a eficácia coletiva, por ser essa um atributo coletivo e

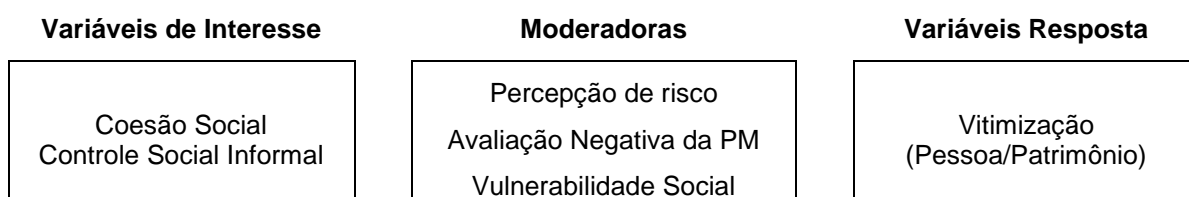
Confiança Interpessoal compõe a dimensão da Coesão Social no modelo teórico e neste trabalho também foi utilizada para a construção dos indicadores de *Eficácia Coletiva* e *Coesão Social*. Por isso, para proporcionar fluidez ao texto e manter a correspondência com a literatura, a partir daqui a referência à Coesão Social já terá implícita a presença do elemento da confiança.

não individual. Porém, acredita-se que os erros são menores do que atribuir tais fenômenos a áreas tão extensas como as regiões de vitimização.

O objetivo desta etapa foi analisar as conexões entre os indicadores de *Coesão Social*¹¹ e o *Controle Social Informal*, assumindo que eles podem não ser equivalentes e que, portanto, a construção de um indicador geral de Eficácia pode ocultar particularidades dos padrões de organização das vizinhanças brasileiras. Isso posto, a Etapa 2, além de comparar os efeitos das medidas de Eficácia Coletiva, utiliza esses mesmos indicadores em interação com índices de *Percepção de Risco de Vitimização e Avaliação Negativa da Polícia Militar*, no nível individual e outras três variáveis de vulnerabilidade social no setor censitário, a saber, a *Vulnerabilidade Sociodemográfica*, *Vulnerabilidade Estrutural Domiciliar* (ou *Déficit de Saneamento*) e uma variável binária que indica os setores censitários localizados em aglomerados subnormais¹² (*Favela*). O objetivo da inserção de termos interativos nos modelos de vitimização é investigar possíveis efeitos de moderação dessas variáveis entre a Eficácia e a Vitimização, como indica o Diagrama 1.

O esquema sintetiza a estrutura básica dos modelos de regressão ajustados nesta primeira fase do trabalho, destacando a variável resposta como o indicador de vitimização, os indicadores de eficácia como variáveis de interesse e os três possíveis blocos de variáveis moderadoras. A vitimização é expressa por duas variáveis binárias (1=vítima/0=não vítima) que se alternarão indicando experiências de furto ou roubo, nos modelos dedicados a estimar a vitimização por crimes contra o patrimônio, e as agressões, nos modelos que estimam os crimes contra a pessoa.

Diagrama 1 - Etapa 2: A Eficácia Coletiva associada à vitimização



¹¹ Segundo a proposta da abordagem da Eficácia Coletiva, o conceito estrutura-se em torno de dois grandes eixos, a Coesão Social e a expectativa de Controle Social Informal (SAMPSON, 2012, p. 152). A Confiança Interpessoal compõe a dimensão da Coesão Social no modelo teórico e neste trabalho também foi utilizada para a construção dos indicadores de *Eficácia Coletiva* e *Coesão Social*. Por isso, para proporcionar fluidez ao texto e manter a correspondência com a literatura, a partir daqui a referência à Coesão Social já terá implícita a presença do elemento da confiança.

¹² Setores especiais em aglomerados subnormais são definidos pelo IBGE em sua *home page* como “diversos tipos de assentamentos irregulares existentes no País, como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros”

Ver: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtml

Assim, por meio do uso do software de análise estatística Stata versão 14.0, para cada um dos 02 (dois) grupos de crime foram ajustados dois modelos básicos de regressão hierárquica logística binária. Na sequência, com vistas a analisar os efeitos das medidas coesão e controle social sobre a vitimização por crimes contra a pessoa e contra o patrimônio ajustaram-se modelos específicos a partir de uma série de variáveis individuais e de vizinhança (contextuais) como controle. Finalmente, foi ajustado novo modelo contendo os termos interativos ou multiplicativos daquelas variáveis de interesse e potenciais moderadoras que apresentaram associação estatística com a vitimização nos modelos ajustados anteriormente.

Como variáveis de controle foram incluídas as características sociodemográficas (sexo, raça, idade e nível socioeconômico), percepção sobre desordem física e social na vizinhança, região do país, natureza administrativa e indicadores de estilo de vida e atividades de rotina. Entre as variáveis contextuais, próprias do setor censitário e correspondentes a vizinhanças, estão as medidas estruturais dos setores censitários provenientes do Censo IBGE 2010. Questões como a identificação de setores subnormais, a renda média domiciliar per capita e outras contribuem para a caracterização socioeconômica e sociodemográfica dos setores no país.

5.3. Etapa 3: O que é como varia a expectativa de Controle Social Informal no Brasil?

Por ser apontado como a principal novidade do conceito de Eficácia Coletiva em comparação aos estudos clássicos sobre Desorganização Social, o Controle Social Informal foi transformado em variável resposta na última etapa desta pesquisa. A literatura revista acima permite concluir que o Controle Social Informal na vizinhança é condicionado por características culturais, socioestruturais e próprias da percepção acerca das instituições públicas. No Brasil, ao analisar tarefas como a intervenção diante do comportamento de jovens nas proximidades de casa, acredita-se que regiões com menor desvantagem socioeconômica também sejam aquelas onde esse tipo de atuação coletiva é mais comum. Isso seria consequência da dependência do apoio institucional para reagir aos problemas relacionados à conduta dos jovens. Como sugere a própria teoria da eficácia coletiva (SAMPSON, 2012) e a abordagem do novo paroquialismo (CARR, 2003), a maior capacidade de articulação de ativos externos por meio da vinculação institucional é atributo comum a comunidades e indivíduos com maior nível socioeconômico.

Dito isso, a proposta desta última etapa de análise é avaliar em que medida a disposição para intervir diante de questões que afetam a vida da população, *proxy* de Controle Social Informal, i) varia em função do tipo de problema analisado (WICKES *et al.*, 2013); ii) está relacionada a elementos de natureza socioeconômicas, de insegurança e atuação deficiente das forças de segurança pública, os quais distinguem o país e outras democracias latino-americanas na comparação com os Estados Unidos da América; iii) e, finalmente, mensura problemas que interpretados pela cultura comunitária no Brasil geram, de fato, o ímpeto de uma reação coletiva.

Para tal, as chances de responder positivamente quanto à possibilidade de contar com vizinhos para intervir sobre cada umas das quatro situações que compõem o indicador de controle social informal serão estimadas a partir de modelos de regressão logística binária. Entre os fatores explicativos figuram o outro componente da Eficácia (Coesão Social), todas as demais variáveis individuais e estruturais presentes nos modelos da Etapa 2.

Além desses modelos ainda foram ajustados outros, os quais foram definidos com base na hipótese de que os itens utilizados para compor o indicador de Eficácia Coletiva representam problemas com pouco apelo para a mobilização comunitária, a julgar pelo nível de violência com que os atores sociais e institucionais se habituem a conviver em comunidades brasileiras (CRUZ, 2010; PENGLASE, 2014). Nesses últimos modelos de regressão logística, o fenômeno de interesse não será a percepção individual sobre a disposição para “fazer alguma coisa” para resolver problemas ligados à conduta de jovens, principalmente, e sim, a probabilidade apresentar respostas dúbias ou imprecisas a respeito dessas questões. A ideia é verificar a existência de padrões associados principalmente ao medo e à violência em relação ao perfil daqueles que demonstram não ter clareza a respeito do que esperar da comunidade diante dos problemas locais apresentados.

Ao longo deste trabalho, a literatura revisitada nas primeiras seções e a estratégia de análise cuja descrição encerra-se aqui culminaram na elaboração das hipóteses de pesquisa apresentadas abaixo na seção 5.4

5.4. Hipóteses de Pesquisa

Hipótese do “Efeito Região de Vitimização”:

As chances de vitimização por crimes contra a pessoa e contra o patrimônio não se distribuem de maneira homogênea no país e, há variação própria de características das regiões de vitimização, mesmo após o controle das variáveis de

natureza individual e contextual selecionadas como covariáveis para todas as etapas da análise desenvolvida neste trabalho.

▪ *Hipótese do Paradoxo Latino-americano:*

Em conformidade com o chamado paradoxo latino-americano da Desorganização e da Eficácia Coletiva, no que tange ao efeito da densidade dos laços sociais sobre o crime, esta hipótese sugere que os indicadores de Controle Social Informal e Coesão Social apresentarão associação positiva ou não apresentarão associação estatística significativa com a vitimização criminal.

▪ *Hipótese do pluralismo violento na democracia brasileira*

Com base na discussão sobre o modelo democrático dos países latino-americanos, acredita-se que a percepção da Polícia Militar será o principal moderador da relação entre Coesão Social e Controle Social Informal e vitimização criminal, aumentando as chances de vitimização.

▪ *Hipótese do Controle Social Informal*

Neste trabalho, avalia-se ainda a hipótese de que as situações utilizadas para mensurar a disposição para exercer controle social sobre o que ocorre na vizinhança não definem bem a capacidade de articulação comunitária por meio do envolvimento direto da população, o que se daria por duas razões. A primeira diz respeito ao fato de que a presença do suporte institucional para a intervenção não é explícita na questão utilizada para mensurar o controle social e as forças de segurança pública, principalmente, são apontadas como o importante mecanismo de controle acionados no país (SILVA, 2012; PAIXÃO & BEATO, 1997). Por outro lado, as condutas captadas pelo indicador de controle social seriam problemas sociais com os quais os moradores brasileiros estão habituados a conviver por destoarem menos do cenário urbano no país, quando comparadas a outros contextos como o norte-americano (CRUZ, 2010; PENGLASE, 2014).

Tais fatores, diante da presença de fenômenos como o medo de crime, o distanciamento da população em relação à polícia e a desvantagem socioeconômica, criariam as condições para que respostas imprecisas às perguntas sobre o controle social informal (“Não Sei”, “Talvez” e “Nem sim, nem não”) fossem mais comuns entre pessoas residentes em áreas com mais baixo nível socioeconômico, restrição de acesso a serviços e maior risco de vitimização percebido, nossa última hipótese de pesquisa.

6. DADOS E METODOLOGIA

6.1. A I Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV): Muitas possibilidades, algumas limitações

A realização de um *survey* nacional de vitimização sempre foi um desejo da comunidade de pesquisadores de temas relacionados ao crime e à vitimização no país. Apesar de muitas iniciativas locais (municipais ou de regiões metropolitanas específicas) levadas adiante, principalmente pelas universidades por meio de seus grupos de pesquisa, até o final da primeira década dos anos 2000, haviam sido realizados apenas 02 (dois) levantamentos de abrangência nacional dedicados ao tema, a saber, os suplementos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos anos de 1988 (“Participação Político-Social”) e 2009 (“Vitimização e Justiça”). A PNAD é uma pesquisa de conteúdo vasto e que possibilita o cruzamento das informações criminais a muitas outras de natureza social, econômica e demográfica. Contudo, são perdidas as informações municipais e de setor censitário, dado que o desenho amostral da PNAD possui a Região Metropolitana como menor nível de agregação passível de realização de inferência estatística: uma grande limitação, principalmente, para o estudo dos efeitos de vizinhança.

Assim, a partir de junho/2010 foi a campo a primeira Pesquisa Nacional de Vitimização, construída em todas as suas etapas pela parceria do Ministério da Justiça (MJ), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), com o instituto de pesquisas Data Folha, e o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG). Trata-se de um *survey* probabilístico de caráter domiciliar, do qual participaram do universo de análise moradores de municípios com mais de 15.000 habitantes, com idade superior a 16 anos.

O MJ foi o responsável pela elaboração da amostra e do instrumento de coleta de dados, o último, com o apoio de pesquisadores do CRISP/UFMG, enquanto o Data Folha realizou o trabalho de campo e a organização das bases de dados. Foram elaborados dois modelos de questionários, o primeiro desenvolvido exclusivamente pela SENASP/MJ e outro correspondente àquele proposto pelo *United Nations Crime Institute* (UNICRI) e permite a comparação com as bases do *International Crime Victims Survey* (ICVS). O questionário UNICRI foi aplicado a cada 19 entrevistas realizadas com uso do questionário tradicional. Neste trabalho, utilizou-se apenas os dados deste questionário que aqui chamamos de tradicional em função das particularidades do desenho amostral que originou o banco comparável ao ICVS.

Para o questionário tradicional, a amostragem foi estratificada e realizada em 04 (quatro) estágios, obedecendo, entre outros fatores, à classificação das 26 “Regiões de Vitimização” definidas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). O primeiro estágio foi a seleção de uma amostra de municípios com população superior a 15 mil habitantes em cada um dos 112 estratos (definidos por meio da combinação das 26 regiões com as Unidades da Federação), totalizando 361 municípios incluídos na PNV (6,48% dos 5.565 municípios do país em 2010).

O estágio seguinte contou com a seleção de uma amostra de setores censitários, listados com base no total de domicílios particulares permanentes, ordenados segundo a renda domiciliar e, excluídos os setores especiais (quartéis, hospitais, unidades prisionais, entre outros). O terceiro estágio foi dedicado à seleção de uma amostra de 10 a 15 domicílios nos setores identificados no estágio anterior, mantendo igual probabilidade de seleção para todos os domicílios. Finalmente, no quarto estágio os indivíduos com 16 anos ou mais de idade no domicílio foram listados e apenas um sorteado para a realização da entrevista.

6.1.1.A AMOSTRA COMPLEMENTAR

O plano amostral original sugeria a realização de 78.000 entrevistas em 7000 setores censitários nos municípios selecionados, contudo, em dado momento, posterior à realização das entrevistas, verificou-se que, por equívoco, 80 municípios com população superior a 15.000 habitantes não haviam composto o universo de análise e, portanto, não tiveram chances de compor a amostra final. Para contornar essa limitação, foi acordado entre o DataFolha e a SENASP a construção de uma amostra complementar, a fim de corrigir esse equívoco. A primeira etapa do levantamento foi realizada no período entre junho/2010 e Maio/2011, enquanto a segunda, correspondente à amostra complementar, ocorreu entre Julho/2012 e Outubro/2012.

Todo o processo de amostragem culminou na construção de uma amostra de 346 municípios, 8.211 setores censitários e 78.008 entrevistas, como indica a Tabela 02.

Tabela 2 – Período de realização do trabalho de campo e composição das amostras da PNV

	Período	Municípios na amostra	Setores Censitários	Entrevistas
Amostra Inicial	Jun./2010 – Mai/2011	287	6.951	66.037
Amostra Complementar	Jul./2012 – Out/2012	59	1.260	11.971
Total		346	8.211	78.008

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNV 2010-2012

6.1.2.A QUESTÃO DOS SETORES CENSITÁRIOS

Uma das principais limitações do banco de dados da PNV para sua aplicação em estudos de efeitos de vizinhança diz respeito à identificação dos setores censitários de uma e outra etapa da pesquisa. A primeira amostra foi construída a partir das bases de dados de endereços – e setores – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) equivalente ao ano de 2006, ano anterior à Contagem Populacional/2007. A segunda amostra, por sua vez, foi construída a partir dos dados do Censo IBGE 2010, já publicado em 2012, na ocasião da elaboração da amostra complementar.

O estudo dos efeitos de vizinhança se beneficiam muito das possibilidades de se agregar aos dados amostrais as informações estruturais provenientes dos escritórios oficiais de estatística. No Brasil, usualmente, uma chave para vincular tais informações é o código do setor censitário, utilizado para a construção da amostra dos *surveys* e tradicional referência para as pesquisas do IBGE. Por essa razão, a existência desse intervalo entre os dois períodos de coleta gera algumas dificuldades para que os dados do Censo 2010 – o mais recente – sejam agregados às informações das duas etapas. Isso ocorre porque os códigos da primeira etapa – provenientes do Censo 2000 - não correspondem, em sua totalidade, àqueles do Censo 2010, afinal há mudanças de definição territorial e, por consequência, dos próprios códigos atribuídos aos setores a cada censo ou contagem populacional (UMBELINO & BARBIERI, 2008).

As fusões, divisões e mesmo adaptações na área de um setor censitário tornam muito trabalhosa a tarefa de identificar em momento posterior a delimitação territorial e o código de um setor censitário em levantamentos censitários anteriores. No caso do IBGE, isso se torna ainda mais complexo devido às alterações nos critérios para definição dos setores, entre os anos de 2000 e 2010, e a mudança do sistema de referência geodésica utilizado pelo Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) e pelo Sistema Cartográfico Nacional (SCN). O sistema anterior, o SAD69, utilizado ainda no Censo 2000, foi progressivamente substituído pelo Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000) entre os anos de 2005 e 2015, conforme legislação específica (BRASIL, 2005).

Uma das opções para a compatibilizar os setores seria a utilização de sistemas de informações geográficas ou *Geographic Information System* (GIS) para sobrepor os setores e identificar as alterações. O IBGE disponibiliza em sua *home page* os arquivos das malhas digitais dos setores censitários, porém, para 2000 estão

disponíveis apenas os arquivos dos setores de municípios com mais de 25.000 habitantes em 2006. A opção por essa alternativa geraria a perda de informações de municípios com população entre 15.000 e 25.000 habitantes.

De tal maneira, para viabilizar a utilização dos dados do Censo IBGE 2010 como atributo contextual dos casos de ambas as etapas da PNV foi necessária a colaboração do IBGE que disponibilizou à pesquisadora a base de dados com o histórico das mudanças dos códigos dos setores censitários entre os anos de 2000 e 2010. O banco de dados em questão contém todos os setores censitários do país listados pelo IBGE no ano de 2010 e seus respectivos códigos nos anos de 2000 e 2007, como no exemplo da Tabela 3.

Tabela 3 – Ilustração das mudanças de área e código de setor censitário entre os anos de 2000, 2007 e 2010

Código 2000	Código 2007	Código 2010
316720205080004	316720205080007	316720205080011
316720205080004	316720205080007	316720205080012
316720205080004	316720205090004	316720205090004
316720205080004	316720205090004	316720205090016

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

No caso descrito acima, o território original do setor 316720205080004 foi dividido em dois no ano de 2007, mas sofreu nova alteração em 2010, quando cada um dos dois setores de 2007 originaram outros dois novos. Assim, ao final dos 10 (dez) anos que separam os dois Censos, o território de um único setor censitário foi fracionado em 04 (quatro) partes cujos limites nem sempre são possíveis de serem identificados em sobreposição à mesma área de 2000.

Para contornar essa limitação, optou-se pela construção dos indicadores de setor censitário no banco de 2010 e, posteriormente, a agregação desses dados segundo os códigos correspondentes a cada um deles em 2000 por meio da média. No exemplo anterior, caso o setor 316720205080004 em 2000 houvesse sido sorteado para a amostra da primeira etapa da PNV, ao contrário de agregar os dados do Censo para apenas 01 (um) dos setores em que ele se dividiu, seria construída a média dos 04 (quatro) para cada variável do nível de setor censitário utilizada como preditora dos modelos de regressão utilizados neste trabalho.

O Censo IBGE fornece as informações estruturais objetivas correspondentes aos setores censitários, as quais são fundamentais para o controle dos efeitos da eficácia coletiva. Todavia, o desenho amostral da PNV não previu que os casos selecionados aleatoriamente no setor fossem representativos do mesmo. Assim, o número de questionários não varia em função do número de moradores, não sendo adequado agregar as informações da pesquisa ao nível de setor. Assim, as variáveis de controle

e de teste proveniente da PNV serão utilizadas como medidas de percepção individual. As informações do IBGE serão utilizadas ao nível contextual nos modelos logísticos binários e serão agregadas na média para as regiões de vitimização no modelo de regressão hierárquica (Apêndice B).

6.2. Mensuração das Variáveis

6.2.1. VARIÁVEL DE INTERESSE: EFICÁCIA COLETIVA

Como sugere toda a discussão elaborada anteriormente, o atributo da Eficácia Coletiva, quando manifesto, é resultado da interação entre 03 (três) dimensões: a coesão social, a confiança interpessoal e a capacidade de exercer controle social informal. A operacionalização desse conceito, por sua vez, ganha nuances particulares dadas as limitações pertinentes à própria metodologia de *survey* – usualmente utilizada na construção de análises da criminologia, berço da própria definição. A primeira questão refere-se à construção das perguntas, a fim de que elas reflitam por meio de uma série de observações individuais uma característica própria do grupo – vizinhança a que pertence aquele indivíduo. A segunda diz respeito aos níveis de agregação ou representatividade da pesquisa, que idealmente deve fazer referência a essa unidade de análise específica, a comunidade ou vizinhança.

Em relação às perguntas, fonte do primeiro desafio, neste exercício, os indicadores de Eficácia Coletiva foram construídos de maneira a se aproximar ao máximo daqueles propostos originalmente por Sampson *et al* (1997), a partir das medidas do *survey* em comunidades do PHDCN. Para tal, foram selecionadas, na PNV, as variáveis que já haviam sido construídas, de maneira a dialogar com as medidas internacionais acerca de vizinhança, portanto, a *Coesão Social* e a *Confiança Interpessoal* foram avaliadas por meio de questões sobre a posição dos entrevistados acerca de ao menos 05 (cinco) enunciados, também utilizados na pesquisa de Chicago. Os entrevistadores perguntaram se "As pessoas daqui são dispostas a ajudar os seus vizinhos" (p146a), "As pessoas nesta vizinhança são muito unidas" (p146b), " Pode-se confiar nas pessoas nesta vizinhança" (p146c), "Em geral, as pessoas nesta vizinhança não se dão bem umas com as outras "(p146d) e se " Em geral, as pessoas nesta vizinhança não compartilham os mesmos interesses, objetivos e valores "(p146e).

A dimensão *Controle Social Informal* foi medida por uma questão relacionada com a expectativa de ação em algumas tarefas comunitárias específicas. Literalmente, a pergunta no questionário era " Pensando na sua vizinhança, o (a) Sr. (a) diria que

pode contar com seus vizinhos para tomar alguma providência" diante de alguns problemas a respeito do comportamento dos jovens. As tarefas ou problemas foram descritos como " Observar jovens matando aula e ficando à toa na rua " (p145a); "Observar jovens depredando prédios " (p145b); " Observar jovens faltando com respeito a um adulto" (p145c); "Observar uma briga que começou na frente da sua casa" (p.145d).

A primeira estratégia para a construção do índice geral foi a utilização da técnica de análise fatorial¹³, segundo o método das componentes principais, o qual agrega um conjunto de variáveis em grupos a partir de uma matriz de correlação amostral (MINGOTI, 2005). Para este modelo, as variáveis correspondentes às dimensões da Eficácia Coletiva foram recodificadas, de maneira a indicar maiores níveis de coesão, controle e confiança e, posteriormente, foram incluídas em um modelo de análise multivariada fatorial.

A tentativa não se mostrou eficaz no sentido de produzir uma medida geral de Eficácia, a julgar pelo fato de que, ao contrário de 01 (um), foram gerados 03 (três) fatores, como indica a Tabela 4 contendo as cargas fatoriais¹⁴. Sabe-se que os valores mais próximos de 1 indicam maior correlação entre a variável e o fator correspondente. Portanto, o primeiro fator é mais influenciado pelas medidas de controle social informal, o segundo expressa de maneira mais intensa a confiança interpessoal, a disposição para ajudar e a união entre vizinhos e, finalmente, o terceiro está relacionado à percepção de que os vizinhos se dão bem uns com outros e compartilham interesses, objetivos e valores.

Diante dessas questões, com base na justificativa teórica e no resultado do Alpha de Cronbach¹⁵ superior a 0.8, optou-se por adotar uma estratégia alternativa para a construção dos indicadores de Eficácia Coletiva. A primeira parte desta estratégia consistiu em eliminar do cálculo do indicador final as variáveis p146c e

¹³ A análise fatorial tem o objetivo de reduzir os dados construindo uma única medida capaz de sintetizar as variáveis e consiste em uma eficiente técnica para identificar dimensões latentes entre variáveis distintas, substituindo as variáveis originais por *scores* padronizados para cada dimensão. A análise origina fatores para os quais algumas variáveis apresentam maior correlação, identificando aí uma dimensão latente. O software apresenta informações sobre a porção da variância total explicada pelo fator gerado, calculando tantos fatores quantos forem as dimensões presentes entre as variáveis daquele grupo, partindo daquele com maior variância explicada para o de menor (Hair, 2005)

¹⁴ As cargas fatoriais que indicam o grau de correlação da variável com o fator gerado. A fim de gerar valores mais precisos, os dados na matriz passaram pelo processo de rotação ortogonal por meio do método Varimax. A rotação consiste em um rearranjo dos eixos correspondentes aos fatores em uma análise ortogonal – onde não há correlação entre os fatores, de maneira a esclarecer situações em que uma variável está correlacionada a mais de um fator (HAIR, 2005).

¹⁵ O Alpha de Cronbach é uma medida de consistência interna de escalas e é amplamente utilizado para verificar a consistência de índices criados a partir da redução de duas ou mais questões. O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que valores mais elevados indicam cada vez mais próximas aquelas variáveis estão como grupo.

p146d devido à redação das afirmativas no questionário. Observe que se tratavam de questões com um duplo negativo, ou seja, o entrevistado era chamado a discordar ou não acerca de afirmativas que eram na verdade negações ("as pessoas nesta vizinhança não se dão bem umas com as outras" e "as pessoas nesta vizinhança não compartilham os mesmos interesses, objetivos e valores"). Possivelmente, o formato desses itens gerou mal entendimento do sentido da pergunta, o que pode ter contribuído para que tenham convergido para um fator à parte na análise das componentes principais (Tabela 4).

Tabela 4 – Cargas Fatoriais resultantes de Análise Fatorial das variáveis de Eficácia Coletiva

Variável	Fator 1	Fator2	Fator3
Coesão – Disposição para ajuda	0.2184	0.8320	0.1130
Coesão – União	0.1384	0.8603	0.1587
Coesão – Vizinhos se dão bem uns com os outros	0.0878	0.2340	0.8050
Coesão – Compartilham interesses, objetivos e valores	0.0570	0.1088	0.8641
Confiança - Pode-se confiar nas pessoas nesta vizinhança	0.1743	0.8311	0.1446
Controle - Jovens matando aula e ficando à toa na rua	0.7889	0.1955	0.0447
Controle - Jovens depredando prédios	0.8674	0.1551	0.0731
Controle - Jovens faltando com respeito a um adulto	0.8666	0.1635	0.0556
Controle - Briga que começou na frente da sua casa	0.8287	0.1442	0.0701

Fonte: PNV 2010 – 2012

Além disso, optou-se pela utilização de dois construtos separadamente, a *Coesão Social* (incluindo a medida de confiança institucional) e o *Controle Social Informal*. Ambas as dimensões serão tratadas como medidas de *percepção* individual de coesão social e *expectativa* de controle social informal.

Tabela 5 – Recodificação das variáveis de Eficácia Coletiva

Item	Descrição	Categorias Originais	Categorias Recodificadas
p145a	Observar jovens matando aula e ficando à toa na rua	(1) Sim (2) Talvez (3) Nem sim, nem não (4) Provavelmente não (5) Não (99) Não Sabe/Não Lembra	(1) Não
P145b	Observar jovens depredando prédios		(2) Provavelmente Não
P145c	Observar jovens faltando com respeito a um adulto		(3) Talvez+ Nem sim, nem não + Não Sabe
P145d	Observar uma briga que começou na frente da sua casa		(4) Sim
P146a	As pessoas daqui são dispostas a ajudar os seus vizinhos	(1) Concorda totalmente (2) Concorda em parte (3) Não concorda nem discorda (4) Discorda em parte (5) Discorda totalmente (99) Não Sabe/Não Lembra	(1) Discorda totalmente
P146b	As pessoas nesta vizinhança são muito unidas		(2) Discorda em parte
P146c	Pode-se confiar nas pessoas nesta vizinhança		(3) Não concorda nem discorda + Não Sabe
			(4) Concorda em parte
			(5) Concorda totalmente

Fonte: PNV 2010-2012

Para atribuir mais rigor à construção das variáveis de teste, ainda propusemos a recodificação de três das sete medidas eficácia coletiva, a saber aquelas de controle social informal. O objetivo foi reduzir os possíveis impactos da construção de medidas a partir de uma escala que, segundo o proposto originalmente no questionário da PNV, não poderia ser classificada como ordinal (do tipo *likert*).

Para a construção das medidas finais de Coesão Social e Controle Social Informal, considerando as particularidades da escala das variáveis que compõem esta última, em função do modelo pouco usual das alternativas de resposta, procedeu-se à utilização da Teoria da Resposta ao Item (TRI).

Com ampla utilização para pesquisas na área de educação, a TRI é amplamente utilizada na construção de avaliações escolares (conteúdo e notas finais). Ao contrário da Teoria Clássica dos Testes, a TRI se baseia na hipótese de que a nota dos alunos em uma prova é resultado dos diferentes graus de habilidade dos estudantes e das variações em relação à dificuldade das questões. Em nosso exemplo, a TRI auxilia na construção de medidas de percepção de coesão social e da expectativa de exercício de controle social considerando as diferenças quanto ao peso de cada item (em termos de capacidade de discriminação e frequência de respostas) para a variável final¹⁶. Portanto, o processo envolve duas estimações: a dos parâmetros dos itens (b) e dos escores da variável latente (θ) (FLETCHER, 1998). A tal dimensão latente pode ser utilizada como um indicador síntese que seja mais sensível às características de cada item.

Neste trabalho, cada uma das sete medidas de Eficácia Coletiva, agregadas segundo as dimensões da Coesão e Controle, corresponde a um item nos dois modelos ajustados. Conforme a tabela 5, os itens de Controle Social Informal foram tratados como variáveis ordinais de 4 pontos, enquanto os de coesão social mantiveram a métrica original (com 5 categorias de resposta). Em função disso, o modelo de TRI selecionado para estimar os parâmetros de dificuldade, discriminação e a dimensão latente, foi o chamado modelo de respostas graduadas (*Graded Response Model*), para variáveis ordenadas com mais de duas categorias de resposta e pode ser assim formalizado: (ANDRADE, TAVARES & VALLE, 2000).

¹⁶ Antes da construção dos indicadores de Controle Social Informal e Coesão Social por meio da TRI procedeu-se, para fins confirmatórios, à construção análise fatorial segundo o método das componentes principais, baseada em uma matriz de correlação policórica e rotação varimax. A proposta foi avaliar em que medida as variáveis recodificadas convergem para fatores únicos e com a carga fatorial de mesmo sinal (Os resultados da análise fatorial e do processo de construção dos indicadores de Coesão Social e Controle Social Informal podem ser encontrados no Apêndice B).

$$Pr(Y_{ij} \geq k | \theta_j) = \frac{\exp\{a_i(\theta_j - b_{ik})\}}{1 + \exp\{a_i(\theta_j - b_{ik})\}} \quad \theta_j \sim N(0,1)$$

Onde a_i representa a discriminação do item i , b_{ik} is the k th ponto de corte para o item i , e θ_j é a variável latente para a pessoa j . O ponto de corte b_{ik} c pode ser considerado o grau de dificuldade em responder a categorias k ou valores mais elevados no item i .

Os valores preditos para θ_j foram salvos como novas variáveis e linearizados a partir dos valores mínimos e máximos, compondo, assim, as variáveis finais que seguem a seguinte distribuição:

Tabela 6 – Descrição das variáveis de coesão social percebida e expectativa de Controle Social Informal

	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Controle Social Informal	77.987	0,600723	0,322549	0	1
Coesão Social	77.947	0,61769	0,262747	0	1

Fonte: PNV 2010-2012

Gráfico 1 – Histograma do indicador da Expectativa de Controle Social Informal

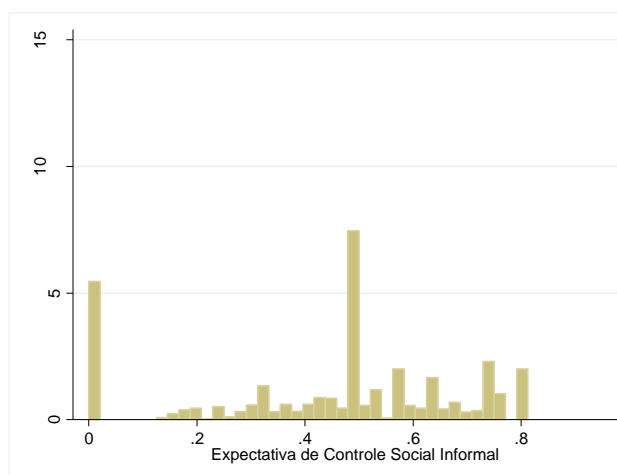
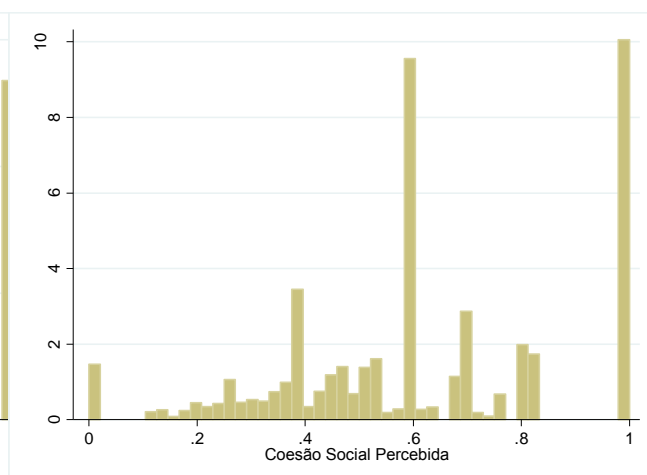


Gráfico 2 – Histograma do indicador da Coesão Social Percebida



Fonte: PNV 2010-2012

6.2.2. Experimentando outras medidas de Coesão Social

Grande parte das discussões a respeito dos efeitos de vizinhança nos testes das abordagens derivadas da Teoria da Desorganização Social no Brasil está sustentada na identificação de uma associação diferenciada entre as medidas de

coesão social e crime no país. Na vanguarda dos estudos de vizinhança fora do cenário norte americano, Villarreal e Silva (2006) apontaram esse paradoxo que foi posteriormente identificado em outros exercícios, como o de Rodrigues (2006). Naquela ocasião, as medidas disponíveis para a análise da coesão ou integração social estavam baseadas na reportagem de troca de favores e na frequência de contato entre vizinhos.

Observa-se, contudo, que tais questões revelam outras nuances comunitárias, as quais podem indicar dinâmicas diferentes quando comparadas aos indicadores de coesão enunciados pela abordagem tradicional da Eficácia Coletiva. As perguntas que fundamentam a dimensão da Coesão Social no indicador de Eficácia, proposto por Robert Sampson, informam mais sobre um sentimento ou uma expectativa em relação à comunidade, do que necessariamente, acerca de ações postas em prática na relação entre vizinhos. Afirmar que se dá bem com o morador ao lado parece bem diferente – e menos direto – que informar que realiza visitas à sua casa regularmente.

Infelizmente, a PNV não dispõe da mesma bateria de questões a respeito da frequência de contatos entre vizinhos e, tampouco, medidas como o número de amigos na vizinhança, a qual também poderia ser uma interessante fonte de informações sobre proximidade na vizinhança. Porém, há perguntas sobre a frequência com que vizinhos pedem favores ao entrevistado, e essas foram a base para construção disso que chamaremos a partir daqui de *Realização de Favores*.

Tabela 7 – Cargas Fatoriais resultantes de Análise Fatorial das variáveis de Eficácia Coletiva

Variável	Fator 1	Fator 2
Auxiliar em caso de doença ou problema de saúde	0.3752	0.6315
Pedir dinheiro emprestado	0.1106	0.8192
Pedir alimento ou objetos emprestados	0.2936	0.6923
Fazer compras a crédito com cartão, cheque ou carnê	0.1675	0.6415
Cuidar de alguém (criança, idoso, doente, pessoa com deficiência, etc)	0.5239	0.4988
Tomar conta da casa enquanto ele não está	0.8291	0.1990
Tomar conta do carro enquanto ele não está	0.8492	0.1154
Alimentar ou cuidar de algum animal doméstico	0.7691	0.2341

Fonte: Elaboração própria PNV 2010-2012

A análise fatorial foi utilizada de maneira exploratória para identificar entre os 08 enunciados aqueles que poderiam se combinar em índices e os resultados encontram-se na Tabela 7. As cargas fatoriais apresentadas indicam uma clara distinção entre favores de natureza essencialmente econômicas (Fator 2) e outros, que podem até manter conexões com demandas financeiras, mas não refletem isso de maneira direta (Fator 1).

6.2.3. VARIÁVEIS RESPOSTA: VITIMIZAÇÃO

Analisar os efeitos de vizinhança sobre a vitimização implica na disponibilidade de dados sobre eventos criminais ocorridos na região de moradia. Os registros oficiais, quando bem documentados do ponto de vista do endereçamento do fato, favorecem o cálculo de taxas de criminalidade por unidades como blocos e setores censitários. As pesquisas de vitimização, por sua vez carecem da definição de critérios para a classificação de um evento como ocorrido na vizinhança. O número de blocos ou quarteirões de distância em relação ao domicílio pode ser um bom indicador para delimitar crimes ocorridos nas ruas da vizinhança. Os erros de mensuração decorrentes da subnotificação justificam a utilização dos dados de *survey*, contudo, também há limitações relativas ao instrumento e sua capacidade de comunicar com clareza os critérios para definição de vizinhança. Trabalhos como o de Bellair (2000) combinam as duas medidas de crime por meio da análise de componentes principais por ter identificado correlação mediana entre as taxas de crimes – proveniente de registros oficiais – e de vitimização – de *survey* (BELLAIR, 2000).

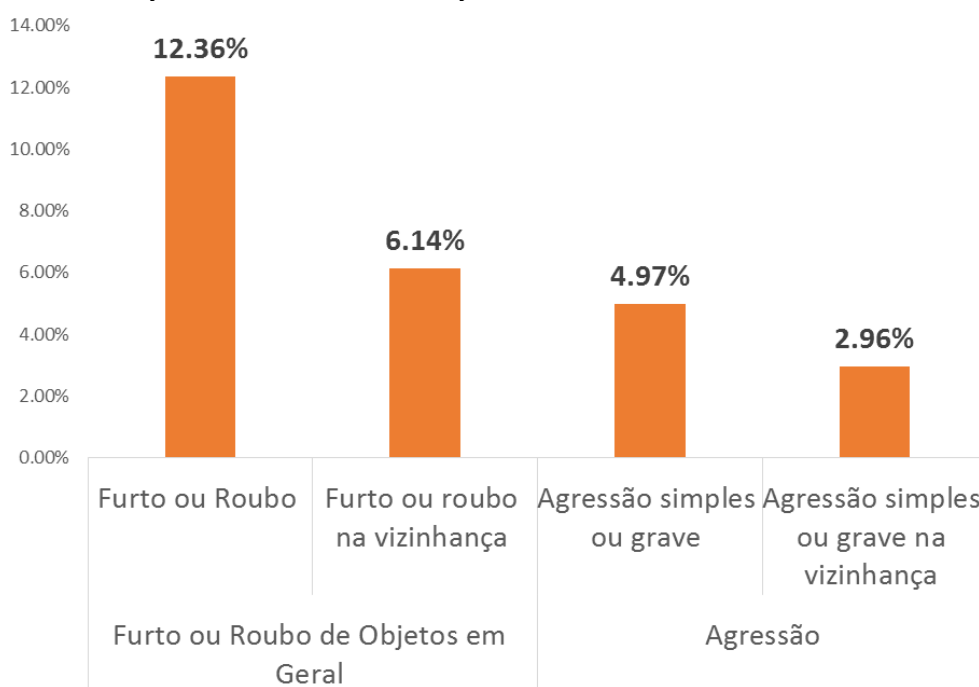
No caso da PNV, as questões a respeito da localização dos crimes de rua não ofereceram muitos detalhes para a qualificação das vizinhanças. Para furtos e roubos (de objetos, com exceção de automóveis e motocicletas) as opções sobre o local do evento foram “Na minha casa”, “Casa de algum parente ou amigo”, “Andando na rua”, “No local de trabalho”, “Meios de transporte”, “Locais públicos internos” e “Locais públicos externos (praça, parque, jardim, etc.)”. Observe que apenas a primeira opção, em casa, pode ser classificada automaticamente como vizinhança. As questões estavam abertas para o registro de outros locais além dos mencionados e, em função disso, uma segunda opção, “perto de casa”, também foi mencionada e ganhou uma categoria específica.

Para a construção das variáveis resposta de vitimização criminal na vizinhança optou-se pela criação de variáveis binárias, cujas categorias de sucesso (1) classificam as vítimas de crimes ocorridos em um período de 12 meses antes da entrevista e que o fato tenha ocorrido na vizinhança, ou seja, em casa ou perto dela. Os demais casos, as não vítimas e as vítimas em outros espaços, foram classificadas como categoria de referência (0). É certo que há perdas, principalmente em termos de variabilidade nas categorias de resposta. O número de vítimas cai bastante quando são incluídas apenas as vítimas na vizinhança. Todavia, é mais coerente com a literatura dos estudos de vitimização e os modelos sistêmicos que as estimativas dos efeitos de

características ou percepções a respeito da vizinhança sejam feitas sobre as chances de se tornar vítima de crime na mesma área.

Entre os delitos mensurados pela pesquisa, foram selecionados os de furto ou roubo de objetos em geral e as agressões simples (incluindo as vítimas de amedrontamento ou perseguição, batida, empurrão ou chute) ou graves (vítimas de ameaça com faca ou arma de fogo, espancamento ou tentativa de estrangulamento, esfaqueamento ou tiro) ocorridas na vizinhança, as quais se distribuem como indica o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição das variáveis de Vitimização



Fonte: PNV 2010-2012

6.2.4.POTENCIAIS MODERADORAS – PERCEÇÃO DE RISCO, AVALIAÇÃO NEGATIVA DA POLÍCIA MILITAR E VULNERABILIDADE SOCIAL

Uma das hipóteses que orienta este trabalho é a de que há nuances próprias das comunidades e da percepção dos seus moradores a respeito delas que intervêm na relação entre Eficácia Coletiva e a vitimização. Tais fatores poderiam ser apontados como razões para as “inconsistências” dos resultados das pesquisas que têm se ocupado de investigar a chamada Desorganização Social no Brasil. Eventualmente, o contexto de maior privação econômica e de recente desenvolvimento dos princípios do Estado de Direito poderiam fazer com que condições propícias para o desenvolvimento da capacidade de vigilância e intervenção local não estivessem plenamente desenvolvidas no Brasil. Isso tornaria frágeis os resultados dos modelos

exploratórios e inferenciais relacionando características de organização e mobilização comunitária a benefícios locais comuns.

O medo de crime é um desses fatores que, após a retomada dos estudos de vizinhança na década de 80, tem sido cada vez mais associado a características contextuais. Isso não implica em desconsiderar os já conhecidos efeitos de fatores como gênero, cor/raça e idade no medo de crime, porém, são fortes os argumentos daqueles que relacionam a sensação de insegurança às características estruturais e sociais do lugar (BRUNTON-SMITH & STURGIS, 2011), mesmo quando o risco objetivo, dado pelos indicadores de criminalidade na região, não é tão grande (BORGES, 2011).

A densidade dos laços sociais tende a diminuir a sensação de insegurança, por tornarem mais familiares os espaços, porém, indicadores de abandono e degradação física podem representar para o indivíduo sinais de deficiência de controle social, formal ou informal, aumentando a percepção de risco. Nesse último caso, haveria com a percepção de baixo Controle Social Informal uma relação de natureza recursiva, dado que a própria sensação de insegurança e o risco percebido em comunidades podem desestimular o engajamento e a participação, reduzindo ainda mais o estoque comunitário de capacidade de intervenção. Um bom exemplo de como um output de nível micro (medo ou risco percebido) pode influenciar um input de nível macro (controle social informal) e, este, novamente, o output micro (TAYLOR, 2010).

Para mensurar o medo de crime, ao contrário das medidas de sensação de insegurança, serão utilizadas as questões sobre a percepção de risco de vitimização, a qual tende a ser condicionada por fatores mais objetivos como as próprias experiências anteriores de crime (RODRIGUES & OLIVEIRA, 2012). Na PNV, as questões sobre risco percebido encontram-se reunidas em um bloco que perguntou se na vizinhança os entrevistados se sentiam em risco de ser vítima de assalto, roubo de carro ou moto, sequestro, sequestro relâmpago, agressão sexual, ser confundido com bandido pela polícia, ser confundido por agentes de segurança em shoppings, bares, boates, supermercados, etc., extorsão ou violência policial, estar no meio de um tiroteio, “bala perdida” ou agressão física (p.163a-k).

Por meio de análise fatorial, foi construído um índice de *Percepção de Risco de Vitimização* por roubo, sequestro, sequestro relâmpago e agressão sexual que convergiram para o mesmo fator estimado por meio do método das componentes principais (Alpha de Cronbach = 0,8886).

Em consonância com a abordagem sistêmica da desorganização social, a relação com as instituições de segurança pública e a avaliação do serviço prestado por elas caracteriza importante dimensão do nível público de controle social (BURSIK & GRASMICK, 1993). Conforme a discussão apresentada na seção das contribuições teóricas para o campo, ao valorizar a interação entre as esferas privada, comunitária e pública de controle social, Bursik e Grasmick (1993) enfatizam que o controle do crime e da violência dependem do bom funcionamento do sistema formado por moradores e seus laços sociais, prestadores de serviços, gestores públicos e muitos outros atores. Ao considerar verdadeira essa proposição, assume-se que a erosão das relações de confiança entre polícia e população podem limar a efetividade das interações sociais como um bom mecanismo de controle, afinal, uma das peças da engrenagem social naquele cenário, a polícia, não exerce, na visão dos usuários de seus serviços, a sua função.

Em um país em desenvolvimento, onde a história das instituições próprias para a segurança pública é tão recente quanto a consolidação democrática, essa seria uma outra fonte de instabilidade para modelos como o da Eficácia Coletiva. Isso porque, mesmo que de maneira transversal, a expectativa de ação colocada pela abordagem está baseada na intervenção em problemas de 'ordem', no sentido policial do termo. Como agir em situações de briga, desrespeito ou vandalismo sem contar com a participação de uma instituição com autoridade para intervir diretamente em conflitos, até mesmo fazendo uso da força física? Essa seria uma segunda fonte de explicações para os resultados instáveis nos testes da abordagem da eficácia coletiva no Brasil e América Latina.

Para operacionalizar essa dimensão, foram selecionados no banco de dados da PNV as questões referentes à avaliação do trabalho da Polícia Militar e à confiança na instituição. Também lançando mão de análise fatorial, a variável *Avaliação Negativa da Polícia Militar*, é composta pelas questões sobre confiança na Polícia Militar (P.170) e o posicionamento dos entrevistados a respeito das seguintes afirmações: "os Policiais Militares sabem como agir em situações de risco e perigo" (P.171a), "os Policiais Militares atendem as pessoas com cortesia, rapidez e segurança" (P.171b) e o "os Policiais Militares abordam suspeitos de forma segura e dentro da lei" (P.171c) (Alpha de Cronbach=0,7803).

Finalmente, em consonância com a discussão a respeito da concentração de desvantagens e suas consequências, a partir das informações contextuais dos setores censitários provenientes do Censo Demográfico IBGE 2010 foram criados 02 (dois) índices de vulnerabilidade. Um primeiro, chamado de *Vulnerabilidade*

Sociodemográfica, é composto pelas variáveis “Percentual de homens com idade entre 10 e 24 anos”, “Percentual de população parda e preta”, “Média de moradores por domicílio particular permanente”, “Percentual de domicílios particulares com rendimento mensal de até ½ salário mínimo per capita” e “Percentual da população residentes analfabeta com idade superior a 15 anos” (Alpha de Cronbach = 0,7188).

O segundo indicador foi classificado como uma medida de *Vulnerabilidade Estrutural Domiciliar (Déficit de Saneamento)* relacionado a condições de infraestrutura ou déficit de saneamento nas moradias no setor censitário. O mesmo foi também composto por meio de análise fatorial das variáveis, “Percentual de domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água da rede geral”, “Percentual de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo ou esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial” e, finalmente, o “Percentual de domicílios particulares permanentes sem lixo coletado por serviço de limpeza” (Alpha de Cronbach = 0,7567).

As demais variáveis de controle e a metodologia para construção de todos os indicadores são descritas no Anexo A.

7. RESULTADOS

7.1. Estatística Descritiva

Tabela 8 – Descrição das variáveis explicativas nos modelos ajustados nas etapas 1, 2 e 3 para as vítimas de crimes contra o patrimônio

	N	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.
Nível Socioeconômico	4.611	0,3219	0,2055	0	0,9994
Não Brancos	4.601	0,5677	0,4954	0	1,0000
Homem	4.786	0,3830	0,4862	0	1,0000
Solteiro	4.786	0,4469	0,4972	0	1,0000
Jovem	4.786	0,4102	0,4919	0	1,0000
Sul	4.786	0,1536	0,3606	0	1,0000
Nordeste	4.786	0,2616	0,4395	0	1,0000
Centro-Oeste	4.786	0,0921	0,2893	0	1,0000
Norte	4.786	0,1922	0,3941	0	1,0000
Atividades Externas	4.786	0,2491	0,4325	0	1,0000
Medidas de Proteção	4.786	0,1178	0,3225	0	1,0000
Coesão Social Percebida	4.782	0,5757	0,2716	0	1,0000
Controle Social Percebida	4.786	0,5955	0,3215	0	1,0000
Realização de favores	4.752	0,3040	0,2490	0	1,0000
Atividade Externa	4.762	0,2026	0,2191	0	0,9987
Medidas de prevenção	4.709	0,6765	0,3157	0	0,9992
Tempo na Vizinhaça (Meses)	4.770	176,1656	171,2782	1	1212,0000
Percepção de Desordem Social	4.651	0,3592	0,2770	0	0,9991
Percepção de Desordem Física	4.706	0,2255	0,2503	0	0,6686
Percepção de Ausência de Serviços	4.207	0,4224	0,1445	0	0,9389
% domicílios não próprios	4.783	32,7286	18,5208	0	99,4350
% domicílios com jovens mortos	4.786	0,1635	0,1817	0	14,2518
Avaliação Negativa da PM	4.311	0,5008	0,3328	0	1,0000
Percepção de Risco	4.717	0,3599	0,4047	0	1,0000
Favela	3.967	0,0640	0,2448	0	1,0000
Vulnerabilidade Sociodemográfica	4.783	0,4505	0,1660	0	0,9474
Vulnerabilidade da residência	4.783	0,2374	0,2791	0	1,0000
Variáveis Agregadas ao nível de Região de Vitimização					
% domicílios não próprios	4.786	31,7244	16,2616	12,7946	89,5884
% domicílios com jovens mortos	4.786	0,1230	0,0988	0,0000	0,4049
Avaliação Negativa da PM	4.311	0,5008	0,3328	0,0000	1,0000
Percepção de Risco	4.717	0,3599	0,4047	0,0000	1,0000
Favela	4.786	0,0543	0,1112	0,0000	0,7050
Vulnerabilidade Sociodemográfica	4.786	0,4542	0,1334	0,2165	0,7526
Vulnerabilidade da residência	4.786	0,2192	0,2578	0,0000	0,9943
Coesão Social	4.786	0,5987	0,0326	0,5017	0,6980
Controle Social Informal	4.786	0,5883	0,0737	0,4611	0,7696
Realização de Favores	4.786	0,2661	0,0617	0,1951	0,3911

Fonte: PNV 2010-2012

Tabela 9 – Descrição das variáveis explicativas nos modelos ajustados nas etapas 1, 2 e 3 para as vítimas de crimes contra a pessoa

	N	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.
Nível Socioeconômico	2.233	0,277941	0,185853	0	0,9994
Não Brancos	2.208	0,609149	0,488052	0	1,0000
Homem	2.305	0,404772	0,490954	0	1,0000
Solteiro	2.305	0,539263	0,498564	0	1,0000
Jovem	2.305	0,539263	0,498564	0	1,0000
Sul	2.305	0,139263	0,346295	0	1,0000
Nordeste	2.305	0,278091	0,448156	0	1,0000
Centro-Oeste	2.305	0,073753	0,261425	0	1,0000
Norte	2.305	0,18872	0,391371	0	1,0000
Atividades Externas	2.305	0,286768	0,45235	0	1,0000
Medidas de Proteção	2.305	0,156616	0,363517	0	1,0000
Coesão Social Percebida	2.305	0,512678	0,276948	0	1,0000
Controle Social Percebida	2.305	0,562099	0,334237	0	1,0000
Realização de favores	2.282	0,316694	0,251415	0	1,0000
Atividade Externa	2.296	0,211226	0,223938	0	0,9987
Medidas de prevenção	2.275	0,67979	0,317387	0	0,9992
Tempo na Vizinhança (Meses)	2.299	161	166	1	1212,0000
Percepção de Desordem Social	2.238	0,38204	0,286024	0	0,9991
Percepção de Desordem Física	2.255	0,278895	0,250608	0	0,6686
Percepção de Ausência de Serviços	2.080	0,432665	0,144904	0	0,9587
% domicílios não próprios	2.302	32	18	0,7143	98,6842
% domicílios com jovens mortos	2.305	0,168835	0,199375	0	14,2518
Avaliação Negativa da PM	2.154	0,535876	0,331482	0	1,0000
Percepção de Risco	2.278	0,378512	0,41051	0	1,0000
Favela	1.932	0,104555	0,306058	0	1,0000
Vulnerabilidade Sociodemográfica	2.302	0,470843	0,167906	0	0,9925
Vulnerabilidade da residência	2.302	0,24599	0,281896	0	1,0000
Variáveis Agregadas ao nível de Região de Vitimização					
% domicílios não próprios	2.305	31,3536	15,8205	12,7946	89,5884
% domicílios com jovens mortos	2.305	0,1257	0,1036	0,0000	0,4049
Avaliação Negativa da PM	2.154	0,5359	0,3315	0,0000	1,0000
Percepção de Risco	2.278	0,3785	0,4105	0,0000	1,0000
Favela	2.305	0,0751	0,1404	0,0000	0,7050
Vulnerabilidade Sociodemográfica	2.305	0,4533	0,1294	0,2165	0,7526
Vulnerabilidade da residência	2.305	0,2139	0,2554	0,0000	0,9943
Coesão Social	2.305	0,5958	0,0341	0,5017	0,6980
Controle Social Informal	2.305	0,5782	0,0714	0,4611	0,7696
Realização de Favores	2.305	0,2687	0,0617	0,1951	0,3911

Fonte: PNV 2010-2012

7.2. Etapa 1 - Os Efeitos do Local: Estimando a vitimização segundo as Regiões Brasileiras de Vitimização

7.2.1. MODELOS DE REGRESSÃO HIERÁRQUICA LOGÍSTICA BINÁRIA: IDENTIFICANDO EFEITOS DE REGIÃO DE VITIMIZAÇÃO

Os resultados da Etapa 1 servirão de base para avaliar a pertinência da primeira hipótese desta pesquisa, a saber, aquela que sugere que a chance de vitimização se distribui de maneira diferenciada entre os estratos construídos a partir das regiões de vitimização. Apesar de não contemplar os efeitos de vizinhança, propriamente ditos, a estratégia oferece elementos para a afirmação de que a criminalidade não se distribui no espaço de maneira aleatória e pode ser um problema mais intenso em algumas áreas em comparação a outras.

Como informação sociológica, tais estratégias representam uma ampliação das possibilidades para a análise de traços socioeconômicos, políticos e culturais que atuam de forma particular nas diferentes regiões do país, condicionando a distribuição da criminalidade. Na perspectiva da gestão da segurança pública, a análise de efeitos aleatórios de natureza espacial pode orientar a formulação de políticas e outras estratégias de intervenção que se adaptadas às características locais podem ser mais efetivas no controle da criminalidade contra a pessoa e contra o patrimônio.

Para a seleção das unidades de análise dos modelos ajustados nesta seção, contamos com as informações individuais e com os dados da própria PNV e do Censo IBGE, originalmente representando informações dos setores censitários, agregados pela mediana para os estratos compostos pelas regiões de vitimização. O plano amostral da PNV previu a aleatoriedade da seleção dos entrevistados em múltiplos estágios, sendo os estratos amostrais construídos a partir das chamadas regiões de vitimização. A SENASP/MJ utilizou esse desenho de regionalização do país na PNV com o intuito de articular a pesquisa ao plano de segurança pública em andamento no Brasil no ano de 2010. O PRONASCI definia 26 regiões de vitimização, com base nos níveis de criminalidade nos municípios brasileiros e nos limites geográficos (Tabela 10).

Os estratos de vitimização são resultado da combinação entre as regiões de vitimização e as Unidades da Federação. As capitais, por exemplo, uma única região de vitimização, tornaram-se 26 estratos para a construção da amostra da PNV. Esses estratos, distintos por UF e regiões, constituem o segundo nível de análise dos modelos apresentados nesta seção. multinível apresentada nesta seção.

Tabela 10 – Regiões de Vitimização – Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), 2010

1. Capital	14. Triângulo Mineiro
2. Interior	15. Baixadas
3. Centro	16. São José do Rio Preto
4. Sul	17. Ribeirão Preto
5. Região Metropolitana	18. Bauru
6. Nordeste	19. Piracicaba
7. Noroeste	20. Campinas
8. Centro Sul	21. Macro Metropolitana Paulista
9. Norte	22. Vale do Paraíba Paulista
10. Leste	23. Sudoeste
11. Oeste	24. Sudeste
12. Agreste	25. Centro-Oeste
13. Zona da Mata	26. Distrito Federal

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ). Elaboração: CRISP/UFMG

Por se tratar de dados aninhados, ou seja, casos dentro de estratos de regiões de vitimização, os modelos hierárquicos são os mais indicados para o ajuste das chances de vitimização e da percepção acerca da coesão social, confiança e controle social informal na vizinhança. Isso ocorre porque a particularidade desse tipo de informação é a hipótese de que haja dependência, nesse exemplo, espacial, entre as respostas daqueles que compõem o mesmo grupo. Também chamados modelos multiníveis, os modelos hierárquicos, sugerem que, portanto, parte da variação de um dado fenômeno – expresso pela variável resposta – é proveniente de características de mais de um nível de análise como na relação entre alunos e escola, resultados de exames e pacientes ou indivíduos e setores censitários.

Em termos estatísticos e, segundo Bryk & Raudenbush (1992) os modelos hierárquicos, são aplicados com vistas a suprir três demandas. A primeira delas é por uma melhor estimativa de fenômenos individuais, ainda que não haja informações próprias do segundo nível analítico sendo observadas. A hipótese nessa situação é a de que existem características contextuais a interferir na manifestação do fenômeno de interesse, mas não é pertinente o ajuste de equações diferentes para cada um dos casos.

O segundo uso seria aquele em que o pesquisador se dedica a investigar o efeito de variáveis de mais de um nível sobre um fenômeno específico. Aqui, não basta reconhecer a existência a existência de um outro nível analítico e, sim, identificar a participação de variáveis desses dois ou mais níveis na variação da dependente. E, finalmente, os modelos hierárquicos possibilitariam a chamada partição da variância, ou seja, o cálculo da porção de variância atribuída a cada nível analítico e, assim, seja

possível comparar a variação dentro e entre grupos distintos (BRYK & RAUDENBUSH, 1992).

Os modelos ajustados na Etapa 1 desta tese podem ser classificados como casos em que se adequam às duas últimas aplicações do método, haja vista que os modelos serão ajustados com a presença de variáveis do primeiro e segundo nível e será apresentado o cálculo das componentes da variância própria dos indivíduos e das vizinhanças.

A seleção das variáveis resposta também definem outra parte fundamental do modelo estatístico a ser ajustado para estimar um fenômeno social. Variáveis binárias ou dicotômicas são aquelas em que são apresentadas apenas duas categorias de resposta, como sim ou não. Para sua inclusão em modelos estatísticos, na qualidade de variáveis resposta, além de duas possibilidades de resposta, as variáveis devem receber os códigos 0 ou 1, sendo a última indicada como categoria de sucesso ou a que define a probabilidade de ocorrência do evento (RABE-HESKETH & SKRONDAL, 2008).

A construção de um modelo binário, também chamado de modelo linear generalizado, implica a seleção de uma função não linear de ligação para a construção de uma variável latente contínua que será a partir daí utilizada como variável resposta. A função de ligação utilizada nos modelos cujos resultados serão descritos na próxima seção é a logito, que especifica uma função de probabilidade logística compondo o chamado “modelo de chance proporcional” que pode ser assim descrito:

$$\text{logito} \{ \text{Pr}(y_i = 1 | x_i) \} \equiv \ln \left\{ \frac{\text{Pr}(y_i = 1 | x_i)}{1 - \text{Pr}(y_i = 1 | x_i)} \right\} = \beta_1 + \beta_2 x_i \quad (1)$$

A equação (1) indica que o logito da probabilidade de que a variável resposta assuma valores iguais a 1, ou de sucesso corresponde ao logaritmo natural da chance de que $y_i = 1$. No modelo hierárquico ou multinível, ao assumir a variabilidade dentro e entre os grupos, é possível estimar parâmetros com um ou mais termos aleatórios, ou seja, que variam em função dos grupos de mais elevado nível. Os modelos que compõem a primeira etapa deste trabalho possuem apenas o intercepto aleatório, ou seja, todas as covariáveis nos modelos serão ajustadas com efeitos fixos, ou seja, sem permitir que o coeficiente varie entre os estratos, com exceção da chance média de vitimização.

7.2.1.1. MODELOS NULOS

A primeira estratégia para o ajuste dos modelos foi a construção de modelos sem covariáveis, apenas com a variável resposta e a indicação dos setores censitários como unidade de segundo nível. Os chamados modelos nulos, entre outras funções, servem como referência para avaliar a existência de variação entre os grupos.

A equação (2) formaliza o modelo nulo representa a estimativa da probabilidade de vitimização para o segundo nível de análise.

$$\eta_{ij} = \log \pi_{ij} / (1 - \pi_{ij}) = \beta_{0j} + \gamma_{00} + u_{0j} \quad (2)$$

Onde:

η_{ij} = logaritmo da chance de vitimização para o entrevistado i no estrato de região de vitimização j
 i = unidades de nível 1 (indivíduo)
 j = unidades de nível 2 (estratos de regiões de vitimização)

π_{ij} = probabilidade de vitimização

β_{0j} = intercepto aleatório para o j -ésimo estrato

u_{0j} = efeito aleatório dos estratos de regiões de vitimização

γ_{00} = efeito fixo individual

O ajuste de modelos nulos são um importante primeiro passo para a análise de regressões multinível. Afinal, a partir dos modelos contendo apenas a variável resposta e o efeito aleatório próprio do segundo nível é possível avaliar se há variação significativa da chance de sucesso na variável resposta entre as unidades do segundo nível. Ou seja, nas situações em que o ajuste de um modelo nulo de regressão hierárquica logística não indica variação suficiente entre as unidades do segundo nível analítico, não é razoável a construção de uma análise com intercepto aleatório.

Os gráficos 4 e 5 apresentam os resíduos dos estratos das regiões de vitimização, segundo nível de análise, e indicam a variação entre grupos das chances de vitimização por crimes de agressão (simples ou grave) e furtos ou roubos na vizinhança. Valores não nulos de \hat{u}_{0j} indicam que a chance de vitimização é condicionada por elementos contextuais, próprios dos estratos das regiões de vitimização que ainda não foram incluídos como medidas explicativas no modelo. E,

assim, é possível considerar a existência de variabilidade estatisticamente significativa entre os estratos que compõem o nível de análise.

Gráfico 4 - Resíduos Estimados (\hat{u}_{0j}) para os estratos das Regiões de Vitimização no Modelo Nulo Regressão binária multinível da vitimização por crimes contra a pessoa

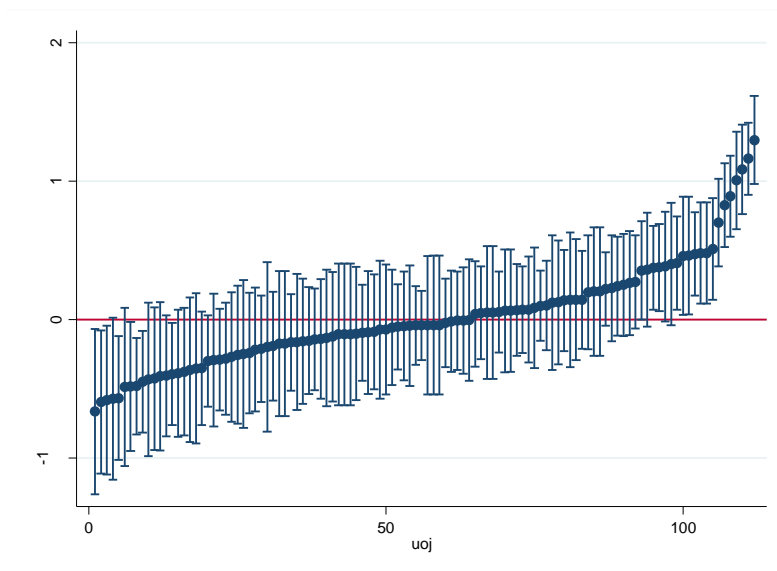
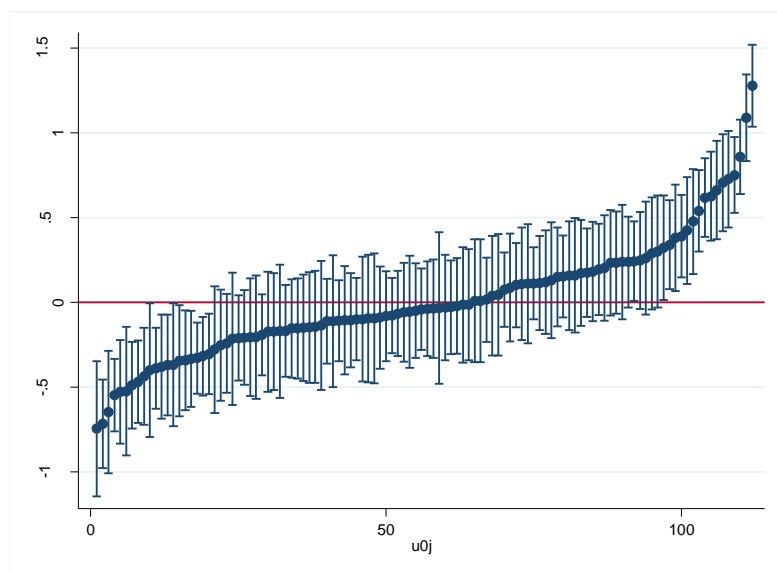


Gráfico 5 - Resíduos Estimados (\hat{u}_{0j}) para as Regiões de Vitimização no Modelo Nulo Regressão binária multinível da vitimização por crimes contra o patrimônio



Fonte: PNV 2010-2012

O teste de Razão da Verossimilhança compara o modelo de efeitos fixos (não hierárquico) ao modelo com o intercepto aleatório (hierárquico) e, a hipótese nula é a de que não existe variação da chance de vitimização referente aos estratos de vitimização. A tabela 11 contém os valores dos desvios padrões dos interceptos aleatórios ou do nível de região de vitimização e seus resultados indicam que tanto para crimes contra a pessoa quanto para crimes contra o patrimônio, é possível falar

em efeito de segundo nível, o que possibilita a construção do modelo geral composto no segundo nível pelas medidas estruturais do Censo IBGE e as variáveis de teste, Coesão Social e Controle Social Informal, agregadas segundo a mediana dos estratos de regiões de vitimização e no primeiro nível das variáveis moderadoras e de controle pertinentes ao nível individual.

Tabela 11 – Variação da vitimização entre Regiões de Vitimização ($\sigma_{u_{0j}}$)

	Crimes contra a Pessoa	Crimes contra o Patrimônio
$\hat{\beta}_{0j}$ (Constante)	0.0286762	0.066593
$\sigma_{u_{0j}}$ (Desvio Padrão entre estratos)	0.4332287	0.3841319
Qui-Quadrado	245,47***	482,60***

Fonte: PNV 2010 – 2012'

*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1 (LR teste)

Os resultados fornecem elementos importantes para a confirmação da primeira hipótese de pesquisa, afinal, os estratos guardam peculiaridades que interferem na dinâmica da reportagem da vitimização criminal. O ajuste do modelo completo de intercepto aleatório indicará se essa variação, própria do segundo nível de análise, é mantida com a inclusão com das variáveis individuais e agregadas a esse modelo nulo.

7.2.1.2. MODELOS COMPLETOS DE VITIMIZAÇÃO

O modelo geral da Etapa 1 está formalizado na equação (3) e foi replicado para as variáveis resposta i) vítima de crime contra o patrimônio e ii) vítima de agressões simples ou graves. Em ambos os casos são incluídas as variáveis de teste, potenciais moderadoras nos níveis 1 e 2, bem como os vetores X e W correspondentes às variáveis de controle descritas abaixo:

$$\eta_{ij} = \gamma_{00} + \gamma_{10}P.RISCO_{ij} + \gamma_{10}POLÍCIA_{ij} + \gamma_{30}X_{ij} + \gamma_{11}COESÃO_{ij} + \gamma_{21}CONTROLE_{ij} + \gamma_{31}FAVELA_{ij} + \gamma_{41}V.SOCIO_{ij} + \gamma_{51}V. ESTRUTURAL_{ij} + \gamma_{61}W_{ij} + u_{0j} \quad (3)$$

Onde:

X = vetor composto pelas demais variáveis de controle no nível 1¹⁷

W = vetor composto pelas demais variáveis de controle no nível 2¹⁸

¹⁷ As demais variáveis de controle de nível são Nível Socioeconômico, Não Brancos, Homem, Solteiro, Jovem, Sul, Nordeste, Centro-Oeste, Norte, Atividades Externas, Medidas de Proteção, Realização de favores, Atividade Externa, Medidas de prevenção, Tempo na Vizinhaça (Meses), Percepção de Desordem Social, Percepção de Desordem Física Percepção de Ausência de Serviços.

As medidas do segundo nível de análise levantadas por meio do Censo IBGE 2010 para os setores censitários foram agregadas na mediana da variável original segundo os estratos de regiões de vitimização de que fazem parte.

Antes da apresentação dos gráficos de distribuição dos resíduos de segundo nível, cabe observar os valores do Coeficiente de Partição da Variância (CPV) calculado para indicar o percentual da variação das vitimizações é dada pelas características dos estratos não mensuradas no modelo. A tabela 12 estabelece a comparação entre os modelos nulo e completo segundo os valores de CPV para os furtos/roubos e agressões das quais os entrevistados foram vítimas na vizinhança. Nela é possível verificar que o percentual de variância explicada pelos estratos construídos a partir das regiões de vitimização que nos modelos nulos era de 4,3% para os crimes contra o patrimônio e 5,4% para os crimes contra a pessoa, são muito reduzidos no modelo seguinte, passando a 0,9% e 1,0% respectivamente. A grande variação implica que a inclusão das covariáveis de controle reduziu muito o efeito do local e relegando grande parte das diferenças quanto à vitimização a características individuais não mensuradas.

Tabela 12 – Coeficiente de Partição da Variância – Modelos Nulos x Modelos Completos

		Crimes Contra o Patrimônio	Crimes Contra a Pessoa
Modelo Nulo	Desvio Padrão ($\sigma_{u_{0j}}$)	0,384132	0,433229
	Variância ($\sigma_{u_{0j}}^2$)	0,147557	0,187687
	Coeficiente de Partição da Variância ¹⁹	4,3%	5,4%
Modelo Completo	Desvio Padrão ($\sigma_{u_{0j}}$)	0,172219	0,177805
	Variância ($\sigma_{u_{0j}}^2$)	0,029659	0,031614
	Coeficiente de Partição da Variância	0,9%	1,0%

Fonte: PNV 2010-2012

Todavia, apesar de pequeno, o efeito de estratos é estatisticamente significativo e informa ($\sigma_{u_{0j}}$ é não nulo em ambos os modelos), o que indica que entre

¹⁸ Todas as várias do segundo nível de análise foram agregadas a partir da mediana do estrato de vitimização. Além dos indicadores de eficácia coletiva, favela e vulnerabilidade sociodemográfica e estrutural, também compõem o vetor W o percentual de domicílios não próprios, o percentual daqueles que tiveram óbitos de morador jovem e o indicador de realização de favores para vizinhos.

¹⁹ O Coeficiente de Partição da Variância indica a porção da variabilidade da chance de vitimização pertinente a características das regiões de vitimização não mensuradas pelo modelo. É uma função dada por $\sigma_{u_{0j}}^2 / (\sigma_{u_{0j}}^2 + 3,29)$, onde 3,29 é o valor fixo da variância do erro de primeiro nível em modelos logísticos.

as regiões de vitimização há particularidades que ajudam a distinguir as áreas em termos da vitimização criminal (Apêndice B).

Gráfico 6 - Resíduos Estimados (\hat{u}_{0j}) para as Regiões de Vitimização no Modelo Nulo Regressão binária multinível da vitimização por crimes contra o patrimônio

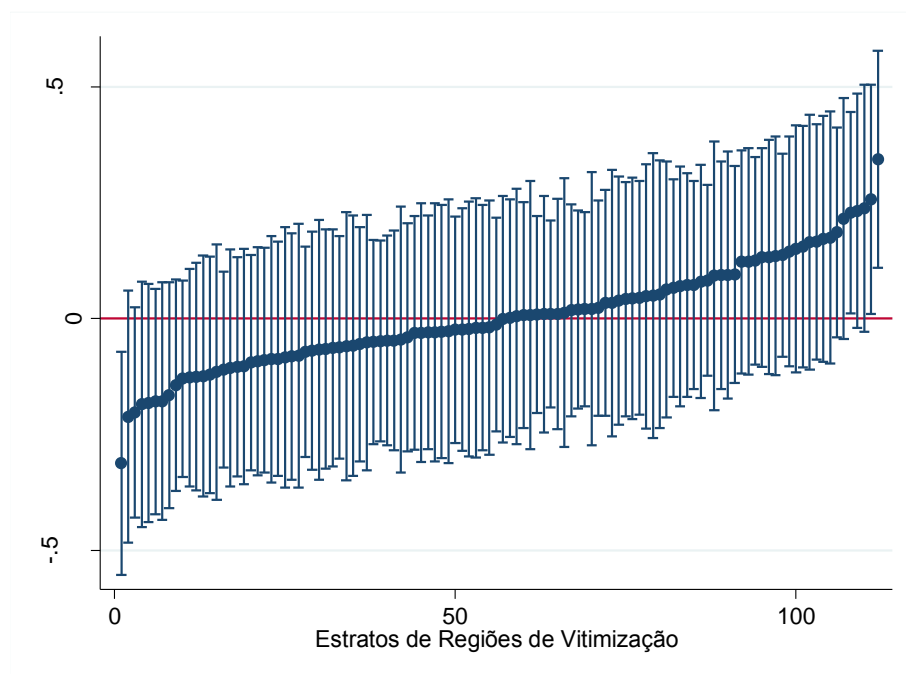
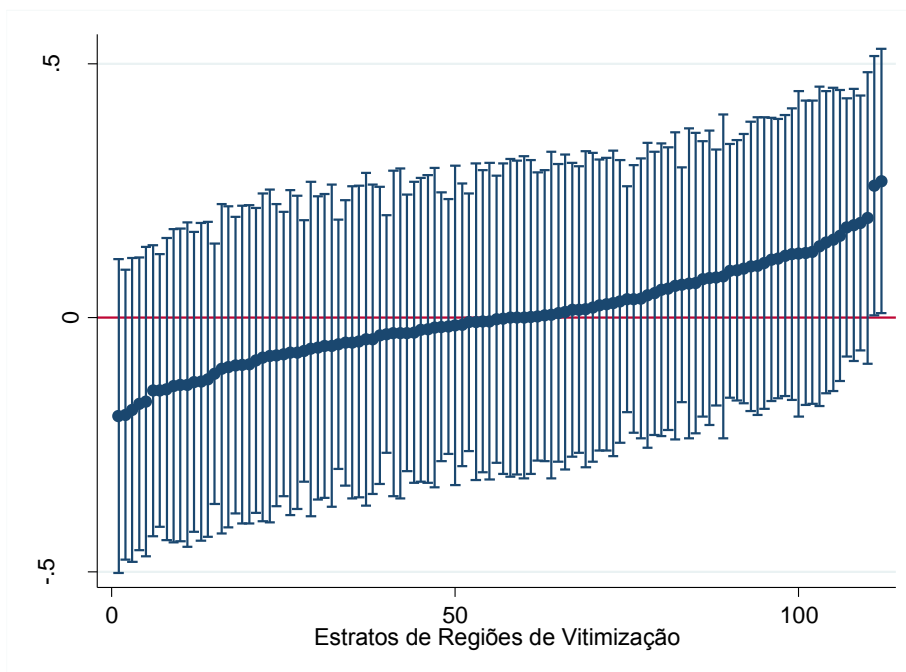


Gráfico 7 - Resíduos Estimados (\hat{u}_{0j}) para as Regiões de Vitimização no Modelo Nulo Regressão binária multinível da vitimização por crimes contra a pessoa



Fonte: PNV 2010-2012

Os gráficos 6 e 7, que apresentam a estimativa dos resíduos dos estratos com intervalos de confiança definidos com nível de significância de 5% indicam a fragilidade dos efeitos de segundo nível. A representação gráfica permite visualizar com mais facilidade que confirmam que o efeito de lugar ou da região de vitimização sobre as chances de se tornar vítima de crimes contra a pessoa ou patrimônio no Brasil é pequena, a julgar pelo fato de que para a maior parte dos estratos o resíduo de segundo nível não é significativamente distinto de zero²⁰.

A julgar pela significância estatística da variância de segundo nível (u_{0j}) nos modelos nulos e completos ajustados nesta etapa, confirma-se a hipótese do “Efeito Região de Vitimização”. É possível observar diferenças quanto às chances de vitimização entre os estratos mesmo após o controle das informações sociodemográficas, estruturais e outras de proveniente da percepção dos indivíduos acerca das vizinhanças. Todavia, é fundamental destacar que a amplitude dos intervalos de confiança que fizeram com que poucos estratos tivessem variação estatisticamente significativa gera desconfiança acerca da estabilidade dos resultados. Parte disso, pode ser resultado do quão distantes da definição de vizinhança são as regiões de vitimização e seus estratos amostrais. As áreas são bastante heterogêneas em muitas dimensões, inclusive algumas daquelas mensuradas nos modelos estatísticos, como os aspectos socioeconômicos. Isso pode ter contribuído para dirimir os efeitos do lugar, exacerbando outros discriminantes de natureza administrativa.

A conclusão desta Etapa 1 é a de que a distribuição da vitimização no Brasil responde a vieses de natureza estrutural, havendo concentração espacial dos eventos de acordo com o estrato de residência. Isso implica a existência de uma agenda de pesquisas e intervenção baseada na investigação do crime no país a partir de uma comparação macroestrutural. Nesse caminho, há espaço para a análise, por exemplo, do efeito de elementos administrativos como a feição da política de segurança pública ou do montante investido na área por UF e municípios sobre a criminalidade e seus desdobramentos como o medo e a vitimização.

Porém, para os estudos sobre vizinhança, os resultados agregam pouco e informam pouco sobre o modo como as características locais contribuem para a vitimização. Como consequência disso, a etapa seguinte dedica-se a investigar o tema das vizinhanças partindo das percepções individuais.

²⁰ O Apêndice C contém todos os coeficientes de regressão estimados para as variáveis de nível individual e dos estratos construídos a partir das regiões de vitimização. Porém, os efeitos das variáveis de interesse ou de teste serão analisados nos modelos fixos de regressão logística binária.

7.3. Etapa 2: Efeitos de Coesão e Controle Social Informal

7.3.1 MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA

Ainda que seja inquestionável reconhecer as limitações dos modelos de regressão de efeitos fixos em relação às possibilidades de construção de análises sobre os atributos de vizinhança, a percepção dos indivíduos a respeito da coesão social, da capacidade de exercer controle social de maneira coletiva serão utilizadas como medidas da Eficácia Coletiva nas vizinhanças brasileiras.

Os primeiros dois modelos estatísticos ajustados dedicaram-se a estimar a probabilidade de vitimização por furto ou roubo (contra o patrimônio) e agressão (contra a pessoa) em função de características individuais, de percepção sobre a vizinhança e outras contextuais próprias dos setores censitários de moradia.

Tabela 13 — Chance de Vitimização segundo as variáveis de interesse e possíveis moderadoras (Incremento Percentual²¹)

	Contra o Patrimônio	Contra a Pessoa
Índice de Coesão Social Percebida	-36,4%	-61,9%
Índice de Expectativa de Controle Social Informal	-	-
Índice de Realização de Favores	122,4%	103,2%
Avaliação Negativa da PM	24,5%	25,6%
Percepção de Risco	19,9%	-
Favela	-	22,7%
Vulnerabilidade Sociodemográfica	-	-
Déficit de Saneamento	-	-

Fonte: PNV 2010-2012

Em relação aos indicadores de Eficácia Coletiva, a saber, as medidas Coesão Social e Controle Social Informal, os resultados apresentados na Tabela 13 e no Apêndice D indicam que a Coesão Social mantém associação negativa e bastante consistente para ambos os tipos de crime, tanto os contra a pessoa quanto aqueles contra o patrimônio. Ou seja, respondentes que afirmaram residir em comunidades mais coesas, no sentido de se dar bem, compartilhar valores e confiar nos vizinhos também apresentaram menor chance de se tornar vítimas em casa ou em locais próximos de sua residência, mesmo face ao controle de outras variáveis sociodemográficas, de percepção do local de moradia e estruturais. De maneira mais

²¹ O incremento percentual foi calculado a partir de $(e^b - 1) * 100$, onde b é o coeficiente de regressão logística e e^b é a razão de chance de sucesso na variável resposta.

exata, de acordo com o modelo ajustado²², a cada elevação de um ponto no índice de coesão social construído para este trabalho, a chance de vitimização por crimes contra a pessoa é reduzida em 61,9%, ao passo que para os crimes contra o patrimônio essa redução é de 36,4%

Nos Gráficos 8 e 9 estão representadas as probabilidades média de vitimização por crimes contra a pessoa e contra o patrimônio para diferentes pontos da escala de coesão social. Neles, considerando o cálculo do intervalo de confiança dos coeficientes em 95%, fica evidente que se mantendo na média todas as demais variáveis nos modelos, quanto maior a percepção individual de coesão, menor a vitimização. Para os crimes de agressão, essa probabilidade passa de 0,048, para entrevistados com 0 no índice de coesão, para 0,018 correspondente aos entrevistados cujas opiniões expressaram o maior nível de coesão social.

O mesmo acontece com a probabilidade de se tornar vítima de furto ou roubo na vizinhança, a qual tem como estimativa pontual 0,0675 para os que acreditam residir em vizinhanças muito pouco coesas (índice de coesão=0) para 0,0440 para aqueles que informaram os maiores níveis de coesão social.

Gráfico 8 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados

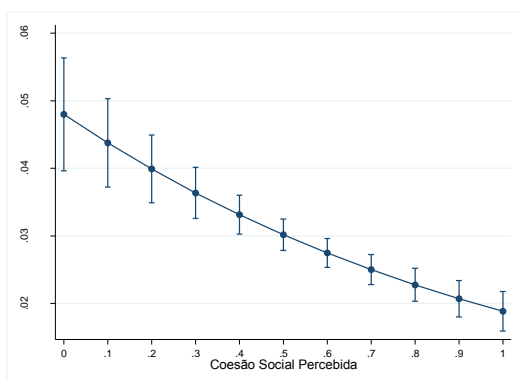
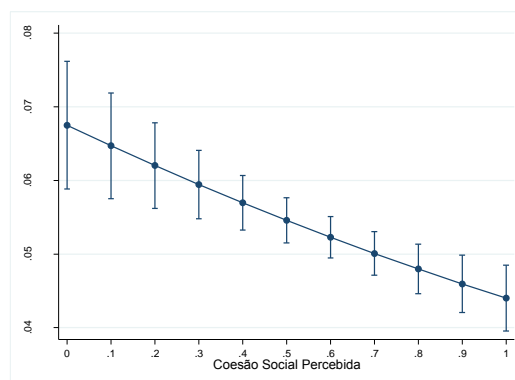


Gráfico 9 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados



Fonte: PNV 2010-2012

A percepção de maior capacidade de exercer controle social informal, não apresentou associação estatística com a vitimização criminal nos modelos finais correspondentes àqueles em que todas as variáveis selecionadas para o estudo

²² Para o ajuste do modelo foram realizados os testes de Hosmer e Lemeshow, para avaliar a presença de colinearidade, verificou-se os níveis do fator de inflação da variância (VIF) e o teste de Wald para avaliar a hipótese de que os coeficientes estimados seriam nulos (LONG & FRIESE, 2006).

estavam sendo controladas. A associação positiva com a chance de vitimização por furtos e roubos, apesar de identificada nos modelos III e IV do apêndice D não se manteve nos modelos completos.

Para facilitar a compreensão dos resultados relacionados à percepção de Coesão Social, variável de interesse com efeito estatisticamente significativo nesta etapa, os gráficos a seguir apresentarem a probabilidade média de vitimização predita. Porém, ao contrário de exibirem a probabilidade de se tornar vítima de crime em função da coesão social e considerando valores médios para todas as demais covariáveis, o fazem por meio da comparação entre grupos de perfis definidos a partir de valores pré-determinados das medidas de controle (Tabela 14).

Em todas as estimativas, as variáveis de controle foram mantidas na média e às variáveis potencialmente moderadoras foram atribuídos os valores possíveis para aquela informação. O objetivo foi criar situações em que os fatores que, segundo nossas hipóteses, dificultam a transformação dos laços sociais e da capacidade de intervenção em menor vitimização (moderadores), variem criando cenários menos favoráveis ao exercício de autorregulação comunitária, como indicam os perfis apresentados na tabela abaixo.

Tabela 14 – Perfis de Vitimização construídos a partir de valores fixos das variáveis de interesse e potenciais moderadoras

	Avaliação Negativa da PM	Percepção de Risco de Vitimização	Favela	Desvantagem Socio.	Déficit de Saneamento
Perfil 1	1	1	1	1	1
Perfil 2	1	Média	Média	Média	Média
Perfil 3	Média	1	Média	Média	Média
Perfil 4	Média	Média	1	Média	Média
Perfil 5	Média	Média	Média	1	Média
Perfil 6	Média	Média	Média	Média	1

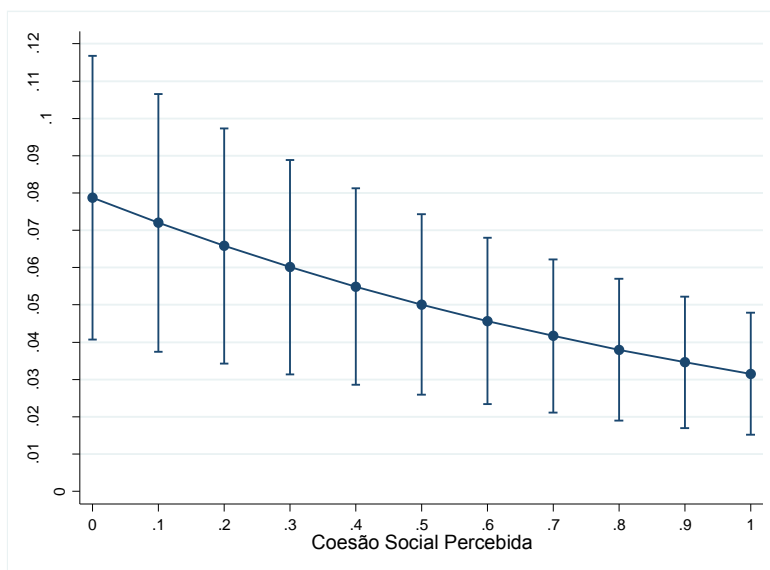
Fonte: PNV 2010-2012

Assim, as probabilidades previstas de vitimização foram estimadas para variados níveis de percepção sobre coesão social na vizinhança a partir de diferentes valores de *Avaliação Negativa da PM*, *Percepção de risco*, *Favela*, *Desvantagem Socioeconômica* e *Déficit de Saneamento*, as quais, segundo as hipóteses levantadas pelos autores do paradoxo latino-americano poderiam ajudar a explicar o efeito diferenciado da coesão social sobre os crimes na região em comparação ao que ocorre nos Estados Unidos (RODRIGUES, 2006; VILLARREAL & SILVA, 2006; SILVA; 2012; CERDÁ & MORENOFF, 2008).

O primeiro cenário é aquele em que são estimadas as probabilidades médias de ser vítima de agressão e furto ou roubo na vizinhança, com as variáveis de controle fixadas na média e as moderadoras fixadas em valores que, segundo a literatura,

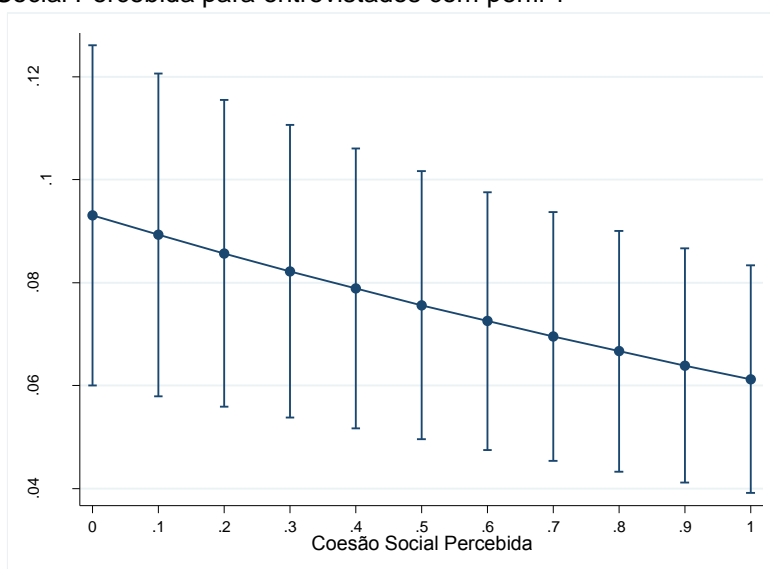
comporiam o perfil de um entrevistado com mais chances de vitimização. Esse entrevistado, apresentaria a mais elevada percepção de risco de vitimização, teria indicado a pior avaliação da Polícia Militar, seria residente em setor censitário subnormal e com o máximo de déficit de saneamento e desvantagem sociodemográfica (Gráficos 10 e 11).

Gráfico 10 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 1



Fonte: PNV 2010-2012

Gráfico 11 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 1



Fonte: PNV 2010 – 2012

A principal informação dos gráficos é a de que, apesar do efeito significativo da variável *Coesão Social*, essa diferença em relação às chances se tornar vítima de crimes na vizinhança não varia em função da crença na confiança, na união e na disposição para ajudar os outros, pelo menos isso não se comprova para as pessoas que reúnem as condições individuais estruturais mais desfavoráveis ao exercício de controle social. Isso indica que apesar de haver elementos para rejeitar a “Hipótese do paradoxo”, uma vez que os resultados demonstraram haver associação negativa entre coesão e crime, a investigação das predições sugere que esse efeito não ocorre da mesma maneira para diferentes perfis de indivíduos. Para a população exposta a maior desvantagem, com acesso a serviços policiais de baixa efetividade, com maior medo e residentes em favelas ou aglomerados brasileiros, o efeito de coesão social é nulo.

O paradoxo latino americano da desorganização social baseia-se na observação de que a desvantagem em indicadores sociais e econômicos enfraquece a capacidade de a coesão social, tão frequente nessas áreas, tornar-se um fator de proteção das comunidades do crime e da vitimização. Apesar do efeito negativo do indicador no modelo de regressão geral, os resultados dão pistas de que essa parece ser uma hipótese plausível. A observação da probabilidade predita de vitimização para os demais perfis pode contribuir para esclarecer algumas das possíveis características que possam fazer com que haja associação negativa entre coesão social percebida e vitimização.

A série de gráficos abaixo propõe o mesmo exercício, da apresentação dos valores preditos da vitimização, mas, agora, considerando os perfis descritos na tabela 14. A variação quanto à avaliação da atividade da Polícia Militar (Perfil 2) e da percepção de risco de vitimização (Perfil 3) indicam que existem diferenças quanto aos valores médios preditos para a vitimização por crimes contra a pessoa e contra o patrimônio e, essa diminui à medida em que aumentam os valores no índice de coesão, mesmo considerando intervalo de confiança de 95% (Gráficos 12 a 15).

Gráfico 12 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 2

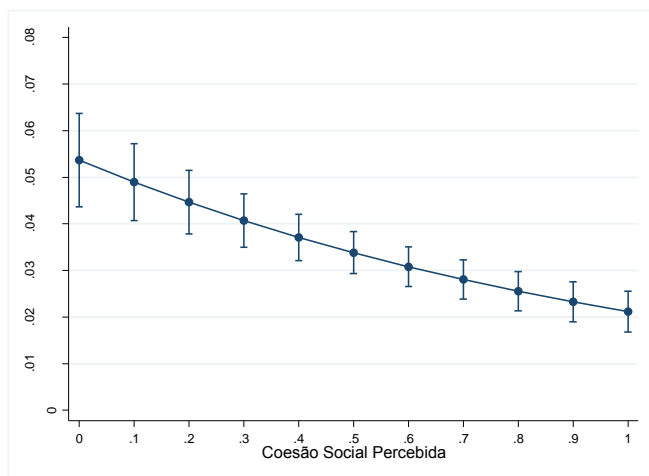


Gráfico 13 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 2

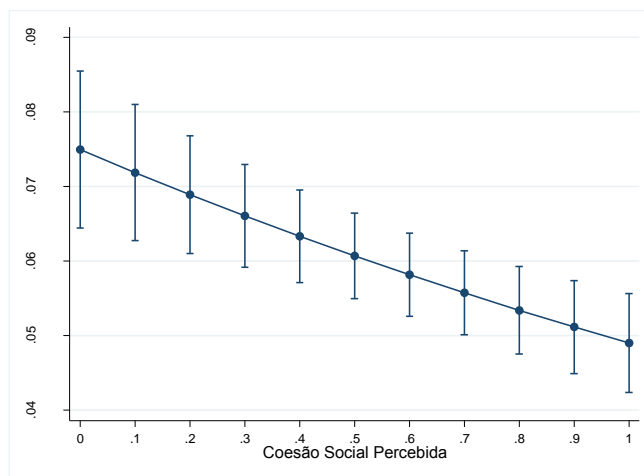


Gráfico 14 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 3

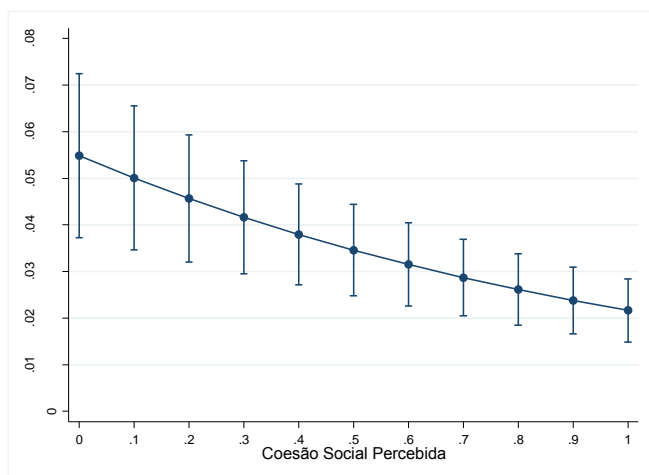
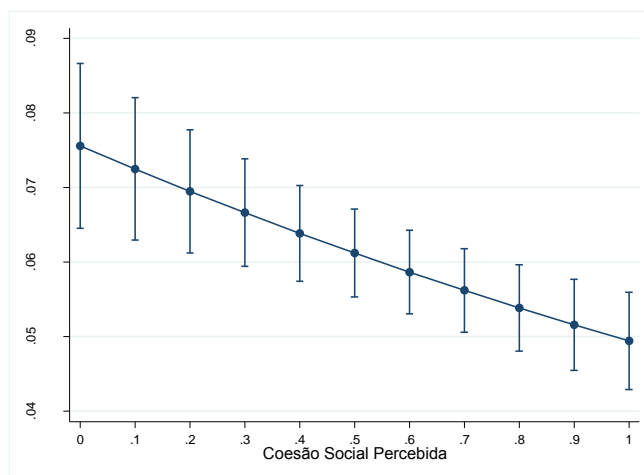


Gráfico 15 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 3



Fonte: PNV 2010-2012

Para os perfis construídos a partir da variação dos itens de natureza estrutural, a saber, o fato de residir em aglomerado, vila ou favela (setor subnormal), o índice de desvantagem sociodemográfica e o outro de déficit de saneamento, não foi possível identificar diferenças consistentes entre as probabilidades de vitimização estimadas para os diferentes níveis de coesão tanto para crimes contra a pessoa contra o patrimônio. A exceção é a probabilidade de vitimização por crimes contra a pessoa estimada para o Perfil 4 (Morador de Favela, com as demais variáveis moderadoras médias), a qual possui intervalos de confiança para a estimativa que permitem falar em redução da probabilidade de vitimização com o aumento da percepção de laços sociais intensos (Gráfico 16).

Em síntese, o cálculo das probabilidades de vitimização por níveis variados de percepção de coesão social na vizinhança a partir dos fatores apontados pela literatura como moderadores do efeito de eficácia coletiva ou desorganização social sobre o crime na América Latina indica que: i) a coesão social estabelece associação negativa com a vitimização pelas duas categorias criminais analisadas, o que contribui para que seja inicialmente rejeitada a hipótese de que esse não é um bom preditor da vitimização, pelo menos no Brasil (hipótese do paradoxo); ii) por outro lado, diante de condições socioeconômicas de desvantagem (como a residência em setores subnormais, com elevada desvantagem socioeconômica e estrutural) as probabilidades de vitimização não parecem variar para diferentes níveis de percepção de coesão social, sendo os crimes contra a pessoa em favelas, a única exceção.

Essa última conclusão, coaduna com a hipótese do paradoxo da Eficácia Coletiva e da Desorganização Social uma vez que este se sustenta, principalmente, ao destacar as particularidades das interações sociais estabelecidas em áreas com condições extremas de privação econômica, o que também é possível supor a partir dos resultados identificados aqui. A interdependência que aumenta a densidade dos laços sociais é considerada pelos autores a chave explicativa para o encontro de efeitos pouco consistentes encontrados em trabalhos que buscaram analisar por meio dados quantitativos o efeito da coesão social sobre o crime.

A discussão acerca do papel da interdependência e sua relação com os indicadores de privação econômica fizeram com que uma medida *proxy* desse fenômeno passasse a compor o grupo de covariáveis associada às chances de vitimização no Brasil. O indicador foi criado a partir de questão relacionada a experiências em que os entrevistados fizeram favores para pessoas na sua vizinhança. O indicador, tal como a medida de coesão social apresenta associação estatística com a vitimização criminal, porém, em sentido positivo. Pessoas que afirmaram fazer mais favores para vizinhos também possuíam maior chance de vitimização em casa ou nos arredores. Em média, um ponto a mais no índice de troca de favores representa um crescimento de 122,4% na chance de vitimização por furto ou roubo e 103,2% para as agressões, ambas ocorridas na vizinhança (Apêndice D).

Gráfico 16 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 4

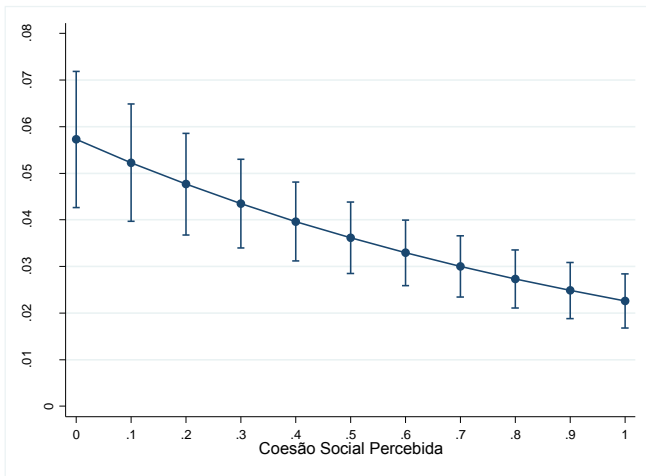


Gráfico 17 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 4

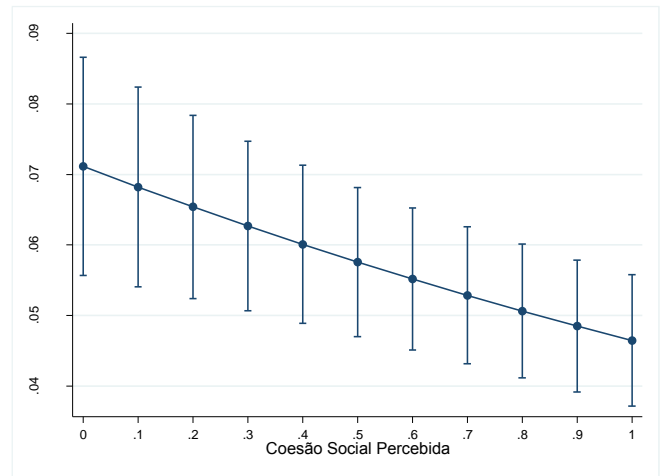


Gráfico 18 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 5

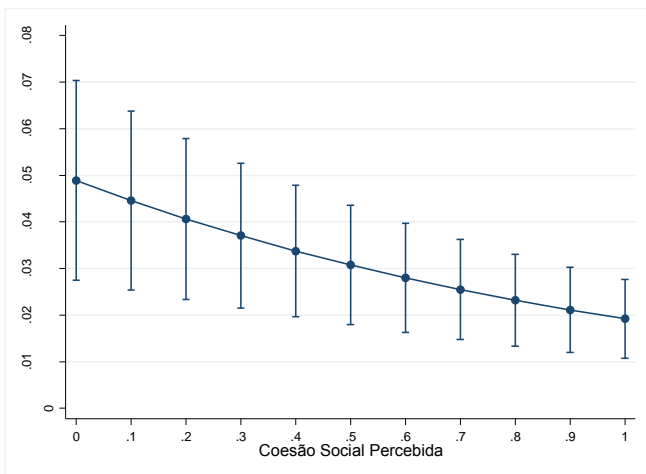


Gráfico 19 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 5

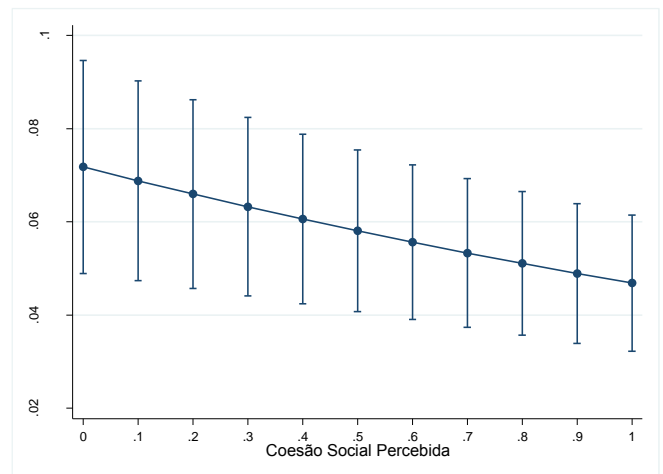
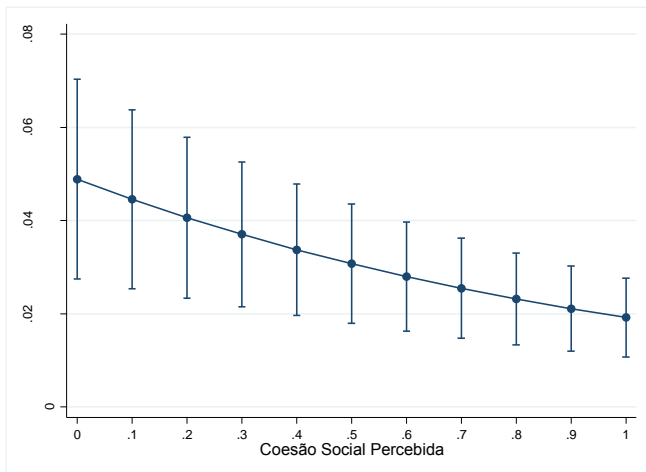


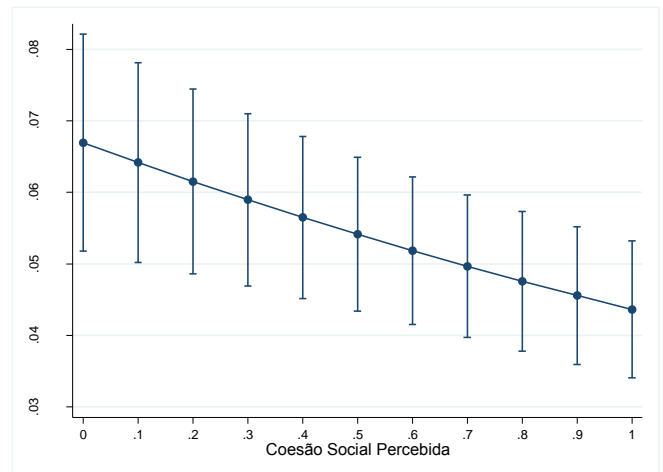
Gráfico 20 – Probabilidade de Vitimização por crime

Gráfico 21 – Probabilidade de Vitimização por crime

contra a pessoa, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 6



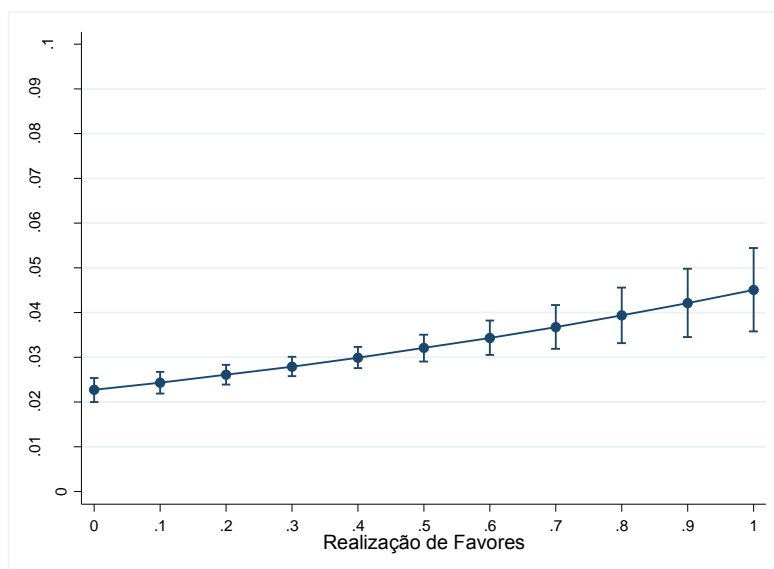
contra o patrimônio, segundo o nível de Coesão Social Percebida para entrevistados com perfil 6



Fonte: PNV 2010-2012

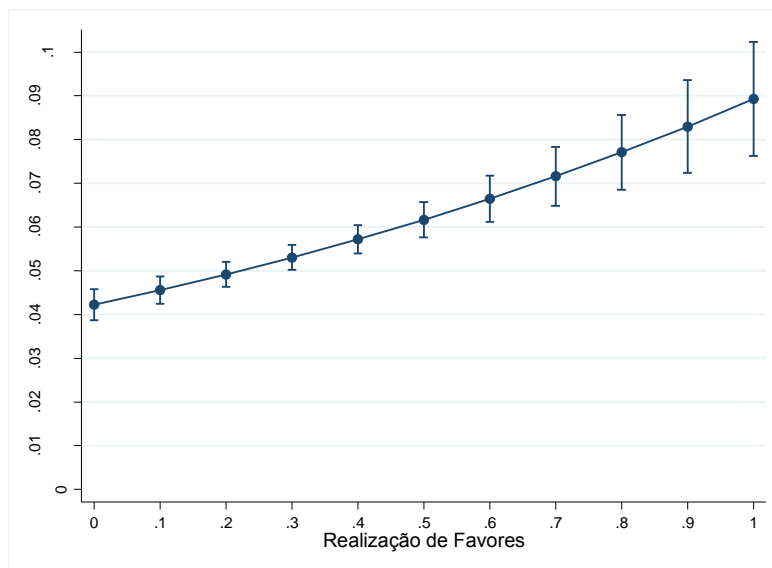
A estimativa das probabilidades de vitimização a partir da média das covariáveis também indicam crescimento da vitimização para pessoas que afirmaram ter feito mais favores para moradores de residências próximas as suas (Gráfico 22 e Gráfico 23).

Gráfico 22 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores aos vizinhos



Fonte: PNV 2010-2012

Gráfico 23 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de realização de favores aos vizinhos



Fonte: PNV 2010-2012

O apêndice E apresenta os resultados das predições para os mesmos perfis aplicados na análise do índice de coesão social percebida. Em relação a eles, fica evidente que apesar da associação positiva com as vitimizações, a realização de favores também tem seu efeito alterado pelos indicadores de vulnerabilidade sociodemográfica e estrutural. Mais uma vez, a exceção é o fato de residir em setor censitário subnormal, fator que manteve valores distintos de probabilidade de vitimização por agressões e furtos, roubos e agressões e todos os pontos do índice de realização de favores selecionados nesta seção.

Da análise do efeito do indicador de interdependência sobre a vitimização o que se conclui até o momento é o fato de que sua associação com a vitimização é significativa e se estabelece em oposição ao que ocorre com a coesão social medida nos termos de Sampson *et al.* (2007). Neste trabalho, se maiores níveis de coesão social percebida também foram observados entre pessoas com menores riscos de vitimização, o mesmo não ocorre com a realização de favores, a qual é nula apresenta associação positiva com o fato de o entrevistado ter sido algo de furto, roubo ou agressão na vizinhança.

A pergunta a ser feita é, em que medida, tais resultados representam um desafio ao desenho analítico proposto pela teoria da eficácia coletiva. Partindo do conceito de capital social, influência direta do conceito em foco, a dimensão da interdependência pode ser apontada como fenômeno resultante do estoque deste tipo

de capital disponível, tanto para comunidades quanto para indivíduos (BOURDIEU, 1983, GRANOVETTER, 1973). Assim, as pessoas se beneficiam das redes de relacionamento para alcançarem benefícios para si, ainda que esses não sejam sempre condizentes com mudanças ou melhorias para o grupo ao qual pertencem (PUTNAM, 2000). São muitos os entraves para a ação coletiva e a densidade dos laços sociais figura como apenas um desses elementos sendo as críticas destinadas à teoria da desorganização social extremamente pertinentes por não levarem tais particularidades em consideração.

A respeito das diferenças quanto aos efeitos das medidas de favores e coesão, acreditamos que o elemento de destaque seja a diferença em relação às consequências da percepção de uma vizinhança como confiável e composta por pessoas que se relacionam bem em comparação de medidas objetivas de integração social ou interdependência. Longe de sugerir que uma dessas dimensões seja mais ou menos relevante para uma cultura pró-social, é fundamental reconhecer, como o próprio Granovetter (1973), que as trocas de favores e os vínculos estabelecidos por meio delas nem sempre geram benefícios coletivos, ainda que se baseiem nas trocas simbólicas ou materiais entre as pessoas (BURT,2000).

Para o tema do crime, ao assumir que os vínculos sociais se transformariam em maior disposição para intervir sobre problemas comuns, fazendo com que essas medidas de densidade dos laços sejam influenciadas por fatores ligados a maior interdependência é possível que não sejam captados os elementos centrais da mobilização coletiva, a saber, a própria crença de maior pertencimento e identidade comunitária.

Dessa maneira, observando o papel das trocas, o paradoxo da Eficácia Coletiva faz bastante sentido nas comunidades brasileiras, afinal, a interdependência também é mais comum em áreas com maior incidência de crimes como os de natureza violenta contra a pessoa. Contudo, ao tomar como medida de coesão outras de caráter menos prático, como as percepções sobre a opinião dos entrevistados sobre a comunidade, em um sentido mais abstrato, baseado em situações gerais como 'confiar' ou 'se dar bem', as particularidades ligadas às comunidades com maior nível de privação econômica podem se ver enfraquecidas. Ou seja, moradores de comunidades pobres podem se falar ou trocar favores com mais frequência, mas isso não necessariamente implica na construção da identidade coletiva necessária para que se torne então coesa, no sentido proposto por Sampson *et al* (2007).

Os resultados dos modelos logísticos binários de vitimização destacam que a coesão social, observada em particular, não reforça a ideia de uma associação atípica dos laços sociais com as chances de vitimização. Ao contrário, aquela medida assume relação semelhante àquela identificada em trabalhos tradicionais publicados nos Estados Unidos. O curioso, porém, parece ser a relação estabelecida pela dimensão da interdependência com a vitimização. Essa sim, contraditória ao se vincular a maiores chances de vitimização.

Assim, se assumirmos que aquele que diz ter feito mais favores aos vizinhos também é o entrevistado com maior percepção de coesão social comunitária, o paradoxo da Eficácia Coletiva é sustentado por estes primeiros resultados deste exercício. Porém, é possível que isso se confirme, dada a necessidade de, à luz da teoria do capital social, distinguir essas duas dimensões dos vínculos sociais comunitários e as suas possibilidades de alcance. Vejamos em que a construção dos termos interativos podem esclarecer a esse respeito.

7.3.2 INTERAÇÕES COM AS VARIÁVEIS DE EFICÁCIA COLETIVA: AVALIANDO OS EFEITOS MODERADORES

Nesta fase do trabalho, as vitimizações pelas duas categorias criminais de referência foram novamente estimadas com a inclusão dos termos interativos das variáveis da *Coesão Social* e *Realização de Favores*²³ com as moderadoras que mantiveram efeito estatisticamente significativo nos modelos ajustados anteriormente e apresentados na seção 9.1.

O modelo que estimou a probabilidade de vitimização por crimes contra o patrimônio não apresentou qualquer coeficiente de regressão significativamente distinto de zero para as interações incluídas como covariáveis. O modelo que estima a probabilidade de vitimização por agressões na vizinhança, por sua vez, apresentou três interações significativas, as quais serão analisadas abaixo, a saber, a *Avaliação Negativa da PM x Coesão Social Percebida*, *Avaliação Negativa da PM x Realização de Favores*, *Setor Subnormal (Favela) x Realização de Favores*.

Para os primeiros, a associação entre as duas variáveis é positiva indicando que quanto pior a avaliação negativa da PM por parte de um entrevistado, maior o efeito da coesão percebida sobre as chances de vitimização. Ou seja, pessoas que mais percebem a atividade da Polícia Militar como deficiente também são aquelas para as quais a coesão social percebida está associada a menores níveis de

²³ O critério de seleção das variáveis para a construção de interações foi a identificação de associação estatística significativa com a vitimização por crimes contra a pessoa (agressões) ou contra o patrimônio (furtos ou roubos) ocorridos em casa ou nas proximidades de casa.

vitimização (Gráfico 24). A julgar pelos intervalos de confiança e o p-valor que indica significância estatística ao nível de 90% de confiança, a interação não é tão consistente quanto o previsto. Porém, indica, em partes o papel das representações sociais da Polícia Militar na dinâmica do crime em comunidades. A percepção da qualidade institucional na prestação do serviço de segurança pública, quando prejudicada, intensifica a participação dos elementos locais próprios da interação social, como a noção que se vive em uma comunidade com mais fortes laços sociais.

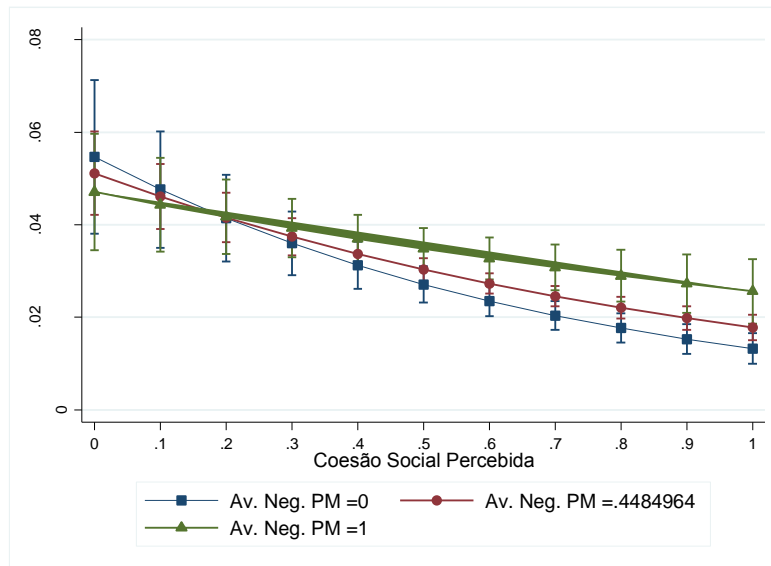
O Gráfico 24 evidencia a mudança no aspecto das curvas que relacionam a percepção de coesão social à probabilidade de ser vítima de agressão segundo os três níveis definidos de avaliação da Polícia Militar. De maneira bem simples, a interação informa que quanto piores as avaliações da Polícia Militar, mais positivo (ou menos negativo) torna-se o efeito coesão social sobre a vitimização. Basta observar no gráfico como é reduzida a inclinação da curva que representa a probabilidade média de vitimização para os entrevistados com maior nível de coesão social percebida. Esse resultado indica um ponto favorável à hipótese do pluralismo violento e o efeito deletério da desconfiança e da sensação de pouca efetividade do trabalho policial para o efeito dos laços sociais sobre a vitimização.

As abordagens comunitaristas relacionadas ao crime e à vitimização se sustentam na ideia de que a capacidade de intervenção social que se propicia pelo desenvolvimento dos laços sociais. Todavia, a intervenção direta sobre os problemas responde a fatores como o medo e o embaraço gerado quando o agente do comportamento desviante é um morador. Nesse sentido, as instituições são apontadas como um interessante (CARR, 2003; SILVA, 2012; SAMPSON, 2012) mediador dos conflitos e apoio para o alcance dos interesses comuns. O impasse surge quando essa relação, entre população e instituições de segurança pública e outras do sistema de justiça criminal, é baseada na desconfiança de que estas podem realmente auxiliar diante de problemas locais. Sabendo que a desconfiança em instituições policiais é maior em países da América Latina (SELIGSON, 2002), como bem sugeriu Silva (2012), esse pode ser o fundamento da relação paradoxal identificada entre laços sociais e crime no Brasil.

O mesmo efeito moderador da percepção da PM foi testado por meio da criação de termo multiplicativo relacionando os índices de troca de favores e avaliação negativa da polícia (Apêndice F). A baixa significância estatística e a sobreposição dos intervalos de confiança das estimativas pontuais informam sobre certa fragilidade dos resultados. Porém, é importante mencionar que mesmo com nível de confiança de 90%, essa interação indica tendência semelhante àquela observada acima, quando foi

detectada moderação da variável de percepção da Polícia Militar sobre o efeito da coesão social percebida.

Gráfico 24 - Probabilidade predita de vitimização por crime contra a pessoa, segundo a avaliação negativa da Polícia Militar e o nível de percepção da coesão social



Fonte: PNV 2010-2012

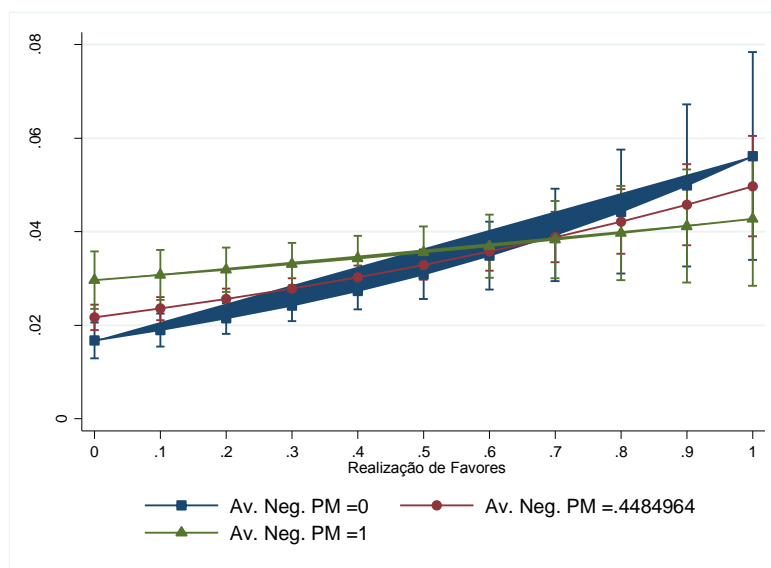
O Gráfico 25 que sugere que para respondentes com uma percepção mais negativa da Polícia Militar, o efeito da realização de favores sobre a vitimização é reduzido, ou seja, torna-se menos positivo (Gráfico 25). Nessa situação, a interdependência de moradores de comunidades como elemento que distingue pessoas como mais expostas ao risco de vitimização é um argumento que se vê enfraquecido diante do aspecto institucional ligado à percepção da atuação policial.

Em ambos os casos, tornam-se mais claros os mecanismos por meio dos quais as comunidades brasileiras não tendem a transformar a densidade dos seus laços sociais em fator de proteção contra o crime: a dependência da atuação institucional. Quando a Polícia Militar, ator estatal de controle público mais próximo da população, falha em garantir segurança ou pelo menos não é reconhecido como dotado desta capacidade, são minadas as chances de articulação orientada para problemas que incidam diretamente sobre a criminalidade (CRUZ, 2010).

A pergunta sobre, em que medida comunidades, por mais engajadas socialmente para a conquista de melhorias estruturais não são capazes de se organizar para enfrentar o crime (reduzindo a vitimização), pode ser parcialmente

respondida pelo que supõe a hipótese do pluralismo violento (ARIAS & GOLDSTEIN, 2010). Comunidades, instituições e os agentes criminais estariam envolvidos em uma rede de violência física, verbal e simbólica que pode contaminar as relações sociais orientadas para o enfrentamento do crime pela via da coação, do embaraço e da própria interdependência. A polícia faz pouco porque atua de maneira diferenciada nos territórios, é agressiva e não resolve os crimes na periferia (FRENCH, 2013; HOLSTON & CALDEIRA, 1998; RIBEIRO & OLIVEIRA, 2013), é oportunista e troca favores com a população em áreas mais abastadas. Nas duas situações, a crença de que se pode contar com essa instituição é pequena no país e, como se vê, isso reduz as chances de que os laços sociais se transformem em menos vitimização.

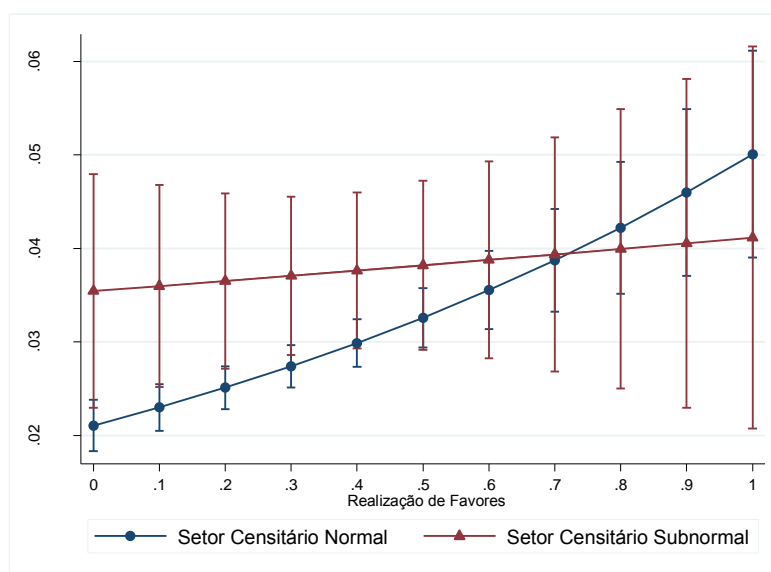
Gráfico 25 - Probabilidade predita de vitimização por crime contra a pessoa, segundo a avaliação negativa da Polícia Militar e o nível da realização de favores para vizinhos



Fonte: PNV 2010-2012

Finalmente, uma outra interação ainda apresentou associação estatística, ainda que frágil, com a vitimização criminal, foi a relação entre a residência em setor censitário subnormal e o índice de realização de favores. O coeficiente é negativo, indicando que o fato de residir em uma favela, vila ou aglomerado reduz o efeito positivo da troca de favores entre vizinhos sobre a vitimização (Apêndice F).

Gráfico 26 - Probabilidade predita de vitimização por crime contra a pessoa, segundo a avaliação negativa da Polícia Militar e o nível de percepção da coesão social



Fonte: PNV 2010-2012

A estimativa da chance de vitimização para os moradores de setores censitários normais é ruim, e para valores médios das demais covariáveis, os intervalos de confiança não sustentam diferença significativa entre as duas curvas ao longo da distribuição do índice de realização de favores. Porém, o gráfico pode auxiliar a visualização do efeito significativo identificado na tabela apresentada no Apêndice (F). Mais uma vez, a associação entre uma medida de interação social e o crime é suavizada por meio da inserção de um fator de natureza estrutural, nesse caso o local de moradia. O baixo nível socioeconômico, bem como outras características de destaque para a investigação do crime, como a própria interação com as polícias e outras forças de segurança pública e justiça criminal, minimizam a participação do indicador *proxy* de interdependência sobre a vitimização.

Todas as análises apresentadas nesta seção, as quais compõem a primeira etapa desta pesquisa se direcionaram para avaliar as hipóteses 02 e 03 que orientam essa pesquisa, a saber, a Hipótese do Paradoxo Latino-Americano e a Hipótese do Pluralismo Violento. A análise esteve concentrada nas medidas de coesão social percebida e realização de favores, uma vez que o indicador de controle social informal não apresentou associação estatística significativa com crimes contra a pessoa ou contra a vida.

E, a respeito dos indicadores que buscaram trazer informações sobre os laços sociais comunitários, o que se viu, inicialmente foi uma clara distinção entre o sentido da relação entre percepção sobre a comunidade e o estabelecimento de relações sociais objetivas. A primeira, parece se constituir a partir de noções que constroem a partir de muitos elementos, nem todos associados à proximidade real entre as pessoas. Vizinhos que se dão bem, acreditam que podem confiar uns nos outros não necessariamente estabelecem relações comunitárias intensas e constantes. Por isso, é fundamental que, ao avaliar o efeito dessas medidas sobre vitimização algo que a natureza das questões relacionadas aos laços sociais não seja desconsiderada. As trocas, principalmente aquelas que envolvem valores, são mais comuns em vizinhanças com maior privação econômica e isso, claramente, não se dá exclusivamente pelas relações de amizade, sendo a interdependência uma fonte de capital e coesão social.

Assim, explica-se que a coesão social tenha apresentado nos modelos de regressão binária uma associação negativa com as vitimizações: a coesão social, segundo a proposta de Sampson *et al* (1997). Sofre menos influência da privação econômica que as medidas baseadas em troca de favores e frequência de contatos (VILLARREAL & SILVA, 2006; CERDÁ, MORENOFF *et al*, 2010). Essas últimas parecem ser muito mais frequentes em comunidades socialmente desorganizadas, nos termos de Shaw & McKay (1942), o que pode não ser uma peculiaridade de comunidades latino-americanas.

Porém, assumir que a coesão social não apresenta associação nula ou positiva com a vitimização não implica a completa rejeição da hipótese do paradoxo latino-americano da desorganização social e eficácia coletiva. Isso ocorre porque o ajuste de novos modelos com termos interativos destacou a participação da avaliação negativa da Polícia Militar como principal potencial moderador que apresentou associação estatística com a vitimização. A percepção de que a Polícia Militar não executa seu trabalho com qualidade minimiza os efeitos negativos da coesão social e positivos da interdependência sobre a vitimização. Ou seja, em cenários de fragilidade institucional, o aspecto da sociabilidade não seria o fator chave para reduzir ou aumentar as chances de crime.

Esse último modelo contribui para que seja aceita a hipótese do pluralismo violento, a qual atribui participação essencial à violência incrustada nas instituições públicas e privadas na América Latina como a chave para o seu mal funcionamento na prevenção ao crime (ARIAS & GOLDSTEIN, 2010). Assumir a violência como traço marcante das democracias latino-americanas reforça a noção do paradoxo da

desorganização social e da eficácia coletiva. Contudo, o paradoxal não é a convivência entre uma rede densa de laços sociais comunitários e a criminalidade e, sim, a aparente menor capacidade de intervir diretamente sobre problemas comuns nas comunidades dessas democracias. O contraditório em relação à teoria não é a grande concentração de laços sociais em comunidades com baixo nível socioeconômico, uma vez que, aparentemente, esses laços se desenvolvem pela proximidade física e o desenvolvimento de uma rede de apoio mútuo em uma situação de privação. A contradição encontra-se em, no Brasil e, possivelmente na América Latina, o exercício do controle social informal ser muito restrito e a dependência de atores públicos externos ainda seja considerado o fator preponderante da intervenção.

Para lançar luz sobre os condicionantes da coesão e do controle social informal entre as características individuais e estruturais utilizadas neste trabalho, na próxima seção serão apresentados os resultados dos modelos de regressão logística binária para cada uma das dimensões que originaram o indicador de percepção de controle social informal utilizados neste estudo. A ideia é comparar os condicionantes e verificar até que ponto eles se distribuem de maneira independente entre a população, o que seria um desafio à teoria da Eficácia Coletiva, que pressupõe que ambos se desenvolvam nas mesmas comunidades.

7.4. Etapa 3: Investigando os Condicionantes do Controle Social Informal

A terceira etapa prevista no desenho desta pesquisa objetiva levantar informações sobre os condicionantes da percepção individual sobre as chances de que um brasileiro com idade acima de 16 anos possa contar com seus vizinhos para intervir diante de problemas específicos. O objetivo do ajuste do primeiro modelo é os fatores correlacionados à maior disposição para atuar sobre os seguintes problemas: “Jovens matando aula e ficando à toa na rua” (p145a), “Jovens depredando prédios” (p145b), “Jovens faltando com respeito a adultos” (p145c), “uma briga nas proximidades de casa” (p145d).

As variáveis resposta foram recodificadas em variáveis binárias cuja categoria de sucesso inclui apenas aqueles que responderam “sim” às questões originais²⁴, o que melhorou consideravelmente o ajuste dos modelos de regressão²⁵.

²⁴ A recodificação das variáveis foi definida a partir do teste de Hausman, que avalia a hipótese nula de que em um modelo multinomial as categorias de resposta são independentes entre si (LONG & FREESE, 2006). No início do processo ajustou-se modelo multinomial composto por todas as (5) categorias de resposta, as quais foram agregadas progressivamente, até o modelo atual, em função dos resultados do teste de Hausman estimado após cada modelo logístico de teste.

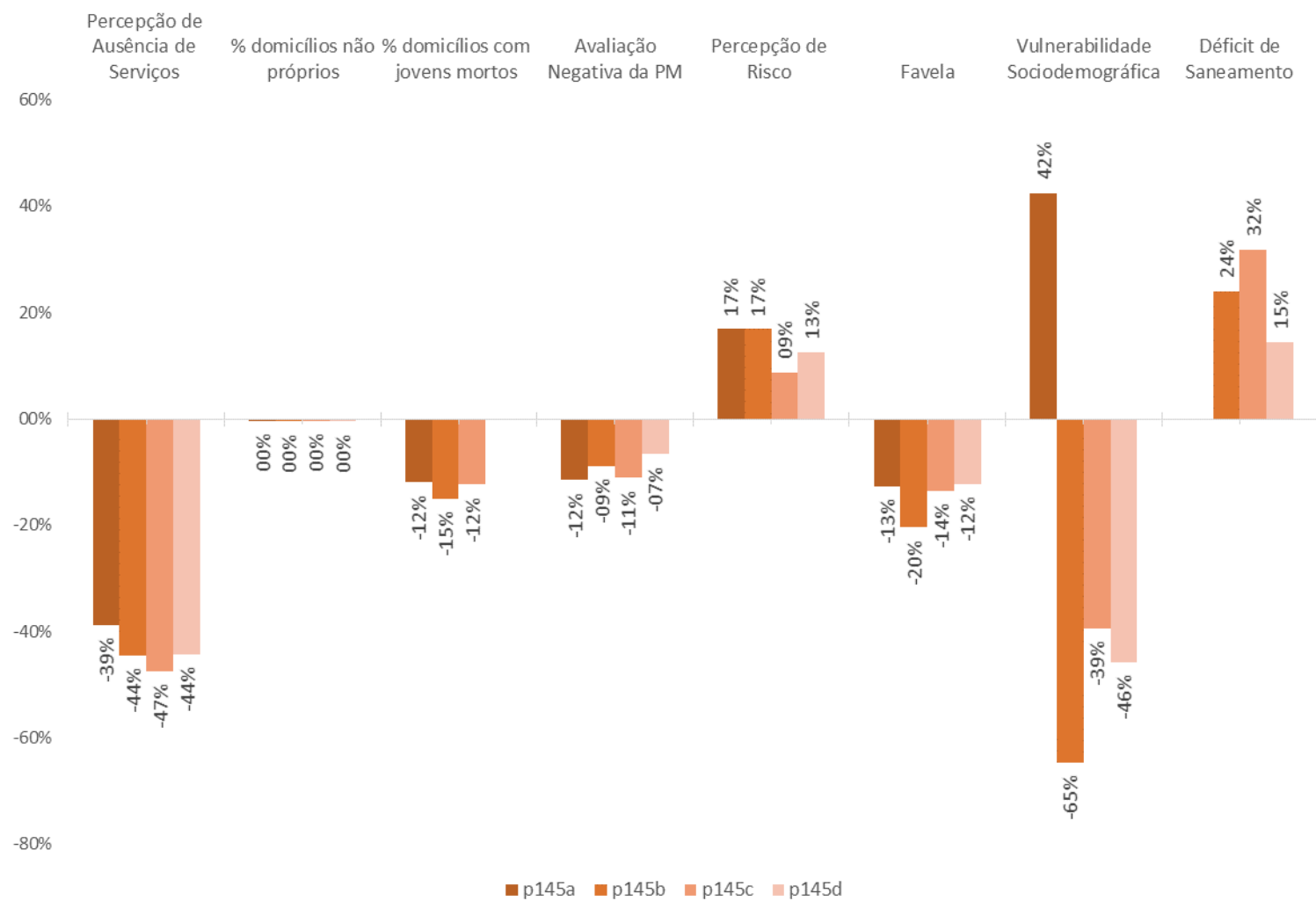
Os resultados objetivam comparar os efeitos das principais variáveis estruturais e das demais moderadoras de natureza individual para identificar condições que favoreçam opiniões favoráveis ao exercício de controle social com o apoio de vizinhos. Os resultados de todos os coeficientes de regressão das variáveis de controle e de interesse são apresentados no Apêndice F, todavia nesta seção eles serão apresentados por meio dos valores do incremento percentual das variáveis de interesse.

O Gráfico 27 compara as relações entre cada uma das medidas de controle social informal percebido e as questões de natureza estrutural e as moderadoras do efeito de eficácia coletiva e vitimização, a saber, a avaliação da PM e o risco percebido de vitimização. Os resultados não demonstram grandes particularidades em relação aos condicionantes de cada uma das dimensões. Para a maior parte das covariáveis, a chance de acreditar ser possível contar com vizinhos para resolver os problemas de jovens matando aula, depredando prédios, faltando com respeito a adultos ou para separar uma briga nas proximidades de casa é semelhante e indica associação negativa com medidas de privação econômica e percepção de uma prestação de serviços públicos deficitárias.

As principais exceções são a percepção de risco de vitimização e o déficit de saneamento no setor censitário de residência. Mantidas constantes as demais covariáveis nos modelos de regressão, a elevação de uma unidade na escala de percepção de risco representa um crescimento de 16,9% nas chances de intervir sobre a questão de jovens fora da escola e da depredação de prédios. Em relação à estrutura do setor censitário, quanto melhores as condições do saneamento no setor censitário, 31,9% maior a chance de contar com a vizinhança para tentar conter jovens desrespeitando adultos.

²⁵ Para o ajuste do modelo foram realizados os testes de Hosmer e Lemeshow, para avaliar a presença de colinearidade, verificou-se os níveis do fator de inflação da variância (VIF) e o teste de Wald para avaliar a hipótese de que os coeficientes estimados seriam nulos (LONG & FREESE, 2006).

Gráfico 27 – Incremento Percentual da chance de resposta positiva às dimensões de controle social informal percebido



Fonte: PNV 2010-2012

O indicador de vulnerabilidade sociodemográfica estaria associado a maior disposição para a intervenção, tal como ocorre com a variável favela, mas, existe uma exceção, a chance de tentar atuar com vizinhos para resolver a questão dos jovens fora da escola em horário regular. No que tange a essa única tarefa, quanto maior a vulnerabilidade sociodemográfica, maior a chance de acreditar na possibilidade de intervenção.

O intuito do ajuste desses modelos é qualificar, em alguma medida, o entrevistado com maior disposição para o controle social informal. A preocupação com o controle social se justifica pela importância dessa dimensão na discussão da eficácia coletiva e pela hipótese do pluralismo violento, que atribui ao papel das instituições no exercício do controle social a chave para a compreensão do insucesso da abordagem para explicar o crime e a vitimização no país. Por isso, conhecer melhor as características daqueles que confiam na mobilização dos vizinhos para essas tarefas parece uma estratégia razoável para esclarecer tais questões.

E, nesse sentido, a primeira parte desta etapa contribui para que se conclua que, em relação ao Brasil, ao contrário do que ocorre em outras regiões (WICKES *et al.*, 2013), os temas propostos pelos itens tradicionais mensurados pela PHDCN não apresentam grande variação em relação à associação com as covariáveis selecionadas. À exceção do risco percebido e da deficiência de infraestrutura de saneamento básico, cuja pior avaliação do entrevistado (mais medo e mais déficit) representam crescimento da chance de intervenção, a intervenção para resolver a qualquer um dos quatro problemas se vincula a menores níveis de desvantagem social, econômica e de acesso a serviços.

Entre as exceções, a saber, o efeito de vulnerabilidade sobre a chance de buscar ajudar para a ausência dos jovens à escola e a associação positiva entre medo de crime e problemas estruturais no local de residência podem informar sobre uma cultura de participação motivada por problemas comunitários percebidos como mais graves.

As abordagens do associativismo afirmam que grande parte do desafio ao engajamento político ou à mobilização comunitária é a manutenção do interesse em participar após a conquista dos benefícios. Indivíduos residentes em comunidades que inspiram maior sensação de insegurança ou com demandas estruturais incipientes podem estar mais habituados à mobilização social, afinal, movimentos sociais por saneamento básico, por exemplo, compõe a agenda da primeira fase dos movimentos sociais urbanos em periferias no Brasil, como bem aponta Feltran (2010) a respeito de

São Paulo. Quanto mais evidentes as demandas estruturais e outras que sejam facilmente percebidas pelos moradores, afetando a sua rotina, maior a disposição para agir coletivamente. Esse cenário pode ter favorecido a que justamente essas variáveis que informam sobre condições que afetam mais diretamente a vida de todas as pessoas a associação com os indicadores tenha sido positivo. Aqui, ao contrário de o risco e falta de infraestrutura serem consequência da ausência de capacidade de articulação comunitária, assumo que eles sejam parte da explicação para que entrevistados com tais características sejam mais engajados e atentos a problemas comuns de natureza mais objetiva e que afetam a vida de toda a população.

A generalidade e o fato de que ele afeta a vida de um maior número de pessoas parece ser característica importante dos problemas que geram respostas comunitárias intensas. Somente a comunidade, seus moradores e usuários, podem informar com detalhes que tipo de situação a incomoda a ponto de motivar a organização (GOLDSTEIN, 1990). O problema pode ser um crime, algo que contraria a norma jurídica e, por isso, seria potencialmente combatido a todo momento pelas instituições de segurança pública. Porém, ele também pode representar uma conduta ou condição objetiva considerada de muita gravidade em um bairro e ser compreendida como parte natural da rotina pelos moradores de outro.

A abordagem da eficácia coletiva parte de problemas específicos para construir sua proposta, fazendo com que a supervisão de jovens na vizinhança seja o elemento chave da discussão. A baixa capacidade de exercer controle social informal em uma vizinhança seria expressa pela pequena disposição para contar com vizinhos para fazer alguma coisa quando uma dessas situações relacionadas ao comportamento de moradores e visitantes mais novos se desenvolva nos arredores de casa. Porém, assumindo o conceito de problema de Goldstein (2000), é possível que nem sempre os aspectos apontados por essa metodologia se constituam questões consideradas legítimas para a intervenção. “As comunidades querem mesmo se ver livres do crime?” perguntou Cruz (2010). Seu trabalho respondeu que sim, desde que isso não implique romper com a rede de laços sociais comunitários que envolve criminosos e não criminosos e que isso seja percebido como um problema que afeta a vida de mais gente. O movimento dos meninos do tráfico pode até gerar danos ao patrimônio público (como indica uma das medidas de controle social proposta pela abordagem da eficácia coletiva), mas foi absorvido à rotina dos moradores de regiões em que a presença dos grupos armados fazem parte do cenário urbano.

Neste trabalho, buscamos observar de maneira preliminar os condicionantes de um tipo muito participar de respostas aos itens tradicionalmente utilizados para

mensurar os níveis de Eficácia Coletiva por meio de pesquisas quantitativas, as que optei por chamar de respostas imprecisas. A tabela abaixo informa sobre a distribuição dos casos entre as categorias de resposta definidas no instrumento de coleta para as quatro variáveis de teste.

Tabela 15 – Variáveis de expectativa Controle Social Informal

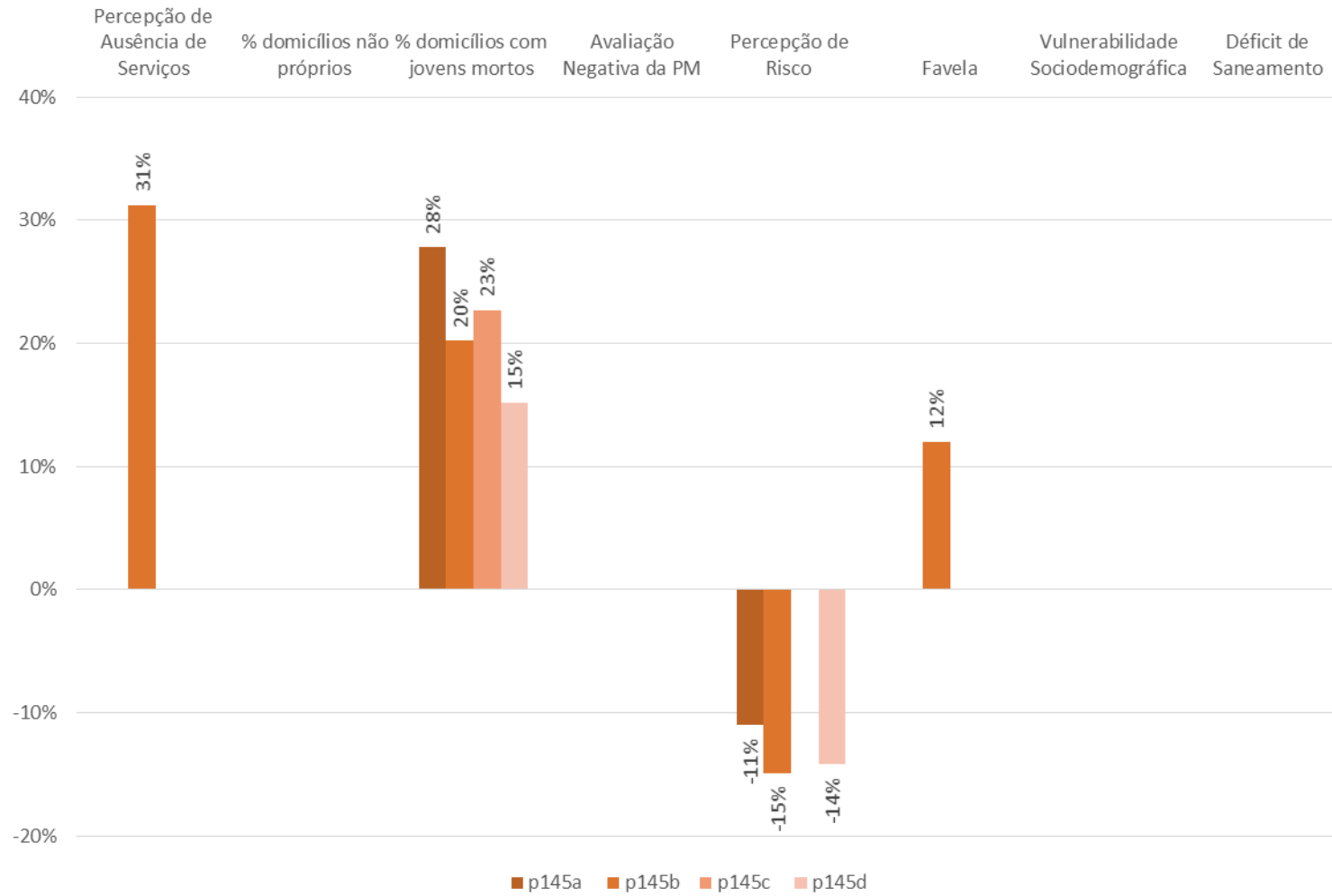
	Observar Jovens matando aula		Jovens depredando prédios		Observar jovens faltando com respeito a um adulto		Observar uma briga que começou na frente de sua casa	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	28758	36,87	38478	49,33	40496	51,91	36911	47,32
Talvez	16493	21,14	1425	18,27	14145	18,13	14589	18,7
Nem sim, nem não	2722	3,49	2791	3,58	2685	3,44	2938	3,77
Provavelmente não	5331	6,83	3514	4,5	3578	4,59	3911	5,01
Não	2024	25,95	15084	19,34	13338	17,1	15653	20,07
Não respondeu/ Recusa	4	0,01	5	0,01	12	0,02	10	0,01
Não sabe/Não Lembra	446	5,72	3886	4,98	3754	4,81	3996	5,12
Total	78.008	100	78.008	100	78.008	100	78.008	100

Fonte: PNV 2010-2012

É fácil perceber que somando as categorias “Talvez”, “Nem sim, nem não”, “Não sabe/Não lembra” o percentual de respostas pouco precisas a respeito das questões e excede ao menos os 25% do total de casos em todos os itens. Particularidades da construção do instrumento de coleta de dados utilizado na PNV pode ter contribuído para essa grande quantidade de respostas em que o entrevistado não oferece uma posição clara a respeito das questões e, claro, não é novidade que as categorias centrais tendem a concentrar o maior número de respostas em questionários fechados (CONVERSE & PRESSER, 1986).

Porém, a fim de identificar possíveis padrões quanto à distribuição das respostas pouco precisas entre as variáveis estruturais, utilizou-se o mesmo conjunto de covariáveis que compuseram o modelo apresentado anteriormente, para estimar a chance de respostas que não implicam um posicionamento direto a respeito das questões em relação a afirmar contaria ou não com vizinhos para realizar a tarefa em análise (“Sim”, “Não” ou “Provavelmente Não”).

Gráfico 28 – Incremento Percentual da chance de respostas imprecisas às questões sobre a expectativa de controle social informal



Fonte: PNV 2010-2012

O Gráfico 28 e o Apêndice H apresentam os resultados dos modelos logísticos binários que estimaram a chance de oferecer respostas imprecisas a respeito dos itens relacionados à expectativa de controle social informal. Em relação às variáveis de percepção ou de observação da estrutura social, do acesso e avaliação de serviços e do medo de crime, a variável que informa sobre o percentual de domicílios no setor com mortos em idade jovem acompanhados da percepção de risco de vitimização foram aquelas cuja associação estatística com a imprecisão das respostas foi significativa em mais itens.

Assim, quanto maior o percentual de mortes de jovens no setor censitário de residência, utilizada como *proxy* de vizinhança violenta, maior a chance de que o entrevistado respondesse a todos os itens com pouca precisão. Um por cento a mais de domicílios que no último ano (em relação ao Censo IBGE 2010) perderam um jovem com idade entre 15 e 29 anos representa crescimento de 27,8% da chance de responder “Não sei”, “Talvez” ou “Nem sim, nem não” para a questão sobre contar ou não com vizinhos para resolver o problema de jovens nas ruas em horário escolar. Para os problemas de depredação, desrespeito a adultos e briga na vizinhança os percentuais de dúvida/imprecisão são de respectivamente 20,2%, 22,7% e 15,2%.

A percepção de risco de vitimização também figura como importante fator associado a respostas dúbias a respeito dos problemas na vizinhança, fazendo com que a cada ponto no índice de risco percebido seja reduzida em 11%, 15% e 14% a chance de afirmar não saber o que fazer diante da questão de jovens fora da escola, depredando ou para conter uma briga, respectivamente. O morador de setor censitário subnormal e aqueles que mais percebem a ausência de serviços básicos na vizinhança também possuem menor probabilidade de oferecer respostas assertivas (“Sim” ou “Não”) diante de ao menos um indicador de expectativa de controle social informal.

Os resultados da etapa 3 não ofereceram completo suporte à quarta hipótese desta pesquisa, a que afirma que respostas pouco precisas a respeito das perguntas sobre a expectativa de exercício controle social informal por parte dos vizinhos também seriam mais comuns para moradores de áreas com grande privação econômica. A razão para isso reside no fato de que a violência surge como possível elemento explicativo ainda mais importante que a questão socioeconômica. O medo de crime e a concentração da mortalidade juvenil, ainda que eventualmente se sobreponham à desvantagem socioeconômica, ganham contornos específicos

atuando como fatores de dissuasão do exercício do controle social informal, expresso neste exercício, pela probabilidade de oferecer respostas pouco precisas a respeito das situações expostas na bateria de perguntas da PNV.

Portanto, sustenta-se a hipótese de que os níveis de violência interpessoal e a insegurança, possivelmente em interação com a privação econômica, interferem na capacidade de oferecer respostas mais assertivas a respeito do exercício de controle social informal. Acreditar no apoio de outros para tomar partido em conflitos ou problemas locais depende de uma série de fatores e, alguns deles, provavelmente se ligam aos atores envolvidos. Em vizinhanças com elevados níveis de crimes contra a pessoa e presença de grupos armados, como os setores censitários subnormais (BEATO, 2012), intervir diretamente pode gerar conflitos de proporções ainda maiores. A população pode até mesmo reconhecer os problemas, mas não age diretamente sobre eles em situações que possam representar riscos. Diante disso, quando o contato com a Polícia também não é uma opção com resultado rápido e eficiente, a população se vê diante de uma única opção, se adaptar (PENGLASE, 2014).

Por conseguinte, a aplicação da noção de controle social informal para a análise da eficácia coletiva em comunidades brasileiras também precisa se adaptar, sob risco de não conseguir extrapolar a discussão sobre a existência de um paradoxo. Quais são os problemas que podem se tornar, de fato, alvo da intervenção comunitária em comunidades com elevados níveis de violência interpessoal? Em que medida, é possível mensurar essa intervenção por meio da disposição para uma ação espontânea dos moradores, ou seja, sem o apoio institucional?

Sem que tais perguntas sejam respondidas por meio de pesquisa empírica, o conceito de eficácia coletiva e, principalmente, a noção de controle social informal, se dilui em meio a outros fatores de natureza socioeconômica e do acesso a serviços públicos. Dessa forma, ele sempre se aplicará bem para comunidades em que os crimes contra a pessoa são menos frequentes, as redes de relações são diversificadas a ponto de trazer informação nova para a comunidade, que se mantém próxima das forças de segurança pública por meio de muitos canais de comunicação. Mas, em outros pontos da cidade, comunidades em que a violência dos grupos se assemelha àquela praticada pelos policiais, a existência de maior densidade dos laços sociais (fomentados pelas relações de interdependência) segue sendo apontada como um contraponto à baixa capacidade de intervir sobre as condutas de terceiros em espaços públicos.

8. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que poderia sugerir a proximidade com a criminologia em função da escolha do conceito discutido nas páginas anteriores e do método proposto para a investigação, essa é uma tese que carrega em si um problema sociológico. Qual seria a chance de estratégias locais de ação coletiva contribuírem para minimizar os efeitos de problemas comunitários como a criminalidade?

Essa é uma pergunta tão ampla quanto as possibilidades teóricas e metodológicas disponíveis para a empreitada. A análise das comunidades e vizinhanças pode se ater às relações interpessoais, às interações com instituições ou ao papel da privação econômica nas formas de organização social, mas o fundamental é que seja sensível ao modo como a inserção naquele espaço pode transformar e ser transformada pelas percepções e comportamentos das pessoas. O campo de estudos dos efeitos de vizinhança, mais que um grupo de pesquisas orientadas para decompor variâncias, em nossa visão, agrega reflexões acerca do modo como o lugar em suas características gerais (culturais, sociais, físicas e políticas) está relacionado às escolhas das pessoas que fazem uso do local e, assim, à própria configuração do espaço. É um fenômeno em que indivíduos e sociedade se condicionam mutuamente em um fenômeno do qual a própria sociologia clássica se ocupou (DURKHEIM, 1983; DURKHEIM, 1989; ELIAS, 1994) ao discutir o poder da agência e seu vínculo com a estrutura.

Os estudos sobre crime descobriram cedo as cidades e já no século XIX davam conta de que a distribuição dos casos não se dava de maneira homogênea no espaço e que mesmo pequenas porções de território desenvolvem aspectos relevantes para alimentar ou estabilizar a incidência de desvios à norma. A imaginação científica, nesse caso, foi alimentada pela necessidade de contar os casos, cruzar as informações e transformar as percepções em resultados com validade. Sem isso ficaria difícil identificar o esquema de zonas concêntricas (PARK & BURGESS, 1984), a concentração espacial da delinquência em Chicago (SHAW & MCKAY, 1942) ou mesmo descrever os crimes mais comuns nos bairros do Rio de Janeiro (COELHO, 1978)

Porém, a partir daí os caminhos são diversos e todos válidos para o estudo da vizinhança. Ora, se o estudo qualitativo da vida em bairros e favelas dominaram o campo da sociologia do crime no Brasil, nos Estados Unidos, até pela disponibilidade de informações, as vizinhanças ganharam mais destaque pela abordagem quantitativa

e a consolidação de uma área específica, a criminologia, com uma feição mais aplicada que a sociologia do crime, mas ainda buscando em nossa área as suas principais referências teóricas.

E foi nesse contexto, da apropriação de importantes conceitos sociológicos, para a construção de uma abordagem criminológica, que se desenvolveram a teoria da Desorganização Social e um de seus desdobramentos, a abordagem da Eficácia Coletiva. A Eficácia coletiva, por sua vez, se apoiou nas mais recentes gerações de abordagens do capital social, para resgatar a teoria da Desorganização Social. Nessa retomada do modelo que ganhou notoriedade com a publicação do trabalho de Shaw e McKay (1942), a eficácia coletiva destaca-se por atribuir maior ênfase sobre a capacidade de intervenção das comunidades com vistas a resolver questões que afetam a vida de todos em detrimento da coesão social. Ou seja, ao contrário do argumento derivado dos resultados encontrados em Chicago nos anos 40, a densidade do tecido social não seria o grande mecanismo por meio dos quais a desorganização estrutural geraria crime. Esse posto seria ocupado pela disposição para a intervenção, a qual até poderia ser potencializada pela existência de um ambiente com intensa confiança e com boas relações entre as pessoas, mas, essas últimas claramente não são o primordial (SAMPSON *et al*, 1997).

Essa é apenas uma das respostas aos desafios da pós-modernidade ao conceito de capital social, um dos principais conceitos da sociologia no século XX. A pergunta de base é em que medida o capital social e as possibilidades de se apropriar dele de maneira coletiva podem sobreviver ao esgarçamento do tecido social que estaria se desenvolvendo em processo acelerado. A comunicação virtual, a verticalização das construções habitacionais e o isolamento em espaços cada vez mais homogêneos seriam mecanismos de transformação das sociedades urbanas, reduzindo a interação cotidiana tão cara à vida em comunidade. Granovetter (1973) discutiu o alcance das redes de relacionamento e o modo como o fluxo de informações novas – e externas - pode beneficiar pessoas e grupos. Autores como Sampson *et al* (1997) e Carr (2003) se apropriam de premissa semelhante para sustentar que o enfraquecimento dos laços sociais cotidianos poderia ser compensado pela utilização de outros recursos para o exercício da regulação de códigos e condutas nas vizinhanças. O governo, as instituições ou a polícia são apontados como bons mecanismos para o enfrentamento dos problemas pela comunidade, ainda que as estratégias de intervenção possam depender menos do engajamento coletivo nos moldes tradicionais

A tradição da Desorganização Social e, por conseguinte, a da Eficácia Coletiva, estão ancoradas em várias características da sociedade norte-americana, mas neste momento, destaco uma delas, o modelo de organização das cidades, principalmente as urbanas. A urbanização naquele país se construiu pela distância geográfica entre os setores e grupos culturais e econômicos (PARK & BURGESS, 1984). Isso cria barreiras naturais ao desenvolvimento de relações sociais entre grupos e, por consequência, cria regiões onde pela diversidade o exercício da supervisão e do controle seja menos efetivo. Assim, renda, serviços, coesão social, controle social informal e menos crimes tendem a estar sobrepostos no espaço (CERDÁ, MORENOFF *et al*, 2008). Regiões com maior nível socioeconômico apresentam mais homogeneidade de valores, maior capacidade de regular condutas e pessoas em seu interior e, por conseguinte, apresentam menos crimes.

Esse encadeamento de coisas, que sugere uma ordem natural relacionando recursos estruturais, laços sociais e crime desde a teoria da Desorganização Social é o que vem chamando a atenção de pesquisadores latino-americanos e de outras regiões fora dos Estados Unidos. Afinal, as coisas não acontecem bem assim em comunidades como aquelas analisadas por Arias e Rodrigues (2006), Villarreal e Silva (2006), Rodrigues (2006), Cerdá, Morenoff *et al* (2008), Zaluar (1999), Beato (2012), Cruz (2010), Beato e Zilli (2012), Nuñez *et al* (2012). Nelas, a desvantagem socioeconômica parece estar mais próxima de movimentos organizados em torno de interesses comuns, como o saneamento, a educação e a segurança. A segurança é um problema, mas que se desenrola a partir de outras relações sociais, para as quais o campo de ação é reduzido, principalmente nos crimes contra a pessoa, como os homicídios e as agressões.

Para alguns desses trabalhos a Eficácia Coletiva foi considerada ineficiente para conter o crime, para outros o foco esteve concentrado na transformação da coesão e da capacidade associativa em enfrentamento ao tráfico de drogas, mas, de maneiras distintas o consenso parece ser o de que os pressupostos e os resultados esperados da abordagem da Eficácia Coletiva não se aplicam completamente às democracias latino americanas. A hipótese subjacente é a de que a desigualdade de acesso a serviços e recursos públicos como aqueles que garantem qualidade de vida para toda a população contribui para que se mantenham vivos em comunidades com baixo nível socioeconômico a capacidade organizativa, afinal, é por meio dessas iniciativas que melhores condições estruturais para a sobrevivência chegam a essas regiões (FELTRAN, 2010), mas ela não necessariamente se converte em controle

sobre condutas cotidianas como a arruaça, o vandalismo e a própria delinquência juvenil (CRUZ, 2010; BEATO & ZILLI, 2012).

O objetivo desta tese foi discutir por meio da análise de dados quantitativos da Primeira Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV) os desafios à aplicação da abordagem da Eficácia Coletiva no Brasil. Para tal, foi selecionada uma estratégia de análise baseada em três grandes momentos. No primeiro, estimou-se o efeito do lugar, os estratos construídos pela SENASP/MJ a partir das Regiões de Vitimização do PRONASCI. No segundo, o objetivo foi avaliar as chances de vitimização por crimes contra a pessoa e contra o patrimônio tendo como variável de interesse as grandes dimensões da Eficácia Coletiva, a saber, o Controle Social Informal e a Coesão Social. A segunda buscou lançar luz sobre os fatores estruturais associados ao Controle Social Informal, seu desenvolvimento e a capacidade de resposta.

A primeira etapa teve como principal resultado a identificação uma pequena, porém estatisticamente significativa porção de variação da chance de vitimização devida às regiões de vitimização no país. O modelo completo de regressão multinível binária, em que outras covariáveis de natureza individual e do estrato fizeram parte, evidenciou para ambos os crimes a existência de locais para os quais a variação entre grupos era diferente de zero.

Apesar do esforço de dedicar uma parte da análise empírica a mensurar os efeitos do lugar, reconhecemos as deficiências da estratégia para a investigação de efeitos de vizinhança. Os estratos são estatisticamente significativos, mas não informam substantivamente a respeito das realidades das vizinhanças, pois reúnem territórios muito heterogêneos como parte de uma mesma unidade de análise. Contudo, a análise pode ser tornar interessante ferramenta para a construção de análises de nível macro. A comparação entre áreas de extensão territorial intermediária entre as grandes regiões administrativas e os municípios pode auxiliar a formulação de estratégias de intervenção de enfrentamento à criminalidade por meio de um desenho regionalizado estabelecido a partir da investigação dos efeitos contextuais sobre fenômenos como a vitimização.

Lançando mão de análises estatísticas menos sofisticadas, a segunda etapa da investigação confirmou que no Brasil existem diferenças bem marcadas entre Coesão Social e Controle Social Informal em relação à vitimização. Enquanto o último não apresentou associação estatisticamente significativa com nenhum tipo de vitimização, a Coesão Social se comportou tal como sugere a literatura dos estudos de vizinhança,

indicando maior chance de vitimização para pessoas que informam possuir menor percepção de Coesão Social em seu local de residência. O resultado surpreendeu e provocou uma inicial rejeição da Hipótese do Paradoxo Latino-Americano. Porém, o contraste entre os resultados relacionados à Coesão Social e à Realização de Favores para vizinhos oferece pistas de que os efeitos contraditórios da relação entre coesão social e crime no Brasil e em outros países da América Latina são mais intensos quando ao contrário de medidas pouco objetivas de coesão, como aquelas medidas no PHDCN e replicadas na PNV, são utilizadas questões que informam sobre uma relação de interdependência entre vizinhos (VILLARREAL & SILVA, 2006; CERDÁ, MORENOFF *et al*, 2008). A troca de favores sem dúvidas é muito mais comum em comunidades com elevados níveis de desvantagem socioeconômica, mas a coesão social percebida e mensurada conforme a proposta do *survey* não está tão concentrada em áreas socialmente vulneráveis, como poderia supor uma observação superficial dessas informações.

Todavia, uma análise pormenorizada dos resultados e dos potenciais efeitos moderadores indicou que uma avaliação negativa da Polícia Militar pode enfraquecer os 'bons' resultados dos laços sociais reduzindo as chances de vitimização. Como indicam importantes trabalhos no Brasil, a atuação das polícias é extremamente violenta, principalmente contra determinada parcela da população e isso tem impacto sobre a avaliação da instituição (FRENCH, 2013; HOLSTON & CALDEIRA, 1998; RIBEIRO & OLIVEIRA, 2013). O paradoxo latino-americano da Desorganização Social e da Eficácia Coletiva não parecem estar ligados à distribuição e densidade dos laços sociais, mas à atuação do poder público, principalmente das instituições de segurança que nesses países compõem com os moradores uma rede de violência, insegurança e desconfiança (SILVA & BEATO, 2013; SILVA, 2012).

Por fim, a última etapa, dedicada à análise do Controle Social Informal, confirmou a hipótese de que, no geral, as expectativas de intervenção baseadas no apoio de vizinhos são maiores entre moradores de áreas com maior nível socioeconômico, o que não dista do previsto na literatura (SHAW & MCKAY, 1942). Além disso, a oferta de serviços e a avaliação da Polícia Militar também são bons preditores da expectativa de controle para a maior parte das situações hipotéticas apresentadas ao entrevistado, enfatizando mais uma vez o papel do nível público de controle social moderando o efeito dos laços sociais e a mobilização local (BURSIK & GRASMICK, 1993; CARR, 2003).

A novidade ficou por conta da análise dos casos de respostas imprecisas a respeito das situações utilizadas como *proxy* de controle social informal. Essa indicou haver certo perfil entre aqueles que demonstraram incerta em relação a poder contar com o apoio dos vizinhos para intervir sobre problemas com jovens. Os modelos indicaram associação positiva entre maior probabilidade de responder “Não Sei”, “Talvez” ou “Nem sim, nem não” às perguntas sobre intervenção e o percentual de domicílios com óbitos de população jovem (entre 15 e 29 anos) e maior percepção de risco. Conhecendo o perfil da mortalidade jovem entende-se que essas sejam as comunidades com maior nível de violência letal, as quais também possuem forte atuação de grupos armados ligados ao tráfico de drogas (BEATO *et al.*, 2001). O que lança a hipótese de que o tipo de ordem social presente nessas comunidades impede que os problemas mensurados pelo indicador de eficácia coletiva sejam, de fato, percebidos nessas áreas como possível alvo de intervenção, o que favorece com que façam mais sentido para parcelas específicas da população, aquelas com maior nível socioeconômico. Portanto, apesar de reconhecer a existência de certa relação paradoxal entre laços sociais, crime e intervenção comunitária no país a partir de dados da PNV, principalmente quando observada a participação das instituições de segurança pública como moderadoras desse fenômeno, sabe destacar também a necessidade de reformular as estratégias de mensuração da Eficácia fora dos Estados Unidos para então ser capaz de reconhecer outras formas de intervenção que sejam legítimas em termos do exercício de controle, mas que tem pouco a ver com atuar sobre o vandalismo ou a ausência de crianças às escolas.

A eficácia coletiva (e em alguma medida a Desorganização Social) pode ser ferramenta interessante de análise, porém, seu alcance como instrumento para investigar da criminalidade é restrito, sobretudo, porque tal como se estrutura do ponto de vista teórico, o conceito não se ocupa dos efeitos do próprio contexto social e criminal para o desenvolvimento ou enfraquecimento da eficácia. Em suma, achados deste trabalho contribuem em duas direções para a continuidade dos estudos baseados na investigação da relação entre crime e comunidades: a primeira é o estímulo à consolidação de estudos que desafiem e questionem a forma de elaboração do conceito; o segundo é o avanço em direção a um desenho metodológico que favoreça a expansão dos fenômenos abarcados por ele.

A respeito da discussão teórica, a primeira questão que se coloca é o pressuposto, ainda que latente, de que o Controle Social Informal resulta em boas condutas. Essa foi parte das críticas dirigidas à Shaw & Mckay (1942) e certamente

esta não é completamente superada nos modelos teóricos que vieram a seguir. Mesmo quando reconhece que nem sempre os valores compartilhados pela comunidade são de conformidade à lei, por exemplo, Sampson opta por chamar mais atenção sobre a perspectiva normativa do Controle Social Informal e sobre o fato de que a maior parte das pessoas em comunidades tem como objetivo a construção de um ambiente pacífico e livre de crimes (SAMPSON & BARTUCSH, 1998).

A questão é que esse caráter normativo cria dificuldades para reconhecer formas distintas de organização social e, por consequência, de Coesão Social e Controle Social Informal. Os linchamentos estão aí para provar que nem sempre uma ação comunitária coordenada acarreta resultados de paz e tolerância, mesmo que o objetivo seja enfrentar de maneira coletiva um problema, o crime cometido. Não é preciso ser uma comunidade ruim – com mais valores favoráveis ao desvio – para manifestar expressões diversas de Coesão Social e Controle Social Informal.

Ao rejeitar a equivalência entre essas duas grandes dimensões os resultados ainda deixam abertas possibilidades quanto à existência de fontes distintas de coesão social conforme o tipo de dimensão acionada, como a medida de interdependência entre vizinhos, a qual foi por vezes utilizada como parte do indicador de coesão social em publicações como a de Cerdá, Morenoff et al (2008) e Villarreal & Silva (2006). Vizinhos que acreditam se dar bem, serem próximos e compartilharem valores não parecem ter as mesmas chances de vitimização que vizinhos que fazem favores entre si. Esses últimos estão mais expostos à vitimização criminal de uma maneira geral, enquanto os primeiros, parecem experimentar o caráter protetivo dos laços sociais, tornando-se menos vítimas de furtos, roubos e agressões.

Ao que indica a literatura e, em alguma medida, os nossos resultados, essa distinção entre as formas de coesão social tem relação com as características dos lugares em que elas se desenvolvem. A impossibilidade da construção de modelos hierárquicos baseados em uma proxy mais adequada de vizinhança, como o setor censitário, prejudica muito o teste preciso dessa afirmação, porém, o suporte dos resultados dos demais testes da teoria da desorganização social e eficácia coletiva no Brasil e na América Latina dão excelentes pistas a respeito das razões para isso. A troca de favores é mais frequente em comunidades com mais baixo nível socioeconômico, onde as desvantagens expõem os moradores à necessidade por articulação. As relações sociais não se dão exclusivamente a partir do compartilhamento de valores, normas e preferências. As pessoas interagem porque

precisam umas das outras em um cenário onde, por vezes, as saídas institucionais para a resolução de problemas dependem muito do poder público pouco atuante.

Por outro lado, o controle social, medido por meio da disposição para a intervenção direta para problemas de comportamento de jovens, parece fazer ainda menos sentido para as mesmas comunidades populares. Como bem apontaram Cruz (2010), Silveira (2007) e Beato & Zilli (2012), a intervenção sobre a conduta de jovens em comunidades em situação de grande concentração de desvantagens é bastante delicada. Ela envolve o medo de retaliações, a falta de apoio das forças de segurança pública oferecendo proteção em caso de denúncias e, claro, ela aciona uma rede de relações sociais que aproxima a todos, 'moradores de bem' e jovens envolvidos com o tráfico.

Na mesma linha de discussão, aquela que sugere maior qualificação dos mecanismos pelos quais coesão social é transformada em controle social informal pró-social, autores como Wickes et al. (2013) destacam que a disposição para intervir varia em função do tipo de tarefa ou problema enfrentado pela população. Com dados sobre comunidades australianas, os autores encontram baixa correlação entre as medidas de laços sociais, coesão social e diferentes tarefas sobre as quais seria exercido controle social informal. A proposta é a observação dos efeitos de variáveis individuais e contextuais sobre a Eficácia Coletiva representada pela disposição para intervir em tarefas relacionadas a crimes, supervisão de jovens e questões políticas, separadamente. Os resultados indicaram, por exemplo, que o efeito de laços sociais sobre a expectativa de intervenção é menor quando o assunto é resolver problemas de crime, quando comparado a questões políticas e de jovens (WICKES ET AL, 2013). Há que se discutir melhor a respeito de que intervenção estamos falando para avaliar quais características individuais e de grupo podem favorecer essa atuação.

Discutindo a relação entre o controle social informal, laços sociais e crimes na vizinhança, Browning, Feinberg e Dietz (2004), entre outros achados, identificaram que o efeito de dissuasão da Eficácia Coletiva sobre a criminalidade é reduzido em comunidades com laços sociais muito densos. O argumento é o de que o capital social que ajuda a mobilização também pode estar disponível para os potenciais ofensores, por isso, comunidades com redes sociais muito densas tendem a ser menos efetivas na autorregulação que resulta em menos crimes. Essa apropriação do capital social pelos ofensores poderia se dar pela via da falta de disposição dos moradores em denunciar os atos ilícitos cometidos por pessoas com as quais mantém vínculos. Ou, segundo os autores, pelas relações de interdependência estabelecidas entre

comunidade e grupos criminosos, quando esses assumem funções como o apoio à população local em seus problemas cotidianos (BROWNING, FEINBERG & DIETZ, 2004).

Essa crítica, a respeito das relações sociais serem um entrave para o desenvolvimento de autorregulação comunitária não é nova e, tampouco exclusiva dos estudos sobre crime no Brasil. Putnam (2000) e Wilson (1987), para citar apenas dois, destacam esse aspecto como sendo um fenômeno de destaque ao discutir os efeitos da intensidade dos laços dentro dos grupos para o controle das atividades desenvolvidas naquela região. Porém, essa relação é fundamental para entender o processo que relaciona vitimização, lugar e controle na América Latina porque ela está imbricada com a questão da grande desigualdade de recursos. Assim, se por um lado o controle social informal é baixo em regiões pobres, ele pode ser bastante elevado em regiões com maior nível socioeconômico. Nessas áreas, o controle se desenvolve, inclusive, com o maior apoio de instituições pública para a ação engajada dos moradores.

Resultados como o de Browning et al (2004) motivam a reflexão sobre a pertinência de se afirmar um paradoxo latino da Eficácia Coletiva ou apenas uma relação paradoxal entre coesão social e controle social informal. Paradoxo que, assim, não se limitaria aos países do cone sul, dado que o referido trabalho também utiliza informações do PHDCN sobre Chicago. Essas evidências parecem supor que a chave para a discussão está em deixar de observar o bloco conceitual da Eficácia Coletiva como uma única grande categoria explicativa para identificar situações em que suas dimensões podem informar sobre efeitos nem sempre positivos da integração social.

A questão é que, em razão das limitações trazidas pelo desenho transversal dos dados utilizados nesta tese, a identificação do efeito desse controle sobre a vitimização é prejudicada. O que se identifica com facilidade é uma correlação estatística entre a declaração de indivíduos que afirmam se sentir mais dispostos a contar com os pares para intervir e as chances dessa mesma pessoa se tornar vítima de crime. Mas, não para todo tipo de crime, mas para os crimes de furto e roubo, mais comuns em regiões com mais alto poder de atratividade pelo padrão de vida dos moradores.

A ausência de efeito significativo do controle social sobre os crimes de agressão destaca outra faceta da relação entre vizinhanças e crime na América Latina: ou seja, a constante presença de atores institucionais ligados ao poder público

fomentando essas iniciativas de controle social. Isso torna difícil a reflexão a respeito de iniciativas autônomas de controle, como tomar uma providência pessoalmente para resolver o problema de uma briga que é deflagrada nas proximidades de casa. Um chamado à central de atendimento da polícia é o ato mais comum em uma situação como essa, porém, sabe-se que a confiança em instituições como a polícia também não floresce na região. O pluralismo das violências encarnadas nas relações sociais, econômicas e políticas no Brasil e outros países latino-americanos faz com que, por vezes, essa proximidade com atores institucionais, ou pelo menos a constante demanda por sua intervenção, se dê às custas da autonomia comunitária, principalmente em bairros populares.

Não causa surpresa que o controle social informal, segundo o indicador de Eficácia Coletiva, ganhe contornos mais vibrantes para pessoas e regiões com maior nível socioeconômico, onde as respostas institucionais são mais eficientes e baseadas em uma relação menos violenta do que aquela estabelecida nas periferias. A polícia que sobe o morro não é a mesma que atende os bairros nobres das grandes cidades e, nessa última, seu papel tende a ser o de auxiliar na resolução de problemas que afligem os moradores, enquanto entre os primeiros é a desconfiança o que marca as relações.

Mas, qual o impacto disso na investigação da eficácia coletiva na América Latina? De acordo com os resultados deste trabalho, a principal consequência seria a separação entre coesão social e controle social. Longe de representarem resultados definitivos, principalmente pelas características dos dados utilizados, os resultados deste trabalho motivam reflexão acerca não apenas da pertinência do modelo da eficácia coletiva como ferramenta explicativa da criminalidade, medo ou vitimização. O fenômeno do crime urbano, principalmente observado sobre a óptica local, das vizinhanças, é complexo e ganha contornos bastantes específicos quando a dinâmica dos grupos sociais presentes naquele cosmo é observada no seu desenrolar cotidiano (WHITE, 2005). Isso se torna ainda mais complexo quando são discutidos problemas de segurança pública como o elevado nível de homicídios ou outros crimes violentos, em que os processos sociais que geram os conflitos são extremamente complexos, deixando à população pouco ou nenhum espaço para a intervenção (BEATO & ZILLI, 2012; CRUZ, 2010; SILVEIRA, 2007).

O modelo de regressão ajustado para a estimação das dimensões da eficácia coletiva indicou de maneira clara que cada uma dessas dimensões está associada a comunidades com características estruturais distintas, principalmente, quando o a

troca de favores é observada como mais uma dimensão do capital social. Sabendo-se que os crimes também se distribuem no espaço em função dessas características estruturais, a saber, vulnerabilidade sociodemográficas e outras de natureza estrutural, a avaliação dos efeitos da eficácia coletiva por meio de indicadores criminais torna-se enviesada.

O risco que se corre ao discutir a eficácia coletiva em termos de redução de crimes ou melhora dos indicadores de desordem social ou física é o reforço da noção de que os bairros populares serão sempre desorganizados ou pouco eficazes, mesmo que sejam bastante organizados e mantenham mecanismos de intervenção sobre os problemas contra os quais é possível lutar, afinal de contas, nas palavras de Penglase (2014), é preciso saber viver em comunidades no Brasil. Saber viver é identificar as brigas que vale brigar, as lutas que já não estariam perdidas de antemão e as maneiras mais adequadas de intervir, quando pertinente.

Essas estratégias se adaptam conforme o perfil do bairro. Os centrais, marcados por crimes contra o patrimônio, possuem lideranças fortes entre os comerciantes, os quais buscarão apoio das forças policiais de áreas. Bairros que abrigam as residências de moradores com mais alta renda e escolaridade, alvo de arrombamentos, por exemplo, contarão com suas associações e outros órgãos de representação para acionar o poder público e pedir a instalação de câmeras. Caso não funcione, sempre há um conhecido ou amigo de morador trabalhando nas agências de interesse. Nos bairros, vilas e favelas com grande concentração de desvantagens os grupos armados tendem a atuar com mais frequência, os homicídios também encontram ali ambiente propício para se desenvolver e a comunidade sabe quais são os problemas para os quais sua mobilização terá resposta. Projetos e programas sociais de prevenção primária, lutas por mais infraestrutura e melhoramentos urbanos e outras ações são práticas relevantes e muito frequentes nessas comunidades.

Do que foi apresentado acima é possível concluir que a conduta dos jovens envolvidos com os grupos armados dificilmente será alvo de intervenção direta da população. E, ao constatar isso, os argumentos sobre o modelo de democracias latino-americanas, com ênfase para aquele do pluralismo violento destaca porque os limites da eficácia coletiva, ainda que não exclusivamente observados nos países como México e aqueles nas Américas Central e do Sul, são observados com mais intensidade em nossa região. A violência dos grupos criminosos e das instituições de segurança pública fazem com que as comunidades se adaptem a uma configuração social também violenta. Essa é uma tendência observadas em diversas regiões de

uma grande cidade, desde os bairros mais tradicionais (CALDEIRA, 2000) até as periferias urbanas (PENGLASE, 2014). A população se adapta ao medo, à desconfiança e à insegurança trazida por um cenário em que os conflitos interpessoais podem se transformar em crimes mais graves por meio da arma de fogo em posse de jovens envolvidos com crimes. Ela também muda seus hábitos quando gesto mal interpretado durante um assalto ou uma abordagem policial podem custar a própria vida. Enfim, a violência condiciona as interações sociais e não seria diferente com os mecanismos de mobilização social e política.

A construção das relações sociais e, principalmente, das estratégias de intervenção em bairros, vilas, favelas e quaisquer outras comunidades no Brasil se definem a partir do espectro de ação interpretado pelos moradores como possível e capaz de fazer a diferença para os problemas que os afetam de fato. Tanto os problemas quanto as estratégias podem variar muito em uma cidade, mais ainda no Brasil, o que dizer então de um país para outro. Isso não implica desarticulação ou ineficácia da população e seus grupos e associações comunitárias. Implica sim, uma resposta adaptativa à violência do contexto. A supervisão de jovens é sim uma grande preocupação, principalmente daqueles mais próximos, com os quais são estabelecidos vínculos mais intensos, porém, os limites dados pela insegurança restringem as possibilidades de intervenção.

Nesse ponto, a participação institucional e o apoio do poder público ganha destaque, diversificando os laços sociais e a informação em circulação em comunidades é possível lidar de maneira mais estratégica com os problemas locais e, assim, contribuir para melhorar a vida das pessoas. A grande questão é que como bem pontuaram Arias e Goldstein (2010) a violência também está presente nas instituições públicas que em muitas situações se apresentam de maneira autoritária na construção de intervenções em bairros e vizinhanças no país. O controle social informal desenvolvido nos bairros e vizinhanças brasileiras não parece obedecer ao modelo sugerido pela abordagem da eficácia coletiva, pelo menos não no sentido de reduzir o crime. A identificação dos problemas locais e a resposta oferecida a eles geralmente passa pela vinculação institucional e pela abertura de janelas de oportunidades entre a articulação comunitária e política. Isso pode atuar sobre o crime, mas, não da maneira direta como sugere a teoria.

Por outro lado, a coesão social, vista pelo viés da densidade dos laços e caracterizada tanto por interdependência quanto pela cordialidade e respeito entre vizinhos parece corresponder pouco à capacidade de controle social nesse sentido

público, da intervenção sobre o que ocorre na rua. Os laços que favorecem a intervenção tendem a ser mais estratégicos e serem estabelecidos conforme demanda em momentos específicos, o que a própria teoria da eficácia coletiva já prevê. E, nesse sentido, eles não parecem muito diferentes daqueles que se desenvolvem em áreas mais ou menos bem-sucedidas economicamente. Neste modelo, moradores com uma percepção positiva acerca de suas vizinhanças tendem a apresentar menores chances de vitimização, tanto para crimes contra a pessoa quanto para crimes contra o patrimônio. A chave para a identificação do comportamento tão distinto entre os resultados internacionais e nacionais acerca da vitimização parece mesmo ser a construção de medidas que captem necessidades estruturais supridas pelas relações interpessoais, como acontece com o nosso indicador de troca de favores. Esse está relacionado de maneira intensa a moradores de área com maior privação econômica e, por conseguinte, menor capacidade de controle social informal, e mais crimes contra a pessoa.

A consequência disso é a nossa principal conclusão a respeito do paradoxo latino da eficácia coletiva. A coesão social, distribuída de maneira desigual no território e, portanto, mais expressiva em comunidades mais pobres é uma realidade. Porém, é importante destacar a diferença entre interdependência e os laços sociais de amizade e a confiança. Um fenômeno pode estar associado ao outro, ou seja, a interdependência gera vínculos sociais de afeto, por exemplo. Contudo, tais fatores não se resumem entre si e a comparação entre as medidas de coesão social e troca de favores indicaram isso. Porém, isso não é diferente em qualquer lugar do mundo e os resultados do PHDCN utilizando dados parecidos com esses, indicaram semelhante tendência (CERDÁ, MORENOFF *et al* 2008).

O paradoxo realmente se desenvolve nas condições para o desenvolvimento de intervenção comunitária. A diversidade socioeconômica, de demandas estruturais e a violência da criminalidade armada faz com que o controle social informal dependa de muitos outros fatores que não apenas a capacidade de mobilização dos vizinhos e se manifesta a partir de problemas bem diferentes daqueles discutidos por Sampson e seus colegas. Crianças matando aula ou jovens conversando na rua não representam problemas que despertem a organização local tanto quanto a violência policial em um aglomerado de Belo Horizonte, mas podem afetar diretamente um condomínio de moradores em São Paulo. Isso faz com que ao contrário de captar organização social, o conceito tenda a, mais uma vez, captar desigualdade social, econômica e de acesso a serviços de qualidade refletida em segregação espacial. Comunidades eficazes,

assim consideradas pelo nível de engajamento contra o crime e a desordem, seriam sempre as mais ricas e organizadas (no sentido de Shaw & McKay).

O desafio teórico da Eficácia Coletiva é, assumir que para a investigação da vida em comunidade, nem os efeitos esperados da intervenção, tampouco as áreas para a qual cada comunidade direciona seus esforços são questões dadas de antemão. Fazendo esforço para não cair em uma particularização exagerada que impede a comparação entre comunidades, é fundamental que se discuta com mais detalhes as maneiras como as características do tecido social comunitário podem contribuir para o tipo de ordem social estabelecida ali. E essa construção pode obedecer a padrões menos normativos, reconhecendo a capacidade de organização social em comunidades onde o modelo tradicional só identificaria desorganização social.

A saída para lidar com os paradoxos, muito menos locais e mais gerais, próprios do desenho da abordagem da Eficácia Coletiva, talvez seja ampliar o escopo analítico, contemplando a possibilidade de que os arranjos comunitários conduzam a mais qualidade de vida por meio de caminhos menos padronizados. Comunidades com baixo Controle Social Informal podem se organizar para reduzir a criminalidade por meio de outras estratégias de mobilização? A apropriação do tema por outros trabalhos com disposição para discutir efeitos de vizinhança, Eficácia Coletiva e, em última instância, Desorganização Social podem contribuir para responder a tais questões.

Na perspectiva metodológica, principalmente na pesquisa quantitativa, o principal desafio talvez seja a formulação de levantamentos que sejam sensíveis às diferentes nuances da Eficácia Coletiva, mas principalmente, na dimensão do controle social informal. Sabe-se quão dispendiosa (do ponto de vista financeiro e de qualidade da informação) pode ser a inclusão de uma única questão em uma pesquisa amostral. Porém, são esforços válidos aqueles que buscarem problematizar tanto as tarefas sobre as quais haveria expectativa de intervenção, nos moldes de Wickes (2013), quanto os tipos de resposta comunitária ao problema. Talvez, intervir diretamente ou procurar a polícia não seja a estratégia mais utilizada por comunidades marcadas pelo medo, insegurança e um certo ceticismo legal. Mas, podem haver outras ações com maior ou menor coordenação local orientada para lidar com tais problemas.

Para o Brasil, especificamente, a agenda para os estudos de vizinhança em uma perspectiva quantitativa, além de enfrentar os desafios já descritos ao longo deste

trabalho, inclui a construção de pesquisas amostrais com desenho que se adeque melhor aos conceitos de vizinhança e comunidade. Uma das grandes limitações deste trabalho, sem dúvida, é a utilização das informações de setores censitários como dados de vizinhança quando esses são definidos com base em critérios muito técnicos e, reunindo um grupo pequeno de domicílios.

Nesse sentido, a utilização de uma pesquisa nacional de vitimização, mesmo trazendo muitas vantagens a um desenho de investigação como este, é fonte de limitações. Isso porque a população a ser coberta é tão grande a ponto de que, mesmo com desenho representativo de setores censitários, o número de questionários aplicados nessas áreas seja muito pequeno, dificultando a construção de modelos mais elaborados como aqueles hierárquicos com mais efeitos aleatórios. O ideal seria o investimento em pesquisas nacionais regulares e em outras locais, onde possam ser investigados em detalhes efeitos como aqueles de vizinhança.

Finalmente, não apenas encerrando a discussão sobre os próximos desafios metodológicos, mas fechando o trabalho, é fundamental argumentar em favor de uma análise dos efeitos de comunidade ou vizinhança que siga em direção a problematizar a participação das características contextuais. Por muito tempo, a pergunta que norteou esses esforços foi a respeito de se haveria ou não efeitos de vizinhança sobre o fenômeno do crime. Ao que tudo indica, essa fase já se apresenta como concluída e, sim, já se sabe que o lugar conta (SHARKEY & FABER, 2014). A questão é compreender como o lugar conta e, para tal, será necessário, cada vez mais problematizar a distribuição e a interação entre categorias de análise como coesão social, controle social informal, laços sociais e eficácia coletiva. Seja pela construção de análises desenhadas por meio de novos indicadores quantitativos, da inserção de outras unidades de análise também comunitárias (como escolas) ou da articulação da perspectiva quantitativa amostral a outras metodologias como a etnografia e o levantamento de dados em redes, o caminho para a manutenção de achados interessantes nessa área é a ampliação do campo para além de uma visão normativa e, portanto, restritiva da organização social. Caminhando em direção a um movimento que acolhe a diversidade de padrões de organização comunitária e, assim, os processos sociais, mais que uma prescrição sobre a boa comunidade, a sociologia do crime pode avançar e construir um conhecimento cada vez mais sólido em torno das comunidades e sua capacidade de contribuir para a qualidade de vida e o bem-estar de seus moradores.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, A. V. 2012. "La Eficacia Colectiva como estrategia del control social del espacio barrial: evidencias desde Cuernavaca, México", *Revista de INVI*. v. 27, n. 74: 187-215.
- ANDRADE, D. F; TAVARES, H. R., VALLE, R. C. 2000. *Teoria da Resposta ao Item: Conceitos e Aplicações*. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística.
- ARIAS, E. D. 2008. "Faith in our Neighbors: Networks and Social Order in Three Brazilian Favela". *Latin American Politics and Society*, 46, 1.
- ARIAS, E. D.; DAVIS RODRIGUES, C. 2006. "The myth of personal security: criminal gangs, dispute resolution, and identity in Rio de Janeiro's favelas". *Latin American Politics and Society*, 48, 4.
- ARIAS, E. D.; GOLDSTEIN, D. M. (org.) 2010. *Violent Democracies in Latin America*. Durham: Duke University Press.
- AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. 2010. Democracia, participação e instituições híbridas. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *Controle público e democracia*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 16-41.
- BAUMER, Eric P. 2002. "Neighborhood disadvantage and police notification by victims of violence". *Criminology*; v. 40, n. 3: 579-616.
- BEATO, C. 2012. *Crime e Cidades*. Ed. UFMG.
- BEATO, C.; ZILLI, L. F. 2012. "A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso". *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 27, p. 71-88.
- BEATO, C. et al. 2001. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cad. Saúde Pública*, vol.17, no.5, p.1163-1171. ISSN 0102-311X
- BELLAIR, P. E. 2000. "Informal surveillance and street crime: a complex relationship". *Criminology*. v.38, n. 1, (February, 2000): 137-170.
- BISTAFFA, B. C. 2010. Incorporação de indicadores categóricos ordinais em modelos de equações estruturais. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto de Matemática e Estatística – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.
- BLAU, J. R.; BLAU, P. M. 1982. "The cost of inequality: metropolitan structure and violent crime". *American Sociological Review*. v. 47: 114-129
- BORGES, D. 2014. Uma análise comparativa do impacto dos fatores individuais e de vizinhança sobre os riscos. *Interseções (UERJ)*, v. 16, p. 379-408, 2014.
- BORGES, Doriam. 2011. *O Medo do Crime na Cidade do Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva das crenças de perigo*. Rio de Janeiro: UERJ.
- BRASIL. 2005. Resolução do Presidente nº 1, de 25 de fevereiro de 2005. Altera a caracterização do Sistema Geodésico Brasileiro.
- BRONZO, Carla. 2005. Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- BOURDIEU, P. 1983., *Las Formas de Capital*. Lima: Piedra Azul.

- BRICEÑO-LEÓN, R. 2005. "Urban violence and public health in Latin America: A sociological explanatory framework." *Cadernos de Saúde Pública*. v. 21, n. 6: 1629-1664.
- BROWNING, Christopher R., FEINBERG, Sethl., DIETZ, Robert. 2004. "The Paradox of Social Organization: Networks, Collective Efficacy, and Violent Crime in Urban Neighborhoods". *Social Forces*. v. 83. p: 503-534.
- BRUNTON-SMITH, Ian; STURGIS, Patrick. 2011. "Do neighborhoods generate fear of Crime? An empirical test using the British crime survey". *Criminology*. 44, (2): 331-369).
- BRYK, Anthony S.; RAUDENBUSH, Stephen W. 1992. *Hierarchical Linear Models*. Sage Publications, Inc.
- BURSIK, Robert J. 1988. "Social Disorganization and theories of crime and delinquency: problems and prospects." *Criminology* 26:519-551.
- BURSIK, Robert J.; GRASMICK, H.G. 1993. *Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control*. New York, NY: Lexington Books.
- BURT, Ronald S. 2001. "Structural Holes versus Network Closure as Social Capital." Pp. 31-56 in *Social Capital: Theory and Research*, edited by Nan Lin, Karen S. Cook, and Ronald S. Burt. New York: Aldine de Gruyter.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.
- CALDEIRA, Teresa; HOLSTON, James. *Democracy, law and violence: disjunctions of Brazilian citizenship*. 1998. In AGÜERO, Felipe & STARK, Jeffrey (coord.). "Fault lines of democracy in post-transition Latin America". Miami: North-South Center Press.
- CANACHE, D., and Allison, M.E. 2005. "Perceptions of political corruption in Latin American democracies." *Latin American Politics and Society*. v. 47, n.3:91-111.
- CANO, I; DUARTE, T. *No sapatinho. A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]*. 1º.ed, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2012, 151p.
- CANTOR, David.; LYNCH, James P. 2000. "Self-Report Surveys as measures of crime and criminal victimization" In D. Dufee (Ed) *Measurement and Analysis of crime and justice*, Vol. 4. Washington DC.: US Department of Justice, Office of Justice Programs, National Institute of Justice.
- CARNEIRO, Leandro Piquet. 2007. "Pesquisas de Vitimização e Gestão da Segurança Pública". *São Paulo em Perspectiva*. v. 21. n. 1: p. 60-75.
- CARR, Patrick. 2003. *The new parochialism: the implications of the beltway case for arguments concerning informal social control*. *The American Journal of Sociology*, May 2003 v.108 i6: 1249-1293.
- CATÃO, Yolanda. 2008. "Pesquisas de vitimização: notas metodológicas". *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo: p. 82-87.
- CENTRO DE EXCELENCIA PARA INFORMACIÓN ESTADÍSTICA DE GOBIERNO, SEGURIDAD PÚBLICA, VICTIMIZACIÓN Y JUSTICIA. 2013. *Inventario de Encuestas de Victimización en América Latina y el Caribe*. México: CdE. 24p.
- CERDÁ, M., MORENOFF, J., Duque, L. F. and BUKA, S. L. 2008. "The limits of collective efficacy: Investigating the influence of neighborhood context on levels of violence", Paper presented at the American Sociological Association Annual Meeting, Boston.

- COELHO, E. C. 1978a [2005]. "A Ecologia do Crime". In: COELHO, Edmundo Campo (2005). *A Oficina do Diabo e outros Estudos sobre Criminalidade*. Rio de Janeiro: Record. Escritos póstumos organizados por Magda Prates Coelho.
- COELHO, E. C.. 1978b [2005]. "Da criminalização da marginalidade à marginalização da criminalidade." *Revista de Administração Pública*. v. 12, n. 2, abr./jun. p.139-61.
- COELHO, E. C. 1980. Sobre sociólogos, pobreza e crime. In: *Dados: Revista de Ciências Sociais*. V.23, n.3, p.377-383.
- COHEN, Lawrence, Marcus FELSON, Kenneth C LAND. 1980. "Property Crime Rates in the United States: A macrodynamic Analysis, 1947-1977". *American Journal of Sociology*, v.86, n.1:90-119.
- COLEMAN, J. S. 1988, "Social Capital in the Creation of the Human Capital". *American Journal of Sociology*, 94, (supp.): S95 – S120.
- CONVERSE, J. M.; PRESSER, Stanley. 1986. *Survey Questions: Handcrafting the Standardized Questionnaire*. Beverly Hills: Sage.
- COUTO, V. A.; BEATO FILHO, C.C. 2013. O Fenômeno Criminal Chamado Milícia: Práticas Criminais Sob Uma Análise de Redes Sociais. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia.
- CRUZ, W. J. A. 2010. Os entraves para o surgimento da eficácia coletiva: um estudo de casos em aglomerado de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- CULLEN, Francis T.; AGNEW, Robert (org.). 2006. "Criminological Theory: past to present – essential readings". Los Angeles: Roxburt Publishing Company.
- DURKHEIM, E. 1983. As formas elementares da vida religiosa (Introdução e Conclusão). In: Durkheim - Coleção Os pensadores. 2a ed. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. 1989. A solidariedade devida à divisão do trabalho ou orgânica, Outra prova do que precede e Preponderância progressiva da solidariedade orgânica e suas consequências. A divisão do trabalho social. 3. ed. Lisboa: Presença, 2v, 1893
- ELIAS, Norbert. 1994. Problemas da Autoconsciência e da Imagem do Homem. In.: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ESCOBAR, Gipsy. (2012). Using Social Disorganization Theory to understand the spatial Distribution of Homicide in Bogota, Colombia. *Revista INVI*. 74 (27), p. 21-85.
- FELTRAN, G. S.. (2010). Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova (Impresso)*, p. 201-233.
- FLETCHER, P.R. 1998. *À Procura do Ensino Eficaz*. Ministério da Educação e Cultura, Departamento da Avaliação da Educação Básica, Rio de Janeiro.
- FRENCH, Jan Hoffman. 2013. Rethinking Police Violence in Brazil: Unmasking the Public Secret of Race. *Latin American Politics and Society*, v. 55, n. 4, p. 161-181.
- FREIRE, Moema D. 2009. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 3, edição 5, p. 100-114
- FREITAS, Renan Springer.; RIBEIRO, Ludmila (2014) "Some Current Developments in Brazilian Sociology of Crime: Towards a Criminology?". *International Journal of Criminology and Sociology*. V3, 175-185.
- GRANOVETTER, Mark. S. 1973. "The Strength of Weak Ties". *American Journal of Sociology*, 78:1360-80.

- GOLDSTEIN, Herman. 1990. *Problem-Oriented Policing*. New York: McGraw Hill.
- HAIR, Joseph F., Rolph E. ANDERSON, Ronald. L. TATHAM; William C. BLACK. . 2005. "Análise Multivariada de Dados". 5. ed. Porto Alegre: Bookman
- HUNTER, A. J. 1985. "Private, Parochial and Public School Orders: The problem of Crime and Incivility in Urban Communities" Pp. 230-242 in *The Challenge of Social Control: Citizenship and Institution Building in Modern Society* , edited by General D. Suttles and Mayer N. Zald. Norwood, NJ: Ablex Publishing.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. 2011. *Encuesta Nacional de Victimización y Percepción sobre Seguridad Pública 2011 - E N V I P E*: Marco conceptual. México: INEGI. 65p.
- KORNHAUSER, Ruth Rosner. 1978. *Social Sources of Delinquency: An Appraisal of Analytic Models*. Chicago: University of Chicago Press.
- KUBRIN, C. E. and WO, J. C. (2015) *Social Disorganization Theory's Greatest Challenge*, in **The Handbook of Criminological Theory** (ed A. R. Piquero), John Wiley & Sons, Inc, Hob
- LAVRASKAS, Paul J. 2008. *Encyclopedia of Survey Research Methods*. Sage: Thousand Oaks, CA.
- LEEDS, Elizabeth. 1998, "Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira", in Alba Zaluar e Marcos Alvito, *Um século da favela*, Rio de Janeiro, FGV
- LONG, J. S. and FREESE, J. 2006. *Regression Models for Categorical and Limited Dependent Variables Using Stata*, Second Edition. College Station, TX: Stata Press.
- LIMA, Renato Sérgio; BORGES, Doriam. 2014. "Estatísticas criminais no Brasil". In: Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghringhelli de Azevedo (org.). *Crime*,
- LIMA, Renato Sérgio. 2005. *Contando Crimes e Criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.
- MATSUEDA, Ross L. 2015. "Social Structure, Culture, and Crime: Assessing Kornhauser's Challenge to Criminology". In.: CULLEN, F. T. et al. *Challenging Criminological Theory: The Legacy of Ruth Rosner Kornhauser*. Transaction Publishers. ISBN 9781412855358.
- MINGOTI, Sueli Aparecida. 2005. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. 2007. *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária*. Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Pública.
- NUÑEZ, Javier, Ximena TOCORNAL, y Pablo HENRIQUEZ. .2012. "Determinantes individuales y del entorno residencial en la percepción de seguridad en barrios del gran Santiago, Chile", *Revista de INVI* Vol. 27 N°74 pp. 87-120.
- O'DONNELL, Guillermo A. 1998. *Polyarchies and the (Un)rule of Law in Latin America*, Notre Dame, University of Notre Dame.
- OLAVARRÍA, Mauricio, Ximena TOCORNAL, Liliana MANZANO y Hugo FRÜHLING. .2008.. "Crimen y violencia urbana. Aportes de la ecología del delito al diseño de políticas públicas", *Revista de INVI* Vol. 23 N°64 pp. 19-59.

- OLAVARRIA-GAMBI, Mauricio. 2006. "El crimen en Chile : una mirada desde las víctimas". Santiago de Chile: RIL Editores. 116 p.
- OLIVEIRA, V. C.; BAUMER, E. P.; RODRIGUES, C. D. 2015. "Quem chama a Polícia?" Análise do efeito das características socioeconômicas sobre a reportagem de crimes violentos. Trabalho apresentado no XVII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Porto Alegre/RS.
- OLIVEIRA, V. C., Corinne Davis RODRIGUES .2013. "Desorganización, vecindarios y la intervención del control social", *Estudios Sociológicos*. n. 93 (Sep-Dec, 2013).
- PAIXÃO, A. L. 1983. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: Pinheiro, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense. doi: 10.1002/9781118512449.ch7
- PAIXÃO, A. L. 1995: Crime, controle social e a cultura oficial da sociologia, in: *Sociedade e Estado*, Vol. 10, No. 2, pp. 513-521.
- PAIXÃO, A. L. 1986. Políticas Públicas de Controle do Crime e Estatísticas Oficiais de Criminalidade: notas Preliminares. Anais. Seminário "Sociedade, Violência o Polícia" Fundação Joaquim Nabuco - Recife -14 e 15 de agosto de 1986
- PAIXÃO, A. L.; BEATO, C. C. B. 1997. "Crimes, Vítimas e Policiais". *Tempo Social*. São Paulo. 9 (1): p. 233-248.
- PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W.:. 1984. (Ed.).*The city*. University of Chicago Press.
- PENGLASE, R. B. 2014. *Living with Insecurity in a Brazilian Favela: Urban Violence and Daily Life*. New Brunswick: Rutgers University Press. 224 pp.
- PRATES, Antônio Augusto Pereira. 2009. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. *Rev. Adm. Pública*, Out, vol.43, no.5, p.1117-1146. ISSN 0034-7612
- PUTNAM, Robert. 2000. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- RABE-HESKETH, Sophia e SKRONDAL, Anders. 2008. *Multilevel and Longitudinal Modeling Using Stata*. Texas, Stata Press Corporation.
- RIBEIRO, L. M. L; OLIVEIRA, V.C. 2013. "Quando o Estado é o perpetrador da violência: Uma análise das vitimizações ocasionadas pela Polícia Militar". *Latitude*, Vol. 7, nº 2, pp. 219-243.
- RODRIGUES, C. D. 2006. "Civil Democracy, Perceived Risk and Safety in Brazil: an Extension of the Systemic Social Control Model". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 605.
- RODRIGUES, C. D.; OLIVEIRA, Valéria Cristina de. 2012. "Medo de crime, integração social e desordem: uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de Minas Gerais". *Teoria & Sociedade*. 20.2. Julho-Dezembro-2002. 156-184.
- RUIZ PÉREZ, J. I. .2010. Eficacia Colectiva, cultura ciudadana y victimización: un análisis exploratorio sobre sus relaciones con diversas medidas del miedo al crimen. *Acta Colombiana de Psicología*; 2010, Vol. 13, no. 1: 103-114
- SAMPSON, Robert J. 1986. "Crime in Cities: The Effects of Formal and Informal Social Control." Pp. 271-311 In *Crime and Justice*, Vol. 8, edited by Albert Reiss and Michael Tonry. Chicago: University of Chicago Press

SAMPSON, Robert J. 2000. "Whither the Sociology study of crime?". *Annual Review of Sociology*. 24, p.711-714.

SAMPSON, Robert J. 2012. *Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect*. University of Chicago Press.

SAMPSON, Robert J., MORENOFF, Jeffrey D.; EARLS, Felton. 1999. "Beyond Social Capital: Spatial Dynamics of Collective Efficacy for Children". *American Sociological Review*, 64, 5: 633-60.

SAMPSON, Robert J., William J. WILSON. 1995. "Toward a Theory of Race, Crime and Urban Inequality" In.: CULLEN, Francis T.; AGNEW, Robert (editors) (2006). *Criminological Theory: past to present – essential readings*. Los Angeles: Roxburt Publishing Company.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. 1989. "Community Structure and Crime: Testing Social- Disorganization Theory." *American Journal of Sociology* 94: 774-802.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. 1997. "Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy". *Science*, 277, (August 15): 918-24.

SAMPSON, Robert; BARTUSCH, Dawn J. 1998. Legal cynicism and (subcultural?) tolerance of deviance: the neighborhood context of racial differences. *Law and Society Review*, n. 32: 777-804.

SCHNEIDER, C.Q. 2003. "Prospects for the consolidation of Latin American democracies: Rethinking the role of corruption and institutional trust." *Sociologia, Problemas e Práticas* 42:65-90.

SELIGSON, M. 2003 "The impact of corruption on regime legitimacy: A comparative study of four Latin American countries." *Journal of Politics* 64(2):408-433.

SHARKEY, P.; FABER, J. W. (2014) "Where, When, Why, and for Whom do residential contexts matter? Moving away from the Dichotomous understanding of neighborhood effects". *Annual Review of Sociology*. 40, p.559-579.

SHAW, C. e MCKAY, H. H.. 1942. *Juvenile Delinquency in Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press.

SILVA, B. F. A. 2012. "Desorganização, Oportunidade e Crime: Uma Análise 'Ecológica' dos Homicídios em Belo Horizonte". Belo Horizonte: UFMG. 175p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, G F. ; BEATO, C. C. . 2013. *Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual*. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 19, p. 118-153.

SILVEIRA, A. M. 2007. *Prevenindo homicídios: avaliação do programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte*. 278 pp. Tese de doutorado - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

SNELL, C. 2001. *Neighborhood Structure, Crime, and Fear of Crime: A Test of Bursik and Grasmick's Systemic Neighborhood Control Theory*. Nova York: LFB Scholarly Publishing LLC.

TAYLOR, R. B.; HARRELL, A. 1996 *Physical environment and crime*. Washington: National Institute of Justice.

TAYLOR, Ralph B. 2010. "Communities, Crime, and Reactions to Crime Multilevel Models: Accomplishments and Meta-Challenges". *Journal of Quantitative Criminology*. 26, (4). 455-466.

TRUMAN J.; PLANTY, M. 2011. "Criminal Victimization, 2011". U.S. Department of Justice

UMBELINO, Glauco; BARBIERI, Alisson (2008), "Metodologia para a compatibilização de setores censitários e perímetros urbanos entre os censos de 1991, 2000 e 2010". Pesquisado em 20 de Janeiro de 2016. Disponível em:
http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1090.pdf

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. 2010. *Manual on Victimization Surveys*. Genebra: Nações Unidas. *Victimización y Percepción sobre Seguridad Pública 2011 - E N V I P E: Marco conceptual*. México: INEGI. 65p.

VILLARREAL, Andreas; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves. 2006. 'Social Cohesion, Criminal Victimization and Perceived Risk of Crime in Brazilian Neighborhoods', *Social Forces*, 84: 1725–53.

WHITE, William Foote (2005). *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, [1943]

WICKES, Rebecca, HIPPIE, John, SARGEANT, Elise. HOMEL, Ross. 2013. Collective Efficacy as a task specific process: Examining the relationship between social ties, neighborhood cohesion and the capacity to respond to violence, delinquency and civic problems. *American Journal of Community Psychology*, v. 52: 115-127.

WOLFGANG, Marvin. 1958. *Patterns in Criminal Homicide*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

ZALUAR, Alba (1994a). *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense.

ZALUAR, Alba (1994b). *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ e Revan.

ZALUAR, Alba (1999) "Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização". *São Paulo em Perspectiva*, 13(3) 1999.

ZALUAR, Alba. RIBEIRO, Ana Paula Alves. 2009. *Teoria da Eficácia Coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca*. *Novos estudos - CEBRAP*, no.84, p.175-196. ISSN 0101-3300

APÊNDICE A - VARIÁVEIS INCLUÍDAS NOS MODELOS DAS ETAPAS 1, 2 E 3

Descrição das variáveis nos modelos das Etapas 1, 2 e 3

Variáveis Resposta

Unidade de Análise	Variável	Classificação	Métrica	Descrição
Indivíduo ou Domicílio	Vitimização por Crimes contra o Patrimônio	Resposta - Etapa 1	Binária	Vitimização por Roubo ou Furto de objetos em Geral na vizinhança
	Vitimização por Crimes contra a Pessoa	Resposta - Etapa 1	Binária	Vitimização por Agressões Simples ocorridas na vizinhança nos últimos 12 meses Amedrontamento ou perseguição Batida, empurrão ou chute Vitimizção por Agressões Graves ocorridas na vizinhança nos últimos 12 meses. Ameaça com faca ou arma de fogo Espancamento ou tentativa de estrangulamento Esfaqueamento ou tiro

Variáveis de Interesse

Unidade de Análise	Variável	Classificação	Métrica	Descrição
Vizinhança (Setor Censitário)				Método: Construção de escores para as categorias de resposta / Média dos escores das variáveis no índice
	Eficácia Coletiva - Índice Geral	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (0 a 1)	P.146. Pensando na sua vizinhança: As pessoas daqui são dispostas ajudar seus vizinhos As pessoas nesta vizinhança são muito unidas Pode-se confiar nas pessoas nesta vizinhança
	Eficácia Coletiva - Índice de Coesão Social	Explicativa - Etapa 1 Resposta - Etapa 2	Quantitativa (0 a 1)	P.145. Pensando na sua vizinhança, o(a) Sr(a) diria que pode contar com seus vizinhos para tomar alguma providência se Observar jovens matando aula e ficando à toa na rua Observar jovens depredando prédios Observar jovens faltando com respeito a um adulto Observar uma briga que começou na frente da sua casa
	Eficácia Coletiva - Índice de Controle Social Informal	Explicativa - Etapa 1 Resposta - Etapa 2	Quantitativa (0 a 1)	Método: Análise Fatorial - Componentes Principais (Correlação Policórica) P.146.
	Eficácia Coletiva - Coesão Social Alternativa Troca de Favores	Explicativa - Etapa 1 Resposta -	Quantitativa (0 a 1)	Método: Análise Fatorial - Componentes Principais (Correlação Policórica) P.145. P.144. Algum vizinho costuma pedir ajuda ou favores

Unidade de Análise	Variável	Classificação	Métrica	Descrição
		Etapa 2		como:
				Cuidar de alguém (criança, idoso, doente, pessoa com deficiência, etc) Tomar conta da casa enquanto ele não está Tomar conta do carro enquanto ele não está Alimentar ou cuidar de algum animal doméstico
				Método: Análise Fatorial - Componentes Principais (Correlação Policórica)
	Eficácia Coletiva – Coesão Social Alternativa Conhece/Confia nos vizinhos	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (0 a 1)	P.141. Em relação aos seus vizinhos, o(a) Sr(a) diria que: Não conhece nenhum Conhece alguns Conhece muitos Conhece todos ou quase todos. P.142. Com relação aos seus vizinhos, o(a) Sr(a) diria que: Não confia em nenhum deles Confia em alguns deles Confia na maioria deles.

Variáveis Moderadoras

Unidade de Análise	Variável	Classificação	Métrica	Descrição
				Método: Análise Fatorial - Componentes Principais
				P.170. De uma maneira geral, em se tratando da POLÍCIA MILITAR o(a) Sr(a): Confia muito/Confia um pouco/Não confia
Indivíduo ou Domicílio	Índice Avaliação Negativa do trabalho da Polícia Militar	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (0 a 1)	P.171. Agora vou citar algumas frases e para cada frase eu gostaria que o(a) Sr(a) me dissesse se (0)Concorda, (1) Nem Concorda nem discorda ou (2) Discorda? Os PM sabem como agir em situações de risco e perigo Os PM atendem as pessoas com cortesia, rapidez e segurança Os PM abordam suspeitos de forma segura e dentro da lei
				Método: Análise Fatorial - Componentes Principais
	Índice de Percepção de risco	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (0 a 1)	P.163. Pensando na sua vizinhança, o(a) Sr.(a) teme: Ser assaltado(a)/Ser vítima de sequestro/Ser vítima de sequestro relâmpago/ Ser vítima de agressão sexual
Vizinhança (Setor Censitário)	Favela	Explicativa - Etapa 1 e 2	Binária	Setores Censitários subnormais (1)/ Outros Setores Censitários (0)
	Índice de Vulnerabilidade Sociodemográfica	Explicativa - Etapa 1 e 2	Quantitativa (0 a 1)	Método: Análise Fatorial - Componentes Principais % de homens com idade entre 10 e 24 anos % de população parda e preta Média de moradores por domicílio particular

Unidade de Análise	Variável	Classificação	Métrica	Descrição
				permanente % de domicílios particulares com rendimento mensal de até ½ salário mínimo per capita %da população residentes analfabeta com idade superior a 15 anos
	Índice de Vulnerabilidade Estrutural	Explicativa - Etapa 1 e 2	Quantitativa (0 a 1)	Método: Análise Fatorial - Componentes Principais % de domicílios não próprios % de domicílios s/ abastecimento de água da rede % de domicílios s/ banheiro exclusivo ou esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial % de domicílios s/ lixo coletado por serviço de limpeza
	Índice de Vulnerabilidade do Entorno	Explicativa - Etapa 1 e 2	Quantitativa (0 a 1)	Método: Análise Fatorial - Componentes Principais % de domicílios sem identificação do logradouro % de domicílios em ruas sem pavimentação % de domicílios em ruas sem bueiro ou boca-de-lobo % de domicílios em ruas com esgoto a céu aberto

Variáveis de Controle

Unidade de Análise	Variável	Classificação	Métrica	Descrição
				Método: Análise Fatorial - Componentes Principais
Indivíduo ou Domicílio	Nível Socioeconômico (NSE)	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (0 a 1)	P.7. Qual é o curso mais elevado que já concluiu? Sem instrução Ensino fundamental incompleto (1º Grau incomp.) Ensino fundamental completo (1º Grau completo) Ensino médio incompleto (2º Grau incomp.) Ensino médio completo (2º Grau completo) Superior incompleto (Universidade / Faculdade incompleto) Superior completo (Universidade / Faculdade completo) Pós-graduação
	Não Branco	Explicativa - Etapa 1	Binária	P.11. Agora gostaria de saber qual é aproximadamente a renda total mensal de todas as pessoas que moram neste domicílio? Até 1 salário mínimo (R\$ 510,00) Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$ 1.020,00) Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 1.530,00) Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2.550,00)] Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 5.100,00) Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 7.650,00) Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 10.200,00) Mais de 20 salários mínimos (R\$ 10.200,01)
	Tempo morando na vizinhança	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (Em meses)	P. 139. Há quanto tempo o Sr(a) mora na sua vizinhança?
	Homem	Explicativa - Etapa 1	Binária	Variável indicadora de sexo (Homem=1/Mulher=0)

Unidade de Análise	Variável	Classificação	Métrica	Descrição
	Solteiro	Explicativa - Etapa 1	Binária	Variável indicadora de Estado Civil (Solteiro, Separado ou Viúvo =1/Casado ou em União consensual=0)
	Jovem (16 a 34 anos)	Explicativa - Etapa 1	Binária	Variável Indicadora de população jovem (Jovem=1/Adulto=0)
	Sul		Binária	
	Nordeste		Binária	
	Centro Oeste	Explicativas Etapa 1 e 2	Binária	Variáveis indicadoras de Região (Ref.: Sudeste)
	Norte		Binária	
	Região Metropolitana		Binária	
	Interior	Explicativa Etapa 2	Binária	Variáveis indicadoras de Natureza do município de residência (Ref.: Capital)
				Método: Análise Fatorial - Componentes Principais
	Índice de Atividades Externas	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (0 a 1)	P.14. Nos últimos 30 dias o(a) Sr(a): Saiu para ir ao cinema Saiu para ir à praia ou parque Saiu para comer fora de casa, sem contar os dias de trabalho Saiu para assistir algum evento esportivo amador ou profissional ao vivo Saiu para praticar alguma atividade esportiva ou física como futebol, basquete, tênis, boliche, natação, aula de dança, ginástica ou fazer caminhada Saiu para ir a algum bar ou casa noturna
				Método: Análise Fatorial - Componentes Principais
	Índice de Medidas de proteção	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (0 a 1)	P.162. Por causa da violência, o(a) Sr(a): Evita sair à noite ou chegar muito tarde em casa? Deixa de ir a alguns locais da cidade? Deixa de ir a certos bancos e caixas eletrônicos? Evita frequentar locais desertos ou eventos com poucas pessoas circulando? Evita locais com grande concentração de pessoas? Evita sair de casa portando muito dinheiro, objetos de valor
				Método: Análise Fatorial - Componentes Principais
	Índice Percepção de desordem social	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (0 a 1)	P.149. Nos últimos 12 meses, pelo que o(a) Sr(a) sabe na sua vizinhança existem: Vendedores ambulantes, camelôs na rua? Flanelinhas ou guardadores de carro? Pessoas vivendo ou dormindo na rua? Pessoas pedindo esmolas ou outro tipo de ajuda na rua?
				Método: Análise Fatorial - Componentes Principais
	Índice de Percepção de desordem física	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (0 a 1)	P.147 Na sua vizinhança existe ou não: Prédios, casas ou galpões abandonados Carros abandonados, arrebentados ou desmontados nas ruas Terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto, cercados ou não

Unidade de Análise	Variável	Classificação	Métrica	Descrição
				Método: Análise Fatorial - Componentes Principais
	Índice de Deficiência de equipamentos públicos	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (0 a 1)	<p>P.148 Como o(a) Sr(a) avalia os seguintes serviços em sua vizinhança ou proximidades (Ótimo(1), Bom(2), Regular(3), Ruim(4), Péssimo (5) ou Não tem (6))</p> <p>Comércio local como mercado, padaria, açougue, farmácia</p> <p>A iluminação das ruas</p> <p>A pavimentação e manutenção das ruas e calçadas</p> <p>Os locais de esporte, cultura e lazer</p> <p>A qtde. de equipamentos coletivos como orelhões, lixeiras</p> <p>A quantidade de transportes públicos como ônibus</p> <p>Policimento em viatura ou moto</p> <p>A quantidade de serviços públicos de saúde</p> <p>A coleta de lixo e entulho nas ruas</p> <p>Organização do trânsito</p> <p>A quantidade de escolas públicas</p>
	% domicílios não próprios	Explicativa - Etapa 1	Quantitativa (0 a 1)	Percentual de domicílios alugados, cedidos ou em outra condição no setor censitário.
Vizinhança (Setor Censitário)	Proporção de domicílios na Área de Ponderação com óbito de jovem no último ano	Explicativa - Etapa 1 e 2	Quantitativa (0 a 1)	Proporção de domicílios na Área de Ponderação que informou óbito de morador com idade entre 15 e 29 anos

APÊNDICE B – PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS DE COESÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL INFORMAL

Parâmetros Estimados na aplicação do modelo de Resposta Graduada da TRI - Controle Social

Informal

Graded response model Number of obs = 77,987
Log likelihood = -289809.11

	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	

p145a4						
Discrim	2.73983	.0208666	131.30	0.000	2.698932	2.780728
Diff						
>=2	-.751009	.0060277	-124.59	0.000	-.7628231	-.7391949
>=3	-.5378262	.0053526	-100.48	0.000	-.5483172	-.5273353
=4	.3363332	.0054464	61.75	0.000	.3256584	.3470079

p145b4						
Discrim	4.564877	.0446264	102.29	0.000	4.477411	4.652343
Diff						
>=2	-.8672642	.005752	-150.78	0.000	-.8785379	-.8559905
>=3	-.7029281	.0051964	-135.27	0.000	-.7131129	-.6927434
=4	-.0098029	.0043154	-2.27	0.023	-.018261	-.0013449

p145c4						
Discrim	4.795487	.0494445	96.99	0.000	4.698578	4.892397
Diff						
>=2	-.9405819	.0060046	-156.64	0.000	-.9523507	-.9288131
>=3	-.7507154	.0053535	-140.23	0.000	-.761208	-.7402227
=4	-.067246	.0042595	-15.79	0.000	-.0755944	-.0588976

p145d4						
Discrim	3.151772	.0251576	125.28	0.000	3.102464	3.20108
Diff						
>=2	-.9117773	.006403	-142.40	0.000	-.9243269	-.8992277
>=3	-.7219003	.0056871	-126.94	0.000	-.7330468	-.7107537
=4	.0482978	.0047582	10.15	0.000	.0389719	.0576238

**APÊNDICE C – EFEITOS ALEATÓRIOS: MODELOS DE REGRESSÃO
HIERÁRQUICA BINÁRIA– VITIMIZAÇÃO POR CRIMES CONTRA A PESSOA
E CONTRA O PATRIMÔNIO**

Variáveis	Contra a pessoa	Contra o patrimônio
	Razão de Chance	Razão de Chance
Nível Socioeconômico	0.281*** (0.0451)	1.445*** (0.154)
Não Brancos	1.041 (0.0592)	1.061 (0.0435)
Homem	0.910* (0.0473)	0.832*** (0.0312)
Solteiro	1.435*** (0.0741)	1.063 (0.0401)
Jovem	1.513*** (0.0842)	0.992 (0.0399)
Sul	0.980 (0.138)	1.060 (0.117)
Nordeste	0.830 (0.123)	1.063 (0.126)
Centro-Oeste	0.799 (0.112)	1.163 (0.124)
Norte	1.089 (0.215)	1.612*** (0.249)
Capital	1.204* (0.121)	0.962 (0.0783)
RM	0.966 (0.102)	0.682*** (0.0596)
Índice de Coesão Social	0.0408** (0.0553)	0.0772** (0.0828)
Índice de Controle Social	2.841** -1.457	4.941*** -1.978
Índice de Troca de Favores	2.660 -2.066	3.003* -1.846
Atividades Externas	1.763*** (0.225)	1.390*** (0.132)
Medidas de Proteção	1.372*** (0.117)	1.357*** (0.0830)

Variáveis	Contra a pessoa	Contra o patrimônio
	Razão de Chance	Razão de Chance
Tempo na Vizinhança (Meses)	0.999*** (0.000178)	1.000 (0.000119)
Percepção de Desordem Social	1.816*** (0.168)	1.800*** (0.123)
Percepção de Desordem Física	2.979*** (0.313)	1.766*** (0.137)
Percepção de Ausência de	1.544** (0.299)	1.546*** (0.218)
Avaliação Negativa da PM	1.525*** (0.125)	1.296*** (0.0764)
Percepção de Risco	1.138** (0.0725)	1.222*** (0.0565)
RV - % domicílios não próprios	0.999 (0.00468)	0.991** (0.00362)
RV - % domicílios com jovens	1.292 (0.537)	1.226 (0.411)
RV - % de Favelas	1.616 (0.551)	0.535** (0.161)
RV - Vulnerabilidade	0.727 (0.539)	0.487 (0.282)
RV - Vulnerabilidade da	1.509 (0.461)	2.141*** (0.516)
Constante	0.0337*** (0.0315)	0.0506*** (0.0369)
Efeitos Aleatórios	0.178*** (0.0422)	0.172*** (0.0261)
N	53,233	53,202
N grupos	112	112

Fonte: PNV 2010-2012

() Erro Padrão

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

APÊNDICE D – EFEITOS FIXOS: MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA

Coefficientes de Regressão Logística Binária da Vitimização contra a pessoa

		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Indicadores Socioeconômicos e Demográficos	Nível Socioeconômico	0.360*** (0.0609)	0.367*** (0.0621)	0.364*** (0.0618)	0.386*** (0.0671)	0.265*** (0.0556)	0.276*** (0.0590)	0.276*** (0.0592)	0.329*** (0.0733)
	Não Brancos	1.092 (0.0713)	1.082 (0.0708)	1.080 (0.0707)	1.036 (0.0682)	1.004 (0.0716)	0.956 (0.0696)	0.955 (0.0698)	1.056 (0.0843)
	Homem	0.836*** (0.0496)	0.873** (0.0523)	0.872** (0.0523)	0.887** (0.0536)	0.856** (0.0571)	0.859** (0.0587)	0.880* (0.0611)	0.821*** (0.0626)
	Solteiro	1.391*** (0.0811)	1.393*** (0.0814)	1.393*** (0.0815)	1.397*** (0.0826)	1.470*** (0.0985)	1.447*** (0.100)	1.442*** (0.100)	1.400*** (0.105)
	Jovem	1.815*** (0.109)	1.621*** (0.0993)	1.619*** (0.0989)	1.607*** (0.0992)	1.426*** (0.0998)	1.410*** (0.103)	1.404*** (0.103)	1.554*** (0.120)
	Sul	1.156 (0.107)	1.215** (0.112)	1.216** (0.112)	1.212** (0.113)	1.122 (0.119)	1.141 (0.124)	1.153 (0.125)	1.114 (0.151)
Região do País	Nordeste	1.039 (0.0767)	1.069 (0.0789)	1.070 (0.0791)	1.035 (0.0768)	0.902 (0.0756)	0.900 (0.0774)	0.896 (0.0774)	0.827* (0.0901)
	Centro-Oeste	0.863 (0.0948)	0.887 (0.0976)	0.885 (0.0975)	0.901 (0.1000)	0.827 (0.101)	0.827 (0.104)	0.826 (0.104)	0.823 (0.113)
	Norte	1.762*** (0.147)	1.780*** (0.149)	1.778*** (0.149)	1.730*** (0.145)	1.592*** (0.151)	1.574*** (0.153)	1.578*** (0.154)	1.434*** (0.183)
Natureza Administrativa (Ref.: Interior)	Capital	1.497*** (0.0954)	1.402*** (0.0899)	1.405*** (0.0901)	1.363*** (0.0880)	1.286*** (0.0895)	1.287*** (0.0924)	1.279*** (0.0921)	1.222** (0.103)
	RM	1.222** (0.104)	1.153* (0.0985)	1.153* (0.0985)	1.102 (0.0957)	1.067 (0.101)	1.045 (0.101)	1.036 (0.100)	1.026 (0.102)
Variáveis de Interesse (Eficácia Coletiva)	Índice de Coesão Social		0.302*** (0.0354)	0.293*** (0.0364)	0.272*** (0.0338)	0.403*** (0.0560)	0.435*** (0.0632)	0.445*** (0.0652)	0.381*** (0.0589)
	Índice de Controle Social Informal			1.066 (0.103)	0.958 (0.0928)	0.927 (0.0986)	0.958 (0.104)	0.944 (0.102)	0.921 (0.109)
	Índice de Troca de Favores				2.437*** (0.300)	1.897*** (0.265)	1.941*** (0.277)	1.944*** (0.278)	2.032*** (0.306)

Coeficientes de Regressão Logística Binária da Vitimização contra a pessoa

		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Exposição ao risco e Medidas de Prevenção contra a Vitimização	Atividades Externas					1.854*** (0.286)	1.731*** (0.274)	1.700*** (0.270)	1.542** (0.269)
	Medidas de Proteção					1.497*** (0.165)	1.472*** (0.166)	1.412*** (0.163)	1.644*** (0.206)
Caracterização da Vizinhança	Tempo na Vizinhança (Meses)					0.999*** (0.000240)	0.999*** (0.000248)	0.999*** (0.000248)	0.999** (0.000273)
	Percepção de Desordem Social					1.939*** (0.211)	1.877*** (0.209)	1.830*** (0.204)	1.994*** (0.249)
	Percepção de Desordem Física					2.186*** (0.295)	2.226*** (0.309)	2.220*** (0.309)	1.883*** (0.283)
	Percepção de Ausência de Serviços					1.890*** (0.449)	1.566* (0.388)	1.541* (0.383)	1.281 (0.354)
	% domicílios não próprios					1.000 (0.00194)	1.000 (0.00198)	1.000 (0.00199)	1.000 (0.00261)
	% domicílios com jovens mortos					0.996 (0.177)	0.996 (0.182)	1.010 (0.185)	1.058 (0.209)
	Avaliação Negativa da PM						1.356*** (0.151)	1.362*** (0.152)	1.256* (0.151)
Variáveis teste do Efeito Moderador	Percepção de Risco						1.180** (0.0962)	1.100 (0.0997)	
	Favela								1.227* (0.142)
	Vulnerabilidade Sociodemográfica								1.034 (0.397)
	Vulnerabilidade da residência								1.187 (0.211)
Constante	0.0228*** (0.00204)	0.0463*** (0.00527)	0.0456*** (0.00535)	0.0403*** (0.00483)	0.0187*** (0.00384)	0.0177*** (0.00379)	0.0171*** (0.00369)	0.0166*** (0.00488)	
	71,883	71,831	71,813	70,886	58,211	53,104	52,666	43,349	

Fonte: PNV 2010-2012 () Erro Padrão *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Coeficientes de Regressão Logística Binária da Vitimização contra o patrimônio

		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Indicadores Socioeconômicos e Demográficos	Nível Socioeconômico	1.782*** (0.191)	1.772*** (0.190)	1.727*** (0.186)	1.888*** (0.205)	1.560*** (0.208)	1.415** (0.200)	1.427** (0.202)	1.548*** (0.247)
	Não Brancos	1.128*** (0.0520)	1.123** (0.0517)	1.119** (0.0516)	1.079 (0.0500)	1.054 (0.0541)	1.047 (0.0560)	1.042 (0.0558)	1.048 (0.0617)
	Homem	0.785*** (0.0335)	0.798*** (0.0341)	0.796*** (0.0340)	0.805*** (0.0345)	0.822*** (0.0391)	0.826*** (0.0408)	0.838*** (0.0418)	0.846*** (0.0452)
	Solteiro	1.021 (0.0435)	1.020 (0.0435)	1.020 (0.0435)	1.023 (0.0439)	1.064 (0.0518)	1.044 (0.0532)	1.041 (0.0534)	1.062 (0.0568)
	Jovem	1.124*** (0.0485)	1.061 (0.0462)	1.057 (0.0460)	1.042 (0.0454)	1.029 (0.0516)	1.034 (0.0542)	1.030 (0.0543)	1.028 (0.0575)
	Sul	1.182*** (0.0743)	1.210*** (0.0763)	1.212*** (0.0764)	1.211*** (0.0770)	1.194** (0.0899)	1.174** (0.0923)	1.173** (0.0925)	1.366*** (0.129)
	Nordeste	1.319*** (0.0725)	1.336*** (0.0735)	1.341*** (0.0738)	1.305*** (0.0721)	1.159** (0.0711)	1.133** (0.0719)	1.131* (0.0721)	1.170* (0.0998)
	Centro-Oeste	1.321*** (0.0947)	1.340*** (0.0961)	1.334*** (0.0957)	1.378*** (0.0988)	1.300*** (0.104)	1.255*** (0.106)	1.267*** (0.107)	1.274** (0.124)
	Norte	2.319*** (0.143)	2.331*** (0.144)	2.323*** (0.144)	2.240*** (0.139)	2.063*** (0.145)	2.019*** (0.147)	2.032*** (0.148)	2.081*** (0.210)
	Natureza Administrativa (Ref.: Interior)	Capital	0.890** (0.0426)	0.859*** (0.0412)	0.865*** (0.0416)	0.834*** (0.0398)	0.769*** (0.0404)	0.770*** (0.0419)	0.762*** (0.0417)
RM		0.796*** (0.0548)	0.771*** (0.0533)	0.773*** (0.0534)	0.740*** (0.0506)	0.698*** (0.0537)	0.696*** (0.0558)	0.690*** (0.0557)	0.676*** (0.0528)
Variáveis de Interesse (Eficácia Coletiva)	Índice de Coesão Social		0.530*** (0.0428)	0.470*** (0.0407)	0.427*** (0.0372)	0.523*** (0.0511)	0.571*** (0.0588)	0.588*** (0.0611)	0.636*** (0.0698)
	Índice de Controle Social Informal			1.280*** (0.0889)	1.142* (0.0801)	1.124 (0.0867)	1.069 (0.0856)	1.068 (0.0858)	1.140 (0.0994)

Coeficientes de Regressão Logística Binária da Vitimização contra o patrimônio

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
								(0.126)
Constante	0.0433*** (0.00265)	0.0645*** (0.00515)	0.0603*** (0.00502)	0.0530*** (0.00445)	0.0294*** (0.00435)	0.0284*** (0.00447)	0.0270*** (0.00432)	0.0178*** (0.00384)
N	71,855	71,803	71,785	70,858	58,177	53,072	52,636	43,317

Fonte: PNV 2010-2012 () Erro Padrão *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

..

APÊNDICE E – GRÁFICOS DE PROBABILIDADE PREDITA DE VITIMIZAÇÃO SEGUNDO O INDICADOR DE REALIZAÇÃO DE FAVORES

Gráfico 29 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 1

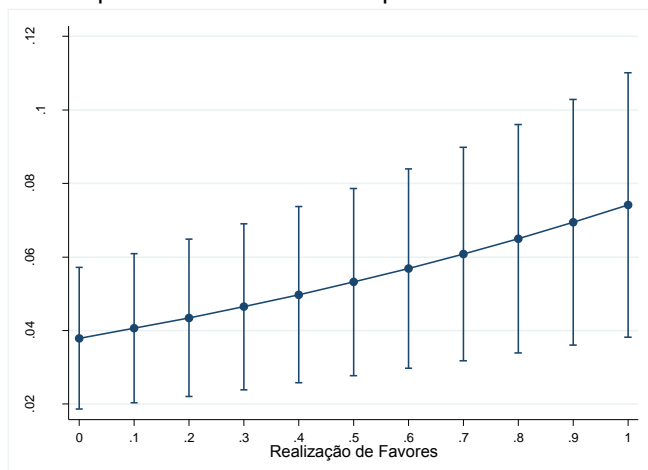


Gráfico 30 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 1

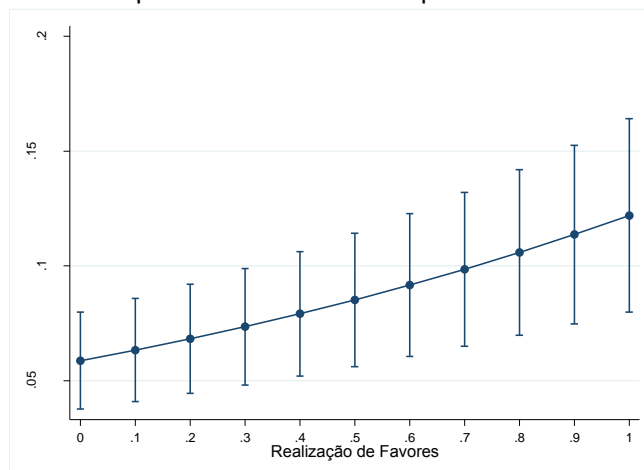


Gráfico 31 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 2

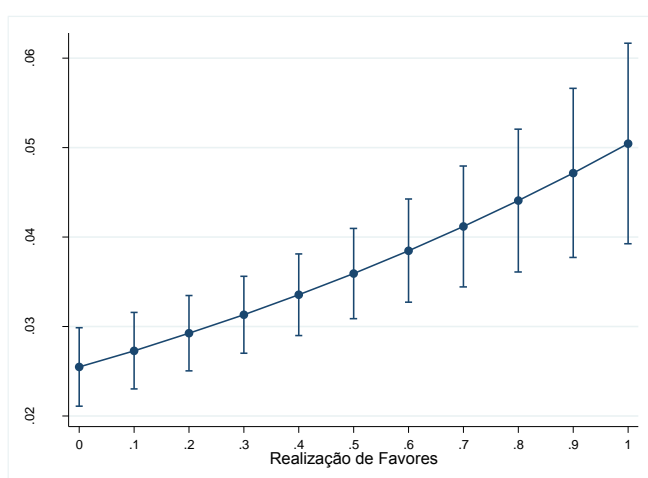


Gráfico 32 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 2

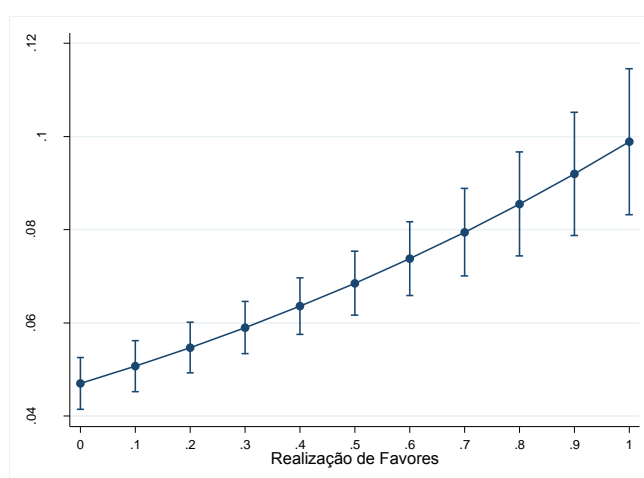


Gráfico 33 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 3

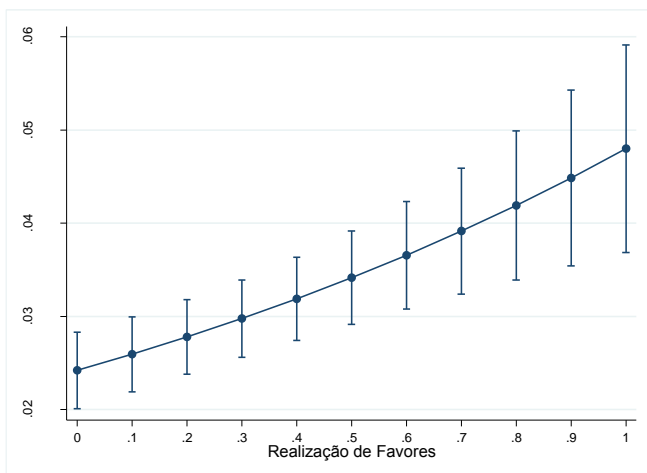


Gráfico 34 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 3

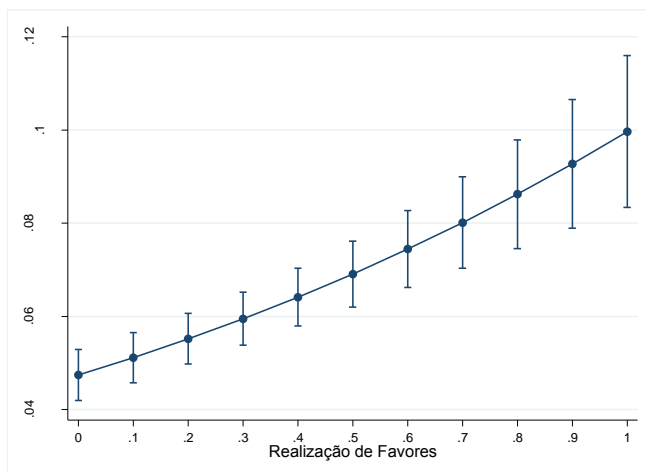


Gráfico 35 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 4

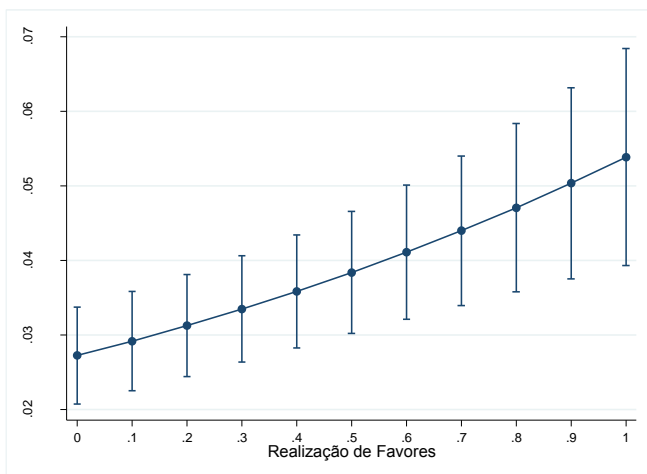


Gráfico 36 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 4

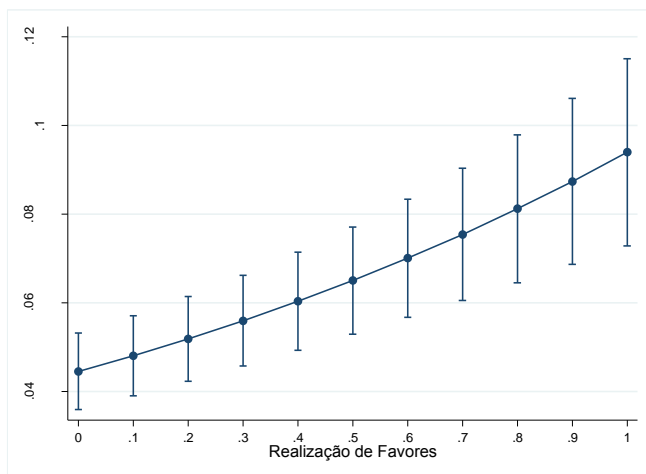


Gráfico 37 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 5

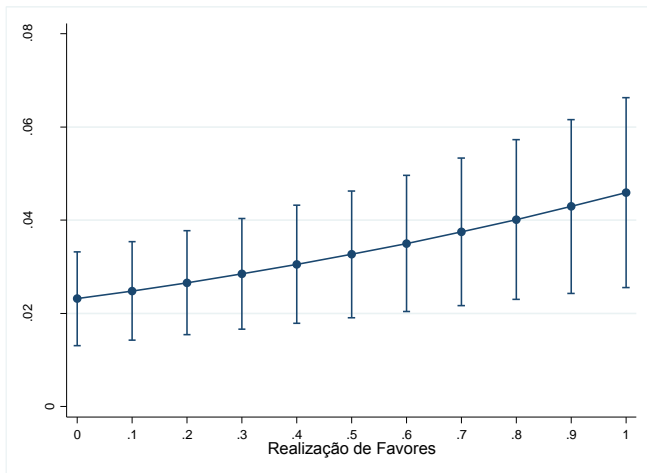


Gráfico 38 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 5

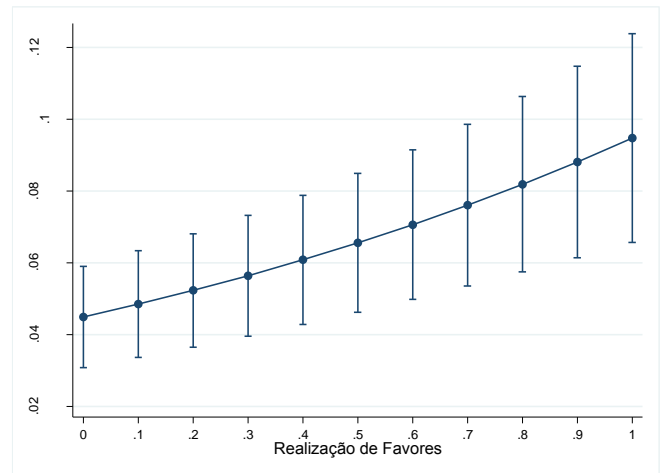


Gráfico 39 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 6

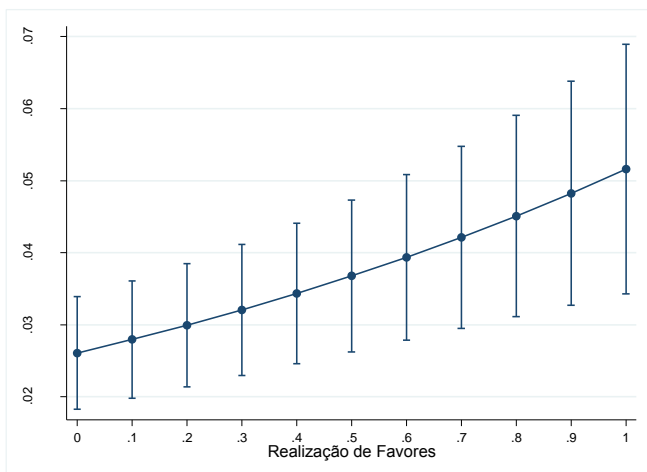
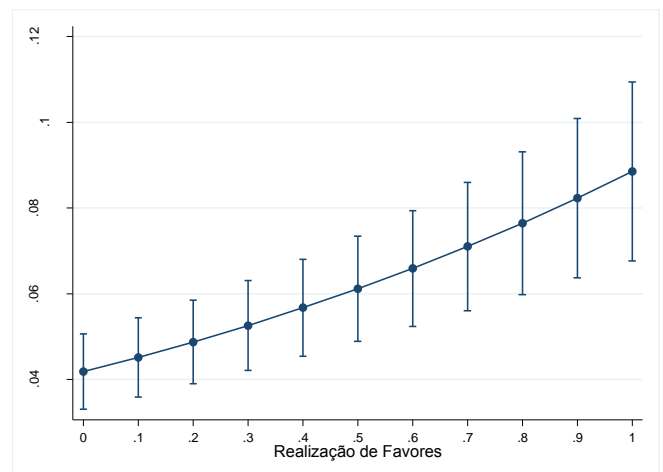


Gráfico 40 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a propriedade, segundo o nível de realização de favores para entrevistados com perfil 6



Fonte: PNV 2010-2012

**APÊNDICE F – MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA COM TERMOS INTERATIVOS –
VITIMIZAÇÃO POR CRIMES CONTRA A PESSOA**

		Contra a Pessoa	Contra o Patrimônio		Contra a Pessoa	Contra o Patrimônio
		Razão de Chance (EP)	Razão de Chance (EP)		Razão de Chance (EP)	Razão de Chance (EP)
Indicadores Socioeconômicos e Demográficos	Nível Socioeconômico	1.552*** (0.248)	0.328*** (0.0731)	Percepção de Risco	1.380** (0.220)	1101 (0.0995)
	Não Brancos	1.048 (0.0617)	1.055 (0.0842)	Favela	1064 (0.111)	1.337 (0.330)
	Homem	0.846*** (0.0452)	0.823** (0.0628)	Vulnerabilidade Sociodemográfica	1.123 (0.310)	0.987 (0.381)
	Solteiro	1063 (0.0569)	1.396*** (0.105)	Vulnerabilidade da residência	0.990 (0.126)	1189 (0.212)
	Jovem	1029 (0.0577)	1.548*** (0.119)			
Região do País (Ref.: Sudeste)	Sul	1.364*** (0.129)	1113 (0.151)	Coesão x Avaliação Negativa da PM	0.770 (0.223)	2.293** (0.926)
	Nordeste	1.170* (0.0998)	0.827* (0.0902)	Troca de Favores x Avaliação Negativa da PM	0.758 (0.242)	0.419* (0.188)
	Centro-Oeste	1.274** (0.124)	0.825 (0.113)			
	Norte	2.081***	1.436***			
Ref.: Interior		(0.0495)	(0.102)	Coesão x Percepção de Risco	0.784 (0.182)	
	RM	0.677*** (0.0528)	1012 (0.101)	Troca de Favores x Percepção de Risco	0.982 (0.246)	
Variáveis de Interesse (Eficácia Coletiva)	Índice de Coesão Social	0.806 (0.157)	0.223*** (0.0574)	Favela x Troca de Favores	0.477* (0.195)	
	Índice de Controle Social Informal	1142 (0.0997)	0.918 (0.109)	Favela x Coesão Social	1.512 (0.579)	
	Índice de Troca de Favores	2.603*** (0.566)	3.735*** -1119	Constante	0.0146*** (0.00356)	0.0187*** (0.00630)
s de Preven ção	Atividades Externas	1183 (0.155)	1.539* (0.268)			
	Medidas de Proteção	1.555*** (0.138)	1.650*** (0.207)			
Caracterização da Vizinhança	Tempo na Vizinhança (Meses)	1000 (0.000174)	0.999** (0.000274)			
	Percepção de Desordem Social	1.765*** (0.164)	1.992*** (0.248)			
	Percepção de Desordem Física	1.377*** (0.145)	1.871*** (0.279)			
	Percepção de Ausência de Serviços	1.297 (0.256)	1.301 (0.359)			
	% domicílios não próprios	1003 (0.00183)	0.999 (0.00261)			
	% domicílios com jovens mortos	1.239 (0.166)	1.050 (0.206)			
ncial s Mod o	Avaliação Negativa da PM	1.585** (0.320)	1095 (0.305)			

Fonte: PNV 2010-2012
() Erro Padrão
p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

APÊNDICE G – MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA DAS VARIÁVEIS DE PERCEPÇÃO DE CONTROLE SOCIAL INFORMAL

		p145a	p145b	p145c	p145d
		Razão de Chance (EC)	Razão de Chance (EC)	Razão de Chance (EC)	Razão de Chance (EC)
Indicadores Socioeconômicos e Demográficos	Nível Socioeconômico	0.731*** (0.0587)	1.937*** (0.151)	1.055 (0.0821)	1.819*** (0.142)
	Não Brancos	1.090*** (0.0334)	1.028 (0.0307)	1.064** (0.0319)	1.089*** (0.0325)
	Homem	0.980 (0.0270)	1.131*** (0.0303)	1.063** (0.0285)	0.999 (0.0266)
	Solteiro	0.960 (0.0272)	0.999 (0.0277)	1.004 (0.0278)	1.054* (0.0290)
	Jovem	0.930** (0.0279)	1.071** (0.0314)	1.040 (0.0305)	1.245*** (0.0363)
	Região do País (Ref.: Sudeste)	Sul	1.060 (0.0515)	1.114** (0.0530)	0.971 (0.0459)
Nordeste		0.917** (0.0377)	1.104** (0.0440)	1.092** (0.0438)	0.897*** (0.0356)
Centro-Oeste		1.166*** (0.0564)	1.179*** (0.0558)	1.007 (0.0479)	1.087* (0.0512)
Norte		0.998 (0.0545)	1.221*** (0.0642)	1.208*** (0.0638)	1.234*** (0.0645)
Natureza Administrativa (Ref.: Interior)	Capital	0.818*** (0.0270)	0.808*** (0.0258)	0.863*** (0.0276)	0.851*** (0.0270)
	RM	0.999 (0.0371)	0.922** (0.0332)	1.015 (0.0368)	0.900*** (0.0323)
Caracterização da Vizinhança	Tempo na Vizinhança (Meses)	1.000 (8.82e-05)	1.000 (8.62e-05)	1.000 (8.64e-05)	1.000 (8.51e-05)
	Percepção de Desordem Social	1.061 (0.0579)	1.255*** (0.0663)	1.240*** (0.0653)	1.216*** (0.0639)
	Percepção de Desordem Física	1.049 (0.0641)	1.139** (0.0680)	1.203*** (0.0723)	1.194*** (0.0710)
	Percepção de Ausência de Serviços	0.613*** (0.0671)	0.556*** (0.0582)	0.526*** (0.0554)	0.558*** (0.0586)
	% domicílios não próprios	0.997** (0.00112)	0.996*** (0.00108)	0.997*** (0.00108)	0.996*** (0.00106)
	% domicílios com jovens mortos	0.881* (0.0651)	0.850** (0.0615)	0.877* (0.0636)	0.922 (0.0667)
	Variáveis de Interesse (Eficácia Coletiva)	Índice de Coesão Social	14.03*** (0.859)	11.18*** (0.651)	10.39*** (0.602)
Índice de Troca de Favores		2.682*** (0.157)	2.577*** (0.149)	3.157*** (0.184)	3.015*** (0.173)
Avaliação Negativa da PM		0.885*** (0.0392)	0.912** (0.0398)	0.890*** (0.0388)	0.934 (0.0404)
Variáveis teste do Efeito Moderador	Percepção de Risco	1.169*** (0.0413)	1.169*** (0.0402)	1.087** (0.0375)	1.126*** (0.0385)
	Favela	0.874** (0.0529)	0.796*** (0.0461)	0.865** (0.0490)	0.878** (0.0498)
	Vulnerabilidade Sociodemográfica	1.424** (0.214)	0.354*** (0.0520)	0.606*** (0.0892)	0.543*** (0.0790)
	Déficit de Saneamento	1.080 (0.0789)	1.240*** (0.0876)	1.319*** (0.0931)	1.145* (0.0797)
Constante		0.114*** (0.0129)	0.273*** (0.0298)	0.303*** (0.0329)	0.230*** (0.0250)
N		44,065	44,064	44,061	44,06

Fonte: PNV 2010 – 2012

() Erro Padrão

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

APÊNDICE H – MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA DAS VARIÁVEIS DE PERCEPÇÃO DE CONTROLE SOCIAL INFORMAL (RESPOSTAS IMPRECISAS)

		p145a	p145b	p145c	p145d
		Razão de Chance (EC)	Razão de Chance (EC)	Razão de Chance (EC)	Razão de Chance (EC)
Indicadores Socioeconômicos e Demográficos	Nível Socioeconômico	1.455*** (0.119)	1.352*** (0.116)	1.651*** (0.141)	1.310*** (0.110)
	Não Brancos	1014 (0.0320)	1.033 (0.0345)	1013 (0.0338)	0.983 (0.0322)
	Homem	1.071** (0.0303)	1005 (0.0300)	1.070** (0.0319)	1.089*** (0.0319)
	Solteiro	1.058* (0.0308)	1032 (0.0314)	1.043 (0.0319)	1039 (0.0313)
	Jovem	1.060* (0.0327)	1010 (0.0326)	1.048 (0.0338)	0.980 (0.0313)
	Região do País (Ref.: Sudeste)	Sul	0.895** (0.0438)	0.959 (0.0500)	0.974 (0.0506)
Nordeste		0.855*** (0.0363)	0.925* (0.0412)	0.882*** (0.0396)	0.969 (0.0425)
Centro-Oeste		1.115** (0.0548)	1.090* (0.0563)	1.134** (0.0584)	1076 (0.0554)
Norte		1092 (0.0595)	1051 (0.0608)	0.924 (0.0545)	0.940 (0.0545)
Natureza Administrativa (Ref.: Interior)	Capital	0.989 (0.0329)	1058 (0.0370)	1045 (0.0367)	1022 (0.0354)
	RM	0.931* (0.0357)	0.953 (0.0387)	0.906** (0.0372)	0.900*** (0.0363)
Caracterização da Vizinhança	Tempo na Vizinhança (Meses)	1.000*** (9.41e-05)	1.000*** (9.85e-05)	1.000*** (9.91e-05)	1.000 (9.82e-05)
	Percepção de Desordem Social	0.904* (0.0498)	0.812*** (0.0467)	0.864** (0.0496)	0.854*** (0.0483)
	Percepção de Desordem Física	0.817*** (0.0517)	0.882* (0.0590)	0.840** (0.0570)	0.852** (0.0565)
	Percepção de Ausência de Serviços	1009 (0.108)	1.312** (0.150)	1159 (0.132)	1130 (0.125)
	% domicílios não próprios	1000 (0.00110)	1002 (0.00116)	1001 (0.00117)	1002 (0.00117)
	% domicílios com jovens mortos	1.278*** (0.0958)	1.202** (0.0935)	1.227*** (0.0967)	1.152* (0.0895)
	Variáveis de Interesse (Eficácia Coletiva)	Índice de Coesão Social	0.757*** (0.0403)	0.558*** (0.0307)	0.567*** (0.0316)
Índice de Troca de Favores		0.793*** (0.0473)	0.660*** (0.0423)	0.571*** (0.0368)	0.658*** (0.0412)
Variáveis teste do Efeito Moderador	Avaliação Negativa da PM	0.971 (0.0442)	0.950 (0.0449)	1031 (0.0491)	0.940 (0.0435)
	Percepção de Risco	0.890*** (0.0323)	0.851*** (0.0322)	0.879*** (0.0336)	0.858*** (0.0323)
	Favela	1022 (0.0600)	1.120* (0.0675)	1073 (0.0667)	0.968 (0.0598)
	Vulnerabilidade Sociodemográfica	0.839 (0.130)	1121 (0.183)	1007 (0.164)	1194 (0.191)
	Déficit de Saneamento	1.056 (0.0762)	0.903 (0.0692)	0.913 (0.0714)	0.897 (0.0689)
Constante	0.518*** (0.0582)	0.441*** (0.0522)	0.450*** (0.0527)	0.480*** (0.0554)	
N	44,065	44,064	44,061	44,06	

Fonte: PNV 2010-

() Erro Padrão *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

ANEXO A – PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO REALIZADAS NO BRASIL

Ano	Pesquisa/ Instituição Responsável	Abrangência	Período de Referência	Tamanho da Amostra
1988	PNAD	Brasil	1 ano	81.628 domicílios
1992	Ilanud	Município do Rio de Janeiro e Município de São Paulo	5 anos	1.000 entrevistados
1996	Ilanud	Município do Rio de Janeiro e Município de São Paulo	5 anos	1.000 entrevistados
1996	Iser/PAHO	Município do Rio de Janeiro	5 anos	2.469 entrevistados
1996	ISER/FGV	Região Metropolitana do RJ	1 ano	1.126 entrevistados
1997	Ilanud	Município do Rio de Janeiro e Município de São Paulo	5 anos	2.400 entrevistados
1997/ 1998	O Povo e a PM	Distrito Federal	Toda a vida	2000 entrevistados
1998	SEADE	SP - Região Metropolitana e municípios com mais de 50.000 habitantes	1 ano	14.000 domicílios
1999	USP	Região Metropolitana de SP	6 meses	1.000 entrevistados
2000	ISER	Baixada Fluminense - RJ	1 ano	1.389 entrevistados
2001	CDHP - IBGE	Copacabana e Leme	1 ano	450 entrevistados
2001	Universidade de Caxias do Sul	Caxias do Sul (RS)	Sem informação	Sem informação
2001	GUTO - UNESP	Município de Marília - SP	Toda a vida	828 entrevistados
2002	Módulo da PESB / DATAUFF	Brasil	Toda a Vida	2460 entrevistados
2002	Ilanud/FIA/USP	São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Recife (municípios)	5 anos	2.800 entrevistados
2002	ISP / Viva Rio	Município do Rio de Janeiro	1 ano	765 entrevistados
2002	CRISP	Município de Belo Horizonte	1 ano e 5 anos	4.000 entrevistados
2003	Instituto Futuro Brasil	Município de São Paulo	1 ano e 5 anos	5.000 domicílios
2003	GUTO - UNESP	Município de Marília - SP	Toda a vida	Sem Informação
2003	CPP / INSPER	Município de São Paulo	1 ano	5.000 entrevistados
2004	Prefeitura	Alvorada (RS)	1 ano	500 domicílios
2005	IBPS - PMV	Rio de Janeiro	1 mês	1.100 entrevistados por telefone
2005	CRISP/SSP-	Curitiba	1 ano e 5 anos	3560 entrevistados
2005	NEPP- PR	Foz do Iguaçu	1 ano e 5 anos	700 entrevistados
2005	SENASP - SEGUP - UFPA/CCS	Região Metropolitana de Belém e 8 municípios do Interior	2 anos	2848 entrevistados
2005/ 2006	NUPEVI / UERJ	Município do Rio de Janeiro	Toda vida e 1 ano	4.000 entrevistados
2006	CRISP	Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 ano e 5 anos	6.220 entrevistados
2006	SEADE /Bloco da PED	Região Metropolitana de SP	Sem informação	3.000 domicílios/mês
2006	Pesquisa de Vitimização nas regiões do Orçamento Participativo	Regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre/RS	1 ano	1.404 domicílios

Ano	Pesquisa/ Instituição Responsável	Abrangência	Período de Referência	Tamanho da Amostra
2007	ISP	Região Metropolitana do RJ	1 ano e 5 anos	5.000 entrevistados
2007	CRISP	Município de Itabira - MG	1 ano e 5 anos	401 entrevistados
2007	Prefeitura	Esteio /RS	23 meses	2.682 entrevistados
2007/ 2008	Universidade Federal de Pelotas	Município de Pelotas - RS	1 ano e 5 anos	2918 entrevistados
2008	GUTO - UNESP	Município de Marília - SP	Toda a vida	741 entrevistados
2008	CPP / INSPER	Município de São Paulo	1 ano	2.967 entrevistados
2008	UFGO	Região Metropolitana de Goiânia – GO	Sem informação	3200 entrevistados
2008	Instituto Futuro Brasil	Município de São Paulo	1 ano e 5 anos	3.000 domicílios
2008	Módulo da Pesquisa de Percepção de Medo e Cultura Cidadã	Belo Horizonte, RMBH, Municípios polo e 16 municípios pequenos do interior de Minas Gerais	Toda a vida	5.607 entrevistados
2008	NEI/UFES	Grande Vitória (Serra, Cariacica, Viana, Vitória e Vila Velha)	12 meses e 05 anos	5.244 entrevistados
2009	Módulo da Pesquisa de Percepção de Medo e Cultura Cidadã	Belo Horizonte, RMBH, Municípios polo e 16 municípios pequenos do interior de Minas Gerais	Toda a vida	5.067 entrevistados
2009	PNAD	Brasil	1 ano	153.837 domicílios
2009	Pesquisa de Vitimização de Canoas	Município de Canoas/RS	12 meses	1.568 entrevistados
2010	Pesquisa de Vitimização no estado do Mato Grosso FEC/DataUFF	Mato Grosso	12 meses	4.000 domicílios
2010	Módulo da PCVAPSP IESP/UERJ	Brasil		3.612 domicílios
2010/2012	PNV/MJ	Brasil	1 ano e Toda a vida	78.008 entrevistados
2012	Pesquisa de Vitimização Santa Catarina (DATAUFF/PMSC)	Santa Catarina	Sem Informação	400 entrevistados
2013	CPP / INSPER	Município de São Paulo	1 ano	3.000 entrevistados
2013	Representações Sociais sobre Violência e Criminalidade de Bagé	Bagé/RS	Sem Informação	408 entrevistados
2015	Pesquisa sobre vitimização e percepção de risco entre profissionais da segurança (FBSP)	Profissionais de Segurança Pública registrados na Rede de Ensino à Distância da SENASP/MJ	Toda a carreira	10.323 entrevistados
2015 (Em andamento)	Observatório de Segurança Cidadã	Município de Novo Hamburgo	-	600 entrevistados
2015 (Em andamento)	Pesquisa Distrital de Segurança (SSPPS)	Distrito Federal	-	19.537 domicílios

Fonte: Catão, 2010 “Treinamento para Pesquisa Nacional de Vitimização realizada em São Paulo. Junho, 2010” apud Relatório da Primeira Pesquisa Nacional de Vitimização – 2013

ANEXO B – PESQUISAS NACIONAIS DE VITIMIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

País	Tipo de Questionário	Cobertura Geográfica	Amostra	Período de Referência
Bolívia	Papel	Local	2.702	1 ano
Brasil*	Papel e Eletrônico	Nacional	78.008	1 ano
Buenos Aires	Papel	Local	-	1 ano
Chile	Papel	Local	22.933	1 ano
Colômbia	Eletrônico	Local	48.410	1 ano
Costa Rica	Papel	Local	3.859	1 ano
Equador	Papel	Local	120.048	1 ano
El Salvador	Eletrônico	Nacional	2.413	1 ano
Guiana	Papel	Local	1.501	1 ano
Honduras	Eletrônico	Local	1.500	1 ano
Jamaica	Papel	Nacional	3.610	1 ano e toda a vida
México	Eletrônico	Nacional	95.810	1 ano
Panamá	Papel	Nacional	3.000	1 ano
Paraguai	Papel	Nacional	3.500	5 anos
Peru	Papel	Local	51.504	1 ano
Quito	Eletrônico e Papel**	Local	4.032	1 ano e toda a vida
República Dominicana	Papel	Nacional	32.000	5 anos
Uruguai	Papel	Nacional	-	1 ano e 5 anos

Fonte: CdE - Inventario de Encuestas de Victimización en América Latina y el Caribe - 2013

*As informações sobre o tamanho da amostra e o tipo de questionário foram complementadas pela autora

**Auto administrado